

Cultura e dinâmicas territoriais

Organizadores

Conceição Maria Dias de Lima

Jakes Halan de Queiroz Costa

Jenaice Israel Ferro

Maria do Socorro Barbosa Macêdo



Editora da Universidade
Estadual de Alagoas

Cultura e dinâmicas territoriais



EDuneal

Editora da Universidade
Estadual de Alagoas

Arapiraca/AL
2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Morais

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaína Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)



COMITÊ CIENTIFICO

Coordenadores do grupo de Trabalho

Conceição Maria Dias de Lima – PRODIC/UNEAL

Jenaice Israel Ferro - PRODIC/UNEAL

Jakes Halan de Queiroz Costa (CECA/UFAL)

Maria do Socorro Barbosa Macêdo (UNEAL)

José Crisólogo de Sales Silva (UNEAL)

Revisores Científicos

Me. Cristiano Miguel Pontes Pereira – Assistente Social - Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL –

Me. Helder Santos Pereira Professor da Educação Básica – Arapiraca- Al

Doutorando Igor Luiz Rodrigues da Silva-Antropólogo (PPGAS/ UFSC)

Ma. Ludimilla Maria Lima Santos - Assistente Social do Sócio Jurídico – Unidade Presídio do Agreste – Girau do Ponciano-AL –

Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa – (CECA /UFAL)

Dr. Lucas Pereira da Silva (UFAL)

Me. José Clebson dos Santos – (5ª GERE – Arapiraca – Al)

Ma. Ilda Elizabeth Acioli (UNEAL)

Me. Sidney Santos Lima – Docente Educação Básica – Arapiraca- Al

Revisão ortográfica e ABNT

Thayná Fontan Duarte Ayres

Capa

Marseille E. Lessa de Santana

Diagramação

Mariana Lessa

Imagem da folha de rosto e epígrafe

Wesley Menegari

Catálogo na Fonte

C968 Cultura e dinâmicas territoriais / (Organizadores) Conceição Maria Dias de Lima
... [et al.]. – Arapiraca : Eduneal, 2021.
95 p. : il. : color (e-book).

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-86680-30-0.

DOI: 10.48016/GT6prodic

1. Cultura. 2. Território. 3. Urbanismo. 4. Ruralidade. 5. Desenvolvimento.
6. Alagoas. I. Lima, Conceição Maria Dias de, org. II. Costa, Jakes Halan de
Queiroz, org. III. Ferro, Jenaice Israel, org. IV. Macêdo, Maria do Socorro
Barbosa, org. V. Encontro Científico Cultural.

CDU: 008(813.5)

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717



A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Eduardo Galeano



Sumário

| | |
|--|-----------|
| Prefácio | 7 |
| Apresentação | 14 |
| 1. Catadoras de mangaba, (re)criação de identidades e territorialidades na tradição do povoado Ribuleirinha – Estância-SE, Ricardo Santana Santos | 16 |
| Flávia Santana Santos | |
| 2. Território, cultura e religiosidade: as procissões da Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Recife/PE | 26 |
| Ana Caroline de Oliveira Pedroso Maria Francineila Pinheiro dos Santos Wedmo Teixeira | |
| 3. A Cartografia Escolar no reconhecimento dos pertencimentos culturais territoriais: a criança que inventaria a Escola do Campo | 39 |
| Iassana Rodrigues Soares | |
| 4. Tesouros e assombrações: a interpretação de vestígios arqueológicos pela comunidade de Batinga Sul (Brochier-RS) | 51 |
| Thais Gaia Schuler Magna Lima Magalhães | |
| 5. Mulheres e sua história com o café | 64 |
| Maria Letícia de Oliveira Bianchini Dolores Cristina Gomes Galindo | |
| 6. A produção histórico-espacial de um território “(re)urbanizado”: o Lago da Perucaba, Arapiraca-Alagoas-Brasil | 70 |
| Eliflan Gomes Pereira Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos | |

| | |
|--|------------|
| 7. O mundo rural em crise: representatividade, disputas e pandemia | 84 |
| Moacir Rocha Santana Filho José Eloízio da Costa | |
| 8. Análise SWOT da cadeia produtiva do leite em Alagoas: um enfoque na agricultura familiar | 105 |
| José Ribeiro da Silva | |
| 9. Metamorfoses da paisagem no centro histórico de Penedo Alagoas: uma análise fotográfica | 124 |
| Edielson Xavier Ferreira Victor Cavalcante Guimarães | |
| 10. Dinâmicas culturais e territoriais: festa junina e etnografia em São Luís do Maranhão - noite de São João | 143 |
| Fábia Holanda de Brito | |
| 11. Cocoicultura brasileira: relevância socioeconômica do óleo de coco na área alimentícia, cosmética e farmacológica | 155 |
| Simone Regina Alves de Freitas Barros Ana Lídia Soares Cota | |
| 12. Políticas públicas em território quilombola: um olhar sobre a comunidade quilombola Pau d'Arco – Arapiraca-AL | 165 |
| Ludmilla Maria Lima Santos Conceição Maria Dias de Lima | |
| 13. Rio São Francisco: navegando em um rio de múltiplos territórios, paisagens e diversidade étnica | 183 |
| Igor Luiz Rodrigues da Silva | |



Prefácio

Nos dias atuais vemos um mundo cada vez mais conectado e interligado em suas relações sociais, políticas, culturais, religiosas, econômicas, dentre outros aspectos. As reflexões acerca do contemporâneo têm trazido novos olhares sobre antigos objetos e novas lentes têm possibilitado o surgimento de novas perspectivas. As transformações mais velozes a cada dia nos desafiam a romper com os paradigmas estabelecidos. As grandes narrativas não mais respondem às angústias e incertezas do mundo atual, provocando-nos a buscar por uma compreensão a partir do contexto do mundo pós-moderno. Efemeridade, fragmentação da identidade, fluidez, mal-estar da cultura, território simbólico, entrelugar, hibridismo, cultura-mundo adentram nas discussões na academia.

Diante desse cenário de mudanças em constante ebulição, a fugacidade tem lugar assegurado nas incertezas contemporâneas em que tudo que é sólido se desmancha no ar. Vemos uma ruptura com o absoluto, com as verdades universais, com o dogmático, com o conhecimento hermeticamente fechado do universo da “ciência”. Na contramão dos grandes paradigmas construídos a priori e preestabelecidos, procuramos por novos modelos ou pelos não-modelos, como Palomar, de Ítalo Calvino. A descontinuidade tem sido uma das marcas do contemporâneo. As rupturas, a não-certeza, o olhar como em um caleidoscópio, a fluidez do tempo e do espaço, como estivéssemos pisando em uma areia movediça em que o chão de nossas convicções cartesianas, estilhaçam e implodem as nossas convicções no asceticismo científico.

Cada vez mais os saberes locais, os saberes não estabelecidos nos paradigmas acadêmicos têm sido o lugar de efervescência das novas dinâmicas territoriais e culturais que se descortinam no horizonte. O simbólico e o cultural se desvelam como caminhos para a compreensão das sociedades atuais. As pessoas comuns vêm à baila e estão no centro dos saberes. A história, a memória e a cultura têm sido repensadas e reescritas. As manifestações culturais, os modos de produzir, os modos de consumir, os modos de morar, as sensibilidades, o cotidiano têm sido reinventados e invadido as reflexões sobre o contemporâneo.

Como Quixotes em nossas lutas contra moinhos de vento, em nossas andanças pelo universo do conhecimento, como mil exércitos de homens e mulheres sós, rompendo com os paradigmas e reducionismos de toda ordem, damos continuidade à marcha por novos tempos dos saberes, trilhando por novas sensibilidades em um mundo cada dia mais insensível e desigual. Tempos estranhos que fazem do ceticismo a sua vanguarda. As asas icárias das certezas universais se derretem ao se aproximarem do sol da concretude ao nosso redor, afogando-nos no mar do desconhecido, do fugidio, do oculto por se desvelar. Em uma sociedade cuja busca pelo poder, sucesso e riqueza tem como corolário a perda dos valores

autênticos da vida, vemos surgir as mais abjetas facetas do comportamento individual, uma das marcas do mal-estar freudiano da cultura de nossos tempos líquidos.

Nesse turbilhão, o território passa de uma categoria ligada predominantemente ao jurídico, da definição do aspecto físico e palpável em suas fronteiras políticas, para o universo do simbólico. Ele ganha novos contornos e nova dimensão em que as manifestações da vida se descortinam como em um palco, cujo cenário intangível traz nuances da identidade, do imaginário, da cultura enquanto espaço de produção de modos de ver o mundo, com sua materialidade e imaterialidade imbricadas em novas dinâmicas. O território passa a ser analisado em sua multiplicidade. O cenário territorial em suas dinâmicas cada vez mais múltiplas, diversas, multifacetadas, configura-se no palco das transformações velozmente ocorridas, bem como, paradoxalmente, das permanências da tradição, da memória ali engendrada e materializada, da repetição de práticas representadas mediante ritos, danças, folguedos, músicas, formas de plantar, cultivar, brincar, colher, produzir, viver.

Por outro lado, a cultura deixa de ser um conceito ligado à erudição, à ideia de evolucionismo cultural predominante no século dezenove, quando as sociedades eram hierarquizadas linearmente entre selvageria, barbárie e civilização pelo olhar eurocêntrico. Na atualidade, a cultura passa a um todo complexo, vista mediante uma procura pela interpretação de seu sistema simbólico, da sua sustentação alicerçada no imaginário instituído a partir de suas crenças, religiosidade, identidades, formas de ver o mundo, como cristalizada em um magma constituinte da sociedade em uma visão castoriadiana. Apenas vemos as suas representações, as suas manifestações, quer sejam material ou imaterialmente em toda a sua pluralidade e diversidade. Essas representações simbólicas encerram em si as marcas próprias de sua temporalidade construídas na diacronia.

Em meio a esse bojo de questões, cultura e território se misturam na percepção das estudiosas e estudiosos que fazem desta coletânea uma invitation ao descortinar de sensibilidades diversas que atravessam vários estados brasileiros. Nesse sentido, passando por Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Sergipe, quer seja pelas margens e águas do “velho Chico”, quer seja pelos vestígios arqueológicos na Serra Gaúcha ou pela São Luís da tradição da festa junina, como pela religiosidade das procissões em Recife ou pelas fotografias da Penedo colonial, ou ainda, pelas transformações urbanas do Agreste alagoano, pela relevância socioeconômica do óleo de coco nas áreas alimentícia, cosmética e farmacológica ou pela cadeia produtiva alagoana do leite, bem como pela identidade e territorialidade das catadoras de mangaba em Sergipe, pela cartografia escolar nos pertencimentos culturais e territoriais, pela crise do mundo rural em meio à pandemia, pelas políticas públicas sobre comunidade quilombola ou pelas mulheres e sua história com o café. Através de uma seleta escolha dos organizadores desta coletânea, as professoras Conceição Maria Dias de Lima (ProDiC-UNEAL), Jenaice Israel Ferro (ProDiC-UNEAL), Maria do Socorro Barbosa Macedo (UNEAL/UFRGS) e o professor Jakes Halan de Queiroz Costa (CECA-UFAL), somos presenteados com este e-book intitulado *Cultura e dinâmicas territoriais*, formado por treze capítulos oriundos de trabalhos apresentados e palestra proferida durante a programação do Grupo de Trabalho número 06, que dá nome ao livro, no X Encontro Científico Cultural de Alagoas (ENCCULT), sob organização geral do professor doutor José Crisólogo de Sales Silva, realizado no período de 1º a 4 de setembro de 2020.

Assim, abrindo a presente coletânea, temos o capítulo **Catadoras de mangaba, (re) criação de identidades e territorialidades na tradição do povoado Ribuleirinha – Estância-SE**, de autoria de **Ricardo Santana Santos e Flávia Santana Santos**. Os autores analisam como as transformações engendradas pelo processo de globalização têm sido alvo de investigação no campo das culturas populares nas últimas décadas. Também se debruçam sobre as dinâmicas de afirmação das catadoras de mangaba, buscando perceber e refletir sobre as sinuosidades que tornam possível identificar permanências e rupturas nas construções identitárias, a partir de uma relação com o território. Metodologicamente, os autores realizam um levantamento bibliográfico e observações preliminares, enquanto participantes da comunidade, recorrendo às categorias de gênero, classe e tradição com a finalidade de investigarem as possíveis transformações nas identidades desse grupo de mulheres. Assim, percebem a emergência de uma identidade de resistência que se materializa com a criação da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha, no município de Estância-SE.

No segundo capítulo, intitulado **Território, cultura e religiosidade: as procissões da Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Recife/PE**, **Ana Caroline de Oliveira Pedroso, Maria Francineila Pinheiro dos Santos e Wedmo Teixeira Rosa** investigam como instituições, indivíduos e grupos sociorreligiosos tecem territorialidades no processo de apropriação/valorização simbólica de espaços sagrados instituídos no contexto de festas religiosas, especialmente do catolicismo popular, através da realização de rituais e práticas religiosas. Entre essas práticas e rituais, se destacam as procissões nas quais se observam territorialidades diversas, cujos interesses, valores e crenças podem coincidir ou divergir entre os agentes envolvidos. Nesse sentido, os autores têm como objetivo apresentar e discutir algumas ações e estratégias de controle adotadas pela Igreja Católica sobre as procissões que acontecem na Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição em Recife/PE, buscando evidenciar as relações entre a territorialidade da Igreja e de indivíduos e grupos sociorreligiosos na realização de práticas da religiosidade popular.

No terceiro capítulo, **A Cartografia Escolar no reconhecimento dos pertencimentos culturais territoriais: a criança que inventaria a Escola do Campo**, **Iassana Rodrigues Soares** apresenta a experiência docente em ressignificar práticas pedagógicas a partir do protagonismo infantil para acolher e visibilizar o Patrimônio e Inventário Social, Histórico e Cultura da Escola Classe Sítio das Araucárias, atravessado pela diversidade campesina de suas crianças, na região situada no Núcleo Rural 1, Córrego do Meio, Sobradinho-DF. A pesquisa empírica, realizada no período entre 2017 e 2019, possibilitou mapear os pertencimentos identitários e culturais das crianças em seus espaços comunitários, como forma de valorizar e afirmar os pertencimentos e sistematizar os saberes locais através do protagonismo infantil. As atividades planejadas e executadas, tais como, visitas, palestras e entrevistas, orientaram a coleta de dados sobre os territórios de vivências. A partir desses procedimentos metodológicos, a autora analisou a diversidade que constitui a região e as formas pelas quais essa diversidade se configura como Patrimônio para o contexto escolar.

Tesouros e assombrações: a interpretação de vestígios arqueológicos pela comunidade de Batinga Sul (Brochier-RS), é o título do quarto capítulo, de autoria de **Thais Gaia Schuler e Magna Lima Magalhães**. Nele, as autoras realizam

uma discussão sobre cultura material e manifestações culturais, objetivando discutir a interpretação que a comunidade de Batinga Sul – localidade rural do município de Brochier, Rio Grande do Sul – faz das materialidades pré-coloniais encontradas em seu território. A pesquisa foi desenvolvida tendo por base teórica a antropologia dos objetos de José Reginaldo Gonçalves. Já o percurso metodológico envolveu, além da pesquisa bibliográfica, a consulta a acervos locais como o Acervo Pedro Mentz Ribeiro, da Universidade Feevale, o Memorial *Neu Frankreich*, a Biblioteca Pública Municipal de Brochier, e o Museu Municipal Nice Antonieta Schüler, de Montenegro. Tendo a História Oral enquanto método recorrente, aplicada em seu limiar com a Etnografia, tem por base empírica as entrevistas concedidas por membros de famílias moradoras da localidade de Batinga Sul. Os resultados indicam que a comunidade local interpreta as materialidades em questão usando o senso comum, atribuindo-lhes sentidos relacionados à existência de tesouros secretos e a eventos sobrenaturais.

Já **Maria Letícia de Oliveira Bianchini** e **Dolores Cristina Gomes Galindo**, no quinto capítulo, **Mulheres e sua história com o café**, através do levantamento inicial de dados bibliográficos, estudam o cultivo do café por mulheres, a partir das resistências e potencialidades que elas encontram na cafeicultura. O intuito da pesquisa é contar a história do café através das mulheres, que participam ativamente nessa cultura desde o Brasil Colônia, porém não aparecem nos registros oficiais, fazendo com que, em 2012 e 2014, segundo as autoras, órgãos internacionais emitam relatórios, afirmando que não havia mulheres interessadas no cultivo do café no Brasil. As autoras também abordam o distanciamento da psicologia, principalmente no Paraná, em relação ao trabalho executado no meio rural. O texto organiza-se em três partes. A primeira delas, sendo a introdução que traz alguns dados acerca do reconhecimento do trabalho da mulher na indústria cafeeira, sobre o distanciamento da psicologia e o objetivo da pesquisa. A segunda parte elucida os caminhos metodológicos que, por enquanto, definem a direção da pesquisa. E por último, as considerações finais acerca do texto.

No sexto capítulo, **A produção histórico-espacial de um território “(re) urbanizado”**: o Lago da Perucaba, Arapiraca-Alagoas-Brasil, **Eliflan Gomes Pereira** e **Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos** trazem uma descrição histórico-espacial do território que compõe o Lago da Perucaba, localizado na cidade de Arapiraca, em Alagoas. Os autores descrevem processos socioespaciais ocorridos nessa localidade ligados à produção do espaço urbano do seu entorno, refletindo sobre os modos de apropriação do espaço por agentes sociais no decorrer do tempo. Mediante uma abordagem qualitativa, em um estudo descritivo com base em revisão de literatura, documental, além de observações e registros fotográficos, os resultados trazidos são parte de um estudo mais abrangente, que vem sendo realizado. Dessa maneira, contribuem para a compreensão da apropriação do espaço no entorno do Lago da Perucaba e refletem acerca da realidade histórico-espacial urbana do município de Arapiraca. Com isso, analisam fenômenos territoriais que produziram e vêm produzindo essa porção espacial, partindo da noção de que o espaço é um produto histórico e, por isso, a relação tempo-espaço se revela importante para a compreensão do espaço urbano, suas áreas de influência e as dinâmicas territoriais dos segmentos da sociedade que o produz.

Em **O mundo rural em crise: representatividade, disputas e pandemia**, sétimo capítulo desta coletânea, **Moacir Rocha Santana Filho** e **José Eloízio da Costa** apresentam uma discussão acerca de como, nos últimos anos, a crise internacional de representatividade e o cenário de disputas, no meio rural, são fenômenos que vêm sendo apontados e estudados por pesquisadores e teóricos de diferentes áreas. No momento em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que vivemos uma pandemia do novo coronavírus em dimensão sem precedentes, instaurando-se uma nova crise epidemiológica, com consequências socioeconômicas; para os autores, o mundo rural brasileiro, caracterizado pela complexidade e heterogeneidade, também foi atingido e ainda sofre as consequências em seus aspectos produtivos, institucionais e de processos de mercado. Assim, analisam a atual conjuntura de crises, além de discutirem pontos relativos aos impactos da pandemia na cadeia produtiva da agricultura familiar e a questão da representatividade, organização e disputas de atores do campo. Concluindo este recorte da pesquisa exploratória e documental em andamento, com abordagem qualitativa, os autores apontam uma possível conexão entre tais crises.

Já no oitavo capítulo, intitulado **Análise SWOT da cadeia produtiva do leite em Alagoas: um enfoque na agricultura familiar**, **José Ribeiro da Silva** averigua as forças, fragilidades, oportunidades e ameaças para o desempenho competitivo do subsistema que envolve os agricultores familiares na cadeia produtiva do leite no território da bacia leiteira de Alagoas. A partir de uma análise descritiva da cadeia, da revisão de literatura, análise documental e dados estatísticos, além da aplicação de um questionário aos agentes com atuação direta na cadeia, foram identificados como principais fatores positivos a genética do rebanho, as tecnologias de alimentação e a nutrição animal, assim como a infraestrutura de armazenamento de leite nas comunidades. No que diz respeito às principais fragilidades, foram percebidas deficiências nas tecnologias de ordenha e debilidades organizativas. As políticas públicas de compras governamentais e a presença de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão, bem como dos agentes financeiros, foram indicadas como oportunidades ao setor. As principais ameaças foram a entrada de produtos lácteos de outras regiões, a fragilidade do cenário político e as dificuldades de reprodução social da atividade.

Em **Metamorfoses da paisagem no centro histórico de Penedo Alagoas: uma análise fotográfica**, nono capítulo desta obra, **Edielson Xavier Ferreira** e **Victor Cavalcante Guimarães** examinam o espaço geográfico em sua relação entre tempos pretéritos e atuais, a partir das fotografias do Largo de São Gonçalo Garcia, no sítio histórico da cidade de Penedo, Alagoas. A pesquisa aborda a fotografia não somente como foto-documento, mas como objeto de demonstração sentimental, através do espaço vivido do autor com a paisagem. A pesquisa procura compreender através dos novos significados e funções que os objetos adquirem no espaço geográfico ao passar do tempo, se aqueles tolhem a topofilia da pessoa com o lugar. Como metodologia de pesquisa, foram mobilizados a fenomenologia e o materialismo histórico dialético, e como método auxiliar a técnica *Photovoice*, dando voz as paisagens representadas. Dessa maneira, o autor ressalta as mudanças nas paisagens da área analisada e como o Rio São Francisco foi significativo para materialidade dos objetos do sítio histórico tombado. Com isso, notaram-se as mudanças e permanências da paisagem cultural registradas por lentes fotográficas de tempos pretéritos

à atualidade, destacando a possibilidade do desvio sentimental do homem com o lugar de vivência presas somente na memória e no registro fotográfico.

Com o título **Dinâmicas culturais e territoriais: festa junina e etnografia em São Luís do Maranhão - noite de São João**, o décimo capítulo, de autoria de **Fábia Holanda de Brito**, discute as dinâmicas culturais e territoriais das festas juninas em São Luís do Maranhão. A autora destaca comportamentos culturais dos maranhenses, com sua variedade de manifestações culturais, ritos e rituais compartilhados em um arraial. Através do método etnográfico, é demonstrado que há um tipo de encenação coletiva a partir dos espetáculos das festas juninas, nas vestimentas, ornamentos, opiniões, brincadeiras, comidas, cheiros e sons que unem os nativos em um território multifacetado que é o arraial, símbolo do São João e encontro de brincadeiras, brincantes, público local e turistas. A observação etnográfica ocorreu no dia 24 de junho de 2019, as escutas possibilitaram os resultados deste trabalho, em noite de São João, constatando que o público vivencia esta data com comidas típicas, shows de cantores, cantadores e grupos regionais. A proposta da narração etnográfica de escutas no espaço cultural do arraial evidenciou o imaginário e as representações a partir dos comportamentos e significados da festa.

No décimo primeiro capítulo, intitulado **Cocoicultura brasileira: relevância socioeconômica do óleo de coco na área alimentícia, cosmética e farmacológica**, **Simone Regina Alves de Freitas Barros e Ana Lídia Soares Cota** constroem um recorte sobre a cocoicultura, destacando a importância socioeconômica do subproduto óleo de coco nas áreas alimentícia, cosmética e farmacológica. Nesse sentido, as autoras ressaltam a recente Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura Brasileira de Qualidade, que tem por objetivo elevar a qualidade, a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade do produto nacional, e realizam uma revisão narrativa da literatura. Nesse sentido, foram pesquisadas bases de dados científicas, tais como: *Scielo e Google Acadêmico*, em que os estudos revelaram que o óleo de coco, como cosmético, é considerado um dos óleos de beleza mais nobres. Na indústria alimentícia, é um componente bioativo que, aliado a diversos alimentos, atua na manutenção da saúde e na redução do risco de doenças. Enquanto na área farmacológica possui ação que auxilia no aumento dos níveis de energia e redução de gordura abdominal, incide na prevenção da obesidade, aumenta a capacidade antioxidante do organismo, reduz os níveis de colesterol e de triglicerídeos, e atua como um excelente modulador do sistema imunológico.

Com o título **Políticas públicas em território quilombola: um olhar sobre a comunidade quilombola Pau d'Arco – Arapiraca-AL**, **Ludmilla Maria Lima Santos e Conceição Maria Dias de Lima**, no décimo segundo capítulo, escrutinam a implantação das políticas públicas específicas para a população negra, no interior dessa comunidade. As autoras constroem um panorama acerca das políticas públicas existentes para a população quilombola relativas à saúde, educação e habitação, visualizando como tais políticas, a partir de seu texto formal, estão postas na realidade cotidiana de moradores da comunidade quilombola Pau d'Arco, localizada na cidade de Arapiraca, Agreste alagoano. Assim, mostram o contraponto entre a relação direta dessas políticas públicas e a população da comunidade, apontando a necessidade de que o texto legal ganhe caráter prático em ações de profissionais que lidem diretamente com a população. As autoras procuram compreender como, embora se reconheçam as suas necessidades, muitas vezes há um hiato

entre a formulação e o planejamento das políticas públicas em relação a sua concretude na comunidade quilombola.

Encerrando a presente coletânea, **Igor Luiz Rodrigues da Silva**, no capítulo **Rio São Francisco: navegando em um rio de múltiplos territórios, paisagens e diversidade étnica**, convida-nos a embarcar de maneira imaginária em uma canoa ou em uma lancha navegando pelo rio São Francisco. A partir de suas próprias experiências enquanto ribeirinho e sertanejo, traz elementos teóricos imbricados à sua vivência junto ao rio. As margens do Baixo São Francisco são revisitadas através de histórias, representações, memórias e sonhos. Paisagens que, para o autor, foram transformadas ao longo das conquistas humanas, das transformações coloniais, das barbaridades do imperialismo industrial e cultural. O autor aborda as disputas territoriais ao longo do rio, a exemplo dos recorrentes conflitos entre povos indígenas rivais, como entre os Tupinambás, localizados na margem direita do rio, no atual estado de Sergipe, e os Caetés, que estavam situados na margem esquerda, mais próximos à foz do rio, onde hoje é o atual estado de Alagoas. Aponta, ainda, as dinâmicas ocorridas nesses territórios onde antes se fixavam as populações indígenas, mas que, ao longo dos processos de invasão e exploração, vão dando lugar, em larga escala, a construções dos primeiros núcleos habitacionais, sendo erguidas as primeiras torres das capelas e igrejas jesuíticas.

Ao final da leitura da coletânea dos capítulos aqui apresentados, temos um significativo mosaico de pesquisas cujo enfoque multidisciplinar desvela as possibilidades de um leque de estudos sobre **cultura e dinâmicas territoriais**. Mediante olhares diversos, as pesquisadoras e os pesquisadores reunidos pelo fio condutor da interdisciplinaridade abrem perspectivas para novas investigações sobre os temas explorados, bem como uma rica referência para novas pesquisas bibliográficas. Nessa direção, com aparatos metodológicos plurais e abordagens teóricas múltiplas, vemos um profícuo espaço para novas pesquisas a partir dos estudos aqui apresentados. Com efeito, este livro reúne pesquisas de várias partes do Brasil, em diversas áreas do conhecimento em um mundo cada vez mais ávido por compreender a si mesmo. Portanto, os escritos que se seguem, no e-book **CULTURA E DINÂMICAS TERRITORIAIS**, trazem à tona a riqueza do universo do conhecimento. Excelente leitura a todas e a todos!

Maceió, 14 de janeiro de 2021.

Prof. Cristiano Cezar Gomes da Silva



Apresentação

Esse livro reúne uma coletânea dos trabalhos científicos apresentados no Grupo de Trabalho 6 - “Cultura e Dinâmicas Territoriais”, do X Encontro Científico e Cultural (ENCCULT) da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). As pesquisas são oriundas de diversos estados do Brasil. Esse lugar de debate nasceu do afeto, do compromisso ético-político de um grupo de pesquisadores que procurou interlocutores para colocar em movimento, um discurso que nos parece muito caro: aquele que abre espaços à emergência de outros modos de pensar a cultura, os territórios e suas dinâmicas.

Na última década, a comunidade científica brasileira tem presenciado o aumento de trabalhos de investigação voltados ao campo da cultura atrelada às territorialidades em seus aspectos multifacetados. Nesse sentido, este livro envolve estudos e pesquisas que representam o interesse de pesquisa do campo e contribuem para a compreensão da cultura em geral, do território e da gestão das políticas públicas frente os desafios da atual modernidade.

Entende-se que as dinâmicas territoriais possibilitam descontinuidades, que em movimento se institui novos olhares acerca das possíveis leituras sobre as realidades à nossa frente. São esses olhares, mediante as novas lentes teóricas e metodológicas que nos permitem uma perspectiva singular que se constitui nas investigações dos pesquisadores que participaram desse livro.

Os capítulos que compõem o livro destinam-se a abrigar e submeter à discussão estudos sobre variados aspectos analíticos, teóricos e empíricos voltados para o território, visando o aprofundamento da reflexão sobre a temática e o fortalecimento do campo. Os estudos demonstram que as formas de ver, sentir e representar o mundo são ressignificadas.

Há uma profusão de novos saberes produzidos e reorganizados, com novas roupagens. A sociedade ganha uma nova ordem pela profusão desses novos saberes e novas práticas se instituem – são novas dinâmicas territoriais e culturais, que se articulam e se moldam numa ressignificação de antigas práticas dos saberes, dos fazeres, do saber-fazer.

Entre esses estudos interdisciplinares destacamos aqueles relacionados ao âmbito da educação do campo, às manifestações culturais, às relações sociais, à diversidade cultural, às práticas produtivas tradicionais, às questões de gênero, à questão da terra, à produção histórico-espacial do território, à educação enquanto questão de cultura e comunicação, às temporalidades, enfim, ao território plural enquanto espaços não apenas fisicamente delimitáveis.

Os artigos contemplam as noções polissêmicas da relação entre cultura e comunicação, das culturas populares, do discurso erudito sobre cultura e comunicação que se cruza, se imbrica e se hibrida; da invenção das tradições, da interdisciplinaridade entre história, cultura e território e da antropologia do objeto. Nesse arcabouço, percebe-se que a velocidade das transformações sociais contemporânea, com a fragmentação do sujeito e a fluidez da identidade, repercute nos saberes locais, afetando o modo de vida, as relações de trabalho, os espaços de educação formal e não-formal, as práticas culturais, a forma de ocupação e uso do território.

Os trabalhos que se seguem abordam nuances diversas das dinâmicas territoriais mediante suas práticas, estudadas por variadas perspectivas teóricas e por caminhos metodológicos difusos cujas raízes estão fincadas em diferentes lugares. Nessa multiplicidade de temas e abordagens acerca da realidade, reside a riqueza e a relevância deste livro.

Enfim, estamos felizes com o rumo que esse livro tomou! Acolhemos escritas de vários lugares do País, que narram de forma inquietante, o desejo de parceria na construção de um conhecimento que também nos debruçamos sobre. Esperamos ter contribuído para a discussão acadêmica, suscitando a continuidade de novas pesquisas sobre a cultura e as dinâmicas territoriais.

Nessa construção, temos a grandeza do compromisso de cada um dos autores que corroboraram com esse livro, trazendo discussões que ampliaram não só o conhecimento produzido no campo da pesquisa, mas o caráter denunciativo que dizem dos modos de vida dos grupos sociais. Boa leitura!

Arapiraca – AL, janeiro de 2021,

Conceição Maria Dias de Lima

Jakes Halan de Queiroz Costa

Jenaice Israel Ferro

Maria do Socorro Barbosa Macedo

(Organizadores)

Catadoras de mangaba, (re)criação de identidades e territorialidades na tradição do povoado Ribuleirinha – Estância/Se¹

Coleccionistas de mangaba, (re) creación de identidades y territorios en la tradición del asentamiento Ribuleirinha - Estância / Se

Ricardo Santana Santos⁽¹⁾; Flávia Santana Santos⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1725-8142>, mestrando, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: ricardo.santana.aju@gmail.com

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9005-5643>, mestre, Universidade Federal de Sergipe – UFS, São Cristóvão, Sergipe, Brasil. E-mail: flavinha_seixas@hotmail.com

RESUMEM: Las transformaciones causado por el proceso de globalización han sido el objetivo de la investigación en el campo de las culturas populares en las últimas décadas. Este artículo se centra en la dinámica de afirmación de los coleccionistas de Mangaba que buscan comprender y reflexionar sobre las sinuosidad que permiten identificar permanencias y rupturas en las construcciones de identidad a partir de una relación con el territorio. Metodológicamente respaldado por una encuesta bibliográfica y observaciones preliminares como participante en la comunidad y utilizando las categorías de género, clase y tradición como el propósito de investigar posibles cambios en las identidades de este grupo de mujeres. Preliminarmente, el surgimiento de una identidad de resistencia que se materializa con la creación de la Asociación de Coleccionistas de Mangaba del Asentamiento Ribuleirinha en el municipio de Estância-Se.

PALABRAS CLAVE: Culturas populares, Género, Clase.

1 INTRODUÇÃO

É importante destacar que nos propomos a refletir sobre a articulação entre as disputas territoriais e as identidades das catadoras de mangaba do povoado Ribuleirinha, localizado no município de Estância-Se, em uma tentativa de identificar possíveis (re) definições nas identidades desse grupo de mulheres, a partir de uma abordagem interdisciplinar no campo dos estudos culturais. Esta análise está centrada no avanço dos processos globalizadores sobre as culturas populares nas últimas décadas, sobretudo, nos países capitalistas de industrialização tardia.

A experiência decorrente do trabalho como professor de geografia de um dos autores, na rede municipal de educação no município de Estância-Se, em uma comunidade notadamente marcada pelas tradições relacionadas às atividades extrativistas ligadas aos

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap1

ambientes costeiros e marinhos – sobretudo manguezais e restingas – e, por conseguinte, a aproximação com alunas que, em sua grande maioria, são filhas, netas ou também elas mesmas mulheres catadoras de mangaba, possibilitaram uma maior aproximação com esta comunidade, ao mesmo tempo que provocaram inquietações. Tais inquietações partiram do choque entre as construções imagéticas amplamente difundidas e cristalizadas da identidade social destas mulheres no imaginário coletivo dos sujeitos que se encontram fora destas comunidades, no caso, antes da possibilidade de convívio como professor que, no geral, tem uma representação imagética dessas mulheres a partir de um “lugar romantizado”- com as constatações de profundas incompatibilidades com essas mulheres “reais” no cotidiano, a partir do convívio no próprio ambiente escolar e na comunidade.

Utilizamos a expressão romantizado no sentido de uma representação naturalizada, idealizada, afastada de contradições e tensões, em uma expressão homegeinizada de “ser” e “estar” no mundo (CANCLINI, 1983). Estas percepções levaram um dos autores deste artigo - Ricardo Santana - a ingressar no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Culturas Populares na Universidade Federal de Sergipe, a partir do qual apresentamos, neste artigo, os levantamentos bibliográficos preliminares como possibilidade de interpretação das (re) definições nas identidades das Catadoras de Mangaba.

Didaticamente, pretendemos, num primeiro momento, relacionar ao debate sobre esta temática: a discussão sobre Tradição; em um segundo momento, discutir a emergência das identidades no contexto da modernidade; em um terceiro momento, apresentar o conceito de maternalismo associado à ideia de gênero feminino; em seguida, analisar a territorialidade desses grupos de mulheres e impactos, nas suas identidades, a partir do associativismo. Por fim, procuraremos apresentar algumas conclusões preliminares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inicialmente, gostaríamos de apresentar a concepção de cultura popular a partir da qual pensamos as identidades das mulheres catadoras de mangaba, em questão, que se origina dos estudos culturais britânicos a partir da década de 1950, sobretudo, com as contribuições dos intelectuais Stuart Hall, Thompson e Williams, considerados os pais dos estudos culturais. Nesta direção, as culturas populares serão consideradas, aqui, enquanto um campo de disputas e de relações de poder marcada pela atuação de diferentes vetores que agem sobre estes setores no sentido de desestabilizá-los e reorganizá-los. Esta perspectiva pressupõe a agência destes grupos e a sua constante disputa ideológica com os setores dominantes. É uma concepção de culturas populares a qual rompe com as interpretações folclóricas que se assentavam na interpretação cristalizada de uma suposta cultura do povo, genuína e autêntica e que, portanto, precisava de ser preservada. Neste sentido, pensamos nas culturas populares a partir da articulação entre experiência, cultura e classe como uma tentativa de localizar os movimentos da sociedade dentro de uma materialidade histórica. Incorporamos também, nesta análise, as contribuições de Nestor Garcia Canclini como uma ferramenta teórica de interpretação das culturas populares e sua apropriação pelo capitalismo a partir da globalização.

É importante destacar que faremos a utilização do conceito de gênero como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primeira de significar relações de poder” (SCOTT,1995). Neste sentido, a categoria de gênero interessa na compreensão da realidade das catadoras de mangaba à medida em que ajuda a compreender de que maneira o trabalho feminino foi usado como argumento para o processo de redefinição do papel da mulher na sociedade (FREIRE, 2006).

Os trabalhos desenvolvidos, tendo como objeto as Catadoras de Mangaba em Sergipe, têm como recorte predominante os impactos socioambientais provocados nas áreas de coleta de mangaba. Neste sentido, existe uma lacuna na discussão sobre os processos relacionados a identidades das mulheres catadoras de mangaba e sua constituição na modernidade tardia. O maior volume de trabalhos destaca a participação feminina nesta atividade e aponta para a dificuldade de sua inserção nos circuitos econômicos. Levando-se em consideração o que Mota *et al.* (2008, p. 158) apresentam em seu artigo publicado na Revista Novos cadernos NAEA:

“a exploração da mangaba no litoral do Nordeste é realizada por catadores – a maior parte constituída por mulheres (cerca de 75%). Esse percentual pode variar a depender da região: em Sergipe, Alagoas, Pernambuco e no litoral norte da Bahia, há um predomínio quase total das mulheres”.

Podemos identificar a existência de uma relação quase que “naturalizada” entre o gênero feminino e o trabalho da catação da mangaba, já que ainda, segundo Mota *et al.* (2008, p. 159), “as explicações usuais para essa associação são a sazonalidade da safra, o baixo rendimento econômico, a leveza do trabalho e a inadequação dos movimentos de levantar e abaixar para os homens”. Encontramos, também, uma produção farta no sentido de chamar a atenção para a necessidade de preservação dos seus modos de vida e da conservação das áreas de coletas, a exemplo dos artigos produzidos por Rodrigues *et. all.* (2015) e por Mota *et. all.* (2007), publicados nos periódicos EMBRAPA, respectivamente: “As Catadoras de Mangaba em defesa dos seus modos de vida” e “As Catadoras de Mangaba: Problemas e reivindicações”. Nesta mesma perspectiva, interessa destacar o trabalho de Santos *et al.* (2016) que destaca a identidade de gênero, na abordagem sobre os estudos da catação da mangaba no povoado Pontal, localizado no município de Indiaroba, em Sergipe, aprofundando a análise da divisão social do trabalho, a partir dos papéis de gênero nas comunidades tradicionais. Entretanto, assim como os demais trabalhos, não avançam no sentido de analisar possíveis rupturas ou redefinições nas identidades destes grupos de mulheres e o acionamento de uma identidade diferente, seja em oposição aos processos de espoliação econômica pelos setores dominantes ou em oposição às relações de hierarquização, a partir das diferenciações percebidas entre os sexos.

Nesta perspectiva, o estudo proposto sobre a temática das identidades das catadoras de mangaba, em uma perspectiva interdisciplinar e suas possíveis redefinições, pode ser considerado inédito. Entretanto, a nível de aproximação, trabalhos importantes têm sido produzidos no sentido de compreender as especificidades das transformações em comunidades tradicionais. Destaco o trabalho produzido por Barbosa (2013) que, na sua tese de doutoramento, estuda as quebradeiras de babaçu no Maranhão, apontando caminhos importantes na discussão de gênero e classe, a partir destas realidades subalternas e marginalizadas. Uma aproximação que interessa para este artigo, em relação ao trabalho

das quebradeiras de babaçu e as catadoras de mangaba, é a identidade de gênero que as atravessam. Determinadas concepções e signos, papéis e “lugares” que são atribuídos para as mulheres nestas tradições. O maternalismo é um destes conceitos que a pesquisadora destaca em sua produção, no sentido de que as práticas das quebradeiras de babaçu não dissociam o mundo da casa do mundo trabalho. Dando a entender que as atividades desenvolvidas por elas são uma extensão do “ser mulher”.

Pensamos, neste sentido, que é importante considerar a dimensão de classe, quando se pretende compreender as transformações em curso na tradição que as catadoras de mangaba estão inseridas. Considerando que a gênese da classe se dá quando sujeitos que dividem experiências em comum, que podem ser compartilhadas ou herdadas, elaboram e articulam uma identidade que dialoga com seus interesses e, geralmente, entra em antagonismo com interesses diferentes dos seus. Entendemos, pois, que classe é “uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações”. Desta forma, “classe é uma formação tão “econômica”, quanto “cultural”. E “o que muda, assim que o modo de produção e relações produtivas mudam, é a existência de homens e mulheres existentes”. (THOMPSON, 2001).

Desta forma, as categorias como gênero, maternalismo, classe, dentre outras utilizadas nas análises sobre as comunidades tradicionais, têm sido vistas não como conceitos fechados, mas como ponto de partida para a construção de problemas, e não problemas conclusos, mas movimentos históricos ainda não definidos (WILLIAMS, 1979).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista teórico-metodológico, estas reflexões são resultados do levantamento bibliográfico do estado da arte sobre as (re) definições das identidades na modernidade tardia, tradição, raça e gênero para a elaboração da dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Culturas Populares da Universidade Federal de Sergipe – PPGCULT. Este levantamento tem como um dos pontos centrais a articulação das (re) definições das identidades das mulheres Catadoras de Mangaba, a partir da luta pelo acesso aos territórios de coleta. Em um polo, este levantamento está assentado, sobretudo, nas contribuições dos paradigmas do Estudo Culturais e dos teóricos que pensam as Culturas populares na contemporaneidade. Em outro polo, está assentado nos trabalhos produzidos sobre as mulheres catadoras de mangaba em Sergipe. Na discussão, articulamos essa produção bibliográfica a observação preliminar a partir da atuação do autor Ricardo Santana como professor de geografia na comunidade em questão por oito anos. É fundamental destacar que estas análises serão aprimoradas durante a efetivação do trabalho de dissertação com a incorporação de outras ferramentas analíticas adotadas pelo trabalho etnográfico como entrevistas e observações participantes

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A tradição que se (re) inventa

Tomando como pressuposto que o trabalho² é uma categoria central na humanização dos sujeitos, as transformações nos modos de vida das Catadoras de Mangaba, no que diz respeito as práticas na produção de sua existência, material, social, cultural e o impacto no apagamento/adaptações de aspectos das suas tradições, ou de rupturas, levou-nos a conjecturar a possibilidade do desenvolvimento de uma investigação. É possível afirmar, conforme aponta Hall (2013), que tem estado em curso a destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo?

Para Canclini (1989), o avanço dos processos globalizadores, destaco, aqui, aqueles mediados pelas tecnologias em telecomunicações (internet, rádio, televisão e telefone), a partir da desterritorialização e reterritorialização das culturas - entendida como costumes, modos de vida, valores e tradições - na modernidade, tem produzido o que o autor define como “culturas híbridas”. Este movimento analisado por Canclini, pressupõe trocas e intercâmbios, mas também perdas de determinados aspectos das culturas que se relacionam. Este processo não significa o seu desaparecimento por completo. Neste sentido, é preciso destacar que as “Culturas Populares” emergem das transformações forjadas a partir da globalização, sobretudo, nas periferias do capitalismo, e que não se encontram situadas fora do campo de forças das relações de poder e de dominação culturais (HALL, 2013). Entretanto, não se trata aqui de tomar a “tradição” ou os “costumes” como algo estático ou imutável, já que as mudanças, nos costumes, são processuais e partem das necessidades coletivas, construídas através das relações de poder e de interesses nos contextos de harmonia ou de tensão social, em que as “tradições inventadas são ferramentas de regulação” (HOBSON E RANGER, 2012).

Desta forma, consideramos que as catadoras de mangaba estão inseridas em uma tradição, mas entendemos que houve adaptações na medida em que foi necessário organizar velhos costumes em condições novas ou quando foi necessário “usar velhos modelos para novos fins” (HOBSON E RANGER, 2012). Estas adaptações estão relacionadas aos novos papéis atribuídos às mulheres – seja na família, no trabalho ou na comunidade – com a emergência da modernidade. A mulher catadora de mangaba é estudante, empreendedora, chefe de família e militante de movimentos sociais. Desta forma, acreditamos que existe uma descontinuidade em ser uma mulher catadora de mangaba em relação ao passado, quando esta atividade era associada a uma extensão das atividades domésticas. Neste sentido, o autor, Ricardo Santana, pretende aprofundar através do desenvolvimento da dissertação de mestrado na compreensão sobre as formas e circunstâncias em que estas mudanças se efetivaram/materializaram entre este grupo de mulheres, tendo como recorte as identidades que as atravessam, principalmente, a tríade gênero, raça e de classe. Entretanto, de forma preliminar, consideramos que a identificação de classe que fez emergir a Associação de

² O trabalho conforme Marx é a base fundamental para que o ser humano se constituísse como ser social, superando a esfera do ser dominado pela natureza para o ser que pensa e a transforma para garantir sua existência. Desse modo, o trabalho assume o caráter mediador da relação homem e natureza, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma o próprio homem.

Catadoras de Mangaba aponta para a emergência de uma “nova” identidade, entre as mulheres do grupo, que será melhor apresentada na próxima seção.

4.2 A luta por hegemonia: Identidades de Resistência

Inicialmente, é necessário recuperar a definição de Santos (1993) de que as identidades são identificações em curso e que, segundo o mesmo, está em desenvolvimento um processo de “recontextualização” e “reparticularização” de vínculos identitários, o que está conduzindo a uma reformulação das identidades, ou seja, a um “regresso das identidades”, que podem ser de gênero, de classe e de raça (no sentido sociológico), entre outras. Estas identidades haviam se pulverizado com a emergência do Estado Moderno, na medida em que suas demandas foram, supostamente, incorporadas na ideia de um Estado Nação. Pautado em uma discussão filosófica, a partir de Foucault, Derrida, Freud, Arthulser e Butler, Hall (2000), apresenta o papel do poder e da ideologia na configuração do sujeito-político. Neste sentido, as identidades, aqui, serão tomadas como uma “intercessão”, “articulação” ou “sutura” entre os sujeitos-políticos, e não como um fenômeno marcado pela homogeneidade. Consideramos que seja interessante pensar as identidades das catadoras de mangaba nesta perspectiva, como um ponto de interseção entre diferentes mulheres, não como um conjunto homogêneo.

Nesta direção, como podemos pensar/interpretar, no caso das Catadoras de Mangaba especificamente, a sua (re) afirmação? Ao que se opõe e, ao mesmo tempo, constituem as identidades das Catadoras de Mangaba? Em outras palavras, o que costura as identidades que se articulam sob a mulher Catadora de Mangaba? Partimos do pressuposto de que um indicativo pode vir do que o próprio Hall (2013) define como “a destruição de estilos específicos de vida” e a transformação em algo novo, o que nos leva a corroborar como o mesmo, de que o termo popular dessa tradição guarda uma relação muito próxima com a cultura dos oprimidos e com o termo classe. Pensar nas catadoras de mangaba na perspectiva da cultura popular, tal qual Hall nos faz refletir, também pode nos levar a conceber esta cultura como “formas de luta”, muito mais do que como “formas de vida”. O que significa tomar as tradições em um movimento de criação e (re) criação, e não como algo estanque/imutável no tempo, como também no espaço. Tentaremos discutir as identidades das catadoras de mangaba, por agora, nesta perspectiva.

No contexto de afirmações das identidades e da interpretação das tradições, também, enquanto formas de luta, interessa destacar a criação da Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha, no município de Estância-Se, no ano de 2013. Levantamos, aqui, a discursão de que houve uma identificação de classe que fez emergir a associação das catadoras, e que talvez possa indicar o acionamento ou formulação de uma identidade de resistência, na medida em que sua “definição remete a um grupo de pessoas que se envolvem em uma luta para estabelecer para si mesmos uma identidade distinta, em oposição a uma identidade dominante” (ROSENDHAL, 2007). Nesta mesma linha de argumento, o próprio Hall (2000) considera que as identidades “emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica”.

Pensamos na identidade das catadoras de mangaba no campo da resistência, principalmente, a partir do insulamento das suas áreas de coleta com a expansão da especulação imobiliária, mais especificamente, nas áreas de atuação das mulheres em questão, para a construção de condomínios residências de alto padrão. Este processo foi intensificado, sobretudo, com a construção da rodovia Sergipe/Bahia, denominada de linha verde, que integraram ações do Prodetur Nordeste na década de 1990 e com a recente construção das pontes, Joel Silveira, ligando o município de Aracaju à Itaporanga, e a ponte Gilberto Amado, entre os municípios de Estância e Indiaroba. Este processo está associado nas últimas décadas, especificamente, nas atividades desenvolvidas por este grupo de mulheres, às mudanças nos arranjos territoriais e na expropriação de áreas antes utilizadas no extrativismo da mangaba. Esta situação tem conduzido a associação das catadoras a disputas judiciais pela posse e acesso à terra, configurando-se em um importante espaço de resistência à expropriação desse grupo de mulheres.

4.3 A mangabeira e o feminino

Refletindo em torno das identidades que se articulam à mulher catadora de mangaba, é importante destacar que, na constituição do sujeito-político, “as questões sobre a função paradigmática da diferença sexual” são fundamentais na análise da (re) definição das identidades, conforme chama atenção Hall (2000), a partir das contribuições de Butler. Portanto, analisamos o protagonismo da mulher, nesta tradição, como importante na redefinição, na identidade de gênero desse grupo. Por uma perspectiva, é importante destacar que existe um discurso e uma construção imagética que associa o feminino à tradição da coleta de mangaba - que consideramos uma espécie de “mito” de fundação - no qual o leite da mangabeira era utilizado sobre os seios das índias que não produziam leite, com a finalidade de estimular a sua produção. Essa construção imagética e simbólica em torno do feminino e da mangabeira é bem representada no documentário “Mulheres Mangabeiras”³. O filme compõe o Projeto Catadoras de Mangaba Gerando Renda e Tecendo Vida em Sergipe, realizado pela Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai), sob patrocínio da Petrobras, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, o Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe e o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de Sergipe (Consean-SE). Por outra, considerando, preponderante, o papel feminino nas atividades ligadas ao extrativismo da mangaba, no Nordeste, e, em maior número, em Sergipe, o estado da arte compreende essa atividade como complementar na renda familiar. Esta compreensão se fundamenta, principalmente, na dificuldade de inserção da produção dessas mulheres nos circuitos econômicos e da falta de políticas públicas consistentes de subsidio e financiamento como também, mais recentemente, na dificuldade de acesso às áreas de coleta, conforme já apresentado. Ora, se o trabalho feminino não possibilita o sustento da família, esta interpretação supõe que o trabalho masculino - o homem como provedor das necessidades da família - teria um impacto maior na renda familiar, o que, portanto, explicaria a predominância de mulheres na atividade de coleta apenas como um complemento para a renda familiar. Todavia, percebe-se um número considerável

³ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Dq84PMNV9-o> Acessado no dia 01/10/20019.

de mulheres chefes de família ou que configuraram novos arranjos familiares, ligadas à atividade. Interessa, no processo de pesquisa de mestrado, investigar em que nível isso se materializa e qual é a percepção dessas mulheres em relação a essas transformações, no que diz respeito às “determinações” dos papéis gênero.

Fazendo um paralelo com o documentário mencionado acima, chama bastante atenção na fala das mulheres a preocupação com os filhos, desde as mais imediatas como o suprimento de alimento, até as de médio e longo prazo, como a formação e uma carreira profissional. Pois, ao que parece, assim como a mangabeira não deixa faltar o leite aos seus filhos, as catadoras de mangaba não deixam faltar comida na mesa dos seus.

Outra interseção importante, nos fios que tecem as identidades que se articulam em torno das mulheres catadoras de mangaba, é o componente racial, já que, em sua grande maioria, esse grupo é constituído por mulheres negras. A partir da compreensão de raça⁴ como uma construção política e social que organiza um sistema de poder socioeconômico de exploração e exclusão social, é fundamental destacar, no entrelaçamento das identidades que constituem as mulheres em questão, a importância da categoria raça. DAVIS (2016) discute, de maneira primorosa, de que forma, o processo de abolição da escravidão e a ascensão do chamado “trabalho livre”, provocaram uma reconfiguração nas diversas formas de opressões (de classe, gênero e raça). Este processo, apresentado por Saffioti (2013), em *A mulher na sociedade de classes*, significa a seleção de caracteres sexuais, raciais e de classe que são operacionalizados como marcadores sociais que possibilitam a hierarquização dos membros da sociedade de acordo com “as necessidades e conveniências do sistema produtivo de bens e serviços (SAFFIOTI, 2013. p. 60).

5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Segundo HALL (2000), “precisamos vincular as discussões sobre as identidades a todos aqueles processos e práticas que tem perturbado o caráter relativamente “estabelecido” de muitas populações e culturas: os processos de globalização”. Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre o impacto do processo globalizador nas (re) definições destas identidades, principalmente, a partir da expansão das redes e das tecnologias em telecomunicações. Um primeiro olhar aponta para duas hipóteses. A primeira delas é a formação de uma rede de solidariedade entre este grupo, que se dá, sobretudo, a partir das atividades desenvolvidas pela Associação das Catadoras de Mangaba do Povoado Ribuleirinha, mas que se encontra articulada ao Movimento das Catadoras de Mangaba de Sergipe (MCB). Esta articulação se materializa através de encontros Estaduais, produção de material informativo e audiovisual em plataformas digitais, na formação política – em parcerias como ONG’S e como a Universidade Federal de Sergipe- e na reivindicação ao acesso e à posse da terra nas esferas institucionais. Neste sentido, a disputa pelos territórios de coleta assume um papel de centralidade da (re) definição das identidades desse grupo de mulheres. A segunda diz respeito à redefinição da identidade de gênero, a partir do protagonismo feminino assumido nesta tradição e das transformações dos arranjos familiares entre as mulheres do grupo,

⁴ Acerca da definição de raça é importante também considerá-la como uma noção estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e os direitos políticos inerentes à cidadania, estabelecida pelos novos Estados Liberais, e ao longo do processo de abolição do cativo. (MATOS, 2009).

colocando, em discussão, o próprio conceito de maternalismo, que não dissocia o mundo do trabalho com o mundo doméstico, o que, aparentemente, tem se mostrado insuficiente para explicar a realidade destas mulheres.

Tomando como referência a recontextualização das identidades, a emergência das identidades como forma de resistência e, embora não exclusivamente, a cultura popular como formas de luta, as contribuições de Canclini (1983) sobre as culturas populares no capitalismo são de fundamental importância na abordagem teórica e metodológica para os estudos em cultura. O primeiro ponto de convergência é compreender as culturas populares através de sua conexão com os conflitos de classe e as condições de exploração destes setores. O segundo ponto é nos estudos das culturas populares conciliar a explicações marxistas - utilizando as categorias de ideologia, a influência dos aparelhos culturais na subordinação das culturas populares e a luta de classes - com os métodos da antropologia e da sociologia, no sentido de analisar as transformações nas culturas populares a partir do movimento histórico da sociedade, o que significa tomar as culturas populares, em contexto de luta por hegemonia, o que não significa, necessariamente, o seu desaparecimento por completo, mas sim a sua apropriação pelo capitalismo, sobretudo, no capitalismo dependente. Neste sentido, compreender as (re) definições nas/das identidades das catadoras de mangaba, pressupõe entrelaçar as diferentes forças que agem sobre elas, entendendo, pois, que as identidades são relacionais e resultados das tensões, como também intercâmbios entre diferentes sujeitos, em diferentes contextos históricos, políticos, econômicos e espaciais.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, V. de Oliveira. *Mulheres do Babaçu: Gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão*. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
2. CANCLINI, N. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
3. CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. São Paulo: Edusp, 1989.
4. DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
5. FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Rio de Janeiro, 2006. 366 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.
6. HALL, S. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2013.
7. HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e Trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

8. HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das Tradições*. Introdução. Paz e Terra, 2012.
9. MOTA, Dalva Maria da.; RODRIGUES, R. F. de A.; ALVES, J. N. F.; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. *O extrativismo de mangaba é “trabalho de mulher”?* *Dois situações empíricas no Nordeste e Norte do Brasil*. Novos Cadernos NAEA, V. 11, n. 2, p.155-168, dezembro. 2008.
10. MOTA, Dalva Maria da; Schmitz, H.; SILVA JÚNIOR, J. F.; JESUS, N. B.; PEREIRA, E. O.; RODRIGUES, R. F. A.; SANTOS, J. V.; CURADO, F. F. *As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações*. Documentos / Embrapa Amazônia Oriental, Belém-Pa, n° 310, 74p. 1ª Edição, Dezembro de 2007.
11. RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo; MOTA, D. M.; SILVA JÚNIOR, J. F.; VIEIRA, D. L. M.; PEREIRA, E. O.; BRITO, J. V. S.; JESUS, N. S. *As catadoras de mangaba em defesa do seu modo de vida*. Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju-Se, n° 192, 55 p. 1ª Edição, Dezembro de 2015.
12. ROSENDHAL, Zeny. *Cultura, Turismo e Identidade*. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org). *Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.
13. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
14. SANTOS, Boaventura de Souza. *Modernidade, identidade e a cultura de fronteira*. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 5(1-2): 31-52, 1993 (editado em nov. 1994).
15. SANTOS, Eline Almeida, SOUZA E MELO, Rosemeire. *Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe*. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, 2015, 6 (3), 629-642 [Acessado em 30 de Junho de 2020]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552856412053>
16. SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. SOS Corpo, Recife, 1995.
17. THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Org. e trad. Antônio Luigi Nero e Sergio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
18. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Território, cultura e religiosidade: as procissões da Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Recife/PE¹

Territory, culture and religiosity: the processions of The Feast of Our Lady of Immaculate Conception in Recife/PE

Ana Caroline de Oliveira Pedroso⁽¹⁾; Maria Francineila Pinheiro dos Santos⁽²⁾; Wedmo Teixeira Rosa⁽³⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2875-6219>, mestranda em Geografia; Universidade Federal de Alagoas – UFAL, bolsista CAPES; Maceió, Alagoas; Brazil. E-mail: acopedroso@gmail.com;

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6908-2441>, professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGG/UFAL; Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Geográfica – GPEG; Coordenadora do Laboratório de Educação Geográfica do Estado de Alagoas – LEGAL/UFAL; Brazil. E-mail: francineilalap@gmail.com;

⁽³⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0435-9523>, professor; Instituto Federal de Pernambuco – IFPE; Brazil. E-mail: wedmo@recife.ifpe.edu.br.

ABSTRACT: Institutions, individuals and socio-religious groups weave territorialities in the process of symbolic appropriation / appreciation of sacred spaces instituted in the context of religious festivals, especially popular Catholicism, through the performance of religious practices. Among these practices and rituals, the processions stand out, in which diverse territorialities are observed, whose interests, values and beliefs may coincide or diverge between the agents involved. In this sense, this article aims to present and discuss some control actions and strategies adopted by the Catholic Church over the processions that take place at The Feast of Our Lady of Immaculate Conception in Recife / PE, seeking to highlight the relationship between the territoriality of the Church and of individuals and socio-religious groups in carrying out popular religious practices. For this purpose, a qualitative methodological approach was adopted and the case study as a research outline, using multiple sources of data and information such as direct observation, semi-structured interviews and question forms, whose results were analyzed and interpreted from the source triangulation strategy. The results of the research demonstrate that despite exercising a hegemonic power in the context in question, the territorial actions and strategies adopted by the Catholic Church are strongly influenced by the desires and needs of religious men / women, generating negotiations that aim to meet the interests of both, preserving however, ecclesiastical authority over the Feast and, more specifically, processions.

KEY-WORD: Religious territoriality, Catholic Church, religious practices.

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap2

INTRODUÇÃO²

As religiões, juntamente com seus rituais, significados, crenças e valores, fazem parte do universo cultural de um povo e são importantes no sentido de elaborar concepções de mundo e instituir referenciais simbólicos que delineiam a forma com que a sociedade se relaciona com o espaço, como também constitui seus territórios. Assim sendo, considerando a necessidade de enfatizar a correspondência existente entre cultura, território e poder para realizar uma leitura acerca da territorialidade religiosa, destaca-se a dimensão simbólico-cultural do território e das relações de poder para uma melhor compreensão acerca do fenômeno abordado nesta investigação, isto é, as relações entre a Igreja Católica Apostólica Romana e as práticas da religiosidade popular, tomando como foco principal as procissões que ocorrem na Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Recife-PE.

Primordialmente, é preciso elucidar que, nesta discussão, o poder é apreendido numa perspectiva relacional, isto é, enquanto uma relação e não como um objeto ou coisa, desde aquele mais material das relações econômico-políticas ao mais simbólico das relações de ordem mais cultural. As relações de poder estão presentes em todos os lugares, ações e relações sociais, manifestando-se em diferentes escalas espaciais, sociais e temporais. Dentre os principais geógrafos que comungam dessa perspectiva multidimensional (política, econômica e cultural) e multiescalar (local, regional e global) do poder, bem como do território e da territorialidade, enfatizando a relação existente entre eles, destaca-se Raffestin (1993), Sack (1986), Haesbaert (2007; 2014), Saquet (2010) e Souza (2003; 2009).

Por conseguinte, compreendemos as relações religiosas também como relações de poder, e com isso, elas encontram-se, intrinsecamente, atreladas a um território, o qual é constituído por duas dimensões indissociáveis e coexistentes: a material e a simbólica. Contudo, no debate em curso, ao tratarmos de território religioso, estamos privilegiando a sua dimensão simbólico-cultural, isto é, o agrupamento dos seus aspectos mais subjetivos, afetivos, identitários, valorativos, bem como a carga emocional e as representações que o constitui; sem, contudo, postergar a sua dimensão material-concreta.

A relação entre território e cultura é fortemente valorizada por Bonnemaïson (2012) e se faz presente e significativa no estudo em tela, uma vez que a cultura é o elemento mais marcante no processo de constituição de territórios e territorialidades no contexto das festas religiosas e, em específico, na Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. De acordo com o autor, o território é, essencialmente, o lugar de mediação entre os homens e sua cultura, encontrando-se impregnado de “geossímbolos”, isto é, espaços que, por razões religiosas, políticas ou culturais, adquirem uma carga cultural, simbólica e afetiva para determinados grupos e indivíduos, fortalecendo-os em sua identidade.

Os geossímbolos engendrados por referências religiosas são lugares qualitativamente mais fortes e significativos, envolvidos por mitos e tradições, revelando valores, crenças e rituais, como também são capazes de por o homem em contato com o sagrado, e podem ser

² Essa investigação faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “Igreja Católica e as práticas da religiosidade popular: relações sociais, tensões, conflitos e consensos na Festa de Nossa Senhora da Conceição, Recife/PE” que está sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Alagoas – UFAL. A pesquisa tem como foco principal realizar uma análise da territorialidade do Santuário de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e sua relação com as práticas da religiosidade popular no contexto da Festa de Nossa Senhora da Conceição, realizada na cidade do Recife/PE.

uma igreja ou templo, um terreiro de candomblé ou um centro de umbanda, uma gruta, um monte, ou até mesmo o itinerário de uma procissão, como aqui enfatizamos. O conjunto desses espaços compõe uma “Geografia sagrada” que inscreve e delimita um território religioso e engendra uma territorialidade (BONNEMAISON, 2012).

O território religioso pode ser entendido, portanto, como uma porção do espaço delimitado e impregnado de significados, símbolos e imagens, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado indivíduo, grupo ou instituição religiosa e que apresenta, além do caráter político, um expressivo caráter cultural, sendo um importante instrumento da existência e reprodução social daqueles que o controlam. Enquanto que a territorialidade religiosa corresponde às práticas desenvolvidas por esses agentes territoriais no sentido de controlar um dado território religioso, fortalecendo e preservando o poder do sagrado que dele emana (ROSENDAHL, 2005).

A Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto instituição religiosa de grande influência identitária no cenário brasileiro, outrora e hodiernamente (embora em proporções distintas), dispõe de meios materiais (visíveis) e imateriais (não visíveis) para estabelecer, controlar e manter o domínio sob os seus territórios, tais como igrejas, santuários, paróquias e dioceses, os quais favorecem o exercício da fé e a vivência religiosa do sagrado, além de atender às necessidades da comunidade católica e adquirir novos fiéis.

No desenrolar das festas religiosas, através da realização de um conjunto de práticas onde mesclam-se expressões devocionais próprias da religiosidade popular e atividades eclesiais, verifica-se a apropriação/valorização simbólica dos espaços sagrados por parte dos fiéis, enquanto que, paralelamente, a Igreja Católica emprega múltiplos esforços a fim de manter a sua autoridade sobre esses espaços, o que constitui uma das formas de gestão de seus territórios. As relações de poder que se estabelecem entre esses agentes territoriais ocasionam episódios de consentimento, tensão, conflito, dominação e/ou exclusão.

Neste contexto, inscreve-se a Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a qual constitui uma das maiores manifestações religiosas populares da cidade do Recife, que acontece todos os anos no Morro da Conceição, localizado no bairro Casa Amarela, entre os dias 29 de novembro e 8 de dezembro, atraindo centenas de milhares de pessoas. Além disso, a Festa³ também possui importância singular para o Recife por ser uma tradição centenária que imprime, no espaço urbano, modificações significativas no que se refere à circulação de pessoas e objetos, ao comércio, ao turismo, entre outros, como também faz parte do imaginário cultural e identitário dos recifenses, tendo em vista a gama de símbolos e representações que abarca.

As práticas religiosas realizadas durante a Festa, como expressões de fé e devoção à Santa, apresentam uma nítida dimensão espacial. Dentre essas práticas, destaca-se a realização de duas procissões: a Procissão da Bandeira, realizada no dia 28 de novembro; e a Procissão de Encerramento, que ocorre no dia 8 de dezembro; sendo uma de menor e outra de maior magnitude, respectivamente⁴, porém ambas notadamente institucionalizadas.

³ A palavra festa sempre que escrita com inicial maiúscula, no presente trabalho, refere-se especificamente à Festa de Nossa Senhora da Conceição, tendo em vista sinalizar ao leitor quando a discussão faz menção às festas de um modo geral ou à festa que constitui objeto de estudo dessa investigação.

⁴ Para a 115ª Festa de Nossa Senhora da Conceição, a previsão realizada para as procissões foi de 60mil à 250mil fiéis, segundo a organização do evento. Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco. **Ordem**

Torna-se, portanto, essencial compreender como é empreendida a valorização, apropriação e controle dos espaços sagrados instituídos no âmbito festivo, mais especificamente, no contexto das procissões, pelos agentes territoriais mencionados, isto é, a Igreja Católica e os participantes da Festa, bem como as relações de poder estabelecidas entre eles no decorrer desse processo. Neste sentido, o presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir algumas ações e estratégias de controle adotadas pela Igreja sobre as procissões que acontecem na Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Recife-PE, buscando evidenciar as relações entre a territorialidade da referida instituição religiosa, como também as práticas da religiosidade popular.

METODOLOGIA

Considerando os objetivos propostos, a abordagem metodológica deste trabalho tem caráter qualitativo, buscando entender o fenômeno estudado dentro de seu contexto e enfatizando a importância dos significados, valores e representações impregnados nos espaços, além de se preocupar com a espacialização dos fenômenos sociais, com os processos de valorização e apropriação simbólica e/ou efetiva através dos quais é facultada a criação, a organização e o controle de territórios religiosos por indivíduos, grupos sociais e instituições.

Inicialmente, foi feito um aprofundamento e ampliação das leituras, fazendo-se consultas a livros, teses, dissertações e artigos científicos, explorando algumas das principais discussões empreendidas sobre o tema proposto, possibilitando construir um aporte teórico a respeito do fenômeno investigado. Além disso, o acesso a trabalhos produzidos, anteriormente, sobre o Morro da Conceição e sua Festa também foi de exímia importância para um melhor entendimento acerca da realidade estudada.

Enquanto delineamento da pesquisa, utilizou-se o estudo de caso, recorrendo-se a múltiplas fontes de dados e informações como a observação direta *in loco*, entrevistas semiestruturadas com sujeitos relevantes e formulários de perguntas aplicados aos participantes da Festa realizada no ano 2019⁵. Os dados foram coletados paralelamente à pesquisa bibliográfica a fim de esclarecer algumas lacunas que surgiram com o levantamento bibliográfico, como também conhecer melhor o objeto pesquisado, registrando em fotos e anotações os fatos mais importantes.

As observações diretas realizadas no sentido de verificar o fenômeno no momento de sua ocorrência foram do tipo não participante, na qual o contato entre a realidade estudada e o pesquisador ocorre de forma que este não se integra totalmente a ela, pois permanece de fora, desempenhando o papel de espectador (MARCONI e LAKATOS, 2010). Esta postura adotada, porém, não impediu que o pesquisador se aproximasse intimamente do seu objeto

de operações nº DIM 015/19. Disponível em: <https://www.intranet.bombeiros.pe.gov.br/storage/get/file/10036>. Acesso em: 8 jun. 2020.

⁵ Conforme estimativas dos organizadores do evento ocorrido no ano de 2018, a Festa conta com a participação de cerca de 1,5 milhão de pessoas durante os nove dias de Festa. A partir do número aproximado de indivíduos que compõem o evento, definiu-se o tamanho da amostra, sendo que para uma população superior a 1 milhão, o número de indivíduos da amostra deve ser 384, com um nível de confiança de 95% e erro amostral igual a 5%. Assim sendo, foram aplicados 384 formulários aos participantes da Festa, excetuando-se comerciantes, voluntários e funcionários do Santuário, entre os dias 28 de novembro e 8 de dezembro de 2019, principalmente nas imediações do Santuário, em horários variados, obedecendo a relação formulários/dias considerada proporcionalmente de acordo com o fluxo de pessoas ao longo da Festa.

de estudo, acompanhando de perto o desenrolar das diversas práticas religiosas juntamente com os participantes da Festa, sobretudo, das procissões de encerramento e abertura, além das relações estabelecidas entre os participantes e a Igreja Católica.

Após a coleta dos dados, realizou-se a transcrição das entrevistas, a seleção do material fotográfico e a tabulação dos dados obtidos através dos formulários de perguntas. Posteriormente, foi adotada a triangulação como estratégia na análise e interpretação dos resultados, a qual consiste basicamente em confrontar a informação obtida por uma fonte de coleta de dados com as outras informações, com vistas a identificar pontos de convergência ou divergência entre os dados, corroborando-os ou contradizendo-se, o que pode acarretar na rejeição do dado ou na busca de mais informações que possam confirmá-lo ou negá-lo. Ao longo de todo o estudo, porém, buscou-se inter-relacionar as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e no trabalho de campo, visando atingir os objetivos propostos, possibilitando, assim, uma melhor reflexão e compreensão sobre a complexidade do tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A palavra procissão, originária do latim *processione*, significa “marchar para frente”. Designa um ritual religioso realizado por seguidores dos mais diversos cultos, como uma forma de expressão pública e coletiva da fé, como também dos sentimentos religiosos. Durante o ritual, os participantes caminham, entoando cânticos e/ou recitando preces, levando expostas as imagens ou relíquias veneradas. Embora o seu surgimento remonte à antiguidade, foi na Idade Média que a procissão conheceu seu apogeu, adquirindo a dimensão de um grande acontecimento religioso e social, com rituais próprios e participação em massa de fiéis (ANDRADE, 2009).

No Brasil, esse tipo de comemoração foi instituído desde o governo-geral de Tomé de Souza, no período colonial, quando chegaram aqui os primeiros jesuítas. Ritual imposto como uma das estratégias de conversão utilizadas pelo clero, incumbido de disseminar e preservar a fé católica entre os povos, “a procissão é um ato de culto externo em que se manifestam com mais exuberância o sentimento religioso e a devoção popular; ela se destaca como o momento mais importante de uma festa religiosa na cidade ou durante uma romaria ao santuário visitado” (ROSENDAHL, 2018, p. 389).

Tratando-se de “rituais da ordem” ou “rituais de reforço”, como classifica DaMatta (1986), em que se celebram as relações sociais tal como elas operam no mundo diário, mantendo as diferenças de poderes e as hierarquias entre os seus participantes, as procissões evocam, necessariamente, o sentido de coletividade, de cortejo e, geralmente, são realizadas a partir da iniciativa de uma instituição religiosa, realçando as relações dos homens com Deus através da Igreja. Assim, a Igreja Católica, por meio dos dirigentes do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, organiza e comanda a realização desses rituais que são tidos como pontos altos da Festa, sendo divulgados na programação oficial, juntamente com as missas, o novenário e os shows.

Por essa razão, as procissões têm sempre um ponto de partida formalizado e preestabelecido, podendo ser um centro físico e social de poder religioso ou cívico, bem como um ponto de chegada igualmente fixado. Além disso, geralmente, o itinerário da procissão

também é traçado pela instituição religiosa, o que consiste em uma clara manifestação da sua territorialidade e seu poder de criação, como também gestão de territórios religiosos: ainda que esses territórios sejam simbolicamente apropriados pelos leigos ao desempenharem suas práticas religiosas individuais, simultaneamente, à prática coletiva da procissão, ao instituí-la e organizá-la, a Igreja exerce o seu controle sobre as pessoas, os fenômenos, os objetos e os relacionamentos que fazem parte do cortejo.

No que diz respeito às duas procissões realizadas no contexto da Festa de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, o trajeto é estabelecido através de uma parceria entre o Santuário e as instâncias governamentais, envolvendo, sobretudo, a Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife. As duas instâncias, isto é, o poder espiritual e o poder temporal, representados pelo Santuário e pela Prefeitura do Recife, respectivamente, estabelecem conexões durante o planejamento e a execução desses rituais, seja para estender as bênçãos da Festa a toda a cidade do Recife ao englobar o poder executivo na organização do cortejo, seja para mostrar que essas duas formas de poder, por vezes tidas como opostas, não estão de todo separadas.

No ano de 2019, quando teve início a presente investigação, foi inserido mais um dia na duração do festejo, começando não mais no dia 29 de novembro como de costume, mas no dia 28 desse mesmo mês. Na ocasião, foi realizada a Procissão da Bandeira, com saída do Parque Urbano da Macaxeira, percorrendo a avenida Norte, o Largo Dom Luiz e a Rua Itacoatiara até chegar à Praça da Conceição. No mesmo ano, a Procissão de Encerramento da Festa do Morro, realizada no dia 8 de dezembro, teve início no estacionamento da Prefeitura do Recife, no Cais do Apolo, bairro do Recife, e seguiu pela Ponte do Limoeiro, Avenida Norte, até a chegada no Santuário, num percurso de aproximadamente 8 km. A caminhada é apontada por mais de 35% dos participantes como um dos momentos mais importantes do evento.

Os pontos de partida das procissões, bem como as vias que ela irá percorrer, vêm sofrendo alterações de acordo com o aumento do número de participantes, implicando na escolha de vias mais amplas e capazes de acomodá-los de modo cada vez melhor, e considerando os impactos na mobilidade da cidade.

A nossa quantidade de fiéis aumentou, tanto que a nossa procissão [do dia 8] teve que aumentar. Antigamente saía do Sítio da Trindade, depois passou pro Parque da Jaqueira, agora estamos no Forte do Brum, lá na prefeitura. Foi aumentando o percurso por causa do número de fiéis, que não suportava a passagem. Também já há dois anos que mudamos a procissão da Bandeira, saía da Praça do Trabalho, depois foi pro Sítio da Trindade por causa do percurso e a quantidade, e por causa de mobilidade achamos melhor sair do Parque da Macaxeira, porque é uma coisa comprida, uma coisa reta, e tem várias saídas nos córregos, Córrego da Macaxeira, Córrego da Jaqueira, Vasco da Gama... que dá pra os motoristas circularem, pra não atrapalhar tanto a mobilidade da nossa cidade. Então a gente já está lá há dois anos, foi uma experiência muito boa, a gente pretende continuar com essa experiência...⁶

⁶ Morador do Alto José Bonifácio, 24 anos, trabalha na Câmara Municipal do Recife e há 15 anos trabalha na Festa. Entrevista concedida em março de 2020.

Além disso, segundo o mesmo entrevistado, uma outra questão que motivou a escolha da Prefeitura como ponto de início da procissão do dia 8 de dezembro pode ser definida como uma forma encontrada pela Igreja para demonstrar o seu agradecimento por todo patrocínio que o governo municipal oferta à Festa do Morro. Esta parceria nos revela que as relações religiosas são, ao mesmo tempo, relações políticas, sociais e econômicas, e estão presentes no processo de construção, controle e preservação dos territórios religiosos.

As mudanças mencionadas quanto aos espaços em que sucedem as procissões, contudo, nem sempre são bem acolhidas por parte dos seus participantes, conforme é explicitado em algumas falas obtidas durante a aplicação dos formulários de perguntas:

“Eu achava melhor quando a procissão saía da Praça da Trindade, porque nesse percurso tem o canal, calçadas defeituosas, muito estreitas” (67 anos, morador de Olinda).

“Deveria mudar o percurso da Procissão da Bandeira, tem que sair do Sítio da Trindade ou da Praça do Trabalho” (comerciante, 56 anos, morador de Boa Viagem).

O local escolhido para a realização da procissão, tanto o ponto de início, quanto de encerramento do cortejo, como também o seu trajeto, a escolha do itinerário, quem participa da procissão e quem aprecia o caminhar dela externamente, são elementos de interesse para a análise geográfica (ROSENDAHL, 2018). No entanto, para além de uma compreensão funcional da procissão, como a localização dos lugares e o posicionamento dos personagens que ela envolve, é importante conferir maior destaque à dimensão simbólica do poder do sagrado que essa solenidade imprime no espaço.

A passagem de procissões e relíquias sagradas, segundo Claval (2014), estendem, durante a festa, o espaço sacralizado, restaurando a pureza e a inocência primeira, atribuindo ao espaço um novo sentido, ainda que esta sacralidade seja efêmera, perdurando por apenas um dia, horas ou minutos. Assim, os lugares seculares que fazem parte do trajeto das procissões são preparados de modo a também participarem do universo festivo. Nesta perspectiva, com base em seus estudos sobre as festas populares de romaria e folguedos, Carlos Maia (2010, p. 106-108) nos diz que

Os rituais de deslocamento e apropriação de espaços como sagrados nas interações espaciais durante a festa não traduzem dessacralização do símbolo religioso, mas sim sua afirmação, agora estendida a outros direcionamentos e posicionamentos mediante o movimento.

[...]

Essa região estendida do sagrado e suas interações espaciais são constituídas por uma consciência emocional que confere uma existência maior ao lugar sagrado na festa, enquanto os direcionamentos e orientações ritualísticas materializam esse deslizamento. Não há uma afirmação do distanciamento para com o sagrado nessas orientações e nesses direcionamentos ritualizados, pois o que se ratifica igualmente é a apropriação do espaço sagrado à maneira de totalidade em que criador e criatura encontram-se “face a face” a partir do movimento da criatura como isso mesmo que ela é.

Para ser sacralizado pelas procissões, esse fragmento do espaço da cidade deve também ficar totalmente aberto ao ritual e, em consequência, fechado às atividades de rotina do mundo diário (DAMATTA, 1986). A predileção pelos domingos e feriados para a sua realização auxilia sob medida nesse quesito e a obrigatoriedade da participação para os católicos é explicitada no terceiro dentre os Dez Mandamentos da Lei de Deus e no primeiro mandamento da Igreja⁷.

Durante as procissões da Festa do Morro, sobretudo, na procissão do dia 8 de dezembro, feriado municipal, estabelecimentos comerciais situados ao longo do trajeto suspendem o seu funcionamento por alguns minutos para que clientes e funcionários possam ver o cortejo passar. Os moradores saem às ruas ou se debruçam de suas janelas e sacadas, fazem pedidos e orações à Santa que, naquele momento, foi retirada de sua morada e saiu em passeio pela cidade, espalhando bênçãos e santificando, temporariamente, os espaços até então profanos, dissolvendo as fronteiras entre esses dois mundos.

“É importante a procissão porque nesse momento muitas pessoas que não podem vim para cá tem a oportunidade de ficar perto da santa. É um ganho para os moradores do Recife ter essa visão da santa” (28 anos, moradora de São Lourenço da Mata).

“É a maior festa de todas. O percurso da procissão é importante porque todos ficam reunidos” (45 anos, morador do bairro da Várzea).

Produzindo um itinerário geossimbólico, as procissões difundem o conteúdo sacro presente nos santuários, criando territórios permeados por signos, crenças, valores e afetividade ao longo de vias de grande importância para a cidade do Recife, e inspirando a realização de outras práticas religiosas durante a caminhada. É possível encontrar muitas pessoas vestindo as cores branco/azul, de pés descalços, levando flores, terços, velas, balões, fazendo orações, cantando, acenando, entre outros. O cortejo agrega devotos de todas as idades, de crianças de colo a pessoas idosas (Figura 1), e de todos os estratos sociais.

⁷ Durante o domingo e os outros dias de preceito, os fiéis se absterão de se entregar aos trabalhos ou atividades que impedem o culto devido a Deus, a alegria própria do dia do Senhor, a prática das obras de misericórdia e o descanso conveniente do espírito e do corpo (JOÃO PAULO II, 2000: 571, pf.: 2185).

Figura 1. Práticas religiosas nas procissões da Festa de Nossa Senhora da Conceição, Recife/PE, 2019.



Fotos: Autor (2019).

O andor é o elemento de maior destaque em uma procissão, pois nele se encontra o símbolo sagrado que é reverenciado e seguido pelos fiéis. Por esse motivo, é esperado que aqueles que o acompanham queiram aproximar-se e, se possível, tocá-lo. Na Procissão de Abertura, o andor conduz a bandeira da Festa retratando a imagem de Nossa Senhora da Conceição, ornado com muitas flores brancas e em tons de lilás; e na procissão do dia 8 de dezembro, o andor traz uma réplica da imagem da santa, e as flores são brancas, rosas e amarelas.

Faz parte da caminhada, enquanto ritual expiatório, que o andor seja carregado por fiéis, apoiado sobre os seus ombros, uma prática custosa e penitencial. Antigamente, essa atitude devocional era desempenhada nas procissões da Festa, quando elas ainda apresentavam um número de participantes relativamente pequeno e um percurso mais curto. Ao passo que as procissões e a Festa como um todo foram ganhando maiores proporções, a ornamentação dos andores tornou-se paulatinamente mais pomposa e sua estrutura mais pesada. Como consequência, já não era possível que eles fossem levados pelos fiéis e essa tarefa foi transferida para os marinheiros. Com o passar do tempo, os andores passaram a ser transportados em um veículo do Corpo de Bombeiros e, em seguida, na parte traseira de uma caminhonete, o que gerou desaprovação por parte de devotos da Santa.

“A gente tem que carregar o andor, nada de carro puxando! Ia para a procissão do dia 8, 5 metros durante 5 anos pedindo uma graça, quando alcancei a graça parei de ir” (estofador/pintor, 65 anos, morador de Casa Amarela).

Na Festa do ano 2019, a qual teve como tema “Maria, mãe de um povo ferido”, como forma de valorizar a fé e a devoção dos “filhos de Maria”, partiu da Igreja, cedendo aos anseios dos fiéis, a iniciativa de confeccionar um meio de transporte adaptado ao andor, de modo que pudesse ser levado por força humana dos denominados Guardiões do Andor, um grupo formado por membros do Terço dos Homens, da Guarda de Honra da Marinha do Brasil e por devotos da santa (Figura 2).

Figura 2. O andor sendo conduzido por força humana na Procissão da Bandeira da Festa de Nossa Senhora da Conceição, Recife/PE, 2019.



Foto: Autor. (2019).

A jurisdição sobre o andor, o itinerário da procissão, datas e horários, representa uma dentre as diversas ações que explicitam o poder hegemônico da Igreja Católica na gestão do sagrado durante a Festa. A cada ano, novas estratégias são lançadas para melhorar a organização do evento, com a possibilidade de serem descartadas ou conservadas nos anos consecutivos de acordo com a sua eficácia. De toda forma, o exercício da autoridade eclesiástica sempre se faz presente nas procissões, rituais que além de possuírem uma importância excepcional para os participantes da Festa, são capazes de expressar a forte adesão de fiéis e, conseqüentemente, o poderio dessa instituição religiosa à cidade do Recife.

Por outro lado, é possível observar que os indivíduos e grupos que participam desses rituais também possuem formas específicas de valorização e apropriação dos espaços em que eles ocorrem, “geossimbolizando” o território encarnador da cultura através das suas crenças, valores e práticas religiosas. Com isso, os participantes exercem uma influência direta e significativa sobre as ações e estratégias territoriais adotadas pela Igreja, a qual mesmo empregando esforços no sentido de controlar e preservar a sua soberania sobre os territórios religiosos, busca conformar-se às necessidades dos seus fiéis através de negociações que

podem ser realizadas respeitando os interesses de ambos, de modo a fomentar episódios de consenso e harmonia entre os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica Romana, instituição possuidora de estruturas organizacionais complexas e burocráticas, apresenta-se, enquanto agente territorial hegemônico, no contexto da Festa de Nossa Senhora da Conceição e, mais especificamente, no que diz respeito às procissões realizadas durante a Festa. A territorialidade exercida por esta instituição religiosa sobre esses rituais manifesta-se tanto de modo explícito, através da determinação de referenciais concretos e bem definidos, tais como o estabelecimento dos dias, horários e itinerários; quanto implícita e simbolicamente por meio do controle sobre o andor que transporta o objeto sagrado cultuado em cada uma das procissões. Sob posse da Igreja, o sagrado pode ser empregado de modo a corresponder aos seus propósitos e necessidades.

Entretanto, a territorialidade religiosa que se faz presente nas procissões vai mais além, englobando também as ações territoriais dos indivíduos e grupos sociais que se apropriam afetiva e simbolicamente dos itinerários traçados aos quais conferem um teor de sacralidade, tornando-os propícios ao desempenho dos seus rituais e práticas religiosas. Logo, temos que, tanto os participantes do cortejo, quanto a instituição que o estabelece e organiza comportam-se enquanto agentes territoriais que compartilham e disputam a posse afetiva e/ou efetiva de um mesmo território religioso em que ambos se encontram inseridos.

Neste sentido, a Igreja Católica não se encontra alheia aos anseios e motivações dos seus fiéis, estando sempre atenta às diversas formas que eles utilizam para expressar a sua fé e devoção, como o ato de carregar o andor da santa visando à expiação das suas faltas para com o sagrado que se faz significativo e imperioso durante as procissões. Em vista disso, a Igreja propõe negociações que visam atender às exigências dos fiéis sem, contudo, abrir mão da sua autoridade, como permitir que o andor seja carregado por força humana conforme o desejo dos participantes.

Além das ações e estratégias territoriais abordadas no contexto das procissões, outros aspectos relevantes que marcam as relações entre a territorialidade do Santuário de Nossa Senhora da Imaculada Conceição e as práticas da religiosidade popular no contexto da Festa foram identificadas ao longo da pesquisa empreendida, como, por exemplo, o controle do acesso ao local onde encontra-se a imagem da Virgem Imaculada que é cultuada no referido Santuário. Esta, bem como outras questões, serão apresentadas e discutidas em trabalhos posteriores.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, responsável pelo financiamento da pesquisa; ao Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGG da Universidade Federal de Alagoas – UFAL; e ao Laboratório de Educação Geográfica de Alagoas – LEGAL.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Maria do Carmo. *Procissão*. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=615%3Aprocissao&catid=50%3Aletra-p&Itemid=1. Acesso em: 26 jul. 2020.
2. BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). *Geografia Cultural: uma antologia (vol. 1)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p.83-131.
3. CLAVAL, Paul. A festa religiosa. *Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 8, n. 1, p. 06-29, abr. 2014*.
4. DAMATTA, Roberto Augusto. *O que faz o Brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.
5. HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, ano 9, n. 17, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>. Acesso em: 5 ago. de 2018.
6. HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 396 p.
7. JOÃO PAULO II. *Catecismo da Igreja Católica*. Edição Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.
8. MAIA, Carlos. Ritual e emoção nas interações espaciais – repensando o espaço sagrado nas festas populares de romarias e folguedos (notas introdutórias). In: ROSENDAHL, Zeny (org.). *Trilhas do Sagrado*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 87-111.
9. MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
10. RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
11. ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2005. p. 12928.
12. ROSENDAHL, Zeny. *Uma procissão na geografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.
13. SACK, Robert David. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

14. SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
15. SOUZA, Marcelo José Lopes. Território: Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. 5. ed. . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 77-116.
16. SOUZA, Marcelo José Lopes. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

A Cartografia Escolar no reconhecimento dos pertencimentos culturais territoriais: a criança que inventaria a Escola do Campo¹

School Cartography in the recognition of territorial cultural performances: the child who inventory of the Field School

Iassana Rodrigues Soares⁽¹⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5088-4535>, Professora de Educação Básica na Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal-SEEDF, Escola Campesina- Escola Classe Sítio das Araucárias. Mestranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília- FE/UnB. Brasília; Distrito Federal; Brasil. E-mail: iassanars@gmail.com e iassana.soares@edu.se.df.gov.br.

ABSTRACT: In this article, we present the teaching experience in giving a new meaning to the pedagogical practices from child protagonism, to welcome and make visible the Heritage, Social Inventory, Historical and Culture of Sítio das Araucárias School, crossed by the peasantry diversity of its children, in the region located in Rural Nucleus 1, Córrego do Meio, Sobradinho-DF. The empirical research that informs the article was carried out over the years 2017, 2018 and 2019 through investigative activities that mapped children's identity and cultural belongings in their community spaces as a way of valuing and affirming belongings and systematizing local knowledge, focusing on child protagonism. The activities planned and carried out, visits, speeches and interviews guided the collection of data on the territories of experiences. Based on these methodological procedures, we analyze the feature of the diversity that constitutes the Region and the ways in which the same diversity - together and in the identity singularities of the students - are considered as Heritage for the school context. Finally, we reflect on the pedagogical power of systematizing teaching based on territorial belongings to favor dialogue and rural education.

KEY-WORDS: Territory; Identity belongings; Field Inventory.

INTRODUÇÃO

No intuito de inventariar a riqueza cultural do território para sistematizar o ensino a partir dos saberes locais, propomos evidenciar singularidades dos pertencimentos culturais comunitários a partir do conhecimento que as crianças da Escola Classe Sítio das Araucárias conhecem sobre o território que vivem.

A Escola campesina pública situada na cidade-bairro Sobradinho no Distrito Federal é atravessada por uma rica diversidade cultural, provinda de comunidades campesinas com pertencimentos identitários do indivíduo agricultor, pecuarista, meeiro, empreender no ecoturismo, turismo rural e das novas identidades campesinas que lutam pela terra, os acampados e assentados frente aos movimentos do MST, MSTs, FNL e ciganos da etnia Calon.

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap3

A Escola em 2017, tinha a proposta de produzir o Inventário do Campo, desse modo usamos o conhecimento infantil sobre o território para cartografar e inventariar o patrimônio cultural das comunidades que atravessam o lugar.

A pesquisa empírica aconteceu nos anos de 2017- 2018 e 2019, e narra a experiência docente de produzir ações pedagógicas no espaço escolar que levantassem o patrimônio material e imaterial das comunidades que a Escola atende. A cada ano, os resultados das ações auxiliaram a produção textual coletiva do Projeto Inventário do Campo da Instituição.

As turmas que se referem o artigo correspondem a etapa dos anos iniciais na Modalidade Educação Básica do Campo. Em 2017, fizeram parte como interlocutores as 22 crianças da turma de 3º ano B, em 2018 as 18 crianças do 2º período da educação infantil e em 2019 os 21 alunos da turma do 5º ano B.

As ações escolares foram orientadas pela docente com base nos conhecimentos das crianças sobre o território vivenciais, saberes, localização geográfica, vegetação, relevo, solo, pertencimentos culturais, preconceitos, lutas, símbolos, artefatos, festejos, brincadeiras, vestimentas, causos, lendas, produção econômica. Constam atividades de visitação nos territórios vivenciais das crianças e atividades dentro da escola, incluindo entrevista e roda de conversa com líderes e representantes dos territórios comunitários. Os responsáveis por essas crianças participam nas entrevistas e autorizam a inventariação de seus pertencimentos culturais para elaboração de atividades que ajudem a escola a confeccionar seu Inventário Patrimonial.

A primeira seção consta a introdução, nela descrevemos o local de atuação, o objetivo e problema da pesquisa. A segunda seção apresenta o aporte teórico e aciona a perspectiva cultural com teóricos e pesquisas desenvolvidas nas ciências humanas e sociais para orientar o roteiro do planejamento. A seção três aponta o percurso metodológico, como se deu a dinâmica de entrevistas e a sondagem sobre o território cultural com o olhar infantil. A seção quatro informa os resultados e discussões, temos os conhecimentos do contexto territorial a partir da fala da criança com reflexões surgidas a partir da visitação e das entrevistas, demonstrando como se deu a sistematização do ensino. A seção cinco reflete as considerações finais apresentando a possibilidade de significar aprendizagens com foco no protagonismo infantil na sistematização dos conteúdos curriculares e a importância de identificar e problematizar sobre os pertencimentos culturais territoriais e identitários.

A pergunta que orientou as ações das crianças foi “ Quem é a Rota do Cavalo? ”. E a problemática central deste artigo envolve: É possível sistematizar o ensino com base nos pertencimentos culturais territoriais e produzir linguagens pedagógicas a partir do que as crianças conhecem e carregam sobre suas vivências nos diversos territórios comunitários?

APORTES TEÓRICOS

Já que inescapavelmente, a cultura atravessa o contexto escolar, os pertencimentos identitários que brotam no território são tomados como a chave para evidenciar a diversidade cultural, e assim levantar o patrimônio imaterial.

Ao promover o protagonismo, o mapeamento territorial explorado pela cartografia escolar mostrou o que a criança reconhece e sabe sobre seu território. Coube a docente orientar esse conhecimento e produzir aprendizagens significativas.

Para Moreira (2011 in: David Ausubel 1963, p.58) aprendizagem significativa envolve colocar em prática os conceitos de vivência e experiências que são discutidos sobre a visão de Vigostiski (2010). Para esta pesquisa, a aproximação do currículo educacional ao contexto histórico da comunidade evidencia na prática os conceitos desses autores. Ou seja, as experiências acumuladas por essas crianças significavam riqueza pedagógica e potência educativa.

Para potencializar ações vindas do protagonismo infantil, a *Geografia da Infância*, uma área que orienta o debate sobre os conteúdos para colocar em prática aprendizagens significativas, foi acionada.

Lopes (2005) e Vasconcellos (2014) usam o termo e explicam que o mesmo tem a ver com os estudos culturais. Significa que a Geografia da infância visibiliza as contribuições da Geografia para os estudos da infância de modo a evidenciar a cultura que permeia o território comunitário e com isso aprofundar questões para além da marcação da tolerância sobre as diferenças que existem quando evidenciamos a cultura que forma a subjetividade do outro.

Essa identificação sobre as diferenças se fez necessária, pois é nas diferenças que surgem as questões conflituosas e que se baseiam quase sempre pela estranheza de não entender a identidade do outro em relação a nossa.

Ao falar sobre as diferenças que formam as identidades culturais, Skliar (2002, p.201) orienta que a “Diversidade e diferença parecem termos similares, seus usos parecem os mesmos, seu caráter de representação da alteridade parece idêntico”. Nosso entendimento geral é que a diversidade evidencia e reconhece as identidades plurais, porém é a perspectiva do distanciamento entre os significados que problematiza e transpassa a situação da tolerância.

A Escola é o lugar para desenvolver a capacidade de marcar em tolerância. Marcar em tolerância significa respeitar o que não compreendemos, estranhemos e o que não vivenciamos em nossa cultura.

O protagonismo infantil na inventariação dos saberes e singularidades territoriais foi importante para evidenciar situações particulares que as crianças passam junto a suas comunidades e grupos culturais em seu cotidiano. Essas situações são tomadas como estranheza e intolerância por parte do outro que não faz parte da cultura da criança e promovem efeitos nefastos no reconhecimento da identidade cultural da criança.

Quanto ao debate sobre protagonismo infantil na sistematização do ensino pelo viés da inventariação territorial, Lopes (2008, p.3) diz que o “sentido de infância é atravessado, pelas dimensões do espaço e do tempo que, ao se agregarem com o grupo social, produzem diferentes arranjos culturais e diferentes traços simbólicos.” O autor explica ainda que “as crianças ao se apropriarem dessas dimensões, as reconfiguram, as reconstróem, e ao se criarem, criam suas diferentes histórias e geografias”.

Ou seja, ao tempo que a criança convive em meio ao mundo que é destinado ao território do adulto, arranja formas de conviver e de territorializar o espaço. Ao falar de protagonismo infantil devemos entender que a criança é protagonista em seu espaço, ela não está apática no grupo familiar e comunitário, possui conhecimento sobre a geografia física, sobre saberes e tradições do território comunitário.

A criança experimenta as angústias, assim como as conquistas dos familiares e da comunidade. Essa vivência no lugar é carregada por experiências que se acumulam com os anos. Por isso, dizemos que a criança vive os pertencimentos culturais e se transforma com os conflitos e com as necessidades sociais que atravessam o cotidiano familiar.

Milton Santos (2001), Deleuze e Guatari (1997) de perspectivas e campos bem distintos, explicam que os conflitos no território cultural são naturais. E que quando um espaço possui pertencimentos culturais diferentes, o território se torna plural e por isso conflituoso em função das necessidades de cada grupo. Estes autores pensam o território em relação aos processos que o constituem e que o desmancham, e que estão sempre inseridos em jogos de força.

Logo, nessa dinâmica de força, compreendemos que o acolhimento e visibilidade dos pertencimentos identitários dentro do contexto escolar envolvem uma quantidade de processos que fragilizam e também potencializam as práticas pedagógicas e que estão diretamente ligadas valorização ou não dos saberes territoriais. É uma questão de tolerar ou não as singularidades do outro. O docente, não pode fugir desse debate sobre as relações de poder que acontecem no contexto escolar, principalmente quando evidenciamos que essa relação já se constitui por uma organização territorial.

Para Santos (2001, p.114) “ O território tanto quanto o lugar, são esquizofrênicos, porque de um lado acolhem os vetores da globalização [...] de outro lado, neles se produz uma contraordem, porque há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados”. Para o autor o território é o lugar com homem, cultura, um espaço composto por um contexto de vida. O território é uma forma de poder onde quem tem vida sobre ele passa por transformações constantes, conflituosas, esquizofrênicas, contraditórias.

Quanto a relação de poder, Silva (2010) explica que por vezes as identidades se tencionam e disputam territórios. Identidade e diferença estão, pois, em estreita conexão com as relações de poder; ou seja, o poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. Essa ideia amplia nossa compreensão sobre a forma como as identidades dos estudantes são forjadas em seus cotidianos e espaços vivenciais, e, em contraste, como podem ser negadas e/ou (in) visibilizadas no contexto escolar.

Ao cartografar os territórios comunitários, demonstrando a posição geográfica próxima as águas, ao posto de saúde e da própria Escola, dialogamos com as crianças sobre as fragilidades que suas identidades passam em função da exclusão social. Por isso, entendemos a importância de dialogar e debater sobre a perspectiva da criança com base na orientação da geografia da infância e dos estudos culturais.

Na região denominada Rota do Cavalo, ao tempo que as comunidades vão se estabelecendo nos territórios, elas se estranham e por vezes não se entendem, não se toleram em função de suas singularidades culturais e se hierarquizam e se classificam com base em suas diferenças culturais. Essa intolerância chega marcando negativamente as relações pessoais na escola e causa conflitos que fragilizam o cotidiano escolar. O estudo sobre os pertencimentos culturais demonstrou que era preciso entender a cultura a partir do território, das fragilidades e conquistas dos grupos.

As crianças apresentaram que não ficam imunes aos conflitos e as dores provocadas por esses conflitos. Debater e aprofundar temáticas sobre preconceitos culturais, foi uma

forma de diminuir fragilidades no campo do comportamento escolar que geravam brigas e indisciplina dentro da sala de aula.

Entender a dinâmica da cultura do outro e experimentar um pouco da cultura que não faz parte da própria subjetividade é um modo de trazer reflexões sobre as diferenças culturais e enfrentar o racismo cultural que enfraquece a valorização da diversidade cigana, dos acampados e dos trabalhadores do campo. Quijano (1992) diz que toda essa exclusão social vem das relações de poder que foram forjadas historicamente.

Ao falar da cultura entramos em aspectos do território, por isso, Silva (2010) e Santos (2001), são acionados para informar que quando se fala sobre cultural é preciso entender que o território cultural é dinâmico, nele a vida se desenrola e se transforma cotidianamente, por isso, a importância do diálogo no ambiente escolar.

É pelo diálogo e pela experimentação sobre a cultura do outro que o ciclo de conflitos é quebrado, pois, para nós, não adiantava apenas listar, inventariar e cartografar espaços e territórios comunitários para auxiliar na produção do Projeto Escolar Inventário do Campo. De posse da lista dos pertencimentos culturais que atravessam a sala de aula e a Escola, debatemos sobre as diferenças das culturas que inclusive, promoviam fragilidades e barreiras escolares como preconceitos e indisciplina.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Na etapa 1, acontecida no ano de 2017, envolve as ações iniciais. Conversatórios, primeiras percepções sobre entrevistas e memórias colocadas na rodinha de sala. O intuito foi conhecer a escola para depois partir para o contexto da diversidade territorial. Criamos maquete da Escola e mapas vivenciais que ajudaram a visualizar como a Escola era identificada pela criança. As crianças listaram os grupos culturais que existiam na escola e fatos históricos e marcantes sobre eles.

A visita das crianças no Acampamento Renascer e a ida do grupo da etnia Calon na Escola, serviram de referência para entender a dinâmica cotidiana dessas comunidades. (Figuras 1 e 2).

Figura 1- Roda de conversa realizadas no território comunitário



Figura 2- Roda de Conversa na Escola com os Calons e Calins



Fonte: A autora, 2017

Com base nestas visitas, a turma do 3º ano B, realizou planejamentos mensais com base nos grupos culturais da região. Líderes dos grupos ciganos, do Movimento e Luta da Terra, empreendedores do turismo rural, Ranchos, Haras, Escolas de Equitação, Presidente do Condomínio Serra Verde e Produtores/Criadores locais, foram entrevistados pelos/as estudantes e auxiliaram no levantamento de dados sobre a cultura e a chegada de seus grupos na região. O levantamento de dados gerou textos, tabelas, gráficos, exposição de fotos.

A etapa 2, no ano de 2018, envolve ações com a turma do 2º Período da Educação infantil. O trabalho foi potencializado a partir dos textos dos anos anteriores e depois acrescidos de informações com a visita de toda a Escola em pontos das comunidades que formam a região. Da visita em chácara de produtores incluímos debates sobre quem trabalha com a produção agrícola e o comércio nas feiras da cidade.

Dados do ano anterior sobre a visita no acampamento Renascer Palmares possibilitaram dialogar e compreender a dinâmica da vida dos/as alunos/as vinculados/as ao MST e visita ao Acampamento Cigano da turma e evidenciou aspectos da rotina da etnia Calon, moradias, horta. O foco envolveu mapeamento dos saberes familiares, histórias e memórias orais tendo a família como protagonista. Usamos fotos e principalmente a linguagem do brincar para auxiliar na valorização, acolhimento e visibilidade dos pertencimentos culturais.

A etapa 3, envolve ações no primeiro bimestre com a turma do 5º. Ano. Em função da reestruturação da gestão e coordenação escolar, inventariamos a partir do estudo de três narrativa autobiográficas de três crianças da sala que se propuseram falar sobre si: um aluno cigano, uma aluna de acampamento e uma aluna agricultora e feirante. As crianças compartilharam seus textos criados com o apoio das famílias. Em cada quinzena um texto foi estudado e a partir dele as crianças conheceram músicas, brincadeiras, comida típica, e o mapa do local com base no que a criança autora da biografia explorou: paisagem, vegetação, relevo, animais, moradias, símbolos e artefatos da família, e festas locais. Seguimos com o estudo das narrativas nas três semanas entre 18 de fevereiro a 15 de março de 2019

O projeto Melhor Leitor, da sala de leitura da escola, auxiliou na interdisciplinar. Obras literárias ajudaram a problematizar a temática sobre os pertencimentos culturais camponeses no 5º ano: Fábula o rato da cidade e o rato do campo e o livro O cavaleiro azul de Ana Maria Machado. O resultado da pesquisa gerou a elaboração e produção de maquetes, mapas vivenciais, linha do tempo e textos que compuseram as atividades do Planos de aula. Deste mapeamento anual, gradativamente o texto que compõe o Inventário Patrimonial da escola é acrescido de informações, memória e produções escolares com a intervenção da professora, visibilizando os aspectos sociais, culturais e históricos do lugar.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A CRIANÇA E O ENTENDIMENTO SOBRE O CONTEXTO TERRITORIAL

Diante da pergunta orientadora “ Quem é a Rota do Cavalo? ” seguimos com as ações de inventariação dos pertencimentos culturais. Alguns trechos dos momentos da rodinha em 2017 com a turma de 3º Ano Fundamental apresentam o conhecimento da criança sobre o seu território.

A aluna J. N², 8anos, explicou:

A Rota do Cavalo é a nossa cidade. Meu pai disse que a Emater colocou a chácara da gente como chácara da Rota do Cavalo. Mas aí eu falei para ele professora que não tinha entendido. Ué! Mas a gente nem mexe com Cavalo, a gente planta e vende hortaliças.

O aluno D. C, disse que:

Professora numa reunião lá do Margarida Alves (referindo-se ao acampamento da Luta pela Terra) falam que a gente é da Rota do Cavalo, mas não sei porque chama assim. Quando venho para a escola vejo as placas das chácaras com o nome da Rota do Cavalo.

A aluna M. que mora em chácara amplia a discussão com a colocação:

Meu Pai explicou que a gente mora na Rota do Cavalo e que aqui tem de tudo, de Pangaré a Manga larga.

Nas falas, observamos que as crianças obtinham muitos dados sobre a comunidade, coube a docente auxiliar na organização do pensamento para compreender a riqueza cultural e patrimonial comunitária e falar sobre a questão sobre as relações de poder que desvalorizam ou não a cultura do outro. Os relatos apresentam que o conhecimento vem das vivências experimentadas com o lugar com base no que a família explica sobre o território comunitário, e que os sentidos sobre o lugar vêm da relação familiar com o território, inclusive a negação e a valorização dos pertencimentos identitários das pessoas e comunidades e o estranhamento quando a nomeação não condiz com vivência.

Esses relatos das crianças, demonstram a importância da inventariação patrimonial para mapear os aspectos culturais territoriais e para se fazer justiça histórica do lugar, do mesmo modo, que ao pesquisar as crianças entendem o vínculo ancestral e a marcação atual com o termo Rota do Cavalo para nomear toda a região, que é atravessada por pessoas que não possuem o cavalo como objeto de sua singularidade cultural.

Percebemos que não há como falar da diversidade sem deixar de falar sobre a questão das diferenças. A fala da criança J.N é nítida nesta questão. Ela mesmo acha estranheza estar localizada por um nome do qual não faz jus a subjetividade da família. Neste ponto entendemos que a diversidade é plural porque existe uma diferença cultural a partir dos pertencimentos identitários, mas ela nem sempre é respeitada em suas singularidades. Existe no cenário social, uma relação de poder que hierarquiza, classifica e seria as identidades. Percebemos que o inventário patrimonial na escola é uma forma de ressaltar a invisibilidade que muitas comunidades sofrem e ressignificar essa situação com a afirmação e valorização das suas singularidades.

² Visando preservar o anonimato dos/as nossos/as interlocutores/as, suas falas serão identificadas pelas iniciais de seus nomes. Cumpre informar, ainda, que todas as famílias das crianças foram informadas das atividades e participaram da mesma. Sobre a produção do artigo que veio após a implantação das atividades, os pais e responsáveis também foram avisados e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido no qual autorizam a referência das falas das crianças em caráter de anonimato.

O inventário, pode e deve demonstrar que no território o acolhimento também é marcado por preconceitos, tolerância, valorização e visibilidade das culturas. Por isso Silva (2010) nos informa que identidade e diferença caminham juntas, e que as identidades se tencionam.

Esse aprofundamento dos termos trazem a compreensão sobre as diferenças para além da diversidade, e por isso reflexiona a angustia sentida por docentes em falar sobre o que não vivenciam ou conhecem, e a estranheza das crianças e famílias quando são convidadas a vivenciar a cultura do outro.

Para os docentes os estigmas podem ser barreiras que fragilizam ações na escola, para a criança falar sobre o estigma na escola é a chance de enfrentar o preconceito e uma forma de firmar e valorizar a própria identidade. Além disso, os conflitos gerados pela invisibilidade do outro fragilizam ações no contexto escolar e influenciam o comportamento de quem nele atua, sabemos que as questões disciplinares, a evasão e assiduidade possuem relação com a rejeição e exclusão da diversidade identitárias, pois quando a criança não se sente aceita e acolhida ela tende a se isolar e o jovem tende a abandonar a escola. Os ciganos da etnia Calon, disseram que por muitos anos, evadem a escola quando se sentem desrespeitados.

É importante relatar que a dinâmica do mapeamento territorial sendo produzido identificando o território de vivência das crianças possibilitou perceber nestas crianças e de seus responsáveis empenho, e envolvimento sobre as atividades. Para nós, interpretamos que a prática de falar de si, se tornou significativa, pois colocaram eles como protagonistas.

A partir dos elementos da cartografia foi possível retratar aspectos geográficos do cerrado local: hidrografia, nomenclatura, relevo, fauna, flora, antecedentes históricos e economia. Além do que, ao falar sobre si e sobre sua cultura, as ações trataram da temática dos pertencimentos, a história, os preconceitos, os saberes, curiosidades sobre os trajes, sobre festas e comemorações.

Essas singularidades trazidas pelo campo da curiosidade, diálogo e da informação é um indicador positivo de que a Escola se movimenta intencionalmente para valorizar a diversidade e ressignificar as práticas pedagógicas. Para as famílias, significa que a Escola, respeita suas singularidades.

O debate com as crianças e a intervenção das famílias trouxe reflexões importantes sobre pensamentos o respeito da cidadania e a busca por alteridade. A frase “*todos são iguais perante a lei*” apresentou a maturidade consciência social que algumas crianças possuem sobre seus direitos infringidos socialmente. As crianças campestinas demonstraram em suas vivências, experiências e criticidade sobre as desigualdades sociais. No ano de 2019 a aluna J.N 9 anos nos disse:

Professora, minha família acorda cedo, muito cedo, lá pelas 3 da manhã. Tudo para nos dar um futuro bom. É batalha. É suor. Meus pais nem donos da terra são, as vezes a gente tem que mudar e perde toda a plantação.

Numa outra fala, a criança da comunidade Calon, A.9 anos adverte:

Agente aqui agora tá melhor, mas antes era difícil até pra tomar banho. Ninguém deixava a gente chegar muito. A gente também nem conseguia brincar com as crianças lá do Serra Verde. Aí eu ficava irritado e as vezes brigava.

Como vêm, as crianças não são imunes as dificuldades daqueles que vivem em terras alheias, seja em acampamento ou meeiros de terras. A construção desse respeito e tolerância é algo profundo, requer debates, diálogo e encontros. A escola é o lugar mais propício a iniciar esse processo de acolhimento através da educação. A dor de não ter seus pertencimentos valorizados e ainda por cima criminalizados, como é o caso das crianças ciganas, fragiliza a interação, a afirmação sobre si e o próprio processo de alfabetização e ensino aprendizagem o qual a escola é responsável.

Uma outra situação percebida sobre a questão da consciência social é que dessa estranheza em experimentar o espaço do outro brota-se amizade e respeito. Crianças maiores, em idade de 10 e 11 anos que tinham conflitos com seus pares, passaram a entender melhor as singularidades do colega e ressignificar seus atos.

Percebemos aí o alcance positivo das atividades que mapeiam o território do outro e promove encontros e diálogos. Dele, vêm aspectos para afirmação, tolerância e valorização. Nos diálogos com os líderes comunitários, a escola abriu espaço para vozes que historicamente estão excluídas do cenário brasileiro. Os ciganos Calons contaram que são historicamente, duplamente excluídos, primeiro entre os demais grupos étnicos ciganos não Calons e segundo pela sociedade não cigana.

Nessas rodas de conversas, os assentados do movimento FNL e MST contaram que enfrentam situações cotidianas que influenciavam o sucesso deles na escola e quando adultos, no trabalho. Para eles, o acolhimento é essencial para se sentirem cidadãos.

Para a escola, o diálogo ajudou no próprio cotidiano, antes tumultuado, em função da prioridade como cada aluno enxergava-se a partir das próprias singularidades. A questão das vozes ouvidas e com base em diálogo prospera em espaço de tolerância.

Do encontro afirmativo surge o confronto dos próprios preconceitos com relação a cultura do colega e sobre a própria atuação para fortalecer os pertencimentos do próprio grupo. Inclusive, nessa dinâmica, foi possível reformular o entendimento de todos os envolvidos sobre o simbolismo de objetos da vida cotidiana de alguns grupos. Por exemplo, os estudantes ciganos não compreendiam por que suas vestes não eram aceitas no ambiente escolar e precisavam usar camiseta do uniforme, além do que a escola compreendeu o sentido das vestes para o pertencimento do grupo e a possibilidade de diálogo para que no cotidiano usassem ainda seus trajes.

Do que era tomado antes como conflito, chegou-se à conclusão de que a camiseta da escola seria obrigatória para eles/as quando participassem de eventos fora da escola, como princípio de segurança e identificação com o espaço, sem, neste caso, invisibilizar a identidade da criança. Desse diálogo, entendemos que o confronto vindo do contraditório é tomado como caminho para entender as singularidades e necessidades do outro.

Debater sobre o significado dessas diferenças e do simbolismo que algumas identidades carregam, trouxe o entendimento sobre as singularidades que marcam os pertencimentos das crianças vinculadas a movimentos por luta pela terra, ligados ao MST, FNL, MSTs. As crianças do MSTs explicaram por que não usavam seus bonés e camisas na escola formal e porque algumas crianças as vezes precisavam ajudar seus pais nas feiras da cidade, as meninas ciganas explicaram o uso do leque, das saias, do dente de ouro e por que se maquiavam.

Crianças agricultoras explicaram como compraram celular e computador ajudando seus pais nos afazeres da produção da chácara e como reconhecem isso como característica da família e não como trabalho infantil. Ou seja, o sentido da cultura, foi explicado conforma cada criança vive e experimenta a própria infância, sem colocar sobre elas a hierarquia de identidades e entendendo o debate que criminaliza toda e qualquer atividade que a criança realiza junto aos fazeres de casa.

Perceber a demanda plural cultural que permeava as relações dentro do espaço escolar possibilitou produzir com as crianças os aspectos que elas conheciam e vivenciavam em relação as próprias identidades e a partir do conhecimento das diferenças dessas identidades as crianças compreenderam a pergunta principal: Quem era a Rota do Cavalo? Um lugar marcado por diversidade.

OS SABERES TERRITORIAIS SISTEMATIZADOS

Ao tempo que a escola construía a Proposta Pedagógica da Escola, dinamicamente produzíamos em sala materiais diversos que retratavam nossas singularidades e a sistematização dos saberes com as Diretrizes Pedagógicas do Campo e com o Currículo Escolar do DF. Dentre as atividades, fizemos uma historicização da escola e de nós mesmo. Usamos linguagem matemática para explorar os aspectos da ancestralidade que formam o nosso pertencimento.

A sistematização do ensino a partir da narrativa autobiográfica, a história de vida da escola e da criança trouxe sentido não apenas a aprendizagem da criança, mas a própria prática pedagógica do conteúdo trabalhado na linguagem matemática. Castro (2015, p.25) afirma que “O educando desafiado por essa ambientação interativa aprende a lidar com o conhecimento escolar, a compartilhar seu conhecimento com os outros e ao trazer para a escola as suas experiências”.

Ou seja, as experiências da criança não apenas a auxiliam entender a dinâmica curricular, mas foi um mecanismo para a valorização da própria história e pertencimentos, para a afirmação de sua identidade, promover a socialização com o outro e ressignificar o papel da escola com a família, aproximar a criança e o professor, com seus pares e demais sujeitos da escola.

A socialização via a linguagem do brincar, possibilitou reunir jogos, brinquedos e brincadeiras familiares, regionais e locais. Percebemos que pela linguagem do brincar, era mais fácil dialogar com as atitudes que se apresentavam no comportamento de dúvida e estranheza ao experimentar a cultura do outro. Evidenciamos que quando construímos uma rede pedagógica que entrelaça o território comunitário o sentido da palavra tolerância cresce.

Entendemos que construir o Inventário do Campo da Escola, que é uma Proposta Didática que tem “o intuito de descrever em detalhe o patrimônio Social, Histórico e Cultural da comunidade do Campo onde a Escola está inserida” (SEEDF, 2014, p.59), foi o caminho para ressignificar o cotidiano, afirmar e valorizar pertencimentos, dar sentido aos processos de tolerância da cultura do outro, promover as vozes infantis.

Ao final, fica para nós, a certeza de que inventariar a cultura territorial é uma forma de valorizar os pertencimentos culturais das crianças e combater a colonialidade

de poder que naturaliza condutas que estigmatizam e propagam preconceitos contra grupos historicamente excluídos. A exclusão, como afirma Quijano (1992), envolve marcas profundas deixadas pelas relações coloniais de poder, e são vistas nos estereótipos construídos ao longo do tempo para classificar e subalternizar sujeitos, culturas, saberes, etnias, corpos, memórias, tradições. Compreender as relações de poder é uma forma de agir criticamente para a valorização da cultura.

A experiência de inventariar, com base no que as crianças trouxeram de conhecimento sobre seus territórios comunitários, demonstrou que vivenciamos a experiência prática do diálogo. Desta situação, acreditamos que a Escola promove inflexões sobre o sentido e a importância de cada campesino no território e faz um chamamento para o encontro intercultural que acontece na Escola e que a define como espaço de encontro de culturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia da infância demonstra que inventariar os pertencimentos culturais cartografando conhecimentos geográficos, festejos, símbolos, artefatos, marcos históricos não é uma tarefa difícil de promover e que com capacitação, docentes da educação em séries iniciais conseguem promover um rico inventariado patrimonial cultural com seus/suas alunos/as.

Do resultado final das ações colhidas no triênio de 2017 a 2019, fica em evidência que a criança quando colocada em protagonismo, demonstra maturidade e habilidade para falar sobre si e para apresentar fatos marcantes sobre seus pertencimentos comunitários.

O trabalho apresenta que é possível trazer para dentro do contexto escolar a sistematização do currículo a partir do território cultural. E que esse território cultural é um espaço dinâmico, permeado por gente, por saberes, culturas, memórias, lutas, por pertencimentos e por identidade cultural. E que toda essa dinâmica é vista e compreendida pela criança. A criança não se isola e nem fica imune dos saberes que permeiam o território, por isso, a Escola, pode e deve sistematizar os conteúdos territoriais.

A pesquisa também evidenciou que quando tomamos para nós, a consciência sobre as necessidades do outro entramos no processo de tolerância. Quando problematizamos e enxergamos as causas das diferenças entramos na valorização da subjetividade do outro. Por isso, a escola quando promove ações que colocam a criança como protagonista das atividades, está cumprindo sua função social de desenvolver sujeitos críticos, além do que se em suas estratégias pedagógicas, sistematiza o ensino a partir do conhecimento territorial cultural, influencia positivamente na emancipação da criança e na valorização da cultura que ela carrega.

REFERÊNCIAS

1. CASTRO, Paula Almeida de. *Tornar-se aluno, identidade e pertencimento: perspectivas etnográficas*. Campinas Grande: EDUEPNEP, 2015.
2. DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1997.

3. GOVERNO do Distrito Federal (GDF). *Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo: para a rede Pública do Distrito Federal*. Brasília, DF: Secretaria Distrital de Educação, 2018. Disponível em: <http://www.educacao.df.gov.br/wp conteudo/uploads/2018/01/Diretrizes-Ed-do-Campo-SEEDF.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2020.
4. GOVERNO do Distrito Federal (GDF). *Plano Distrital da Educação-PDE. 2015-2024*. Disponível em: http://www.educacao.df.gov.br/wpconteudo/uploads/2018/01/pde_site_ versao_completa.pdf. Acesso em: 14 de jul. 2020.
5. LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições para os estudos das crianças e suas infâncias. *Revista Contexto& Educação*. v.23, n.79, p.65-82,2008.
6. MOREIRA, Marco Antônio. Aprendizagem significativa: um conceito. Aprendizagem Significativa em *Revista/Meaningful Learning Review – V1(3)*, 2011. p. 25-46.
7. QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad-racionalidad. *Peru Indigna*, v. 13, n. 29,1992. p. 11-20. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2020.
8. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
9. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documento de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2010.
10. SKLIAR, Carlos. *A questão e a obsessão pelo outro em educação*. In: GARCIA, Regina Leite; ZACCUR, E.; GIAMBIAGI, I. (org.). *Cotidiano: diálogos sobre diálogos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 49-62.
11. VASCONCELLOS, Tânia de. *Criança do lugar e lugar de criança*. Disponível em: 29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT07-2482--Int.pdf. Acessado em 06 de agosto de 2018, v. 12, 2014.
12. VIGOSTSKI, Lev Semionovich. *A quarta aula: a questão do meio na pedagogia*. 2010. *Psicologia USP*, 21(4), 681–701.

Tesouros e assombrações: a interpretação de vestígios arqueológicos pela comunidade de Batinga Sul (Brochier-RS)¹²

Treasures and hauntings: the interpretation of archaeological remains by the community of Batinga Sul (Brochier-RS)

Thais Gaia Schuler⁽¹⁾; Magna Lima Magalhães⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2838-087X>. Bolsista CAPES-PROSUC no Doutorado do PPG em Processos e Manifestações Culturais; Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo-RS (Brazil). E-mail: thaisschuler@yahoo.com.br.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-4178>. Doutora. Professora no PPG em Processos e Manifestações Culturais. Universidade FEEVALE, Novo Hamburgo-RS (Brazil). E-mail: magna@feevale.br.

ABSTRACT: The paper seeks to contribute to the discussion about material culture and cultural manifestations. It aims to discuss the interpretation that the community of Batinga Sul – countryside area in the municipality of Brochier, Rio Grande do Sul – makes about the pre-colonial materialities found in its territory. It was developed based on the theory *The Anthropology of the Objects*, by José Reginaldo Gonçalves. The methodological way of the research involved, in addition to bibliographic research, consultation with local collections such as the Pedro Augusto Mentz Ribeiro Collection at the Feevale University, the Memorial *Neu Frankreich* and the Brochier Municipal Public Library, and the Nice Antonieta Schüller Municipal Museum in Montenegro. Oral History was used as a recurring method, applied in its threshold with Ethnography, having as an empirical basis the interviews granted by members of families living in the locality of Batinga Sul. The results indicate that the local community interprets the materialities in question using the common sense, attributing meanings related to the existence of secret treasures and supernatural events.

KEYWORDS: archeology, materialities, culture.

INTRODUÇÃO

Há muito as sociedades ágrafas desenvolveram formas de representação simbólica relacionadas à natureza, aos seus rituais, e às suas condições de vida, manifestas em conjuntos rupestres e artefatos que no estado do Rio Grande do Sul podem remeter há doze mil anos antes do presente. Embora a arqueologia se consolide enquanto a ciência que investiga e tece explicações para a cultura material do período pré-colonial, a interpretação de vestígios não é exclusividade dos arqueólogos: as comunidades inseridas nos espaços estudados também constroem suas narrativas interpretativas baseadas em sua própria cosmovisão.

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap4

² Pesquisa desenvolvida com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No Vale do Rio Caí, região do Rio Grande do Sul, o contato de comunidades colonizadoras com artefatos arqueológicos pré-coloniais remete, segundo August Kunert (1892) a meados do século XIX, quando da colonização teuto-brasileira da região. Ocorria que muitos colonos encontravam objetos e vestígios líticos e cerâmicos do período pré-colonial no trabalho de preparação da terra para a agricultura e na abertura de picadas³. Algumas famílias desenvolveram curiosidade por estes artefatos, montando pequenas coleções a partir da guarda destes materiais. Os artefatos em questão tem por característica não sua dimensão monumental, como tem os achados arqueológicos de outras regiões da América, mas demonstram o que Ulpiano Bezerra de Meneses (1983) chama de um “profundo saber-fazer” (WICHERS, 2010).

Os estudos arqueológicos na região do Vale do Caí ocorreram entre os anos de 1965 e 1989 a partir das pesquisas de Pedro Ignácio Schmitz, Pedro Augusto Mentz Ribeiro e Eurico Miller (BISSA, DIAS e CATHARINO, 2009), e em um segundo momento, através do Projeto Sistemas de Assentamento Pré-coloniais de Caçadores Coletores no Vale do Rio Caí (2004 a 2006) e do Projeto Arqueológico do Vale do Caí (PACA, de 2006 a 2009), ambos conduzidos pela arqueóloga Adriana Schmidt Dias, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nos estudos da década de 1980, nas terras da comunidade rural de Batinga Sul, município de Brochier, a equipe do arqueólogo Mentz Ribeiro identificou e estudou o sítio arqueológico RS-TQ-58 (também chamado Afonso Garivaldino Ribeiro Rodrigues em função do então proprietário das terras), cuja datação radiocarbônica indicaria uma das mais antigas presenças humanas no estado do Rio Grande do Sul, com datação de 9400 anos.

O município sul-rio-grandense de Brochier tem cerca de 3500 habitantes (IBGE, 2010), tendo nas atividades rurais, especialmente na produção de carvão vegetal, sua base econômica. Destaca-se no cenário historiográfico por ter sido um dos poucos municípios do estado a ser colonizado por franceses, por volta de 1832. Tem forte apelo identitário teuto-brasileiro, baseado em um processo de estabelecimento de famílias colonizadoras na região a partir da década de 1850 pela expansão das colônias da região do Vale do Rio dos Sinos. A utilização do termo colônia, no recorte empírico deste estudo, adota as ideias de Giralda Seyferth (1990), designando uma região colonizada ou área colonial demarcada pelo governo ou por particulares, com caracterização econômica associada à ruralidade.

A Batinga Sul é uma comunidade rural pequena deste município, com cerca de 120 habitantes (IBGE, 2010), colonizada por volta de 1870. Sua identidade local busca a reafirmação das origens teuto-brasileiras, muito expressa pelo uso recorrente do Hunsrückisch, variedade dialetal de descendentes de imigrantes alemães oriundos da região do Hunsrück, localizada entre os rios Mosela e Reno, na Renânia Central (HABEL, 2017).

Este estudo, resultante das pesquisas desenvolvidas no mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale, tem o intuito, especificamente, de discutir a interpretação que a comunidade de Batinga Sul faz das materialidades pré-coloniais encontradas em seu território. Foi desenvolvido tendo por base teórica a antropologia dos objetos de José Reginaldo Gonçalves (2007), a qual examina aspectos simbólicos das materialidades nas sociedades humanas.

³ Vias descampadas abertas pelos colonos ao longo das quais iam instalando-se as famílias, e que funcionavam como espécie de caminho de ligação entre lotes de terra (DREHER, 2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico da pesquisa envolveu, além da pesquisa bibliográfica, a consulta a acervos locais como o Acervo Pedro Augusto Mentz Ribeiro da Universidade Feevale, o Memorial *Neu Frankreich* e a Biblioteca Pública Municipal de Brochier, e o Museu Municipal Nice Antonieta Schüler de Montenegro.

Utilizou a História Oral enquanto método recorrente, aplicada em seu limiar com a Etnografia, objetivando o favorecimento da voz do outro (SANTOS, 2016). A reflexão tem por base empírica as entrevistas concedidas por membros de famílias moradoras da localidade de Batinga Sul há algumas gerações: Ido, Ilério e Irineu Herzer e pelo casal Rudy e Lori Jung, juntamente de seu neto Éber Jung. Assim, muitos trechos utilizados neste artigo são provenientes das transcrições das entrevistas e apresentados *ipsis litteris* das falas dos interlocutores, mantendo propositalmente os termos coloquiais característicos da região estudada.

Todas as informações prestadas pelos interlocutores, bem como o uso de suas imagens, foram formalmente consentidas para uso na pesquisa.

GRUPOS PRÉ-COLONIAIS EM BROCHIER: TRADIÇÕES TECNOLÓGICAS

A arqueologia referente ao período pré-colonial do estado do Rio Grande do Sul é estudada através da referência a tradições tecnológicas, segundo Lizete de Oliveira (2005, p.15), “privilegiando a forma, função e o tipo de matéria-prima utilizada para fazer seus instrumentos”. Essas pesquisas indicam que ocupação humana no estado se deu pela ocorrência de três grandes levas migratórias (NOELLI, 2000; SCHMITZ, 1991). A primeira, ocorrida entre onze e doze mil anos antes do presente, no início do Holoceno, caracteriza-se pelo desenvolvimento de modos de subsistência relacionados à caça e à coleta que originam quatro tradições tecnológicas: Umbu, Humaitá, Vieira e Sambaquieira.

A segunda, ocorrida há, aproximadamente, dois mil anos, foi marcada pela chegada e estabelecimento de povos de matriz Jê e Guarani, os quais estabeleceram modos de vida caracterizados pela cerâmica e pela horticultura. Desta segunda leva são originárias as tradições tecnológicas Taquara e Guarani. Temos, por fim, a terceira onda migratória, marcada pela conquista deste espaço pelo europeu, a qual alterou significativamente as formas de relação com o território (COPÉ, 2013).

Os sítios arqueológicos identificados na região do município de Brochier envolvem as tradições Umbu, Taquara e Guarani, conforme os estudos desenvolvidos por Dias (2009) e apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Sítios arqueológicos localizados no município de Brochier

| Nome do Sítio | Localidade | Tradição tecnológica | Tipo de sítio |
|---|------------------------|----------------------|------------------|
| RS-C-18 Orlando Weirich | Linha tigre | Umbu | Céu aberto |
| RS-C-25 Gaudêncio Francisco | Vila Nova | Humaitá | Céu aberto |
| RS-C-27 Hugo Kunz | Linha Tigre | Umbu | Céu aberto |
| RS-C-28 Helmuth Schneider | Linha Pinheiro Machado | Guarani | Céu aberto |
| RS-C-29 Alfredo Rasche | Linha Pinheiro Machado | Taquara | Céu aberto |
| RS-C-30 Paulo Brochier | Linha Pinheiro Machado | Guarani | Céu aberto |
| RS-C-31 João Motta | Arroio Brochier | Guarani | Céu aberto |
| RS-C-32 Hugo Keller | Linha Tigre | Umbu | Céu aberto |
| RS-C-33 Augusto Weirich | Linha Tigre | Umbu | Céu aberto |
| RS-C-34 Mario Biehl | Vila Nova | Taquara | Céu aberto |
| RS-C-35 Rudi Griesbach | Nova Holanda | Guarani | Céu aberto |
| RS-C-67 Willimar Rasche | Linha Pinheiro Machado | Guarani | Céu aberto |
| RS-TQ-58 Afonso Garivaldino Ribeiro Rodrigues | Batinga Sul | Umbu e Taquara | Abrigo sob-rocha |

Fonte: Dias (2009)

O sítio arqueológico RS-TQ-58 localizado na Batinga Sul registra, arqueologicamente, dois momentos distintos de ocupação humana anterior à colonização: o primeiro se relaciona à tradição tecnológica Umbu, ocupação mais antiga do estado do Rio Grande do Sul e que se caracteriza pela dispersão de sítios arqueológicos pelo território sul-rio-grandense. Normalmente, sítios relacionados a esta tradição tecnológica estão localizados próximos a fontes de água, sendo as ocupações mais antigas, de acordo com Gislene Monticelli *et al* (2005), situadas no extremo oeste do estado. A confecção de artefatos líticos e a longa permanência de padrões indicam a continuidade da tradição Umbu até cerca de 2500 anos antes do presente, sendo a ponta de projétil o objeto diagnóstico. O nomadismo, a caça e a coleta e a busca por abrigos sob-rocha, predominam nos padrões de habitação desses grupos humanos. É importante destacar a ocorrência de grafia rupestre em baixo relevo (petróglifos) associada a alguns sítios de tal tradição tecnológica.

O segundo momento de ocupação humana do sítio Afonso Garivaldino Rodrigues é atribuído a grupos de tradição tecnológica Taquara, cujos registros mais significativos do estado se relacionam às regiões do planalto e da serra. Segundo Silvia Copé (2013), nas regiões de maior altitude, as habitações subterrâneas produzidas são o vestígio mais característico, enquanto nas regiões de menor altitude, sendo o caso de nossa zona de estudos, a presença Taquara relaciona-se à frágil e incipiente cerâmica produzida.

MATERIALIDADES E COLECIONISMO

A cultura material é constitutiva da condição humana desde os primórdios do seu surgimento, abrangendo, na definição de Ulpiano Bezerra de Meneses (1983), todo o meio físico que é socialmente apropriado pelo ser humano, tudo aquilo que, de alguma forma, foi construído, produzido ou transformado pela ação humana. Todos os grupos e civilizações do mundo produziram cultura material através de processos que geraram estas manifestações.

Trata-se de um campo amplo, de natureza transdisciplinar, que pesquisa a produção material da humanidade passada e contemporânea, estabelecendo relações entre o material e o social.

Para José Reginaldo Gonçalves (2007), a interpretação antropológica de qualquer grupo passa, necessariamente, pelo estudo de seus objetos, não considerando apenas suas funções práticas, mas seus sentidos simbólicos e interpretativos. Os objetos circulam na vida social: são deslocados, (re)interpretados, (res)significados nos diversos contextos culturais e históricos e neles geram ambiguidades e paradoxos que impactam nas subjetividades individuais e coletivas.

Enquanto conciliadoras de categorias como passado e presente (GONÇALVES, 2007), é impossível a dissociação completa entre materialidade e imaterialidade no contexto dos estudos da cultura. Na expressão de Marcel Mauss (2003), os objetos devem ser compreendidos e estudados enquanto “fatos sociais totais” ou seja, como parte de sistemas simbólicos ou categorias culturais cujo alcance ultrapassa esses limites empíricos e cuja função é a de organizar e constituir a vida social (GONÇALVES, 2007). Nas palavras de Gonçalves (2007, p.27):

eles (os objetos) não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam (na medida em que os objetos são categorias materializadas) a percepção que temos de nós mesmos individual e coletivamente.

Tomados de forma valorativa, o conjunto dos bens materiais de determinado grupo social, individuais ou coletivos, ganham *status* de patrimônio cultural quando adquirem dimensão relacional entre as pessoas e o território (NORA, 1993). Assim, o próprio artefato arqueológico, compreendido enquanto proveniente de geração pretérita habitante de um território em comum, atua como elemento de formação de sentido identitário em comunidades atuais (FUNARI, 2006), principalmente se situado como elemento mediador entre diversos domínios social e simbolicamente construídos.

A categoria colecionamento insere-se neste contexto e está presente, também, nas diferentes formas de socialização dos grupos humanos como uma maneira de delimitação de domínio subjetivo e de diferenciação com relação ao “outro”. Toda e qualquer coletividade humana dedica-se a alguma atividade de colecionamento, embora não o façam com os mesmos propósitos e segundo os mesmos valores. Segundo Abreu (2005), o colecionismo ligado à acumulação de bens é característico da sociedade Ocidental do século XVII e da noção de propriedade.

No caso específico do patrimônio arqueológico, são múltiplos os sentidos que podem ser atribuídos aos objetos. Assim, quando se faz uma interpretação sobre dada coleção arqueológica, faz-se uma escolha que toma fragmentos de uma cultura como representativos de toda uma cultura (GONÇALVES, 2007).

A COMUNIDADE, A PANELA E O ABRIGO SOB-ROCHA

Embora o material escavado na região da Batinga Sul esteja armazenado sob a guarda do Centro de Pesquisas Arqueológicas da Universidade de Santa Cruz do Sul (CEPA - UNISC), alguns artefatos encontrados pela comunidade no entorno do sítio Afonso Garivaldino (antes

e depois da escavação) estão em posse de famílias locais. É o caso da família Jung, que há 110 anos vem montando sua coleção (Figura 1).

Entre os objetos está uma panela de barro corrugado de tecnologia Guarani (Figura 1) encontrada pela avó da interlocutora Lori Jung, entrevistada aos 82 anos: “Minha avó achou na roça, logo aqui atrás. Começou a revirar a terra e de repente fez ‘tuc’. Ela viu que tinha alguma coisa e começou a cavocar, porque podia ser uma panela cheia de ouro!!!” e riu alto.

Indagada do porquê estar cheia de ouro, ela contou que a história da panela com tesouro é antiga na região: “Alguns falam que era dos irmãos Brochier, outros dizem que tem a ver com os Jesuítas...”.

Figura 1 – Coleção de artefatos arqueológicos da Família Jung



Fonte: própria, 2019

De fato, irrompe na memória dos antigos moradores do município de Brochier uma narrativa que sugere que os irmãos franceses fundadores do município, Augusto e João Honório Brochier, possuíam uma grande riqueza escondida, cuja procedência teria origem duvidosa. Segundo o jornalista local Germano Henke (1977), os irmãos teriam enterrado um tesouro em ouro e prata no leito do Arroio dos Franceses⁴, havendo variações orais que mencionam tesouros escondidos em outras partes da região. No município vizinho de Montenegro (do qual Brochier emancipou-se 1988), a variação da lenda do tesouro tem relação com a presença jesuítica e com assombrações no Rio Caí (FRANK, 1982; MOTTA, 2011).

“Mas os índios não moravam por aqui, não”, continuou Lori, “eles só passavam por aqui pra subir ali pro Morro dos Cavalos...pelo menos era o que a minha avó contava....”. Ela ficou um pouco confusa. “Mas daí eles não iam carregar essa baita panela, né?”

O estranhamento da entrevistada demonstra como a presença de um objeto pode levar à desestabilização de uma memória coletiva: “Em sua presença incontornável e difusa, usados privada ou publicamente, colecionados e expostos em museus ou como patrimônios culturais no espaço das cidades, os objetos influem secretamente na vida de cada um de nós” (GONÇALVES, 2007, p.10).

⁴ Arroio localizado no centro do município de Brochier, atualmente chamado de Arroio Brochier.

Thiago Proença (2014), em seus estudos sobre a herança indígena no Vale do Rio Caí, afirma que o indígena e sua participação na formação desta sociedade praticamente inexistem nos relatos orais, bem como na memória coletiva e, que o conceito de civilizador europeu é muito presente na construção historiográfica local. No contexto em questão, os ameríndios são representados como figuras pretéritas, desvinculadas da realidade contemporânea local, sendo que muito do que se reproduz acerca destes grupos humanos fica vinculado ao senso comum das sociedades atuais e não à pesquisa arqueológica, etnológica ou historiográfica. O autor identifica que a historiografia sobre a região das terras baixas do Rio Caí (onde se insere o município de Brochier e a Batinga Sul) aborda a presença de grupos autóctones basicamente de duas maneiras: afirmando sua extinção diante da presença europeia ou, em uma abordagem mais recente, defendendo a hipótese de ter havido significativa redução populacional, porém de presença contínua mesmo após a colonização.

O termo “índio” é uma construção conceitual largamente utilizada na historiografia e que remete ao processo de conquista da América pelos europeus no final do século XV (SILVA e SILVA, 2005). Ainda que não houvesse (e tampouco há) homogeneidade linguística, cultural, geográfica ou étnica, o termo passou a designar a população nativa da América vigorando nas sociedades contemporâneas e esta concepção é recorrente nas falas dos interlocutores na Batinga Sul.

Quando a pesquisa arqueológica da década de 1980 na Batinga Sul foi mencionada para a Família Herzer durante as entrevistas, esperava-se que eles tivessem alguma lembrança pessoal sobre o assunto, mas o contato ocorreu de maneira indireta:

Sim, daí ele começou a vir na mídia, a ter repercussão, porque antes....Notícias surgiam no noticiários, né? Mas ninguém deu a importância que realmente era. (...) Quem mais ou menos se envolvia eram as famílias do entorno, porque eles começaram a contratar a gente dali pra ajudar nas próprias escavações, porque daí vinham os especialistas, o pessoal que trabalhava naquilo ali...era Santa Cruz do Sul, né? Pessoal da UNISC....aí eles contratavam pessoas dali pra ajudar nas escavações, a isolar a área...(HERZER, 2019)

Houve insistência perguntando se mesmo Ilério e Irineu, que eram professores da Escola de Ensino Fundamental local, não haviam recebido informações complementares ou mesmo visitado a escavação com seus alunos, dada a distância de menos de um quilômetro entre o sítio e o educandário local. A resposta foi uma negativa. Ido Herzer ainda complementou: “Os professores da UNISC eram muito secretos, não faziam publicidade para não alardear”.

Sobre a vez em que Ido Herzer havia estado lá, cerca de três anos antes, este narrou que para encontrar o local (que ele não mais conhecia) havia solicitado auxílio de um antigo amigo de seus irmãos, o qual é sobrinho do proprietário das terras. O amigo, de nome Tailor, ficara feliz em revê-lo e prontificou-se a acompanhá-lo. No abrigo sob-rocha, como Ido estava lhe fazendo muitas perguntas, mencionou que o local guardava segredos inusitados. “O Tailor (Rodrigues) quis me impressionar. Contou de uma assombração que acontecia lá na pedra do sítio, que tinha um bicho naquela pedra....Eu acho que na verdade ele queria que eu fosse...que eu não me demorasse muito por lá, daí criou esse mistério” (HERZER, 2019).

Mistério refere-se a algo que é inexplicado, mas que incita à investigação ou à fuga (GREGÓRIO, 2019). Há, no mistério, um matiz de emotividade, do contrário seria sinônimo de desconhecido, inexplicável, o que não é. Indica algo que é ocultado, e que só é conhecido de um ou poucos, que guardam segredo. Esta é uma palavra importante para a relação que as Famílias Jung e Herzer desenvolveram com os artefatos encontrados, com o sítio arqueológico, mas também com a própria escavação do local. O “outro” é, por si só, um mistério. Quando a comunidade da Batinga Sul mostra suas coleções ou fala das pesquisas arqueológicas, refere-se a um passado imemorial em termos individuais e coletivos. Fala do esquecimento de algo pretérito e desconexo. O indígena é o “outro”, a manifestação da alteridade. Alteridade que, por sua vez, é o elemento fundante da antropologia, segundo Mariza Peirano (1999).

A Família Jung dispunha sobre a mesa sua coleção de artefatos arqueológicos (Figura 1): uma mão-de-pilão; seis boleadeiras redondas muito bem acabadas, uma boleadeira mamilar, mas sem as pontas, que o interlocutor Rudy explicou que havia sido quebradas pelas crianças para averiguar se não havia pedras preciosas ou ouro no interior. Duas das boleadeiras eram coloridas, mas também por obra das crianças que a pintaram na escola com tinta guache.

O neto dos moradores, Éber Jung, professor de artes do município e pesquisador da Universidade La Salle, troxera uma ponta de flecha encontrada por um aluno seu poucos quilômetros a sudoeste dali, muito próximo ao sítio arqueológico Edmundo Diesel, na divisa com o município de Paverama. Tratava-se de um projétil estilo rabo-de-peixe, esculpida em uma pedra muito leve que parecia ser calcedônia.

A presença indígena na região, embora manifesta materialmente nos artefatos colecionados pela Família Jung, faz parte de um passado imemorial para os interlocutores. A Família não se recorda de narrativas de seus antepassados que envolvam qualquer tipo de contato com indígenas, mas quando questionada sobre isso, Lori faz uma inesperada associação à ocorrência de bolas de fogo no mato: “De vez em quando, desses lugares assim onde tinha coisa de índio, saía umas bolas de fogo do mato, né, e vai embora...tinha ali nas terra do pai um pé de limão e o Rudy queria ir embora...daí numa dessas sai dali um clarão....mas veio assim....” (JUNG, 2019). Rudy interpelou completando a lembrança: “Ele veio assim do chão e nós fomo embora lá pra cima....”. Lori continuou: “Vixi, eu tava com tanto medo que disse pro Rudy que nunca mais ia ter coragem de vir pra cá...”.

A memória em questão, partilhada pelo casal, suscitou outra narrativa de Rudy (2019):

Uma noite eu vinha de visita uma, duas horas da madrugada...ali pra baixo e quando eu passava por ali onde o Ladir mora....não sei se nós tava entre dois....mas de repente veio assim uma bolota de fogo no alto, mas ela foi longe....até que numa dessas ela parece que, assim, explodiu....mas ela vinha voando ligeiro...

Vendo o espanto do neto e dirigindo-se a ele, Lori complementou: “Mas quando vocês eram pequenos, teve uma vez que apareceu aqui mesmo nas terras do pai e a gente disse ‘Vamos atrás que vamos achar ouro....’ e foi que foi até lá perto do galinheiro...” (JUNG, 2019). Mas ninguém encontrou o ouro.

Há, na região de Montenegro, registro de uma lenda local conhecida como “Mãe do Ouro”⁵ (FRANK, 1982) que associa aparições de bolas luminosas próximas a locais onde há tesouros escondidos. Segundo Motta (2011), esta associação também é feita por moradores do entorno de outros sítios arqueológicos da região de Montenegro.

As narrativas em questão encontram similaridade com um mito bastante difundido no meio rural do sul brasileiro, conhecido com boitatá. Segundo os estudos desenvolvidos por Vanderci Aguilera (2004), a narrativa encontra origem entre os Tupi. Referências escritas sobre o mito podem remeter ao ano de 1706, considerando sua grafia original “baetátá”. No Rio Grande do Sul, recebe *status* de lenda e ganhou uma literatura escrita representativa, documentada por escritores como Barbosa Lessa (1963) e Simões Lopes Neto (1971). Considerando as muitas versões, o⁶ boitatá é associada à proteção das matas e do ambiente natural, e encontra na transmissão ágrafa e oral sua principal via de perpetuação no imaginário das comunidades (AGUILERA, 2004).

O senso comum, muitas vezes desprezado ou considerado menor pela lógica dos estudos científicos, tem importância nos estudos antropológicos, segundo Clifford Geertz (2007), que não se traduzem como uma “ordem única, passível de ser descoberta empiricamente e formulada conceitualmente” (p.139). Trata-se de um tipo de conhecimento baseado em sistemas que surgiram e se expandiram ao redor do emaranhado de práticas herdadas, crenças aceitas, juízos habituais, emoções inatas.

É dotado de símbolos compartilhados por uma comunidade determinada, não apenas uma sabedoria prática e corriqueira, mas algo que se apresenta como um sistema cultural que efetivamente faz sentido na cosmovisão de um grupo: “A religião baseia seus argumentos na revelação, a ciência na metodologia, a ideologia na paixão moral; os argumentos do senso comum, porém, não se baseiam em coisa alguma, a não ser na vida como um todo. O mundo é sua autoridade.” (GEERTZ, 2007, p.114).

Na busca de respostas para os mistérios mais profundos da existência, a lógica do senso comum varia de acordo com o grupo social e a época, dependendo de como as pessoas lidam com o mundo que as envolve; mas encontra fundamento, segundo o autor, no cotidiano. Aqueles que o possuem têm total convicção de seu valor e de sua validade.

Entendendo cultura como um sistema de símbolos e significados que são partilhados por uma comunidade, a Batinga Sul apresenta seu próprio sistema cultural, com explicações lógicas que, talvez, apenas encontre coerência dentro do próprio campo. Explicações como as bolas de fogo, as assombrações, os possíveis tesouros escondidos podem ser relacionados ao campo do imaginário e do irreal, mas, segundo Bronislaw Baczko (1985), os sistemas de representações que são produzidos em diferentes épocas e contextos sociais não isolam o “verdadeiro” e o “ilusório” um do outro, pois os unem como partes de um todo. Nas ilusões alimentadas são escondidas as verdades, dando sentido e definição sobre o lugar que lhes cabe na “lógica da história” (BACZKO, 1985). Ao produzir um sistema de representações que traduz e legitima uma concepção pelo manejo de representações e símbolos, um sistema social instala, também, permanência.

⁵ A tradição folclórica do Rio Grande do Sul apresenta muitas variações quanto a esta lenda.

⁶ Em algumas versões aparece como figura feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Batinga Sul, assim como o município de Brochier, do qual faz parte, insere-se em uma região auto-identificada pela herança teuto-brasileira, constantemente manifesta em suas festividades e no uso do dialeto. Vestígios materiais de tempos anteriores à chegada de seus antepassados na região são coletados e guardados pela comunidade, os quais, com as escavações e estudos arqueológicos, recebem explicação científica e passam a manifestar uma ancestralidade, uma existência humana anterior, imemorial e desconexa da coletividade local.

Trazem à tona a materialização de uma figura que a história se encarregou de apagar: de “índios” que foram retirados de suas terras ou confrontados pelos civilizadores, de nativos que, ou foram aculturados, ou exterminados. Mas essa identidade que se apresenta é tão distante e diferente de si que acaba por ser associada a estruturas de constructo do senso comum. Contudo, nem por isso menos fascinante: a comunidade coleta e guarda objetos materiais que surgem na roça e nas proximidades de arroios e conta histórias sobre assombrações no abrigo sob-rocha, produzindo suas próprias narrativas e interpretações sobre coisas e lugares estranhos dentro de seu sistema cultural, independentemente de uma continuidade histórica. Assim, os vestígios (lugares ou coisas) recebem das pessoas o sentido de um testemunho de acontecimentos lendários, ligados ao mistério e ao sobrenatural.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Universidade Feevale pela bolsa de estudos concedida para a realização do Mestrado em Processos e Manifestações Culturais da primeira autora.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. In: CHAGAS, Mario. Museus e Antropofagia da Memória e do Patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n°31. Brasília: IPHAN, 2005. P.100-125.
2. AGUILERA, Vanderci de Andrade. O baetata existe realmente? In: *Latin American Narratives and Cultural Identity*. New York: Peter Lang Publishing, 2004. P. 201-216.
3. BACZKO, Bronislaw. Aimaginação social. In: LEACH, Edmund *et al.* *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. P.296-332.
4. BISSA, Walter Mareschi; DIAS, Adriana Schimdt; CATHARINO, Eduardo Luis Martins. Reconstituição paleoclimática do vale do Rio Caí, nordeste do Rio Grande do Sul, com ênfase nas ocupações humanas. In: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n.19, 2009. P.143-154.
5. COPÉ, Silvia Moehlecke (org). *12000 anos de história: arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul*. 2013. 116f. (Catálogo de exposição organizado pelo Museu da UFRGS). Porto Alegre: UFRGS, 2013.

6. DIAS, Adriana Schmidt. *Relatório Final do Projeto Arqueológico do Vale do Cai (PACA)*. 6-Porto Alegre: IPHAN, 2009 (disponível somente para consulta local).
7. DREHER, Martin Norberto. Os 180 anos da Imigração Alemã. In: *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos, 2005.
8. FRANK, Talia Teresinha. Lendas e Histórias de Montenegro. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (coord.). *Montenegro Ontem & Hoje*. Vol.2. São Leopoldo: Rotermund, 1982. P.509-515.
9. FUNARI, Pedro. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2006.
10. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1989.
11. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Departamento de Museus e Centros Culturais (Coleção Museu, Memória e Cidadania: Rio de Janeiro, 2007.
12. GREGÓRIO, Sergio Biagi. *Dicionário de Filosofia*. Disponível em <https://sites.google.com/view/sbgdicionariodefilosofia/mist%C3%A9rio>. Acesso em 10 de maio de 2019.
13. HABEL, Jussara Maria. Os nomes do Hunsrückisch: aspectos linguísticos e extralinguísticos da denominação de línguas de imigração. In: *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, ago./dez. 2017.P. 314-330.
14. HENKE, Germano. A colonização de Brochier. *Jornal O Progresso*, 19 de fevereiro de 1977.
15. HERZER, Ido; HERZER, Irineu; HERZER, Ilério. *Entrevista com Família Herzer: 15-entrevista* [mar. 2019]. Entrevistadora: Thais Gaia Schüler. Brochier, 2019. 1 arquivo .mp3 (2h 59min 37s).
16. IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 de julho de 2018.
17. JUNG, Éber; JUNG, Rudy Nilvo; JUNG, Lori. *Entrevista com Família Jung: entrevista* [mar. 2019]. Entrevistadora: Thais Gaia Schüler. Brochier, 2019. 1 arquivo .mp3 (1h 04min 57s).
18. KUNERT, August. südbrasilianische Höhlen und Rückstände der früheren Bewohner. In: *Zeitschrift für Ethnologie*, Vol. 24. Berlin: Verlag von A. Asher & Co, 1892, p. 502-504. Tradução: DREHER, Martin Norberto. Cavernas sul-brasileiras e vestígios dos antigos habitantes. In: *Cadernos do Lepaarq*, Vol. XIII, nº26, 2016. P.284-288.
19. LESSA, Luiz Carlos Barbosa. *Estórias e lendas do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Edigraf, 1963.

20. MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naif, 2003.
21. MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. In: *Revista de História*. Universidade de São Paulo, n.115, 1983. P.103-117. Disponível em <<http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/view/61796>>. Acesso em: 22 de abril de 2018.
22. MONTICELLI, Gislene *et al.* Um sítio arqueológico inédito em Lavras do Sul/RS. In: *Revista Textura*. n.11, jan/jun 2005. Canoas, 2005. P.5-10. Disponível em <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/752>>. Acesso em: 10 de junho de 2017.
23. MOTTA, Lisiane da. *Patrimônio arqueológico de Montenegro/RS: dialogando com a arqueologia e o compromisso social*. 2011. 325f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2011.
24. NETO, Simões Lopes. *Lendas do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1971.
25. NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, n.44, dez 1999/fev 2000. P.218-269. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29849/31735>>. Acesso em: 20 de maio de 2017.
26. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Revista Projeto História*. São Paulo, nº 10, 1993. P.7-28. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em abril de 2018.
27. OLIVEIRA, Lizete Dias de. Síntese histórica do povoamento do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Lizete Dias de. SILVEIRA, Elaine da (org). *Etnoconhecimento e saúde dos povos indígenas do Rio Grande do Sul*. Canoas: ULBRA, 2005. P. 11-34.
28. PEIRANO, Mariza. *A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil*. In: Brasília: Série Antropologia, nº255, 1999. P.219-232.
29. PROENÇA, Thiago Iwaszko Marques. *As marcas indígenas na região sócio-paisagística das terras baixas às margens do Rio Caí*. 2014. 123f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, 2014.
30. SANTOS, Ana Maria. História oral e etnografia: convergências e contribuições em uma pesquisa sobre o outro e suas demandas de políticas públicas em Breves-PA. In: *XIII Encontro de História Oral: história oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 01 a 04 de maio de 2016. Disponível em <https://www.encontro2016.historiaoral.org.br/resources/anais/13/1462053068_ARQUIVO_ANASMITHhistoriaoralok.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2018.

31. SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Pré-História do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas (UNISINOS), 1991.
32. SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.
33. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2005.
34. WICHERS, Camila. *Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira*. Tese de doutoramento (Doutoramento em Museologia). Programa de Pós-Graduação em Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa (Portugal), 2010. 247f.

Mulheres e sua história com o café¹

Maria Letícia de Oliveira Bianchini⁽¹⁾; Dolores Cristina Gomes Galindo⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3664-8250>, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”-UNESP-Assis, Mestranda em Psicologia e Sociedade, Psicóloga, Brasil. E-mail: leticiaobianchini@gmail.com.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2071-3967>, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP-Assis, Docente nos Programas de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade-Unesp e em Psicologia da UFMT, Pós-Doutora em Psicologia, Brasil. E-mail: dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Quantos de nós já acordamos com aquele cheirinho gostoso de café que alguém passava lá na cozinha, não é? Muitas vezes, o café da mãe, da vó, da tia ou da irmã aqueceu um dia frio, curou uma ressaca, ou até serviu de desculpa para ir a casa da comadre ou compadre jogar conversa fora. Mas, enganam-se quem pensar que as mulheres só estão envolvidas no processo de coar o café, elas estão tanto na formação da lavoura, colheita, pós-colheita, quanto na pesquisa, gestão em cooperativas, barismo e outros setores desse sistema agroindustrial do Brasil, que é o maior produtor e segundo maior consumidor de café do mundo (MACIEIRA, 2017, p.10).

Desde o Brasil Colônia, as mulheres têm se dedicado à cultura do café, mas, mesmo assim, quando se fala da cultura cafeeira, ainda é considerada por muitos como executada pela mão de obra masculina. Entretanto, uma parcela significativa do cultivo é executada por mulheres e o reconhecimento disso é muito pouco, fazendo-se necessário lutar pela visibilidade deste trabalho feminino, que assim como as outras áreas que as mulheres atuam, é executado com muito esmero e qualidade (FERREIRA et al, 2017, p.14).

Como fala Kelly Stein, no episódio 17 do *podcast* Coffea, sobre dois relatórios internacionais publicados; o primeiro, em 2012, (p.61) lançado pela International Trade Centre à publicação “Guia do exportador de café (Terceira Edição)” (Tradução da autora) onde fala que as mulheres, no Brasil, participam pouco no trabalho do campo e da colheita e, o segundo, em 2014 (p.12), lançado pela Sustainable Coffee Program a publicação “Café sustentável como empresa familiar: Abordagens e ferramentas para incluir mulheres e jovens” (Tradução da autora) onde registra-se que, no Brasil, a participação das mulheres é baixa devido ao alto nível da agricultura mecanizada, “essa invisibilidade é grave, porque

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap5

os relatórios internacionais definem políticas públicas de apoio e incentivo” (STEIN, 2019). Então, se o trabalho delas não aparece, cria-se uma ideia de que não são necessárias estratégias de apoio porque não tem um interesse na área.

Por conta desses dois relatórios, Josiane Cotrim Macieira, idealizadora do capítulo brasileiro na International Women’s Coffee Alliance (Aliança Internacional das Mulheres do Café) – IWCA, começou a articular com outras mulheres na cafeicultura para levantar dados e registros que comprovassem a participação dessas mulheres para escrever um livro contando essa história e mandar como resposta a esses relatórios. O livro se chama “Mulheres dos Cafés no Brasil” foi publicado em 2017 e contou com artigos, como também relatórios de várias mulheres e homens engajados com a causa no país todo e, com o apoio da IWCA, como também da Embrapa Café para a publicação.

É dando visibilidade para o trabalho dessas mulheres que, em uma luta árdua, vamos conquistando espaços e mostrando o quão resistente é a atuação delas nesse meio, não só para a sociedade como um todo, mas também para essas próprias mulheres produtoras que, muitas vezes, desconhecem a potência que possuem e que se elas desejarem, podem tudo nesse mundo! Com essa aliança firmada com a IWCA, foi possível encontrar as mulheres que estavam invisíveis e iniciar diálogos com discussões de gênero, empoderamento feminino, violência doméstica, direitos, entre outros (MACIEIRA, 2017, p.13).

Não restam dúvidas que se faz necessária a participação das ciências, principalmente, as sociais, de se envolverem com a causa e, junto com essas mulheres, construir práticas e saberes novos, como também apropriados para a realidade delas, esta que é totalmente diferente da urbana. Trata-se de uma cultura diferente, não só da urbana, mas entre as outras regiões e culturas camponesas, tudo isso é importante levar em consideração, pois faz parte da subjetividade, dos enfrentamentos e os modos de vida dessas mulheres.

Como parte da comunidade científica da Psicologia, chamamos a atenção dessa área para envolver-se mais com as questões das ruralidades. Nesta pesquisa, especificamente, falaremos da agricultura familiar, pois compõem o nosso foco e organiza o trabalho da cooperativa que iremos acompanhar. Percebemos que “a formação e atuação dos psicólogos continuam voltadas para contextos eminentemente urbanos” (Leite et al, 2013), por mais que tenha tido uma aproximação territorial da profissão em direção ao interior dos estados com os programas de ampliação das Universidades, ainda dentro delas, estudamos muito pouco sobre esse assunto ou o analisamos através de conhecimentos que foram construídos com olhares urbanos, onde é uma realidade totalmente diferente, podemos verificar isso observando as grades curriculares das faculdades de psicologia no país.

Um artigo produzido por Silva e Macedo (2017, p.824) que, na década de 2000, observou-se o incremento de publicações sobre o rural na psicologia em periódicos nacionais e internacionais, especialmente, na área da Psicologia Social. Foram 41 artigos e com uma produção maior em 2006. Entre 2010 e 2015, foram publicados 28 artigos, apesar de haver uma variedade de temas nessas produções sobre o trabalho rural, a organização dos trabalhadores rurais e seus efeitos em torno das categorias na Psicologia Social através da dualidade do rural, como também o urbano. Os autores destacam ainda a “necessidade do aprofundamento e apropriação da reflexão crítica sobre os estudos rurais no Brasil (...) esse campo passa pela necessidade de ultrapassar o dualismo rural-urbano” (SILVA; MACEDO, 2017, p.824)

Ao observar as produções científicas encontradas até esse momento da dissertação, é possível analisar que elas estão sendo produzidas em maior quantidade no norte e nordeste do país. No Sul, apesar de possuir uma grande produção agrícola, há pouquíssimos estudos teóricos da psicologia sobre as ruralidades, principalmente, no Paraná, que é estado escolhido no recorte de população a ser estudado na dissertação. Até o momento da escrita deste resumo, foi encontrado apenas um artigo que fala sobre a produção do tabaco em uma cidade paranaense, partindo do referencial teórico da Psicologia Histórico-Cultural.

Esta pesquisa tem como objetivo central compreender como o trabalho da mulher, na cafeicultura, constrói empoderamento, produz subjetividades, como também autonomia. E, em seus objetivos específicos, contar a história do cultivo do café através das mulheres, analisar os fatores psicossociais por de traz da cultura do café e investigar o distanciamento da psicologia em relação ao meio rural.

METODOLOGIA

O presente resumo faz parte do primeiro levantamento de dados bibliográficos da dissertação para obter título de Mestre em Psicologia e Sociedade na Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – UNESP-Assis.

A pesquisa se encontra em estágio inicial, fazendo um levantamento bibliográfico sobre as produções acadêmicas que temos disponíveis, no país, entre a Psicologia e sua relação com as ruralidades, entretanto, focando no trabalho rural organizado através da agricultura familiar, visto que a cooperativa a ser acompanhada adota este estilo de produção.

A linha de pensamento que direciona a escrita é a Filosofia da Diferença e leituras feministas que possuam os mesmos valores que as mulheres agricultoras têm, como o Feminismo Camponês, um movimento feminista tardio, pois “devido à continua demonização do movimento feminista pelas sociedades patriarcais e machistas, o campesinato não reconheceu como feminista a luta pela terra, a soberania alimentar ou a agroecologia” (ROJAS, 2020).

Após esse levantamento de dados sobre a psicologia, outro sobre a história do café será necessário, pois nos registros do cultivo do café que temos, pouco aparece as mulheres, nas documentações registradas quem assinava ou era o marido ou o filho mais velho, mesmo que a terra estivesse sob a liderança da mulher. Entretanto, há registros em diários de educadoras das fazendas, fotos, homenagens a fazendeiras e livros que estão surgindo após a aliança com a IWCA que estão trazendo à tona histórias incríveis sobre produtoras de café.

Tratando-se de uma pesquisa que precisa ser escrita pelo coletivo, faz necessário adotar métodos inventivos de escrita para perceber as sutilezas que estão envolvidas no trabalho dessas mulheres no campo e sua ligação com a natureza. Contando com entrevistas semiabertas, observações, anedotas, filmagens e fotografias, sendo que as duas últimas serão direcionadas para um perfil na rede social *instagram* a fim de que as leitoras e leitores da dissertação possam contar com uma experiência visual da escrita.

O segundo momento da pesquisa acontecerá quando a pandemia passar e estiver seguro para a realização de uma pesquisa de campo com a cooperativa “Mulheres do Café do Norte Pioneiro” no Paraná, onde acontecerá um acompanhamento do dia a dia

do trabalho das cafeicultoras, este que está sendo referência para a construção de outras cooperativas no Estado.

DESENVOLVIMENTO

Por muito tempo, quando era questionado o papel da mulher na sociedade, havia uma resposta pronta: Cuidar e zelar pela família e o lar. Infelizmente, em algumas esferas sociais, ainda perdura essa visão sobre a mulher, porém a luta feminista tem mudado muita coisa, e por mais que seja árdua essa luta, quando o objetivo é alcançado é uma vitória não só para as mulheres que habitam nesse mundo, mas para todas que habitarão um dia (FERREIRA et al, 2017, p.14).

O diálogo sobre feminismos, no campo, ainda é recente comparado às discussões feministas no meio urbano. No Brasil, há vários marcos importantes, mas iremos citar apenas dois, para trazer esse diálogo com mais facilidade com as mulheres do campo, um deles é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), organização presente no Brasil, desde a década de 1980, em quase todos os estados só que com nomes diferentes, até se unir sob a sigla MMC em 2004. O termo feminismo aparece, em suas manifestações públicas, em Santa Catarina, em 2010, na 11^o Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas, realizada na cidade de Xaxim-SC, com o tema “Mulheres Camponesas e Feministas” (PAULILO, 2019, p.463). Percebe-se que passou anos para que o adjetivo “feminista” aparecesse ao lado do nome do movimento, quantos debates essas mulheres tiveram para que isso acontecesse!

Outro marco aconteceu em 2012 quando, finalmente, é assinado para efetuar a criação do capítulo brasileiro da IWCA. A partir desse momento, inicia-se a “discussão de gênero na cafeicultura brasileira, termos como empoderamento feminino entravam para o vocabulário das mulheres que trabalhavam com café no Brasil” (MACIEIRA, 2017, p.13).

Aos poucos fundamentos feministas vão chegando aos ouvidos das mulheres lá na roça, claro, não é algo que está nascendo só agora, mas sim de anos e muito debate entre essas mulheres para que a discussão feminista fosse possível lá na roça. É um movimento feminista que está se concretizando e sendo assumindo por vários movimentos camponeses executado por essas mulheres, como as hortifrutigranjeiras, as artesãs, então não podemos falar aqui de um feminismo singular, mas de feminismos, pois a realidade da produtora do estado do Paraná é totalmente daquela que produz lá em Minas, da produtora negra, e o feminismo precisa ser no plural para alcançar a todas.

São conquistas assim que possibilitam dar mais visibilidade ao trabalho de mulheres que, por muito tempo, ficaram escondidos. São histórias, tradições, culturas que passaram despercebidas na nossa sociedade patriarcal. O cultivo do café dá destaque ao Brasil diante do mundo e o que não se divulgava era que muitas mulheres estavam em sua linha de frente.

Voltando ao Brasil Colônia, podemos falar sobre as mulheres escravas que carregavam seus filhos para a roça, durante o período de colheita, as crianças pequenas ficavam deitadas em cestos na sombra debaixo do café, elas foram essenciais para o cultivo. Do outro lado, estavam as baronesas, que diferente da imagem, passaram de mulheres que não faziam nada e ficava em casa, cuidando dos filhos. Nos registros do diário de uma educadora alemã que esteve no Brasil, foi possível encontrar dados onde ela relata as atividades das baronesas, como os barões passavam a maior parte do tempo fora de casa porque iam para Santos

vender o café ou estavam desbravando novas terras, quem chefiava tudo na fazenda eram as baronesas, então além de cuidar dos filhos, elas tinham que organizar a escravaria, o atividade do campo, os comandos das casas, a roupas das crianças e de qualquer outro imprevisto que aparecesse. Uma história desconhecida até da autora que mora na mesma região é da senhora Sebastiana Pimentel Cunha Bueno, uma senhora que nasceu no final do século XIX, casou-se muito cedo com um coronel Henrique Cunha Bueno, que era bem mais velho que ela e que fazia parte uma família tradicional, como também pioneira de cafeicultores no Estado de São Paulo. Após uma longa estadia em Paris e com a baixa no valor do café, a família acabou conhecendo a pobreza de muito perto, a ideia que o marido teve foi de empenhorar a casa, mas Sebastiana foi contrária a isso e resolveu ir para as terras que eles tinham no interior do estado, na região de Ourinhos-SP, mais especificamente, residir em Ipaussu, uma pequena cidade no interior, enquanto o marido foi para Santos cuidar da casa de exportação que era dono (MARTINS, 2017).

Essa senhora então, vem para o interior cuidar das três fazendas da família, com atividades desde o plantio até a prova do café, pois ela selecionava aos grãos que mandava. Ela também trabalhava na fabricação de uniformes para seus colonos que eram vendidos para as pessoas em seu armazém de café. Possui um domínio da fazenda, cavalgava, dirigia carro e liderava ações sociais com senhoras idosas, escolas para crianças abandonadas e cuidou dos leprosos da cidade. Foi tão importante para a sociedade agrícola que a Associação Rural de São Paulo a condecorou como a fazendeira do ano por Getúlio Vargas em 1946. Em Ipaussu-SP, foi convidada para ser prefeita da cidade e foi uma das primeiras prefeitas do país (MARTINS, 2017).

Assim como Sebastiana, Josiane, Ana Luísa Martins, historiadora do café no estado de São Paulo, há muitas mulheres na linha de frente na história do café e são inviabilizadas pela sociedade patriarcal e machista que vivemos. Não podemos fechar os olhos para isso. Quem conviveu ou convive com famílias no meio rural sabe que, muitas vezes, o trabalho da mulher no cultivo não é tido como trabalho, apenas como uma ajuda, pois a lavoura é do homem e todo reconhecimento da produção é destinado a ele. Nós podemos e devemos assumir o compromisso em mudar essa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para ser verdadeira a agricultura familiar, é preciso ir além de fazer o cultivo em família, é preciso respeitar a natureza e a todos os participantes desse modo de produção, isto significa, que nada adianta denominar-se agricultura familiar no papel, e não dar a devida visibilidade, como também participação nos lucros a mulher e aos filhos.

Muitas mulheres não sabem o quanto são importantes para o sustento desse país, para sua sobrevivência e o desenvolvimento social exatamente, porque aprendemos, desde pequenas, a abaixar nossas cabeças e cumprimos o que o determinismo biológico manda como nossa missão de vida. O fato que é podemos e devemos ir além de tudo isso. É extremamente importante construirmos uma rede de apoio entre nós mulheres para que possamos encontrar forças para lutar contra o patriarcado.

É esse processo de empoderamento que as ciências sociais, em especial a psicologia, afirmaram o compromisso em promover, então não podemos esperar esse público do meio

rural vir até nós em nossos consultórios, mas ir até ele para aprender para construir uma realidade que os coloque como protagonistas e mostrar em que somos capazes de ajudar com nossos saberes.

REFERÊNCIAS

1. COFFEA: *Livro – Mulheres dos cafés*. Entrevistadora: Kelly Stein. Entrevistadas: Brígida Salgado e Cristina Arzabe. COFFEA, 12 nov. 2019. Podcast. Disponível em: < <https://portalcoffea.com/episodes/ep-17-livro-mulheres-dos-cafes/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
2. COFFEA: *A história das mulheres na cafeicultura..* Entrevistadora: Kelly Stein. Entrevistada: Ana Luiza Martins. COFFEA, 19 jul. 2017. Podcast. Disponível em: < <http://portalcoffea.com/episodes/ep-02-historia-das-mulheres-na-cafeicultura/>>. Acesso em: 10 ago. 2020.
3. FERREIRA, W.P.M et al. Perfil das mulheres que atuam no sistema agroindustrial do café no Brasil. In: Arzabe, C et al (Orgs). *Mulheres dos cafés no Brasil*. Embrapa, Brasília, DF. 2017.
4. INTERNATIONAL TRADE CENTRE. *The coffee Exporter,s Guide (Third Edition)*. 2012. Disponível em: < <https://www.intracen.org/workarea/downloadasset.aspx?id=58068>>
5. Leite, J; Macedo, J. P; Dimenstein, M; Dantas, C. A (2013). A formação em Psicologia para atuação em contextos rurais. In: Ferreira, J. Dimenstein, M (Orgs). *Psicologia em contextos rurais*. Natal, RN: Editora da UFRN.
6. MACIEIRA, J. C. A gênese da aliança internacional das mulheres o café no Brasil: Fazendo história. In: Arzabe, C et al (Orgs). *Mulheres dos cafés no Brasil*. Brasília, DF: Embrapa, 2017.
7. PAULILO, M. I. S. Que feminismo é esse que nasce na horta?. In: Veiga, A. M et al (Orgs). *Mundos de mulheres no Brasil*. Curitiba: CRV, 2019.
8. ROJAS, V. O Feminismo Camponês e Popular, a identidade da mulher rural e mundo operário. In: *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, 2020. Disponível em: < <https://mst.org.br/2020/03/11/o-feminismo-campones-e-popular-a-identidade-da-mulher-rural-e-mundo-operario/>>. Acesso em: 15 ago. 2020
9. SILVA, K. B; MACEDO, J. P. Psicologia e ruralidades no Brasil: Contribuições para o debate. In: *Psicologia e Profissão* [en linea]. 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282052994020>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
10. SUSTAINABLE COFFEE AS A FAMILY BUSINESS. *Sustainable coffee as a family business – approaches and tools to include women and youth*. Out. 2014. Disponível em: < <https://www.globalcoffeeplatform.org/>>.

A produção histórico-espacial de um território “(re)urbanizado”: o Lago da Perucaba, Arapiraca-Alagoas-Brasil¹

Eliflan Gomes Pereira⁽¹⁾; Daniel Arthur Lisboa de Vasconcelos⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4035-2954>. Mestranda em Dinâmicas Territórias e Cultura pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, Brazil. E-mail: fran_130688@hotmail.com

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2859-4878>. Professor Adjunto (Doutor) da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Campus Arapiraca, Unidade Penedo, Brazil. E-mail: daniel_tur@hotmail.com

ABSTRACT: This work proposes considerations based on a historical-spatial description of the Lago da Perucaba territory, located in Arapiraca-Alagoas-Brazil. The objective of this work is to rescue and describe social and spatial processes that occurred in that location, linked to the production of urban space in its surroundings, observing ways of appropriation of space by social agents over time. Methods includes: qualitative research; literature review; documents review and field observations.

KEY-WORDS: Urban space, Territory, Production and Appropriation, Lago da Perucaba, Arapiraca-AL-BR.

INTRODUÇÃO

Com o intuito de contribuir para a compreensão da apropriação do espaço no entorno do Lago da Perucaba, este trabalho realiza uma reflexão sobre parte da realidade histórico-espacial urbana do município de Arapiraca, localizado no estado Alagoas, Brasil. Com isso, busca-se analisar fenômenos territoriais que produziram e vêm produzindo essa porção espacial. Aqui partimos da noção de que o espaço é um produto histórico e, por isso, a relação tempo-espaço se revela como algo fundamental para a compreensão do espaço urbano, suas áreas de influência, e as dinâmicas territoriais dos segmentos da sociedade que o produz.

A aproximação com a área em estudo (o território urbano do Lago da Perucaba) e com o referencial analítico aqui adotado deu-se a partir do trabalho de conclusão do curso de graduação, em Serviço Social em 2009, da primeira autora, o qual foi acompanhado pelo segundo autor; e com continuidade desse estudo na pós-graduação *lato sensu* em Desenvolvimento Regional em 2016, pela Universidade Estadual de Alagoas. A relevância desse trabalho ocorre em alinhamento com a necessidade de se aprimorar a pesquisa de realidades impactadas por processos espaciais urbanos que reproduzem contradições inerentes ao modo

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap6

² Doutor em Ciências Sociais Aplicadas (Cidades) e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil. Docente efetivo da UFAL (Campus Arapiraca-Unidade Penedo). E-mail: daniel_tur@hotmail.com

de produção capitalista, as quais, ressaltam determinados agentes produtores do espaço, detentores do capital, por um lado; e por outro, ocasionam desigualdades socioespaciais que periferizam essas comunidades nos processos de desenvolvimento urbano.

Ao buscar-se uma compreensão dos processos espaço-temporais em questão, optou-se por uma abordagem qualitativa que, ao nosso ver, é adequada para se analisar tais processos de inter-relação social, os quais são força motriz e reflexos das dinâmicas territoriais. Metodologicamente, recorreu-se, a revisão e análise de literatura; revisão e análise documental, além de observações e registros fotográficos de campo, com posterior análise dos dados. A apresentação dos resultados segue um padrão analítico-descritivo.

Em linhas gerais, buscamos caracterizar a produção histórica do território do Lago da Perucaba, bem como destacar alguns processos de produção e apropriação ligados ao espaço urbano que o circunda. Para o desenvolvimento deste texto, empreendeu-se revisão teórica acerca de conceitos e que fundamentam análises do espaço urbano.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E OS TERRITÓRIOS URBANOS

Conforme Lefêbvre (2000), o espaço é o resultado de um processo dialético, e não pode ser compreendido somente a partir de suas características físicas (natureza). A produção social do espaço resulta de relações humanas, sociais. Outro teórico que consolida essa linha de raciocínio é Harvey (2002), para quem o espaço geográfico é construído historicamente, pelo ser social. Esse autor analisa a relação entre o espaço e o tempo na vida social, identificando os fatores intervenientes na produção espacial, como os econômicos, políticos, culturais, etc. Ainda, sob a ótica desses autores, o espaço também é produto histórico, um *locus* de encontro da planificação material, financeira e espaço-temporal.

Ainda nessa linha de raciocínio, considera-se que, as formas espaciais, a exemplo das urbanas, são criadas sob a influência de um modo de produção (LEFÈBVRE, 2000; HARVEY, 2002). Carlos (2011) complementa, explicando que:

[...] a produção do espaço é anterior ao capitalismo[...]. No capitalismo, essa produção adquire contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores, expande-se territorial e [...] redefinindo-se sob a lógica do processo de valorização do capital (CARLOS, 2011, p. 64).

Destaque-se, ainda que: “O domínio da relação espaço-tempo, em todos os níveis da vida social, coloca-se, então, como elemento estratégico no seio desses conflitos e dessas contradições” (TRINDADE JÚNIOR, 1999, p. 151). A partir dessa compreensão, vários outros estudiosos se debruçaram na reflexão sobre seus objetos de investigação, permitindo que, indiretamente, discutissem acerca da produção do espaço, do território, e suas contradições. Conforme Raffestin (1993) o território é uma noção ligada ao conceito de espaço. A noção de Souza (1995) complementa essa ideia, ao considerar que o território pode ser definido como o espaço concreto, apropriado e ocupado por grupos sociais.

Nesse sentido, podemos considerar que as referidas contradições espaço-territoriais, contemporaneamente, têm dois agentes sociais principais, que detêm grande poder de influência, quais sejam, o capital, representado pela iniciativa privada, e o Estado, representado pelo poder público. Nesse sentido Martins (1999, p. 14) destaca que as

contradições do espaço “[...] gestam-se e explicitam-se com a entrada decisiva, ou melhor, com a captura do espaço pelo mundo das mercadorias.” Esse autor ainda comenta sobre “[...] uma estrutura erigida a fim de assegurar e fortalecer a reprodução das relações sociais de produção do capitalismo, impondo uma produção e uma organização do espaço de conteúdo policial e econômico cuja unidade encontra-se no Estado.” (p. 33). Nesse sentido, o poder público tende a se submeter aos ditames do capital, e muitas vezes negligencia seu papel de regulador das relações sociais entre ricos e pobres.

O Estado foi contextualizado por Damiani (1999a; 1999b) na produção do espaço urbano. Conforme essa autora as “[...] regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado, é o pressuposto para a compreensão das contradições.” (1999a, p. 48). Mais à frente, revela que “[...] a produção do espaço pode ser lida do ponto de vista das casas, das edificações construídas [...]” (1999a, p. 49). Ainda, segundo Damiani (1999b, p. 122) essa produção está ligada à “[...] indústria da construção, pesada e civil, e outros subsetores agregados, os conhecimentos de arquitetura e urbanismo e uma inserção do Estado potencializada – como contratante, na criação de normas, códigos e legislação.”

Ilustra isso um trabalho que se analisou na questão da revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, o qual destacou que “o espaço como constructo social, ou seja, socialmente produzido, refere-se à estrutura, que define as determinações do modo de produção, mas refere-se também, simultaneamente, à ação dos agentes locais em associação com grupos de ação, muitas vezes de âmbito global” (FERREIRA, 2010, [n. p.]). Este autor admite, ainda, que o espaço que foi engendrado tem a possibilidade não só de desvendar, mas, também, de encobrir, ou ocultar relações, considerando, ainda que “acreditamos que relações sociais são sempre espaciais e existem a partir da construção de certas espacialidades; o que nos leva à compreensão de que o espaço é produzido a partir de certas intencionalidades” (FERREIRA, 2010, [n. p.]).

Conforme o que se observou acima, acredita-se que aquele “encobrimento” ou “ocultação” pode estar presente no discurso do poder público, a fim de legitimar determinada estratégia a ser realizada em prol de classes que detentoras de capita e/ou meios de produção, em detrimento dos desprovidos desses recursos. Para isso, se faz necessário averiguar especificidades dos espaços produzidos e como seus agentes produtores, ao mesmo tempo, contribuem para escondê-las. Essas questões corroboram a noção de que, no espaço urbano, sob o modo de produção capitalista, existem conflitos e contradições entre os anseios do capital e os de segmentos da sociedade, expressos na forma da cidade, materializando as relações sociais. Áreas não valorizadas pelo capital, em determinada cidade, podem ser apropriadas por populações de baixa renda que, pelo uso do espaço, contribuem para a produção do urbano. Damiani (1999a, p. 48-49), afirma:

Usar os espaços para viver, ou apenas sobreviver, é uma necessidade incontestável, por mais variações que, ao longo da história, possa-se inferir, pois as necessidades são históricas. Apesar das formas variadas de utilização, o uso dos espaços é um pressuposto da vida. E exatamente porque nem sempre as formas de uso foram as mesmas, é possível avaliar que muitas delas se consolidaram no decorrer da história humana, constituindo costumes e hábitos próprios dos diferentes povos e das condições naturais e históricas que viviam e vivem. O uso do espaço remete às profundas

marcas que o homem imprime à natureza; remete, portanto, à produção da natureza humana.

Assim, na territorialização da cidade, o capital pode ocasionar processos de marginalização de habitantes, em prol de sua reprodução. Assim, verifica-se que a participação do capital na produção do espaço urbano é relevante e faz uso do solo urbano como alternativa de acumulação de lucros. Ao tratar das contradições do espaço, Carlos (1999) ressalta que:

As relações entre processo de produção-desenvolvimento das forças produtivas, produzem, no mundo moderno, novas possibilidades de realizar acumulação, que em sua fase atual, liga-se cada vez mais à produção do espaço – produção que se coloca numa nova perspectiva, onde novos lugares ganham valor de uso.

O quadro extremamente complexo que já se cristalizou nos espaços urbanos das metrópoles mundiais são geradores de crises de convulsão social que tornam ainda mais caótico o espaço metropolitano (SOUZA; MARISCO, 2009, p.56). Diante do exposto, ressaltamos a relevância de se observar e analisar tais processos espaciais em cidades³ de todas as escalas.

Ao se atentar para os papéis das cidades médias, observa-se que foram definidos, principalmente pela posição geográfica que ocupavam, como também pela importância político-administrativa que desempenham. É relevante o papel que as cidades médias assumem na estrutura urbana brasileira, devido à centralização e organização de bens e serviços, sendo anteriormente resguardada pelas metrópoles e as capitais estaduais. Nesse sentido, uma cidade não nasce e nem permanece média, mas sim evolui ao passar dos anos.

Assim, podemos entender que nenhuma cidade mundial nasceu grande, mas, à medida que novos objetos e funções urbanas são agregados em seus espaços e a conseqüente mobilidade populacional que converge em sua direção, as diferencia das demais e as alçaram à posição de grandes metrópoles urbanas. Por isto, podemos concluir com um grau de certeza que todas as cidades metropolitanas já foram médias, mesmo que não possuindo a complexidade que hoje se observa nas cidades médias (SOUZA; MARISCO, 2009, p.56).

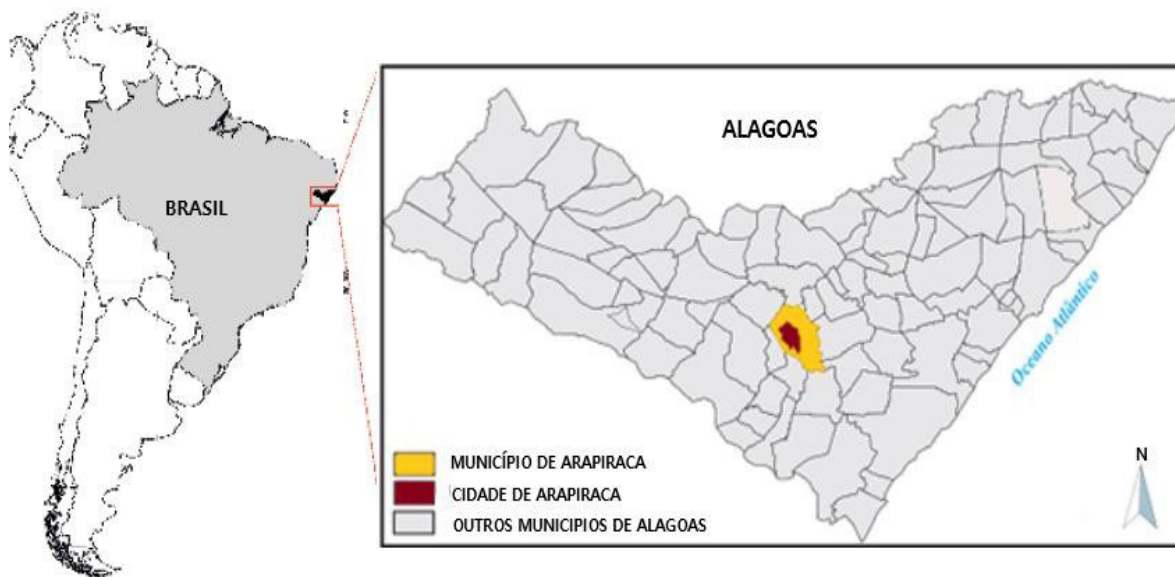
Na contemporaneidade, a urbanização brasileira nas cidades médias, e seus setores, metamorfoseou-se, ao passo que se transformou qualitativamente o conteúdo, fixando-se numa complexa divisão territorial, propagada em uma igualmente complexa rede urbana. Observa-se que as cidades médias não são elementos em si, mas um mediador entre as políticas de desenvolvimento, não obstante são expressões de atuação de agentes privados refletindo no modo de produção das cidades, com consentimento do poder público. Assim, é relevante o (re)pensar destas questões para compreensão dos movimentos territoriais do espaço geográfico urbano brasileiro, na contemporaneidade.

³ De acordo com Castells (2009), as cidades são centros administrativos e políticos, também tidas como expressão espacial de uma complexidade social determinada pelo processo de apropriação e de reinvestimento do produto do trabalho. Trata-se de novo sistema de organização social, mas que não se separa do rural, pois estão entrelaçados no processo de produção de formas sociais (SOUZA; MARISCO, 2009).

(RE)URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO LAGO DA PERUCABA EM ARAPIRACA-AL: UMA SÍNTESE DOS ASPECTOS HISTÓRICO-ESPACIAIS

Este trabalho retrata a evolução espaço-temporal de parte do território urbano do município de Arapiraca, uma cidade média, alagoana, situada na Mesorregião do Agreste Alagoano, especificamente na Microrregião Geográfica de Arapiraca. Com um território municipal de 345 km², e população estimada em 231.053 habitantes, é a segunda maior cidade do Estado de Alagoas (IBGE, 2019). Durante várias décadas, a principal fonte de renda desse município foi aquela proveniente da cultura e do beneficiamento do fumo, rendendo-lhe, no passado, o título de “Capital Brasileira do Fumo”.

Figura 1: Localização do município e da área urbana de Arapiraca, Alagoas - Brasil



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Atualmente a sua economia está centrada em atividades industriais e comerciais, fazendo de Arapiraca uma cidade polo que atende não apenas ao Agreste, mas também ao Sertão e ao Baixo São Francisco de Alagoas. É uma localidade que influencia municípios circunvizinhos, e “[...] cria e (re) cria dinâmicas de centralidades em seu espaço, pois a cidade funciona como um nó da rede urbana de Alagoas” (SOUZA; MARISCO, 2009, p.67 e 68). Assim, assume um papel central na oferta de bens e serviços que estrutura a dinâmica territorial de regiões ao seu redor. Destacamos que o crescimento apresentado em Arapiraca é um processo socioespacial que converge também para a formação do seu espaço urbano. Atualmente a cidade cresce e adensa suas áreas urbanas, as quais tem movimentado o mercado imobiliário, sendo tal situação muito bem ilustrada pelo que vem ocorrendo nos entornos do chamado “Lago da Perucaba”.

No que se refere à evolução histórico-espacial da área de estudo, um marco ocorreu na década de 1960, quando o Nordeste brasileiro passava por períodos de secas e o Governo Federal percebeu a necessidade de intervir com obras nesta região. Devido à falta de água o município de Arapiraca, mesmo tendo duas bacias hidrográficas, Riacho Piauí (área plana em que originou o município) e Riacho Perucaba (relevo acidentado), foi contemplado com

a construção do açude de médio porte. A finalidade dessa intervenção foi represar as águas do Riacho Perucaba, um curso d'água que tem sua nascente originada no município de Girau de Ponciano, passando por vários municípios até desaguar no Rio São Francisco o açude do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (RAMOS; SILVA, 2003; BRITO; XAVIER, 2010). Segundo classificação do DNOCS, as coordenadas geográficas de corpo d'água são: 9°45'39,96" S (Latitude) e 36° 40' 43, 71" W (Longitude).

Figura 02: Localização do Lago da Perucaba, em relação à malha urbana de Arapiraca



Fonte: Google Maps (2020), sem escala

Figuras 03 e 04: Açude do DNOCS antes de revitalização urbana, com destaque para situações de ocupações irregulares nas suas margens



Fonte: Gonçalves (2008)

O represamento do rio visava ao abastecimento de água para a população arapiraquense, tendo em vista, ainda, geração de emprego e renda para moradores desse território, por meio da piscicultura. Porém, a finalidade do açude não foi efetivada por conta do alto teor de sal presente na água, tornando-a imprópria para o consumo. Com isso, a área

foi degradada com o tempo, e o uso indevido do espaço urbano, ao mesmo tempo em que a ocupação dar-se no entorno do Lago da Perucaba de forma desordenada, causando sérios problemas sócio-econômico-ambientais.

Segundo a Prefeitura Municipal de Arapiraca, o nível dominial da área do corpo d'água está estimado em torno de 54.000m (BRITO; XAVIER, 2010). As nascentes e afluentes do Rio Perucaba **e a área represada, com a sua vegetação do entorno, estão inseridas em uma Área de Proteção Permanente** – APP, instituída através da Lei Municipal n. 2.221 de 2001. Essa lei proibiu o corte da vegetação, o uso de fogo, o emprego de agrotóxicos, ou qualquer outro tipo de interferência no equilíbrio deste espaço. Sobre a APP, a Resolução n. 303 de 2002, faz mensurações que não aparecem na lei municipal. A resolução discorre que, na APP:

[...] a área com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de: [...] trinta metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para águas rurais; [...] quinze metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural. (ARAPIRACA, 2002, s.p.)

Ainda, segundo o Código Municipal do Meio Ambiente (ARAPIRACA, 2001): as margens do Açude do DNOCS correspondem a uma área de preservação ambiental. É oportuno salientar que, tanto as Leis Municipais nº 2.221/2001 e nº 223/01, quanto a Resolução 303/2002, não estão sendo cumpridas, pois ao longo dos anos, são registradas ações de impacto negativo no entorno do açude do DNOCS.

Porém, esse território foi negligenciado pelos gestores urbanos, durante décadas, desde o represamento do Riacho, o que fez emergir, desde então, diversos problemas sociais e ambientais. Com o passar dos anos, a degradação ambiental dessa área intensificou-se, e o corpo d'água passou a receber: resíduos sólidos em geral (como lixo doméstico e restos de construções) e contaminação líquida (águas de drenagem urbana, esgoto doméstico, esgoto do Hospital Regional de Arapiraca, etc.; além de outras situações agravaram mais a situação ambiental do açude, com a presença do matadouro Público Municipal em suas margens, o que o contaminou, durante anos, com sangue e restos de animais abatidos; e maus hábitos da população local (criação de lixão, fossas irregulares, criatório de animais, ocupações de forma irregular, etc.) que também contribuem para as condições insalubres desse território (RAMOS; SILVA, 2009).

Conforme Almeida (2004, p.32), o governo Municipal é responsável pelo gerenciamento ambiental, cabendo-lhe a concepção, elaboração e aplicação de normas de controle urbano. Contudo, nesse período, a situação do saneamento básico é caótica, onde apenas 8% dos domicílios estão conectados à rede geral de esgoto e há alta incidência de fossas rudimentares. Conforme informações da secretaria municipal de obras e viação, a cidade possui dois corpos receptores de esgoto sanitário - 30% despejavam no Riacho Perucaba e 70% no Riacho Seco. Apesar disso, grande parte da área às margens do Lago da Perucaba apresentava potencial para se tornar uma área revitalizada, então:

Como Arapiraca encontra-se numa região desfavorecida em relação à disponibilidade de área de lazer, em especial lugares disponíveis para práticas balneárias, o Lago da Perucaba tem sido foco da população local e de cidade vizinhas para estas práticas nos finais de semana e feriados, não levando em conta a mensuração do risco oferecido por esta prática. Diante deste quadro, o propósito deste trabalho foi: i) avaliar a capacidade do Lago da Perucaba em torná-lo local de lazer da população, principalmente a práticas balneárias; e ii) comparar os resultados espaciais e temporais de análises físico-químicas e bacteriológicas (BRITO e XAVIER, 2010, p.32)

Segundo informações da Secretaria Municipal de Obras e Viação, o Projeto Urbanístico do Lago da Perucaba foi um empreendimento construído por meio de parcerias entre a Prefeitura Municipal de Arapiraca, a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades. A escolha do local ocorreu em virtude da topografia regular e semiplana, possuindo uma área aproximadamente de 23.502,72m² e por estar no entorno do lago. Essa obra de revitalização e urbanização de parte degradada da margem e entorno do Lago da Perucaba teve um investimento de R\$7.800.000,00, sendo gasto com o trabalho social R\$ 75.000,00, através da participação da esfera Federal neste local, que visava proporcionar a melhoria nas condições de vida de 1500 famílias. Todavia, essas 1500 famílias não eram somente do entorno e das margens do Lago da Perucaba, mas também de outras áreas em situação de vulnerabilidade social do município de Arapiraca. Com isso, o gestor da época construiu 1900 casas na zona rural de Arapiraca, que passou a ser urbana, para que as famílias que viviam em situação de vulnerabilidade social fossem removidas da área do Lago da Perucaba.

O planejamento do Projeto Urbanístico do Lago da Perucaba durou aproximadamente cinco anos. A primeira etapa do projeto foi inaugurada no dia 20 de março de 2009, contando o com praças, vias de contorno, calçada, parque infantil, quadras poliesportivas, ciclovias, áreas com jardins, restaurantes, bares, praça de eventos etc., o que o tornou um cartão postal de Arapiraca. Ressalte-se que essa área se tornou enobrecida, ampla e arborizada, oferecendo lazer, organização, segurança, o que, inclusive, atraiu shows de bandas de reconhecimento nacional; nessa época, a promoção de eventos de grande porte aquecia e movimentava a economia local (GONÇALVES, 2017).

Figura 05: Paisagem da área revitalizada do Lago da Perucaba, após as intervenções urbanas



Fonte: arquivo pessoal (2009)

Segundo informações do Escritório Gilvan Rodrigues Arquitetos Associados⁴, após primeira etapa do projeto urbanístico do Lago da Perucaba, estava prevista a construção de mais um quilômetro do lago, centro de convenções, além da construção de um moderno píer, que contaria uma fonte luminosa.

Com o centro de convenções, que deveria ter sido construído desde 2013, seria possível para a cidade, a captação de grandes eventos regionais e nacionais; com os projetos para limpeza e despoluição do lago e urbanização, nos padrões da primeira etapa; e com os investimentos previstos em equipamentos de lazer, cultura e esportes, incluindo a construção de uma mini Vila Olímpica (GONÇALVES, 2017); seria possível beneficiar moradores e visitantes o local.

Contudo, segundo informações relatadas pela Secretaria Municipal de Obras e Viação de Arapiraca, houve mudança na segunda etapa do projeto, que visava à necessidade de complementação dos serviços de urbanização da primeira etapa da revitalização do Lago da Perucaba. Essa etapa abordaria os serviços de urbanização complementares: pavimentação de passeios e calçadão, execução de ciclovia, complementação de passeios, pavimentação, plantio de grama, execução de ponte e a construção de unidades habitacionais, bem como a retirada do matadouro público⁵ para olho d'água do Cazuzinho – zona Industrial da cidade.

Após quase uma década da entrega da primeira etapa da reurbanização, constatamos que ainda não se cumpriram todas as etapas previstas, estando pendente, até o momento, requalificação de mais 1,6 km de extensão, obra estimada em custo de R\$2,6 milhões. Algumas ações foram concretizadas, como a demolição, em 2016, do matadouro que funcionava, há 40 anos, ainda foram executadas. Porém, após a demolição do matadouro, até o momento não se efetivou nenhuma outra obra pública; ao contrário da iniciativa privada, que empreendeu obras de construção de condomínios residenciais.

Figura 06: Localização de condomínios residenciais nos arredores do Lago da Perucaba



Fonte: Google Maps (2020)

⁴ Gilvan Rodrigues foi o arquiteto da primeira etapa do projeto, como também fez o projeto arquitetônico da segunda etapa, que até o momento não foi implantado, sendo modificado este projeto por outros arquitetos.

⁵ Segundo informações de funcionários públicos, no local do matadouro do entorno do Lago da Perucaba deveriam estar prevista a construção de um Teatro Municipal, dentre outros equipamentos sociais para o lazer e a cultura dos moradores de Arapiraca e visitantes.

Diante dos fatos citados, também verifica-se, com o passar do tempo mudanças nos padrões de habitação nos entornos do Lago da Perucaba, onde havia famílias que viviam em situação de vulnerabilidade e risco social, hoje percebemos que estão sendo construídos condomínios residenciais para as classes A e B, ocasionando mudança das características do perfil socioeconômico de muitas famílias, bem como os remanejamentos de famílias desta área para outras. Planeja-se, ainda, a implantação de outros empreendimentos privados, como: faculdades; supermercados; escolas particulares; hotel; dentre outros empreendimentos que objetivam atender consumidores de classes sociais mais favorecidas do que as famílias que habitam, ou habitavam esse território há décadas. Tal dinâmica vem caracterizando processos sócio-espaciais semelhantes que pode definido como “enobrecimento urbano”, gentrificação ou *gentrification*. Segundo Featherstone (1995) e Leite (2004, 2010a) esse é o processo de transformação em localidades urbanas, baseado em lógicas de mercado, em que ocorre apropriação de espaços, a partir de fluxos de capital. Além do forte apelo visual arquitetônico, uma das tendências desse processo é a exclusão social ou a expulsão de populações locais de baixa renda dos referidos territórios “enobrecidas”.

Após onze anos de inauguração do Lago da Perucaba, e apesar dos investimentos realizados, percebe-se um cenário atualmente de descaso e abandono por parte do poder público, o que contrasta com a especulação imobiliária do setor privado. O lugar que poderia se consolidar como cartão postal de Arapiraca encontra-se abandonado pela gestão municipal, com problemas de manutenção e de segurança. Segundo Gonçalves (2017, s.p.):

Quatro bares que tiveram seus tempos áureos para o lazer logo após a inauguração, foram fechados em razão do afastamento do público, falta de segurança por parte dos órgãos ligados à Segurança Pública e à ausência e atuação permanente de integrantes de uma Guarda Municipal que jamais foi implantada em Arapiraca.

Figura 06: Quiosques abandonados e depredados



Fonte: Gonçalves (2017)

Pudemos constatar, *in loco*, que os equipamentos públicos existentes da área estão sendo degradados pela ação do tempo, devido à ausência de manutenção. Há problemas de

conservação nas quadras esportivas e nos equipamentos para a realização de outras atividades físicas; brinquedos infantis estão tomados pela ferrugem; diversos locais com fiação elétrica exposta, gerando riscos para as pessoas que ainda se arriscam a frequentar o espaço público dos arredores do Lago. Frequentemente escuta-se relatos, nos meios de comunicação locais, sobre assaltos e outros tipos de crimes e delitos que vêm sendo registrados na localidade.

Figuras 07 e 08: Equipamentos às Margens do Lago da Perucaba, em 2020, em condições de abandono



Fonte: arquivo pessoal (2020)

Desse modo, a partir desses resultados preliminares de pesquisa, registramos que o projeto de requalificação do entorno do Lago da Perucaba encontra-se com etapas pendentes, aguardando o andamento das fases de execução do restante das obras, e que a dinâmica territorial local reproduz as contradições urbanas, que se reproduzem entre a ausência do estado e a usura do capital, segregando, cada vez mais, a população local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou um panorama da produção histórico-espacial sobre o território do entorno do Lago da Perucaba, em Arapiraca-Alagoas. Constatou-se que, nesse território, vem se consolidando uma realidade histórica de disputa pelo uso do espaço, a partir de agentes detentores de intencionalidades bastante. Essa dinâmica territorial é ilustrada pela retirada de determinados agentes, privilegiando o uso do território por outros. Mostramos, aqui, como a produção do espaço urbano dos entornos desse território vem sendo impactado por questões sociais, políticas e econômicas.

Processos socioespaciais verificados no entorno do Lago da Perucaba revelaram como o Estado, em suas diferentes instâncias, se abstém de cumprir políticas públicas e seu papel de gestor, o que permite uma maior influência de outros agentes, ligados à posse do capital e aos movimentos de especulação imobiliária. O processo histórico descrito também ilustrou como diferentes agentes sociais vêm territorializando e reproduzindo o espaço urbano, nessa localidade: primeiro os pobres e, agora, o segmento empresarial e classes sociais privilegiadas.

Evidenciou-se que os contrastes socioespaciais, observados no processo de produção desse território, reproduzem contradições urbanas ligadas à competição territorial pelo uso

do entorno do lago, marcando negligência do poder público local, com vistas à manutenção do espaço público, além de não garantir o direito pleno à cidade para todas as classes sociais. Isso vem se observando, localmente, com a materialização da transferência dos habitantes pobres, o que perpetua as desigualdades sociais, na diferenciação de acesso a serviços públicos, e privilegiando ação do capital e a especulação imobiliária, com a privatização dos espaços circundantes dessa área, o que vem se aproximando das características de um processo de gentrificação.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA et al. Josimar Ribeiro de. *Política e Planejamento ambiental* – 3^o edição Thex. Editora – Rio de Janeiro, 2004.
2. ARAPIRACA. Projeto de Trabalho Técnico Social. Arapiraca: 2007. ARAPIRACA. *Lei de nº 2.221 de 2001*. Código Municipal de Meio Ambiente.
3. ARAPIRACA. *Resolução CONAMA n. 303 de 2002*. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
4. ARAPIRACA. *Lei nº 2.221/2001* – institui o Código Municipal de Meio Ambiente e dispõe sobre a administração do uso dos recursos ambientais e ordenação do uso do solo do território do município de Arapiraca.
5. BRITO, Anderson Silva de; XAVIER, Rafael Albuquerque. *Avaliação da qualidade da água do Lago da Perucaba em Arapiraca – AL para a prática da balneabilidade*. 1^o SIMAGA – Simpósio Alagoano de Gestão Ambiental. Arapiraca: UNEAL/CAMPUS I, 2010
6. CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
7. CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 62-74).
8. CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Tradução de Arlene Caetano. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
9. COSTA, Leonardo. *Lago da Perucaba está abandonado pelo poder público de Arapiraca*. Rádio 96 Fm Arapiraca. Disponível em: <https://diarioarapiraca.com.br/editoria/arapiraca/lago-da-perucaba-esta-abandonado-pelo-poder-publico-de-arapiraca/1/65445>. Acesso em 10 de agosto de 2020.
10. DAMIANI Amélia Luisa. *As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço*. In: DAMIANI Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999a. (p. 48-61).

11. DAMIANI Amélia Luisa. *A crise da cidade: os termos da urbanização*. In: DAMIANI Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999b. (p. 118-131).
12. FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
13. HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 2002.
14. LEITE, Rogério Proença. *A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea*. 2010. Disponível Em <[Http://Dx.Doi.Org/10.1590/S0011-258201000030000](http://Dx.Doi.Org/10.1590/S0011-258201000030000)>. Acesso Em 15 De Dezembro De 2012.
15. LEITE, Rogério Proença. *Contrausos da Cidade: Lugares E Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea*, 2004.
16. FERREIRA, Álvaro. *O projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro: os atores sociais e a produção do espaço urbano*. Scripta Nova, Barcelona, v. XIV, n. 331, ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-31.htm>>. Acesso em: mar. 2015.
17. GONÇALVES, Roberto. *LAGO DA PERUCABA: Obra avaliada em R\$ 20 mi está abandonada e servindo de pasto*. Disponível em: <http://arapiracaneWS.com/arapiraca/2873/2017/09/01/lago-da-perucaba-obra-avaliada-em-r-20-mi-esta-abandonada-e-servindo-de-pasto>. Acesso: 10 de agosto de 2020.
18. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 15 de junho de 2019.
19. LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4. ed. Paris: Anthropos, 2000.
20. MARTINS, Sérgio. *Crítica à economia política do espaço*. In: DAMIANI Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 13-41).
21. PORTO-GONÇALVES, C. W. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto. 2014.
22. RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
23. RAMOS, Elaine de Araújo; SILVA, Paulo Roberto Pereira. *Do açude DNOCS ao Lago da Perucaba: um olhar ambiental*. Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação – Lato SENSU em Gestão Ambiental – UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas, 2009.

24. SANTOS, Ângela Maria dos. *Consequências advindas da urbanização em áreas de mananciais – estudo de caso: Bosque das Arapiracas e Lago da Perucaba*. 63p. Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao programa de graduação em Geografia - Arapiraca: UNEAL, 2011.
25. SOUZA, J. C. O.; MARISCO, L. M. O. Reestruturação urbana e a dinâmica socioeconômica em cidades médias: o caso de Arapiraca, Alagoas. *Caderno Prudentino de Geografia*, n^o31, vol.1, 2009.
26. SOUZA, M.J.L. de. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO, I.E.de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
27. TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. *Sujeitos políticos e territorialidades Urbanas*. In: DAMIANI, Amélia Luisa, CARLOS, Ana Fani Alessandri, SEABRA, Odette Carvalho de Lima (Orgs.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 150- 159.

O mundo rural em crise: representatividade, disputas e pandemia¹

The rural world in crisis: representativeness, disputes and pandemic

Moacir Rocha Santana Filho⁽¹⁾; José Eloízio da Costa⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8270-9712>, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDic da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. moacir_rochaf@hotmail.com

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3777-5403>, Doutor em Geografia (Universidade Estadual Paulista - Campus de Rio Claro/SP). Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura – ProDic da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. eloizio.npgeo@gmail.com

ABSTRACT: In recent years, the international crisis of representativeness and the scenario of disputes in rural areas are phenomena that have been pointed out and studied by researchers and theorists from different areas. In 2020, the World Health Organization (WHO) declared that we are experiencing a coronavirus pandemic in an unprecedented dimension, superior than some previous pandemics. A new crisis was established, epidemiological, with socioeconomic consequences. The Brazilian rural world, characterized by complexity and heterogeneity, was also affected and still suffer the consequences in its productive, institutional and market processes aspects. In this way, the present work has as general objective to carry out an initial analysis on this current conjuncture of crises, in addition to discussing some points related to the impacts of the pandemic on the family agriculture production chain, and the question of representativeness, organization and disputes of the actors of the field. In the end, we point out a possible connection between crises. This is an exploratory and documentary research, with a qualitative approach.

KEYWORDS: Crisis, Rural, Representativeness, Disputes, Pandemic.

INTRODUÇÃO

Para o ilustre alagoano e importante lexicógrafo brasileiro, Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, o significado da palavra **crise** passa por “manifestação repentina de ruptura do equilíbrio”, “fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos acontecimentos, das ideias”, “período de instabilidade financeira, política ou social” (FERREIRA, 2008, p. 276). Quanto ao pensamento social, fala-se de “crise” em relação aos sujeitos, a uma vida ou uma forma de vida, a um sistema ou uma esfera de ação, as crises decidem se uma coisa perdura ou não (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

É de grande conhecimento a realidade da polarização e crise política em várias democracias modernas, ou até mesmo a “morte” de democracias, conforme evidenciado na obra intitulada “*Como as Democracias Morrem*” de autoria dos professores da

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap7

Universidade Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. Segundo esses autores, diversos contextos de declínio democrático e aumento de tendências autoritárias são apontados pelo mundo, como no recente caso norte-americano, de alguns governos populistas na América Latina nas últimas décadas, e outros líderes eleitos que subverteram as instituições democráticas na Geórgia, Hungria, Filipinas, Polônia, Turquia, Ucrânia, Rússia, e Sri Lanka, portanto, o retrocesso democrático hoje começa nas urnas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Constata-se, também, um aparente paradoxo em nossa época: “há mais democracia, mais pluralidade e mais opiniões, porém, ao mesmo tempo, há mais dificuldades para se agregar interesses, coordenar ações e definir agendas” (NOGUEIRA, 2007, p. 50). Gerbaudo (2017), sociólogo italiano, citado por Andrade (2019), sobre a crise política internacional, destaca que esta seria atestada pela crescente falta de confiança em governos e partidos, pela alta abstenção em eleições e pela falta de representatividade de organizações da sociedade civil, como sindicatos, *ongs* e mídia. Ela se expressaria, também, pelo descontentamento crescente com a corrupção, com a vigilância e a repressão estatal contra manifestantes, com a “pósdemocracia”, como também com a erosão da cidadania. Para Barroso, a crise de representatividade está presente nas democracias contemporâneas, em que “o processo eleitoral não consegue dar voz e relevância à cidadania” (2019, p. 1280).

Nesse contexto, todo esse processo repercute em ambientes socioterritoriais, inclusive em espaços de baixa intensidade, como os espaços rurais em países de capitalismo dependente. O espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza, mas também pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, política e a economia (FERNANDES, 2005). Temas como ruralidade, territorialidade e desenvolvimento vêm sendo discutidos, assim como o campo de atuação das relações de poder que, para o nosso estudo, é o mundo rural complexo e heterogêneo. Neste sentido, (SCHNEIDER, 2009, p. 68):

O que traz a convicção de que uma mudança está em curso é o fato de que a ruralidade, a territorialidade e o desenvolvimento são temas que vem sofrendo tentativas de atualização e alteração não apenas no domínio acadêmico e analítico, onde a busca pela renovação de enfoques e quase uma constante. O que chama atenção é o fato de que os domínios da política (entendido como o campo de atuação das relações e disputas do poder), em sua esfera institucional e organizacional, e o domínio das práticas sociais (entendidas como as ações e interações cotidianas para viabilizar a produção e a reprodução entre os humanos e a natureza) também estão buscando novas referências que orientem seus modos de agir e fazer.

Sobre as chamadas *novas ruralidades*, “[...] esse conceito vem intimamente associado às mudanças nos cenários políticos e econômicos próprios da globalização que, por sua vez, dão lugar a uma nova configuração na divisão internacional do trabalho” (MARTINEZ e PIRES, 2002, p. 101).

O nosso interesse é explorar e associar esse complexo problema da crise da representatividade no cenário rural, sempre caracterizado, historicamente, pelo abandono dos atores sociais e residentes, como também os efeitos de uma pandemia em andamento, gerando o que o nosso estudo está denominando de “mais uma crise sob o mundo rural”, além daquelas já conhecidas como pobreza, concentração fundiária, baixa produtividade agrícola e desemprego rural.

Em março de 2020, quando se declarou a pandemia, Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, taxativamente afirmou que, “nas últimas duas semanas, o número de casos de Covid-19 fora da China aumentou 13 vezes e a quantidade de países afetados triplicou, temos mais de 118 mil infecções em 114 nações, sendo que 4.291 pessoas morreram”. Seria o início de uma tormenta sem data definida para definir em nível mundial. A título de informação, já no final do mês de julho do corrente ano, os casos de Covid-19 ultrapassaram 15 milhões no mundo, sendo 620.000 mortes. De acordo com dados das Nações Unidas, a maioria dos casos no mundo, ou 10 milhões, estava em apenas dez países, com Estados Unidos, Brasil e Índia, respondendo por quase metade (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Portanto, em diferentes regiões do mundo, o assunto que predomina é a pandemia e seus impactos nas populações, entre as quais, a população brasileira, em seu todo, seria uma das mais impactadas, particularmente, as populações mais pobres. Genericamente, podemos resumir nos seguintes termos: “vivemos uma situação de crise e emergência, com reflexos sociais, econômicos e na saúde física e mental das populações, especialmente, as mais vulneráveis” (CRUZ, 2020, p. 1). É possível verificar o avanço do coronavírus em áreas rurais, a subnotificação dos casos, assim como, o fato de que as autoridades de saúde não estão distinguindo se os pacientes de Covid-19 pertencem a esses territórios (MERGULHÃO, 2020). Aos poucos, a doença vai chegando à zona rural e alterando a rotina de agricultores, como também trabalhadores do campo (GLOBO RURAL, 2020). Na América Latina, o vírus começou nos centros urbanos e aos poucos se aproxima das comunidades rurais, a reabertura de algumas cidades da região coloca o foco na propagação da pandemia pelo interior (TORRADO, 2020).

Em nosso estudo, levamos em conta as particularidades do mundo rural, especialmente, dentro da abordagem dos chamados agricultores familiares do Brasil que, segundo o IBGE (Censo Agropecuário de 2017), representam, aproximadamente, 3,8 milhões de estabelecimentos enquadrados em um universo de pouco mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais. Focaremos, mesmo que preliminarmente, nessa categoria social e política para estabelecer alguns pontos que consideramos críticos referentes aos impactos socioeconômicos da pandemia e a dimensão da representatividade. Neste sentido, Cavalcanti esclarece que, as recentes contribuições das ciências sociais sobre o *meio rural* e a *agricultura*, “têm realçado as peculiaridades desses objetos nas sociedades contemporâneas, especialmente para destacar que eles não podem ser compreendidos sem que se abordem os aspectos culturais da trama das relações dos objetos e sujeitos envolvidos” (2004, p. 21).

Diante do exposto, buscamos desenvolver uma reflexão geral a partir da problematização das seguintes questões: estamos passando por crises nos espaços rurais? É possível estabelecer alguma conexão ou articulação entre elas – a crise de representatividade e a crise oriunda da pandemia do Covid-19? Para isso, a construção do trabalho se divide em três seções. Na primeira, apresentamos um panorama genérico e inicial da crise da *pandemia* no mundo rural e indicamos alguns impactos, como também questões para a agricultura familiar. Na segunda, tratamos da cadeia produtiva da agricultura familiar com a discussão da questão dos serviços essenciais durante o período de isolamento social. Na terceira e última seção, abordamos o tema da crise de *representatividade* e *disputas* no campo, analisamos alguns exemplos de atores e movimentos existentes nesses espaços rurais e relações que ilustram uma *aparente conexão entre crises durante a pandemia*.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Em se tratando do objetivo geral deste estudo, nota-se uma pesquisa exploratória, procurando “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Buscamos o aprimoramento da temática, considerando dados qualitativos e quantitativos, oriundos de documentos e informativos oficiais, publicações científicas, dispositivos jurídicos (decretos e portarias), bibliografia pertinente ao tema, notícias e disponibilidade de dados estatísticos. Tal exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, pretende novas e/ou interpretações complementares, e constitui a pesquisa documental; sendo a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, diferente de uma proposta rigidamente estruturada, pois ela permite aos investigadores a proposição de trabalhos que explorem novos enfoques (GODOY, 1995).

Tratando-se, portanto, de uma pesquisa exploratória, documental, com abordagem principal qualitativa. Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, a intenção principal do trabalho em tela é de reflexão, destacando alguns construtos importantes advindos de dados associados ao tema. Desenvolvendo, especialmente, aqueles pontos considerados novos – pandemia e seus impactos no mundo rural –, ou pouco conhecidos e discutidos até o momento – representatividade e disputas sob a perspectiva de crise.

A CRISE DA PANDEMIA NO MUNDO RURAL: UMA VISÃO GERAL

Uma *pandemia* – de acordo com a Organização Mundial da Saúde – é a disseminação mundial de uma nova doença. Apesar da cautela no uso do termo, este é utilizado quando uma *epidemia* – grande surto que afeta uma região – espalha-se por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (OMS 2020; AGÊNCIA BRASIL, 2020). Em 2009, ocorreu a chamada gripe suína, causada pelo vírus H1N1, em junho daquele ano, a OMS elevou o status da doença para pandemia, após contabilizar 36 mil casos em 75 países, entretanto, no total, 187 países registraram casos e quase 300 mil pessoas morreram, o fim da pandemia foi decretado em agosto de 2010 (SCHUELER, 2020).

A pandemia do Covid-19, em abril do corrente ano, já havia atingido todos os estados brasileiros, incluindo, naturalmente, territórios rurais e espaços remotos, estes caracterizados assim a partir de múltiplos critérios, como tamanho da população, densidade demográfica, oferta de serviços, participação na agricultura, divisão administrativa e aglomerado de habitações (FLOSS *et al.*, 2020; IBGE, 2017). Os estados do Amazonas e Amapá, na região Norte, têm forte presença de populações rurais e remotas em face da distância aos principais centros urbanos da região como Manaus e Macapá, e despontavam com forte incidência de relativa taxa de letalidade e, tendo como consequência, o colapso de seu sistema público de saúde (FLOSS *et al.*, 2020). Quanto aos dados e estudos mais específicos referentes à mortalidade em zonas rurais do Brasil durante a pandemia, ainda não é possível encontrar referências sólidas. Neste sentido, há uma possível discrepância na produção de dados relativos ao ambiente rural e urbano quanto às consequências do momento em que estamos vivendo. Entretanto, já há evidências relatadas de tendências sociodemográficas no Brasil,

como o aumento da mortalidade na região norte (efeito regional) e nas populações pardo, como também negra (efeito étnico), especulando-se que o efeito regional é impulsionado pelo aumento da carga de comorbidades em regiões com níveis mais baixos de desenvolvimento socioeconômico (BAQUI *et al.*, 2020).

Não bastasse o próprio risco de morte e a angústia do medo pandêmico, este já verificado nas sociedades contemporâneas pelo sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman, que fundou uma interessante abordagem da chamada “modernidade líquida”, quando esclarecia que as oportunidades de ter medo estão entre as poucas coisas que não se encontram em falta nessa nossa época, altamente carente em matéria de certeza, segurança e proteção. Quanto ao conceito de *medo*, seria “[...] o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (BAUMAN, 2008, p. 08). Nesse caminho de incerteza, a crença de que a Covid-19 seria “doença de cidade grande” cria obstáculos para mudanças de comportamento e prevenção, assim como questões já existentes: a escassez de recursos humanos e de centros de tratamento intensivo em áreas rurais e remotas dificultam o acesso a esses cuidados (FLOSS *et al.*, 2020). Relações de parentesco, vizinhança e amizade estão presentes no trabalho, na vida e em noções de pertencimento, como também sociabilidade em ambientes rurais, como também representam desafios das equipes de Atenção Primária à Saúde (APS) na orientação familiar e comunitária (*id.*, 2020).

O momento em que vivemos tem apontado a necessidade de algumas mudanças. Há grande discordância sobre o caráter dessas mudanças, se seriam eventuais ou permanentes. O distanciamento social, a quarentena e outras medidas, para o enfrentamento da pandemia, foram adotados por grande parte dos países. Inúmeros setores da economia estão sendo impactados. Considerando as especificidades do espaço e população, tal processo também pode ser observado no meio rural.

A agropecuária, com suas características produtivas inerentes – o cultivo de plantas (agricultura) e a criação de animais (pecuária) para o consumo humano ou para o fornecimento de matérias-primas – pode ser considerada um serviço essencial, até mesmo para a sobrevivência da espécie e superação de fenômenos dessa natureza. A questão é desafiadora na medida em que há uma população dispersa, baixo acesso aos confortos da vida urbana como educação e saúde, ou até mesmo as habitações mais salubres. Aspectos de vulnerabilidades dessas populações “distantes dos centros urbanos” estão sendo expostos. Aliado a tudo isso, está a baixa representatividade política e organização de alguns dos setores, como também agentes que poderiam contribuir neste momento.

O “mundo rural” se trata de um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais, não um universo isolado, mas possuidor de particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, recortando uma realidade própria, fazendo parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (WANDERLEY, 2001).

É muito clara a importância da agricultura como espaço econômico, e estratégico para alimentação de cerca de 7,7 bilhões de pessoas em todo mundo, das quais 210 milhões no nosso país, mesmo que o mundo rural brasileiro represente apenas 15% dessa população.

É preciso considerar também que vem ocorrendo o aumento da população, o que teria como consequência direta a necessidade de aumentar o volume na produção de alimentos (BOARETTO, 2009). Sendo assim, algumas questões surgem: como tal atividade poderia parar? Quais mudanças poderiam ser feitas para minimizar os riscos à coletividade rural e os impactos econômicos advindos da pandemia? Qual seria o nível da crise?

Por outro lado, mesmo que essas questões aparentemente sejam simples, não podemos esquecer que esse espaço econômico envolve um largo conjunto de variáveis e indicadores, em diferentes dimensões. ABRAMOVAY (2000) aponta que há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas, e conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Para além da dimensão econômica, WANDERLEY destaca o espaço rural como um “[...] lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência ‘identitária’) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)” (2001, p. 32). Direcionando o foco para agricultura familiar, esta constitui “um universo profundamente heterogêneo, seja em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado, capacidade de geração de renda e acumulação” (BUAINAIN, 2013, p.321).

Voltando as questões anteriormente suscitadas, podemos encontrar algumas respostas práticas no Comunicado Técnico 103 (maio, 2020) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, *Recomendações para prevenção da COVID-19 no meio rural da região Sul do Brasil*:

Produtores rurais podem se certificar se os técnicos que realizam assistência em suas propriedades rurais podem fazer atendimento remoto. Neste momento de pandemia, o melhor é evitar as visitas de técnicos, optando por contato e reuniões pelas redes sociais (celular, WhatsApp, Skype..., por meio de fotos, vídeos e áudios); Para os técnicos, extensionistas, vendedores de produtos agrícolas: só visitar a propriedade rural caso seja extremamente necessário. Primeiramente, optem por conversar com os produtores, para tentar resolver os problemas remotamente. Além disso, tentem ao máximo evitar o contato com idosos ou pessoas dos grupos de risco. Quando a visita for inadiável, usar máscaras de tecido, botas de borracha higienizadas e passar álcool gel nas mãos antes de se aproximar das pessoas; (EMBRAPA, 2020).

Observam-se recomendações quanto às medidas gerais de prevenção e saúde, uso de novas tecnologias e trabalho remoto para o desenvolvimento de parte das atividades, como também resoluções dos problemas. O documento anteriormente citado adverte para outro preocupante fenômeno contemporâneo conhecido como *fake news*, ao recomendar: “não repassar, seja pelo WhatsApp ou por redes sociais, notícias que você não tenha certeza que sejam verdadeiras”. Devendo, aqueles do meio rural, procurar o site do Ministério da Saúde, além de preferir a informação oferecida pela TV, jornal impresso ou rádio, no lugar daquela disponível nas redes sociais ou grupos de mensagens. A chamada “Sociedade da Transparência” (HAN, 2018), aquela em que mais se produz e divulga informações, entretanto, também é aquela que mais produz, como também divulga informações falsas, e em que há menos confiança nas instituições e nos indivíduos. Sendo assim, a sociedade de transparência exige luminosidade para compor as relações entre as pessoas (AQUINO, 2019).

Como podemos verificar, o momento já traz mudanças importantes e, certamente, outras advirão no horizonte de médio prazo, com potencial inclusive de mudar as operações de produção, comercialização e suas interrelações com os demais elos da cadeia produtiva (EMBRAPA, 2020). Vários setores da economia têm sido impactados, e as atividades agrícolas, ainda que em menor escala, já estão sofrendo os impactos da pandemia, especialmente, nas atividades ligadas à agricultura familiar, sendo esta a principal responsável pela produção da grande diversidade, como também pluralidade de alimentos que chegam à mesa da população brasileira. (*id.*, 2020).

Para exemplificação, podemos indicar algumas evidências de impactos causados pela pandemia da Covid-19 na caprinocultura e ovinocultura. O Centro de Inteligência, como também Mercado de Caprinos e Ovinos (CIM) da Embrapa, é um observatório que reúne informações estatísticas e de mercados sobre as cadeias produtivas de caprinos e ovinos. Em seu Boletim nº 10, no mês de abril corrente, constata que:

Os efeitos dos impactos causados pela pandemia da Covid-19 na caprinocultura e ovinocultura ainda não são totalmente conhecidos. Entretanto, levantamento realizado, com auxílio de colaboradores informantes, em diversas regiões produtoras de caprinos e ovinos no país, na segunda quinzena do mês de março, data que marca o início das medidas de distanciamento social para o enfrentamento do coronavírus, (...). Essas medidas afetaram de forma direta os estabelecimentos de churrascarias, bares, buffet de hotéis e restaurantes, especialmente aqueles localizados nas zonas litorâneas ou em regiões onde a carne de caprinos e ovinos faz parte da tradição da culinária popular, onde os impactos também já estão sendo observados. Com a paralisação das atividades destes estabelecimentos e a redução do turismo, o consumo da carne ovina tem sido cada vez menor, com impactos significativos sobre a manutenção da operação de frigoríficos e abatedouros em sua capacidade plena (EMBRAPA, 2020).

Ainda, de acordo com o referido Boletim nº 10, recentemente, os Secretários de Agricultura/Agricultura Familiar dos estados do Nordeste e a Ministra, Tereza Cristina, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, discutiram uma pauta positiva de apoio à agricultura familiar, “**neste momento de crise**” (grifo nosso). É apontado, também, que a maior bacia leiteira de caprinos do país, que compreende as regiões do Cariri Paraibano, Sertão e Agreste Pernambucanos também tem sido afetada pela crise. Assim, observa-se que, em Pernambuco, a principal feira de animais do estado, tanto para abate como para recria, no município de Caruaru-PE, está suspensa, situação que se estenderia para 90% das feiras de todo estado. No sul de Minas Gerais, uma das principais regiões produtoras de café do país e que, está perto da colheita, há uma apontada situação de risco para o contágio da doença, devido a grande quantidade de mão de obra, causando aglomerações entre os trabalhadores e agricultores (GLOBO RURAL, 2020).

Na intenção de monitorar os impactos do coronavírus na produção agrícola, o MAPA instituiu o comitê de crise CC AGRO-COVID19, por meio da Portaria nº 123 de 31 de março de 2020, com a finalidade de “[...] monitorar e propor estratégias para minimizar os impactos do coronavírus na produção agrícola, como também no abastecimento de alimentos para a população brasileira”. Nesta mesma portaria, em seu art. 3º, inciso III, temos que, compete

ao CC-AGRO-COVID19, “[...] analisar e acompanhar questões com potencial de risco, prevenir a ocorrência de **crises** e articular seu gerenciamento, em caso de grave e iminente ameaça ao abastecimento de produtos e insumos agropecuários” (grifo nosso).

A importância da inserção das políticas públicas, para mitigação dos impactos da pandemia, é imprescindível. Segundo os dados do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA, 63% da população mais pobre no mundo, trabalha na agricultura, e os investimentos nesse setor seriam de duas a três vezes mais efetivas para reduzir a pobreza, como também a insegurança alimentar, se compararmos em qualquer outro setor. Portanto, ações institucionais para mitigar instabilidades, nessas cadeias de valor, são fortemente indicadas e necessárias, fundamentalmente porque o impacto é maior sobre os mais vulneráveis e pobres pela capacidade limitada de lidar com os efeitos negativos, como também prolongados das medidas restritivas (EMBRAPA, 2020). Além do mais, é preciso sempre lembrar que “[...] o desenvolvimento da agricultura familiar moderna requer o apoio de um conjunto de serviços técnicos especializados, além de equipamentos apropriados à sua escala e sistemas de produção.” (BUAINAIN, 2013, p.346).

Portanto, ficam evidenciados alguns aspectos e dados prévios que compõem a crise da pandemia no mundo rural, registrando-se, inclusive, o uso do termo “crise” e “crises” por parte de agentes públicos e seus dispositivos jurídicos respectivos, formalizando de forma categórica o crítico cenário aqui apontado.

A CADEIA PRODUTIVA E A QUESTÃO DOS SERVIÇOS ESSENCIAIS

Buainain esclarece que agricultura familiar enfrenta restrições de acesso aos mercados de serviços em geral, e não apenas ao crédito. Com exceção dos Estados da Região Sul, onde a agricultura familiar tem densidade suficiente para aparecer como a forma de exploração dominante em muitos municípios, nas demais regiões, os produtores familiares aparecem em geral isolados em pequenos grupos em meio à exploração patronal dominante. Excluindo atividades de subsistência, “[...] a sustentabilidade das pequenas propriedades é crescentemente condicionada pela inserção em determinadas cadeias produtivas, pela localização econômica e grau de capitalização” (2013, p. 322).

Após termos, anteriormente, tratado sobre mudanças e impactos da pandemia no meio rural, especialmente no plano da agricultura familiar. Nesta seção do estudo, retornamos ao questionamento: *como tal atividade poderia parar?*

No Brasil, o Decreto n.º 10.282, de 20 de março, regulamentou a Lei n.º 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. O dispositivo, portanto, define serviços públicos e atividades essenciais como “[...] aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população”, tais como, “produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos e bebidas”. Ainda de acordo com o decreto, também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativa ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos, como também das atividades essenciais. Nesta linha, o MAPA publicou a Portaria n.º 116, de 26 de março de 2020, que especifica produtos,

serviços e atividades essenciais para garantir o pleno funcionamento das cadeias produtivas de alimentos, bebidas e insumos agropecuários durante a pandemia do coronavírus, “[...] para assegurar o abastecimento e a segurança alimentar da população brasileira”. A portaria teve como base relatos de dificuldades enfrentadas em alguns elos da cadeia e reforça que eventuais medidas restritivas adotadas devem resguardar o funcionamento de atividades essenciais à cadeia produtiva de alimentos (GOVERNO FEDERAL, 2020).

Desse modo, o MAPA tem buscado reforçar a necessidade dos estados e municípios colaborarem na manutenção dos serviços essenciais que garantem esse funcionamento da cadeia produtiva de alimentos e seu abastecimento. Sendo assim, como vimos, toda cadeia produtiva de alimentos e bebidas foi considerada atividade essencial pelo Decreto 10.282, de 20 de março de 2020. A Confederação Nacional da Indústria – CNI –, manifestou preocupação em relação à cadeia produtiva, o abastecimento da população brasileira e a possibilidade de julgamento equivocado sobre a “essencialidade”:

O tratamento de água depende diretamente da disponibilidade de produtos químicos. A produção de alimentos requer insumos da mineração. Sem embalagens não é possível disponibilizar alimentos às pessoas. As cadeias de produção são complexas e qualquer julgamento equivocado sobre a ‘essencialidade’ de um determinado insumo pode interromper cadeias inteiras de fornecimento, afirma um trecho do comunicado (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2020).

As previsões de recuperação econômica não são boas, estima-se que as recuperações aos impactos causados pela nova doença não andarão na mesma velocidade, em especial sob o ponto de vista econômico. Serão necessários alguns anos para a recuperação da economia mundial, conforme avaliação dada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (GILBRAN, 2020).

A CRISE DE REPRESENTATIVIDADE E O CENÁRIO DE DISPUTAS NO MUNDO RURAL

Para este trabalho, convém limitar a discussão a respeito da *representatividade* e *disputas* no mundo rural. Em sentido geral, poderíamos dizer que esta seção do estudo trata, ainda que breve, das relações sociopolíticas sobre o espaço rural. Uma discussão que pretende, ao final, situar-se no atual momento histórico e apontar conexões entre o contexto pandêmico e as ações de atores e movimentos presente no rural.

Em Fernandes (2005), encontramos uma noção organizada de que o espaço é parte da realidade, multidimensional, em intenso processo de conflitualidade e interação, e as relações sociais, muitas vezes, realizam leituras e ações que fragmentam o espaço. O espaço geográfico contém os espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza. Para Wanderley, este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face:

Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base

material a estrutura de posse e o uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade (2001, p. 32).

Internacionalmente, o debate sobre representatividade tem se tornado mais denso nesses últimos anos, as perspectivas a partir das quais se vem tratando ora da crise, ora da reconfiguração da representação, multiplicam-se – teorias normativas, pós-modernas, dos campos da comunicação política, da sociedade civil, das relações internacionais e, da própria teoria democrática (LAVALLE, 2008, p. 10). Líderes políticos de toda parte do mundo tentam reduzir os impactos da pandemia, ou até mesmo evitar um colapso geral da economia, propondo ações, leis, e medidas de contenção e isolamento. O apoio político destas medidas parece imprescindível para os governos. Paralelamente, há um movimento de “não nos representam” e, a crise de representatividade política se dá, em parte pelo sentimento de que o poder econômico-financeiro globalizado é que verdadeiramente dá as cartas (BARROSO, 2019).

A sociedade, em seu conjunto, tem demonstrado forte insatisfação institucional, não só para com os poderes tradicionais do Estado, no sentido macro, à *la Montesquieu*, mas também no sentido micro, em relação às organizações civis, sindicatos e partidos políticos. A crise de representatividade se configura, também, na crise da democracia moderna. Na crise política, os vínculos entre as várias instituições e as bases sociais que elas representam teriam se tornado instáveis, e é nesse meio, com crescentes grupos de cidadãos “não representados” que se sentem frustrados pela falta de representação de suas visões e demandas (GERBAUDO, 2017).

Há quem aponte que tudo faz parte de uma “crise orgânica” do neoliberalismo (com dimensões econômicas, políticas e sociais) e que, nesta apontada crise do neoliberalismo – sobretudo, após o colapso financeiro de 2008 (ANDRADE, 2019) –, a democracia estaria tanto em risco quanto a economia, se não mais (STREECK, 2012).

Retornando ao mundo rural brasileiro, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD –, de 2015, cerca de 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. No Nordeste este número é ainda maior, sendo a região que conta com maior percentual de habitantes vivendo em áreas rurais, 26,88%. É possível verificar um pouco mais de cinco milhões de estabelecimentos rurais, dos quais, aproximadamente 3,8 milhões são enquadrados como agricultores familiares, de acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017). Os agricultores neste momento estão sendo desafiados a se organizarem, terem representatividade e canais de discussão na busca de informações e alternativas para mitigar os efeitos da pandemia.

Nesse espaço, a emergência do agricultor familiar como personagem político é recente na história brasileira. Nas últimas décadas, vem ocorrendo um processo complexo de construção da categoria agricultura familiar, enquanto modelo de agricultura e como identidade política de grupos de agricultores (PICOLOTTO, 2012). A redemocratização do Brasil, especialmente a partir da Constituinte de 1988, foi determinante para o afloramento de um processo de mudança que resultou, dentre outras conquistas, na legitimação da Agricultura Familiar como categoria sociopolítica e representante de outro referencial de desenvolvimento rural. Esse advento de novas interpretações sobre o desenvolvimento rural

foi, sobretudo, produto de reivindicações de atores que estavam invisíveis às pautas da ação pública até então (SOLDEIRA; NIERDELE, 2016).

A apontada emergência do agricultor familiar como personagem político no espaço rural traz para a discussão, também, inúmeros outros agentes e movimentos sociais. Portanto, quem são os atores com representatividade neste âmbito? É uma questão complexa, nosso estudo se utiliza de alguns exemplos, não contemplando a totalidade deste tema.

Para compreender melhor a diversidade de atores coletivos que se organizam para enfrentar os problemas rurais no Brasil e, com isso, disputam e compõem esse espaço, podemos seguir a síntese da professora Ilse Scherer-Warren (2007), coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, em seu artigo *A política dos movimentos sociais para o mundo rural*. Quanto ao formato da sociedade civil organizada nesse espaço, dispõe a autora que existem os níveis: a) ORGANIZACIONAL (entidades e movimentos sociais específicos – Associações e sindicatos rurais, acampamentos e assentamentos, ONGs, etc.); b) POLÍTICO ARTICULATÓRIO (Fóruns, redes interorganizacionais – FNRA, Via Campesina do Brasil, Assembleia Nacional Popular etc.); c) MOBILIZATÓRIO na esfera pública (Marchas, campanhas, “semanas”, “gritos dos excluídos”, “mutirões sociais”, etc.). Havendo, portanto, uma rede de movimento social que compreende o conjunto de práticas e políticas formadas pelos três níveis anteriores. A autora também explica que, o nível organizacional é constituído pelas entidades e/ou formas associativas formalizadas ou semiformalizadas, situadas em territórios definidos e com atuação contínua em relação ao cotidiano de sua população-alvo. Eles são os chamados movimentos ou organizações de base, havendo também neste nível os mediadores diretos (ONGs, pastorais) que atuam junto a essas bases. Mas, o nível político articulatório é especialmente relevante para a formulação de políticas públicas e a construção dos ideários dos movimentos (SCHERER-WARREN, 2007).

Scherer-Warren nos indica três principais tipos de lutas que ocorrem no interior dos movimentos sociais do campo: “as demandas materiais/emergenciais do cotidiano das bases do movimento, a práxis de ressignificações simbólicas e políticas no movimento e na sociedade e a elaboração e a política de reconhecimento de um novo projeto de sociedade” (2006, p. 10). Apesar de se complementarem, explica a autora que, essas três faces das lutas são, ao mesmo tempo, geradoras de tensões e conflitos no interior dos próprios movimentos e, é a capacidade de respostas às carências emergenciais de populações rurais, excluídas socialmente, que irá atrair tais grupos sociais à participação nas organizações coletivas.

Quanto ao uso do termo *disputa*, neste estudo, justifica-se por já fazer parte da literatura da temática aqui apresentada, ele pode ser entendido como o *conflito* nas relações – de poder, representação e organização coletiva – desempenhadas por diferentes atores no espaço rural, enquanto campo de forças. Em outro plano, há um significado que remete ao campo das ideias, onde pode haver certo atrito entre diferentes concepções e projetos sobre o rural. Nesta direção, Wanderley (2001) afirma que a proximidade de grupos distintos no meio rural pode também gerar tensões e conflitos, isto vai além das dificuldades de convivência cotidiana, pois os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais.

Portanto, a ideia de *disputa* se vincula aos sentidos de *conflito* e *competição*. Ora, os conflitos não são sempre, de forma alguma, “fatores negativos” a deteriorar a vida

coletiva, em geral contribuem para a manutenção e o crescimento de grupos e coletividades, bem como para reforçar relações interpessoais, sendo assim, *conflito* e *competição*, são fenômenos sociais relacionados, apesar disto, este último se concentra na obtenção de objetivos específicos frente a agentes concorrentes (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

No capítulo “*formação do sindicalismo dos trabalhadores rurais em um cenário de disputas políticas no campo*”, da sua tese de doutorado, Picolotto (2011) trata dessa forma organizativa, o sindicato rural, que passou a se apresentar como representante dos interesses de variadas categorias sociais no campo – “notadamente pequenos proprietários e os assalariados rurais” –, assim como agente mediador no recebimento de políticas públicas. Há de se considerar o campo de disputa que se estabeleceu entre diferentes forças sócio-políticas para a formação de organizações de representação que se conformaram no sindicalismo. O autor ainda destaca como iniciativas sindicais, as demandas por reconhecimento da especificidade dos pequenos produtores no processo Constituinte de 1988, na formulação da Lei Agrícola e na implantação do MERCOSUL, o processo de unificação formal do sindicalismo rural, CONTAG e CUT, a construção do “projeto alternativo de desenvolvimento rural” e a realização das mobilizações dos Gritos da Terra Brasil.

Assim, houve o aumento da importância do tema da agricultura familiar no interior do sindicalismo frente às suas tradicionais bandeiras da reforma agrária e dos direitos trabalhistas. Percebe-se que, as construções políticas e simbólicas da agricultura familiar na atualidade são resultados de um processo de lutas de grupos de agricultores e diferentes atores frente à grande exploração agropecuária e os seus atores de representação (PICOLOTTO, 2011). Contrariando o cenário mundial, atualmente, o sindicalismo dos trabalhadores rurais constitui a maior rede de sindicatos do Brasil e se destaca como um dos únicos ramos que tem registrado aumento de filiações, sendo mais de quatro mil sindicatos, cerca de cinquenta federações estaduais e três grandes confederações nacionais (*id.*, 2018).

Em estudo mais recente, *Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas*, Picolotto (2018) explica que as mudanças na estrutura sindical dos trabalhadores rurais nas últimas décadas estão marcadas pelo surgimento de novas identidades políticas que lutam pelo reconhecimento de sua diversidade e pela constituição de formas próprias de representação, estando os agricultores familiares, atualmente, entre duas organizações sindicais e a sub-representação dos assalariados. Neste sentido, a agricultura familiar pode ser colocada como exemplo, uma vez que, nela podemos perceber a formulação de diferentes projetos e disputas entre atores pela representação de agricultores (*id.*, 2011). Sobre a pluralidade nos espaços agrários e a consolidação da chamada agricultura familiar, esta “[...] é influenciada por formas diferenciadas de acesso a terra e ao capital, como as tecnologias de produção e gestão, as políticas de crédito e a participação em espaços de decisão, resultando em uma agricultura plural, heterogênea e diversificada” (MAIA; GOMES, 2020, p. 264).

Nos últimos meses, foi possível verificar algumas ações de sindicatos rurais na tentativa de reafirmar o seu papel na questão política do campo. Como é o caso de alguns Sindicatos Rurais do Mato Grosso que, estão “se reinventando na pandemia da Covid-19”, onde muitos deles apostaram nas tecnologias para melhorar a comunicação com os produtores rurais associados, a exemplo, os sindicatos de Cáceres, Água Boa e Tangará

da Serra, segundo a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (FAMATO, 2020).

No âmbito das cooperativas e associações, verifica-se que estas enfrentam impactos durante a pandemia, relatos indicam que produtores isolados, além de receberem menor valor pelo produto, também estão tendo mais dificuldade com a comercialização. As compras coletivas de insumos também são exemplos de ganhos que a organização traz para estes momentos. De acordo com o Boletim nº 10 (EMBRAPA, 2020), no município de Castro - Paraná, os produtores de ovinos organizados em cooperativas têm sido afetados pela crise da pandemia, mas em menor proporção, em relação aos produtores individuais, uma vez que o sistema de cooperativa tem proporcionado maior infraestrutura, elaborado plano de contingência e aumentado a capacidade de mitigar o choque da crise aos seus cooperados. Há algum tempo os estudos buscam compreender o impacto causado pelas cooperativas nos processos de revitalização do meio rural. Nesta direção, para Martinez e Pires (2002, p. 99) “[...] a importância do cooperativismo enquanto instrumento capaz de evitar o ‘marasmo’ econômico e social de áreas rurais, vitimadas especialmente por um ambiente econômico marcado por forte competitividade”.

Neste cenário de diversidade de agentes, observa-se a colaboração conjunta entre instituições que atuam na cadeia produtiva. É apontada a mobilização de uma rede de apoio institucional de organizações como Embrapa, CNA, Senar, Sebrae, FAEs, FETAGs, OCB, bancos públicos, instituições de ensino e pesquisa, poderes públicos em todos os níveis, entre outros (EMBRAPA, 2020).

Por outro lado, é fundamental entender, quanto a dimensão dos processos sociopolíticos nesse ambiente, que historicamente alguns desses processos sempre foram caracterizados pela baixa representatividade. Para deixar o debate ainda mais complexo, Nogueira esclarece que, em condições de modernidade radicalizada, o próprio poder modifica sua configuração, “[...] despessoaliza-se e dissemina-se pelas estruturas, transferindo-se para sistemas e circuitos sempre mais ‘invisíveis’, difíceis de serem reconhecidos, evitados ou combatidos” (2007, p. 50). Há uma diluição do poder na diversidade e pluralização dos atores e, na fragmentação das estruturas e organizações.

É também nesse cenário de disputas que, a respeito da cadeia produtiva, dos serviços considerados essenciais, e as medidas de isolamento social, surgiu um verdadeiro ringue político no país, onde alguns Estados e Municípios lutaram no âmbito político e jurídico contra o Governo Federal. Cada qual na tentativa de impor suas próprias regulamentações e ocupar o espaço de representante oficial da população em quarentena. Em nosso país, a crise da pandemia parece estar ainda mais ligada à crise de representação política. A aceitação – ou não – dos atos, medidas e políticas públicas, como já observado, influenciaria diretamente o meio rural. Nesta seara, “[...] importante articular a relação entre política pública como ação – universal ou focalista – do Estado voltada às populações economicamente mais vulneráveis, emerge como ferramenta institucional de entender o alcance e os limites estabelecidos das relações de poder” (COSTA, 2019). Sobre esse conflito político e jurídico entre os entes federativos quanto ao enfrentamento da pandemia, Bacha e Silva afirmam que:

A partir do quadro normativo geral de enfrentamento à pandemia, Estados e Municípios editaram atos normativos próprios para o enfrentamento

da pandemia visando à execução dessas medidas de enfrentamento ao COVID-19, seguindo a orientação da Organização Mundial da Saúde e suas respectivas Secretarias de Saúde e Comitês específicos para o combate ao coronavírus. Para citar alguns exemplos, o Decreto 64.88, de 22 de março de 2020, do Estado de São Paulo instituiu a quarentena e a restrição de atividades que não fossem enquadradas como essenciais em todo o território; o Decreto 10.282 do Estado de Minas Gerais, de 20 de março de 2020, define as atividades essenciais; o Decreto 35.677, de 21 de março de 2020, do Estado do Maranhão; etc. **O Governo Federal, com sua incapacidade de enfrentar de forma adequada as demandas econômicas e sociais em decorrência da única e efetiva medida terapêutica, até então, eficaz contra o coronavírus, o isolamento social, passou a contrariar as recomendações regionais e locais dos entes federativos, instaurando um conflito federativo em meio à crise pandêmica** (2020, p.17, grifo nosso).

Esta questão é de grande importância para o nosso tema, uma vez que envolve uma disputa política – de poder e representatividade –, e as definições resultantes desta, impactam, entre outros setores, a agricultura familiar, os pequenos produtores rurais, a cadeia de produção e distribuição de alimentos, como já visto. Neste sentido, Schneider (2009, p. 68):

Está em curso uma mudança importante na forma como os estudiosos, os formuladores de políticas e os atores sociais percebem e agem no espaço rural. A implicação mais imediata que decorre desta mudança é de caráter cognitivo, pois os indivíduos e suas organizações começam a modificar suas concepções e passam a buscar novas referências e orientações. Mas estas referências ainda não estão inteiramente consolidadas, ainda não foram amplamente testadas e submetidas ao crivo da avaliação. Nestas situações, permanecem incertezas que decorrem dos comportamentos coletivos que tanto fazem apelo à defesa do que é conhecido e usual, assim como daqueles que aproveitam a ocasião para propor soluções de tipo novo, até então não experimentadas.

No artigo *O meio do campo em disputa e as implicações da “nova” classe média rural na ação pública*, os autores (SOLDEIRA; NIERDELE, 2016) trabalham inclusive sobre a polaridade dos ministérios acerca do desenvolvimento rural brasileiro – até então, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (extinto em 2016), e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Estando o MDA responsável ao apoio à Agricultura Familiar, e o MAPA coordenando um conjunto de instrumentos voltados ao agronegócio (SABOURIN apud SOLDEIRA; NIERDELE, 2016). Usamos esse exemplo para corroborar a presença, em nosso estudo, da análise do caso do atual Governo Federal e Ministério da Agricultura – MAPA, na questão da mitigação dos impactos da pandemia e disputa com outros entes, além dos seus dispositivos jurídicos relativos aos serviços essenciais, que repercutem diretamente na agricultura e mundo rural.

Os movimentos sociais camponeses – como o MST – compõem mais uma presença nesse contexto. Já conhecido pelo seu caráter de luta e historicamente figurando como agente de disputas no campo, sobretudo, na questão da concentração fundiária, o MST, nesse contexto em que grande parte da humanidade está isolada, tem discutido a necessidade da solidariedade entre campo e cidade, com ações de distribuição de alimentos para ocupações

urbanas, bairros com trabalhadores informais e precarizados, e acampamentos indígenas (WEDIG; RAMOS, 2020). Há de se considerar as acusações sofridas pelas famílias camponesas, como a de “invasores” de terra, além dos despejos que sofrem, portanto, o período da pandemia traz à tona questões complexas e ainda não resolvidas, como desigualdade, a necessidade da reforma agrária e urbana e da demarcação dos territórios desses povos (*id.*, 2020). Neste sentido, “[...] a má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante e, ao mesmo tempo, a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil” (BUAINAIN, 2013, p.322).

Um importante e complexo cenário para tentar compreender os aspectos tratados nesta sessão é o relativo às **comunidades rurais negras**. É possível verificar os impactos trazidos pela crise da pandemia (socioeconômicos e de saúde), e a questão da representatividade (disputas, representação e organização).

Quanto à pandemia: é previsto um impacto devastador da pandemia nas comunidades rurais negras, se a doença mantiver esta taxa de propagação e letalidade (ORTEGA, 2020). A ausência de um sistema de saúde estruturado para atender a necessidades dessa população e falta de políticas públicas específicas são fatores históricos e anteriores à pandemia, entretanto, o Covid-19 desnudou essa situação, verifica-se, falta de testes para as comunidades, ausência de cestas básicas para garantir o distanciamento social e dificuldades de acesso ao auxílio emergencial do governo (VALENTE, 2020).

Quanto ao âmbito da representatividade: ponderando a aparente subnotificação dos casos por parte das instituições públicas e o avanço da pandemia pelo interior do Brasil, ocorreu a iniciativa de um levantamento independente realizado pela Coordenação Nacional de Articulação da Organização Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ. Esta entidade depende do contato com as lideranças locais para identificar novos casos, entretanto, algumas comunidades não têm sequer energia elétrica e internet. Há cerca de seis mil territórios quilombolas no Brasil, mas apenas quatro mil são reconhecidos pelo governo federal. Como as autoridades de saúde não distinguem se os pacientes de Covid-19 pertencem a esses territórios e, para os quilombolas não caírem na invisibilidade, os coordenadores da CONAQ resolveram acompanhar de perto a evolução do número de vítimas do coronavírus (MERGULHÃO, 2020). Aponta-se também que, há quilombos sendo atacados por fazendeiros e donos de ônibus que querem passar pelos territórios (MERGULHÃO, 2020; ORTEGA, 2020).

Os atores (instituições, sindicatos, cooperativas, organizações, uniões, ligas, movimentos sociais e o próprio Estado) envolvidos nesse processo de mitigação dos efeitos da pandemia no meio rural são também responsáveis pela articulação entre Poder e Território. Neste sentido, territórios passam a ser campos de batalha em que atores buscam afirmar seus projetos e visões de mundo em meio a reações e resistências, que configuram um jogo e uma luta por legitimidade social e política (SCHNEIDER *et al.*, 2017). Por outro lado, esse viés territorial pode atuar como instrumento de pacificação ou até mesmo de pacto social de atores em relevante processo socioterritorial, em se tratando de formas aparentemente democráticas de participação social em arranjos de institucionalidade, legitimados pelo poder (COSTA, 2019).

Portanto, há no mundo rural uma formação variada de atores e movimentos com objetivos diversos, políticos, sociais e econômicos. Tais atores compõem a trama espacial dos territórios rurais, isto é, aqueles territórios, cujas paisagens, vida social e formas de

integração compõem uma trama espacial rural (WANDERLEY, 2001). Como percebemos, toda essa conjuntura foi de alguma forma impactada pela pandemia do Covid-19. As crises, em geral, “têm causas objetivas, mas devem também poder ser *vivenciadas* como crises pelos sujeitos ou entidades sociais envolvidos” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 156).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade, estas considerações têm um caráter de “iniciais”, na medida em que, este estudo objetiva ser um ponto de partida para ampliar a discussão e o conhecimento teórico. É preciso considerar também, o aspecto desafiador, pois se trata de uma perspectiva complexa sobre uma nova realidade, a pandemia de um novo vírus.

Verificamos que, sim, a pandemia trouxe uma crise com consequências variadas no meio rural. No aspecto socioeconômico, é possível verificar dificuldades e impactos, além de mudanças nas atividades dos pequenos produtores rurais que constituem a agricultura familiar, esta que, emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% do total de pessoas ocupadas no campo. Também verificamos que, a realidade causada pelo Covid-19, provocou ações de diferentes atores (Estado, sindicatos, cooperativas, organizações, movimentos sociais camponeses, entre outros), assim como expôs contradições, disputas e desigualdades, algumas destas historicamente presentes, reacendendo o debate sobre a representatividade e organização. Ao mesmo tempo, surgem novas estratégias e iniciativas de colaboração e rede para minimizar os impactos da pandemia no território rural.

Há, portanto, uma aparente conexão entre crises. A crise de representação política – que já estava presente no mundo rural –, e a crise desencadeada pela pandemia do Covid-19, esta que, provocou consequências e impactos socioeconômicos em diversas populações e setores, entre eles, o da agropecuária. Sendo necessária e urgente uma maior discussão sobre esse tema e suas repercussões. Será que a crise causada pela pandemia se fortaleceu com o cenário preestabelecido pela crise de representatividade? E no sentido contrário, quais serão os efeitos – em longo prazo – da pandemia para a crise de representatividade e disputas no mundo rural? Resta saber, também, se as mudanças e impactos nas áreas rurais, advindas do atual cenário – assim como as tendências que se seguiram ao processo de globalização e passaram a mover os destinos dos atores e territórios característicos da nova ruralidade em diferentes direções (CAVALCANTI, 2004, p. 20) –, acentuarão a relevância dos espaços rurais na democratização da sociedade.

Em recente pesquisa, (FUTEMMA *et al.*, 2020), com o objetivo de entender o impacto da atual crise sanitária sobre os pequenos produtores rurais que compõem grupos vulneráveis da sociedade, através de questionários e depoimentos de participantes de diferentes regiões, obteve resultados que indicam que tais produtores conseguiram superar alguns desafios impostos pela pandemia a partir de um conjunto de fatores, principalmente de ações solidárias e coletivas, de soluções criativas individuais e das políticas públicas. A pesquisa teve como foco, os pequenos produtores rurais (PPRs) do Brasil, abrangendo “os agricultores familiares, os assentados, os posseiros, os sem terra (MST e outros movimentos sociais), os quilombolas, entre outros grupos”, baseados nos estabelecimentos de agricultura familiar.

Encerramos essa reflexão com a certeza de que a pesquisa, em tempos de crise, é fundamental para a produção de um conhecimento sobre os processos e mudanças que estão ocorrendo no mundo e em nosso país, além de construir um caminho sólido e eficiente para as políticas públicas e para o desenvolvimento dos diferentes espaços.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão nº 702. IPEA: Rio de Janeiro, 2000.
2. AQUINO, S. R. F. de. Sustentabilidade social, sociedade da transparência e o direito de ser humano. *Revista Brasileira De Sociologia Do Direito*, 6(1), 2019.
3. ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos estud. CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, Abr. 2019.
4. BAUMAN, Zygmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.
5. BAQUI, Pedro *et al.* Ethnic and regional variations in hospital mortality from COVID-19 in Brazil: a cross-sectional observational study. *Lancet Glob Health* 2020; 8: e1018–26. DOI: 10.1016/S2214-109X(20)30285-0.
6. BARROSO, Luís Roberto. Revolução tecnológica, crise da democracia e mudança climática: limites do direito num mundo em transformação. *REI - Revista Estudos Institucionais*, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 1234-1313, dez. 2019. ISSN 2447-5467.
7. BOARETTO, Antonio Eneidi. A evolução da população mundial, da oferta de alimentos e das ciências agrárias. *Revista Ceres*, vol. 56, no. 4, 2009, pp.513-526.
8. BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 312-347, jul/dez. 2003.
9. BRASIL. *Decreto nº 10.282*, de 20 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 mar. 2020a. Seção 1, p.1, Edição extra.
10. _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portaria nº 123*, de 30 de março de 2020. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 mar. 2020b. Seção 2, p. 3.
11. _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Portaria nº 116*, de 26 de março de 2020.
12. CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. *Globalização e ruralidade in: Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro* / Maria de Nazareth Baudel Wanderley (organizadora). São Paulo: Centro de Estudos Rurais do IFCH - Unicamp, 2004.

13. COSTA, José Eloízio da. Rural Territorial Development Policy in Alagoas Alto Sertão, Brasil. *Mercator*, Fortaleza, v. 18, apr. 2019. ISSN 1984-2201.
14. *Coronavírus: saiba o que é uma pandemia*. Agência Brasil. Março, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/coronavirus-saiba-o-que-e-uma-pandemia> . Acesso em: agosto de 2020.
15. CRUZ, Roberto Moraes *et al.* COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, Brasília , v. 20, n. 2, p. I-III, jun. 2020 .
16. *Eliminar restrições à produção e ao transporte de cargas é essencial para o abastecimento*. Agência de Notícias – CNI. Portal da Indústria. Março, 2020. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/posicionamentos/eliminar-restricoes-a-producao-e-ao-transporte-de-cargas-e-essencial-para-o-abastecimento-de-produtos/>. Acesso em: agosto de 2020.
17. EMBRAPA. *Comunicado Técnico 103: Recomendações para prevenção da COVID-19 no meio rural na região Sul do Brasil*. Bagé - RS, maio, 2020.
18. _____. *Boletim nº 10*. Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos. CIM. Sobral – CE, abril, 2020.
19. FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. In: *OSAL : Observatorio Social de América Latina*. Ano 6, no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. ISSN 1515-3282.
20. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: dicionário da língua portuguesa*. 7ª ed. Curitiba: Ed. Positivo. 2008.
21. FUTEMMA, Celia *et al.* A pandemia da covid-19 e os pequenos produtores rurais: superar ou sucumbir?. *SciELO*. Preprints, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.967>.
22. FLOSS, Mayara *et al.* . A pandemia de COVID-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro , v. 36, n. 7, e00108920, 2020.
23. GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
24. GIBRAN, Sandro Mansur; NODA, Juliana Markendorf; LOCKS, Louvaine. A pandemia do coronavírus sob a ótica da análise econômica do direito: (in)eficiência da intervenção estatal?. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, [S.l.], v. 1, n. 26, p. 123-138, jan. 2020. ISSN 2316-2880.

25. GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*; 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
26. GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
27. GLOBO RURAL. *Como a Covid-19 mudou o dia-a-dia dos agricultores*. Portal G1. Maio, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2020/05/03/como-a-covid-19-mudou-o-dia-a-dia-dos-agricultores.ghtml>. Acesso em: agosto de 2020.
28. HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Veneza/Itália: Editora Âyiné, 2018.
29. IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*, 2015.
30. _____. *Censo Agropecuário: resultados definitivos 2017*. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019. ISSN 0103-6157.
31. _____. *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
32. LAVALLE, Adrian Gurza; ARAUJO, Cicero. O debate sobre a representação política no Brasil: nota introdutória. *Cad. CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, p. 9-12, Apr. 2008.
33. LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: editora Zahar, 2018.
34. LUCENA, C. C. de; MARTINS E. C.; MAGALHÃES K. A.; HOLANDA FILHO, Z. F. Produtos de origem caprina e ovina: mercado e potencialidades na região do Semiárido brasileiro. *Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos*, Sobral, n. 3, p. 5-16, jul. 2018.
35. MAIA, Kaliane de Freitas; GOMES, Ramonildes Alves. Mudanças na estrutura fundiária do Sertão Paraibano e suas implicações para a consolidação da agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 259-283, jun. 2020.
36. MAPA publica portaria com atividades e serviços essenciais para garantir funcionamento do setor agropecuário e abastecimento. Governo Federal. Março, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-publica-portaria-com-atividades-e-servicos-essenciais-para-garantir-funcionamento-do-setor-agropecuario-e-abastecimento>. Acesso em: agosto de 2020.
37. MARTÍNEZ, Inmaculada Buendía; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. Cooperativas e revitalização dos espaços rurais: uma perspectiva empresarial e associativa in: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 19, nº1, p.99-118, jan/abr.2001.

38. MERGULHÃO, A. *Avanço do coronavírus em áreas rurais provoca a morte de 19 quilombolas no Brasil*. *Época*. Disponível: <https://epoca.globo.com/brasil/avanco-do-coronavirus-em-areas-rurais-provoca-morte-de-19-quilombolas-no-brasil-24420695>>. Acesso em: agosto de 2020.
39. NOGUEIRA, Marco Aurélio. Bem mais que pós-moderno: poder, sociedade civil e democracia na modernidade periférica radicalizada. *Ciências Sociais Unisinos*. 43(1): 46-56, janeiro/abril 2007.
40. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
41. ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michael. Governing COVID-19 without government in Brazil: Ignorance, neoliberal authoritarianism, and the collapse of public health leadership. *Global Public Health*, vol 15, jul. 2020. DOI: 10.1080/17441692.2020.1795223.
42. *OMS decreta pandemia do novo coronavírus. Saiba o que isso significa*. Veja Saúde. Abril, 2020. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em: agosto de 2020.
43. *OMS: casos de COVID-19 ultrapassam 15 milhões no mundo; 620 mil mortes*. Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-casos-de-covid-19-ultrapassam-15-milhoes-no-mundo-620-mil-mortes/>>. Acesso em: agosto de 2020.
44. PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese - Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
45. _____. Reconhecimento da agricultura familiar e as disputas pela classe média rural. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 128, janeiro de 2012.
46. _____. Pluralidade Sindical no Campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 2018. ISSN 0102-6445.
47. PRODANOV, C. C.; FREITAS E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
48. RODRIGUES, Iram Jácome. 2015. Trabalhadores e sindicalismo no Brasil: para onde foram os sindicatos? *Caderno CRH*, v. 28, n. 75, pp. 479-491.
49. SOLDEIRA, Denis; NIEDERLE, Paulo André. O meio do campo em disputa e as implicações da “nova” classe média rural na ação pública. *REDES: Revista do Desenvolvimento Regional*. Vol. 21, nº. 3, p. 93-116, 2016.

50. *Sindicatos rurais reinventam-se e impulsionam a comunicação com produtores. Dia do Produtor Rural*. Ascom Famato. Julho, 2020. Disponível em: https://sistemafamato.org.br/portal/sindicatos/noticia_completa.php?codNoticia=238927. Acesso em: agosto de 2020.
51. SCHUELER, Paulo. *O que é uma pandemia*. Fiocruz. Março, 2020. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br>. Acesso em: agosto de 2020.
52. SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Rev. Sociedade e Estado*, 21, 109-130, 2006.
53. SCHNEIDER, S. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). *Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI*. 1 ed. Bogotá/Colombia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009, v. 1, p. 67-108.
54. SCHNEIDER, Sergio; DEL RÉ, Megui; RAMBO, Anelise; As representações sociais nas dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural: considerações a partir do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. *Estudos Sociedade e Agricultura*. 25. 57. 10.36920/esa-v25n1-3. 2017.
55. STREECK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos Cebrap*, v. 92, 2012, pp. 3556.
56. _____. “The Return of the Repressed”. *New Left Review*, n. 104, 2017, pp. 518.
57. TORRADO, Santiago; Et. al. *Comunidades rurais da América Latina enfrentam o avanço do coronavírus*. El País. Junho, 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-06-08/comunidades-rurais-da-america-latina-enfrentam-o-avanco-do-coronavirus.html>. Acesso em: agosto de 2020.
58. VALENTE, Rubens. *A morte invisível de quilombolas pela Covid-19; já são seis casos no país*. Notícias UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/04/25/coronavirus-quilombolas-brasil.htm>. Acesso em: agosto de 2020.
59. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Norma Giarracca. CLACSO. Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4.
60. WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Resistências camponesas em tempos de pandemia. *TESSITURAS*. Pelotas – RS.V8 S1 JAN-JUN 2020.

Análise SWOT da cadeia produtiva do leite em Alagoas: um enfoque na agricultura familiar¹

SWOT analysis of the milk productive chain in Alagoas: a focus on family agriculture

José Ribeiro da Silva⁽¹⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1625-6433>, Professor da Educação Básica Técnica e Tecnológica; Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Batalha; Alagoas, Brasil. E- mail: jose.ribeiro@ifal.edu.br

ABSTRACT: The work aimed to analyze the strengths, weaknesses, opportunities and threats for the competitive performance of the subsystem that involves family farmers in the milk production chain in the territory of the Alagoas dairy basin. A descriptive analysis of the chain was carried out using data collected from literature review, document analysis and statistical data, as well as the application of a questionnaire with the agents with direct action in the chain. Herd genetics, animal feed and nutrition technologies, as well as milk storage infrastructure in communities were identified as the main strengths. With regard to the main weaknesses, deficiencies in milking technologies were perceived, organizational weaknesses both at the level of farmers and the agents involved in the chain. Public policies for government procurement and the presence of public teaching, research and extension institutions as well as financial agents in the territory were indicated as opportunities to provide technological support to the sector. The main threats indicated were the entry of dairy products from other regions of the country into the territory, the fragility of the current political scenario as well as the difficulties of social reproduction of the activity. It was concluded that the dilemmas experienced by farmers involved in the less structured subsystem of the milk chain are different from those of non-family farmers with greater investment conditions in technology and productive infrastructure. This characteristic demands social investments and specific public policies for each of the segments, giving greater attention to family farmers due to their disadvantaged position in the chain.

KEY-WORDS: development, competitiveness, productive inclusion.

INTRODUÇÃO

O leite bovino é considerado um dos mais importantes componentes da alimentação humana. Principal fonte de cálcio, constitui-se como um alimento essencial em todas as fases do desenvolvimento humano, sendo seu consumo estimulado a partir dos seis meses de vida. No entanto, a importância do leite vai além da sua relação com a nutrição e saúde humana, podendo contribuir com a dinamização econômica de vários territórios localizados em praticamente todos os estados brasileiros.

Esse dinamismo está relacionado à capacidade agregativa gerada no entorno das cadeias agroalimentares envolvidas pela articulação de um conjunto de agentes, que são os

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap8

fornecedores, produtores, indústrias e redes de distribuição (atacadistas e varejistas), até que o leite e seus derivados cheguem à mesa do consumidor.

Essas cadeias podem ser estratégicas do ponto de vista econômico, por possibilitarem a manutenção de milhares de postos de emprego e a garantia de renda, especialmente para populações rurais, onde se concentra a produção de matéria-prima, fator importante para a qualidade de vida, estimulando e viabilizando a permanência da população no campo.

De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2018), no Brasil, são ordenhadas, anualmente, 16.357.485 vacas, obtendo-se uma produção que se aproxima das 34 mil toneladas de leite por ano. Com essa produção, o Brasil ocupa a quarta posição mundial, ficando atrás apenas da Índia, com 170,89 mil toneladas; dos EUA, com 92,28 mil toneladas; e do Paquistão, com 45,84 mil toneladas.

Apesar dessa posição, torna-se importante considerar que a produção de leite no Brasil é influenciada por diversos fatores, entre os quais se destacam o consumo interno de lácteos, os preços do leite e seus derivados ao consumidor, os preços do leite ao produtor e seu custo de produção, os preços internacionais de produtos lácteos, assim como a exportação e importação de leite e derivados. Esses fatores exigem dos agentes envolvidos maior atenção à complexidade que envolve a cadeia produtiva, tornando-se primordial a busca de informações qualificadas e atualizadas pelos agentes envolvidos (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2018).

Cabe destacar que esses fatores afetam a dinâmica da produção leiteira em todo o território nacional. A evolução da eficiência dos canais de distribuição contribui para que produtos importados, nacionais e locais sejam expostos nas prateleiras das redes varejistas, disputando a preferência do consumidor, cujos principais critérios definidores de escolha giram entre qualidade e preço dos produtos lácteos.

De acordo com Aguiar (2009), no Brasil, assim como em outros países da América Latina, é possível identificar a coexistência de dois subsistemas. O primeiro é caracterizado por baixo nível tecnológico e de gestão, sendo os produtos destinados a públicos menos exigentes do mercado doméstico. O segundo subsistema utiliza-se de aparatos tecnológicos e gerenciais que resultam em produtos de melhor qualidade, destinados ao mercado internacional e aos segmentos mais exigentes do mercado doméstico.

Nessa perspectiva, é possível identificar a existência dessas duas subcadeias no território onde este estudo foi realizado, o Território da Bacia Leiteira do estado de Alagoas. É possível perceber, nesse ambiente, a predominância de um subsistema mais estruturado, constituído por um reduzido grupo de agricultores não familiares que se utilizam de tecnologias produtivas e gerenciais compatíveis com a grande produção e acesso a mercados mais exigentes. Por outro lado, existe outro subsistema menos sofisticado, constituído por agricultores familiares, envolvendo número maior de produtores, porém com pequena produção, que, por limitações tecnológicas, estruturais e gerenciais, só conseguem alcançar os canais alternativos de beneficiamento e comercialização de seus produtos em nível local.

Foi com base nesse último subsistema que este estudo foi realizado. Buscou-se compreender as condições em que estes agricultores familiares se relacionam com a cadeia produtiva do leite a partir das interações com os demais agentes da cadeia.

Nessa perspectiva, o trabalho teve por objetivo analisar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para o desempenho competitivo do subsistema que envolve os agricultores familiares na cadeia produtiva do leite no Território da Bacia Leiteira de Alagoas.

Para isso, foi realizada uma caracterização da cadeia produtiva a partir de estudos bibliográficos e análise documental. Com base nessa caracterização geral, foram identificados os dois subsistemas, sendo priorizado aquele ligado a agricultura familiar para as análises mais direcionadas.

Estas informações foram complementadas com informações levantadas com informantes-chave, os quais responderam a um questionário em que puderam indicar fatores que ajudam e que atrapalham a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite.

Com base nessa caracterização e identificação de aspectos positivos e negativos, foi realizada a análise a partir da matriz SWOT, que, de acordo com Schultz et al (2011), é uma ferramenta importante para avaliar uma empresa ou uma cadeia produtiva a partir de suas características internas e seu ambiente externo. De acordo com esses autores, a análise é uma etapa fundamental para definição de estratégias e proposição de políticas públicas que venham a proporcionar o desempenho competitivo da cadeia produtiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cadeias agroalimentares: alguns aspectos conceituais

Os estudos sobre cadeias agroalimentares bastante difundidas no Brasil na atualidade partem basicamente de duas matrizes conceituais. A primeira delas é a noção de *agribusiness* e de *commodity system approach* (CSA), originada dos Estados Unidos, e a outra é a noção de *Filière*, desenvolvida na França. A escolha de uma ou outra abordagem para se analisar uma cadeia produtiva depende do objetivo do estudo pretendido, ou seja, do ponto de partida da análise (BATALHA, 1997).

O conceito de *agribusiness*, desenvolvido pelos pesquisadores da Universidade de Harvard, John Davis e Ray Goldberg, entre os anos 1958 e 1968, mudou de forma significativa a forma de conceber a produção no setor agropecuário. Estes definiram as relações de interdependência entre as indústrias de insumos, produção agropecuária, agroindústrias de alimentos e sistema de distribuição. Apesar de os conceitos desenvolvidos por Davis e Goldberg terem sido criados para auxiliar nas análises dos sistemas agroindustriais norte-americanos, estes se tornam importantes em qualquer outro contexto, devido à busca constante de paridade nas relações de mercado construídas pela globalização (ZYLBERSZTAJN, 2000).

Já o conceito de *Filière* teve suas origens no âmbito da escola industrial francesa na década de 1960. De acordo com Batalha (1997), apesar de o conceito ter sido desenvolvido para o setor industrial, teve seu modelo adaptado por profissionais e pesquisadores da economia agroindustrial. Com isso, a tradução de *filière* para a língua portuguesa passou a ter sentido de cadeia de produção e, para o setor agropecuário, de cadeia de produção agroindustrial ou simplesmente cadeia agroindustrial (CPA).

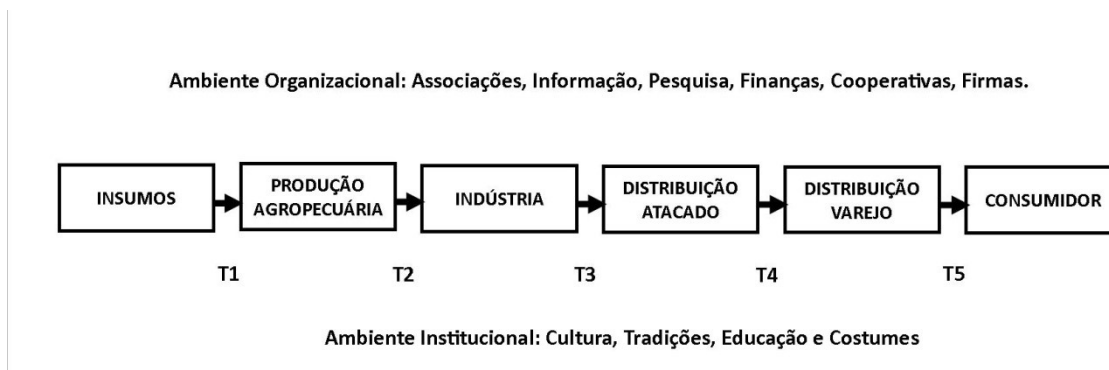
Ainda de acordo com Batalha (1997), os dois conceitos são semelhantes. Ambos realizam as análises da lógica de funcionamento a partir de determinado produto final ou a partir de uma matéria-prima de base, abandonando a velha divisão do sistema em três setores: agricultura, indústria e serviços. Os dois conceitos compartilham a noção de que a agricultura deve ser vista dentro de um sistema mais amplo, envolvendo os produtores de insumos, as agroindústrias, a distribuição e comercialização.

Esses diferentes conceitos fazem surgir diferentes correntes de análise dos Sistemas Agroalimentares (SAGs) à medida que são aplicados a diferentes ênfases da teoria. Nesse sentido, o autor sugere dois enfoques, o primeiro enfoque é o de Sistema de *Commodities* (CSA), originado a partir dos trabalhos de Davis e Goldberg, que apresentam ferramentas “de aplicação imediata para a formulação de estratégias corporativas e sem muita necessidade de um suporte teórico de natureza complexa” (ZYLBERSZTAJN, 2000, p.3).

O segundo enfoque é o conceito de Cadeia (*filière*) Agroalimentar, influenciado pelas teorias da escola de economia francesa. Esse enfoque aproxima as visões de organização industrial das necessidades da gestão pública, não privilegiando as variáveis preço e processo de coordenação, focalizando especialmente aspectos distributivos do produto industrial (MORVAN, 1985 apud ZYLBERSZTAJN, 2000).

Foi nessa última perspectiva que este trabalho foi realizado, considerando o modelo analítico apresentado na Figura 1, no qual é possível perceber os principais agentes envolvidos (insumos, produção de matéria-prima, indústria, distribuição, varejo e consumidor), as principais transações (T1 a T5), assim como o ambiente organizacional (órgãos e instituições de apoio) e o ambiente institucional (cultura, tradições, educação e costumes).

Figura 1 - Sistema de Agribusiness e Transações Típicas



Legenda: T1 - Transação 1; T2 - Transação 2; T3 - Transação 3; T4 - Transação 4; T5 - Transação 5.

Fonte: Adaptado de Zylbersztajn (2000)

A matriz SWOT como estratégia de análise de cadeias produtivas

A matriz SWOT é considerada uma ferramenta simples, prática e eficiente para a análise de cadeias produtivas. O modelo toma como base a identificação dos fatores que interferem no ambiente interno e externo da organização, podendo auxiliar no processo de identificação dos aspectos negativos e positivos que impactam as organizações, contribuindo com o planejamento estratégico ou simplesmente para que se tenha uma visão dos problemas e potencialidades que possam auxiliar tomadas de decisões.

De acordo com Mitznberg et al (2000) apud Schultz et al (2011), a matriz SWOT foi desenvolvida na Escola de Administração Geral da Universidade de Harvard, com o objetivo de avaliar as forças (strengths) e as fraquezas (weaknesses) das organizações diante das oportunidades (opportunities) e das ameaças (threats).

De acordo com Leite e Gasparotto (2018), a matriz SWOT constitui uma ferramenta que auxilia no processo de organização a partir de análises dos aspectos positivos e negativos de uma organização, subsidiando o planejamento estratégico. Um dos aspectos relevantes apresentados por estes autores diz respeito à simplicidade e à praticidade, pois as análises podem ser feitas em uma única matriz, como a apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 - Modelo matriz SWOT.

| MATRIZ SWOT | Contribui para estratégia da empresa | Dificulta a estratégia da empresa |
|--------------------|--|---|
| Ambientes internos | <p>Strengths Pontos Fortes da Empresa</p> | <p>Weaknesses Pontos Fracos da Empresa</p> |
| Ambientes externos | <p>Opportunities Oportunidades para a Empresa</p> | <p>Threats Ameaças para a Empresa</p> |

Fonte: Adaptado de Leite e Gasparoto (2018).

De acordo com Schultz et al (2011), as forças de uma cadeia produtiva agroindustrial estão relacionadas aos aspectos positivos no ambiente interno. Correspondem aos recursos e às capacidades que podem ser combinados para gerar vantagens competitivas em uma cadeia.

As fraquezas representam os aspectos negativos, que constituem o ambiente interno da cadeia produtiva. De acordo com Schultz et al (2011), estas fraquezas são as características que projetam uma influência negativa sobre a competitividade, ou seja, tudo aquilo que deve ser melhorado.

As oportunidades estão relacionadas aos aspectos positivos existentes no ambiente externo à cadeia agroalimentar. De acordo com Ferrel et al (2000), apud Schultz et al (2011), são fatores que existem independentemente da organização, que podem ser utilizados para potencializar a competitividade e o desenvolvimento da cadeia. Segundo esses autores, as oportunidades constituem as condições favoráveis no ambiente, que podem gerar recompensas para a organização ou para a cadeia produtiva.

De acordo com Schultz et al (2011), as ameaças estão sempre fora do controle das organizações, mas o seu monitoramento e compreensão são fundamentais para a gestão por parte dos agentes. Estas ameaças são todos os fatores que podem afetar negativamente essa cadeia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa teve abordagem qualitativa, apesar de utilizar alguns dados estatísticos. Quanto à natureza, esta pode ser considerada uma pesquisa aplicada, pois buscou gerar conhecimentos para solucionar problemas e atender interesses locais. Com base nos objetivos definidos, a pesquisa é exploratória, procurando esclarecer os fenômenos que cercam o objeto de estudo.

As técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa eletrônica e aplicação de questionários. Para a pesquisa bibliográfica, foram consultados livros, periódicos, anais de eventos, dissertações e teses que abordam as cadeias produtivas do leite, especialmente aqueles relacionados ao Território da Bacia Leiteira de Alagoas.

Na pesquisa bibliográfica, além dos trabalhos relacionados aos debates teóricos sobre cadeias agroalimentares, como Batalha (1997) e Zylbersztajn (2000), e sobre Análise SWOT de Schultz et al (2011), foram também estudados trabalhos realizados diretamente no território, como: Diagnóstico da Pecuária Leiteira dos municípios de Batalha, Major Izidoro e Craíbas, do estado de Alagoas, com base no estudo de Almeida (2012); Organização Espacial da Bacia Leiteira no Semiárido Alagoano pelas análises de Vasconcelos Júnior (2017); e, A pecuária leiteira no estado de Alagoas na perspectiva de Lima et al (2017).

Para a pesquisa documental, foram utilizados o Anuário do Leite 2018: indicadores tendências e oportunidades publicado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2018); o Perfil Territorial da Bacia Leiteira de Alagoas, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasil (2015); e o Estudo sobre a pecuária leiteira em Alagoas realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, Alagoas (2017).

As pesquisas eletrônicas foram realizadas no Sistema de Recuperação Automática (SIDRA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), especificamente nos dados do Censo Agropecuário 2017. Nesse ambiente, foram levantadas informações relacionadas à produção, produtividade, número de estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção de leite, dados do rebanho e dados relativos à mão de obra envolvida.

Na aplicação dos questionários, foi elaborado um formulário eletrônico a partir do aplicativo Formulários do Google, o qual foi disponibilizado para informantes-chave. O questionário foi encaminhado a atores envolvidos com pelo menos um dos agentes da cadeia, além de lideranças envolvidas com associações, cooperativas, sindicatos, poder público, órgãos financeiros, instituições de assistência técnica, especialistas do agronegócio e dirigentes de instituições de ensino que estudam ou têm ações sendo desenvolvidas no território.

Apesar de os esclarecimentos relativos ao objetivo e à importância do trabalho terem sido apresentados de forma escrita aos informantes-chave, alguns não responderam ao questionário. No entanto, houve a participação de 16 respondentes, os quais representam a opinião da indústria de leite, gestores públicos, assistência técnica, agente financeiro, profissionais do agronegócio, sindicatos de trabalhadores rurais e produtores de leite.

As informações coletadas em cada uma das etapas foram utilizadas para descrição e caracterização da cadeia produtiva do leite no território, assim como para elaborar a matriz SWOT, na qual são analisadas as forças (strengths), fraquezas (weaknesses), oportunidades (opportunities) e ameaças (threats).

As análises da matriz SWOT, de acordo com Schultz et al (2011), também possibilita um intercruzamento entre as variáveis, como forças e oportunidades para se identificarem as oportunidades; forças e ameaças para serem identificados os riscos; fraquezas e oportunidades para se determinarem os desafios; e, fraquezas e ameaças para que sejam identificadas as limitações das cadeias produtivas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do território da bacia leiteira de Alagoas

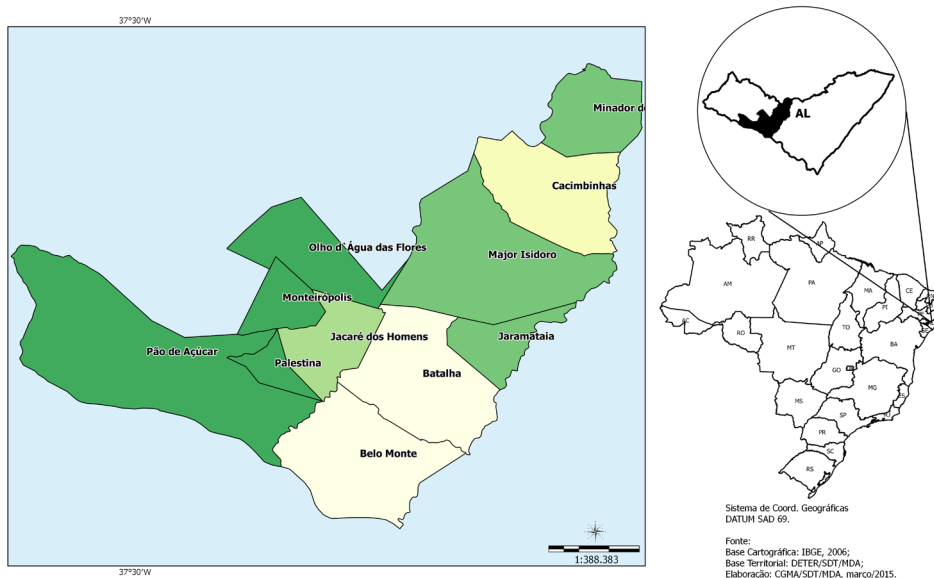
Nesta seção, serão apresentados aspectos relacionados à notoriedade da produção de leite no Território da Bacia Leiteira de Alagoas diante do cenário produtivo estadual. De acordo com o Censo Agropecuário - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017), o estado de Alagoas possui um rebanho de 786.018 cabeças de bovinos, das quais, 81.599 cabeças representam o número de vacas ordenhadas, registrando uma produção de 188.628 milhões de litros de leite em 2017. Essa produção posiciona o estado de Alagoas como o 20º produtor de leite em nível nacional e o 7º produtor do Nordeste.

A atividade expressa um grande impacto na economia do Estado, destacando-se como a segunda maior atividade geradora de emprego e renda, perdendo apenas para a produção, cultivo e industrialização da cana-de-açúcar (LIMA et al, 2017).

Apesar de a atividade estar distribuída em todos os municípios do estado, é na mesorregião do sertão alagoano que, historicamente, a atividade leiteira tornou-se uma vocação territorial. É nesse ambiente que se define o Território Rural da Bacia Leiteira do Estado de Alagoas, recorte de estudo deste trabalho.

Considerando as informações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o território em análise esteve ligado à Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, que, em sua delimitação, tomou como base o processo histórico de colonização vivenciado pela ocupação e exploração das terras, principalmente, e não exclusivamente, por grandes proprietários e pela difusão da bovinocultura leiteira (BRASIL, 2011). Estes critérios definem os municípios de Batalha, Jaramataia, Major Izidoro, Minador do Negrão, Cacimbinhas, Jacaré dos Homens, Monteirópolis, Olho D'Água das Flores, Belo Monte, Palestina e Pão de Açúcar, como os onze municípios pertencentes ao Território, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Mapa do Território da Bacia Leiteira de Alagoas



Fonte: Brasil (2015).

Em análise aos dados do Censo Agropecuário 2017 e considerando os municípios que compõem o Território, a cadeia produtiva do leite é expressiva, representa cerca de 33,80% das vacas ordenhadas e 45,61% do leite produzido em Alagoas, cujos quantitativos estão expressos na Tabela 1.

Tabela 1 - Vacas ordenhadas e quantidade de leite produzido no território no ano de 2017.

| Município | Nº Propriedades | Vacas Ordenhadas (Nº de Cabeças) | Leite Produzido (x1000 l) |
|-----------------------------|-----------------|-------------------------------------|------------------------------|
| Batalha (AL) | 344 | 3380 | 12927 |
| Belo Monte (AL) | 203 | 1264 | 3874 |
| Cacimbinhas (AL) | 326 | 3551 | 8692 |
| Jacaré dos Homens (AL) | 248 | 2157 | 7896 |
| Jaramataia (AL) | 168 | 1522 | 4576 |
| Major Isidoro (AL) | 652 | 7106 | 26745 |
| Minador do Negrão (AL) | 208 | 2647 | 7976 |
| Monteirópolis (AL) | 93 | 1057 | 3397 |
| Olho d'Água das Flores (AL) | 265 | 1672 | 3832 |
| Palestina (AL) | 65 | 467 | 1243 |
| Pão de Açúcar (AL) | 499 | 2761 | 4887 |
| TOTAIS | 3071 | 27584 | 86045 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

Outro aspecto relevante quando se analisa a atividade no território, diz respeito à representatividade da ocupação da mão de obra. De acordo com o Censo Agropecuário 2017, a atividade é responsável por 50% da mão de obra ocupada em atividades agropecuárias, como representado na Tabela 2.

Tabela 2 - Pessoas ocupadas na atividade leiteira no território no ano de 2017

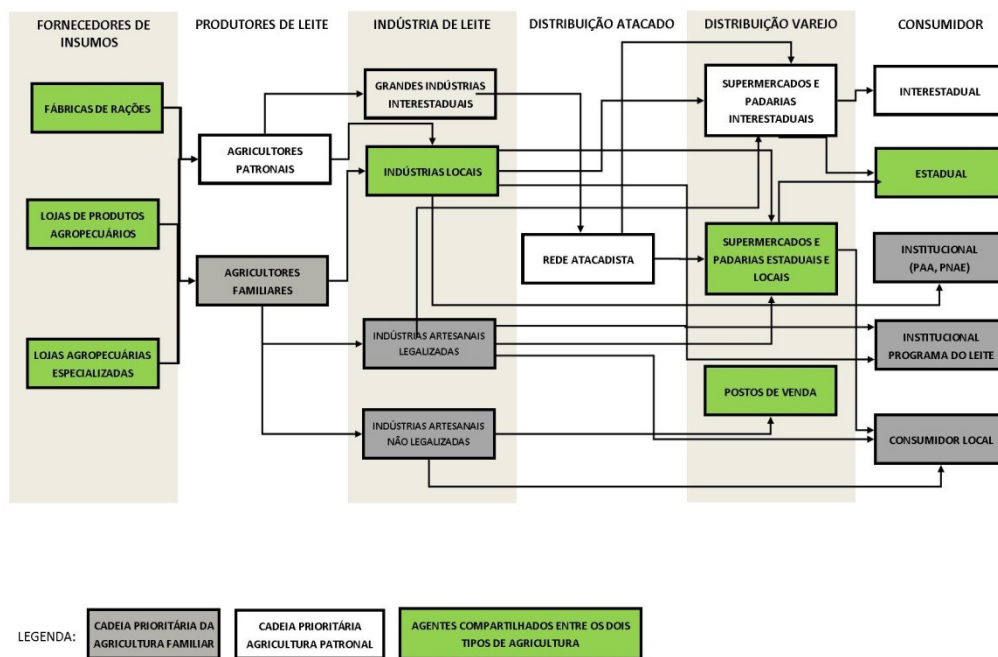
| Município | Total de pessoas ocupadas em atividades rurais | Total de pessoas ocupadas em bovinocultura | % de pessoas ocupadas em relação ao total ocupado em atividades agropecuárias |
|------------------------|--|--|---|
| Batalha | 2.235 | 1.426 | 63,80 |
| Belo Monte | 920 | 560 | 60,86 |
| Cacimbinhas | 2.333 | 1.408 | 60,35 |
| Jacaré dos Homens | 2.122 | 1.289 | 60,74 |
| Jaramataia | 1.235 | 674 | 54,57 |
| Major Isidoro | 5.373 | 2.836 | 52,78 |
| Minador do Negrão | 2.738 | 1.399 | 51,09 |
| Monteirópolis | 1.108 | 456 | 41,15 |
| Olho D'água das Flores | 4.237 | 1.740 | 41,06 |
| Palestina | 524 | 350 | 66,79 |
| Pão de Açúcar | 4.833 | 1.926 | 39,85 |
| Território | 27.658 | 14.064 | 50,85 |

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

De acordo com informações do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), (2005), a atividade leiteira nessa região é responsável pela utilização de tecnologias produtivas com enfoque para nutrição à base de palma forrageira e concentrado, e da genética do rebanho com predominância da raça Girolanda, raça originada após longo processo de cruzamentos realizados através de inseminação artificial e programa de melhoramento genético a partir das raças Gir e Holandesa, dando origem a animais bem aclimatados com elevada média de produção, quando comparada à média da região e do país.

Como apresentado na Figura 3, nesse segmento da cadeia, é possível definir dois tipos básicos de produtores: os agricultores familiares (quadros cinzas) e os agricultores não familiares (quadros brancos), apesar de as duas categorias atuarem na produção de leite e em alguns momentos se relacionarem com os mesmos agentes (quadros verdes). No entanto, existem questões estruturais que os direcionam para segmentos agroindustriais diferenciados, com níveis diferentes de competitividade.

Figura 3 - Diferenças de relações com a cadeia produtiva considerando agricultores familiares e agricultores não familiares



Fonte: Elaboração do autor (2019).

Parte considerável dos agricultores patronais, por sua maior capacidade em investimento em tecnologias produtivas, conseguem inserir seu leite em grandes corporações agroindustriais, que, por sua vez, utilizam-se de redes atacadistas, podendo alcançar as redes varejistas localizadas em todo o território nacional, e inclusive competir com os produtos locais dentro do próprio território. Por outro lado, os agricultores familiares, com sua baixa capacidade de investimento em tecnologias e limitações estruturais, têm como opção as pequenas e médias agroindústrias artesanais locais, muitas das quais não são legalizadas, o que contribui para o acesso a mercados informais.

Essa categorização é compatível com os argumentos de Aguiar (2009), quando distingue as cadeias de baixo nível tecnológico e gerencial daquelas de alto nível tecnológico e gerencial coexistindo no mesmo ambiente. Apesar de o autor utilizar estes argumentos para análise em países da América Latina, os elementos constitutivos dessa análise podem ser observados também em nível do território estudado.

A ideia da identificação das subcadeias não pretende criar uma oposição entre agricultura familiar e não familiar, e sim destacar que existem no território ao menos dois subsistemas atuantes, sendo um mais estruturado, constituído principalmente por agricultores não familiares, e outro menos estruturado, constituído principalmente por agricultores familiares.

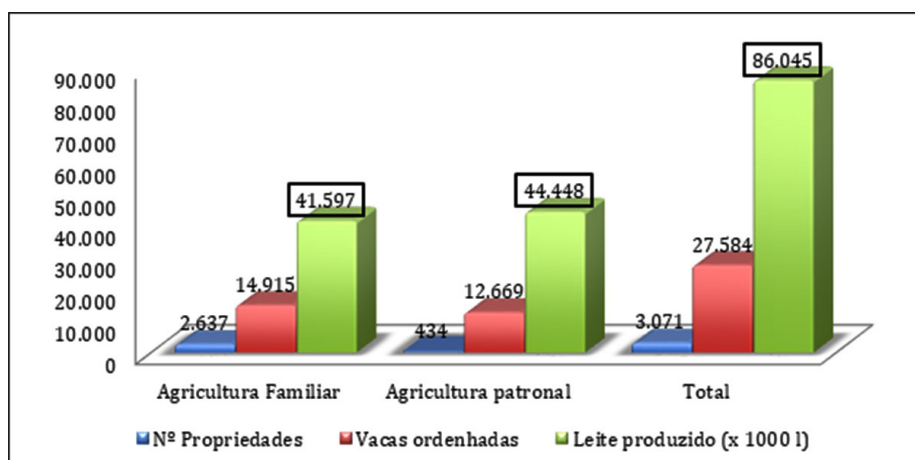
Nesse sentido, o estudo dará prioridade ao segmento que envolve a agricultura familiar pelo fato de este envolver o maior número de produtores, considerados os mais impactados com as constantes transformações da cadeia produtiva do leite.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário - IBGE (2017), a agricultura familiar no território é responsável pela ocupação de 9.790 pessoas na atividade, o que equivale a 69,61% da mão de obra envolvida com a produção leiteira e 35,39% de toda a mão de obra ocupada em atividades agropecuárias.

O Censo Agropecuário - IBGE revela ainda que, das 3.071 propriedades, 85,86% são do grupo familiar, os quais possuem 54,07% das vacas ordenhadas e 48,34% da produção de leite do Território. Essa categoria constitui-se a mais afetada pelas adversidades que interferem na cadeia, sendo a que mais demanda por ações de políticas públicas que estimulem a inserção competitiva.

Ainda com base no censo agropecuário, torna-se possível identificar a participação da agricultura familiar e da não familiar no segmento da produção de matéria-prima. Quando comparadas as duas agriculturas, é possível identificar certa aproximação, tanto no número de vacas ordenhadas quanto no quantitativo de leite produzido. O disparate relaciona-se ao número de propriedades envolvidas no segmento, sendo que aproximadamente 85% estão representadas por agricultores familiares, como apresentado na Figura 4.

Figura 4 - Comparativo do rebanho ordenhado e produção de leite entre agricultores familiares e não familiares.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017).

As unidades produtoras de leite representam o elo mais importante da cadeia. Estas se relacionam, antes da porteira, com as empresas fornecedoras de insumos e, depois da porteira, com as agroindústrias. No caso específico da bacia leiteira de Alagoas, as relações com a indústria são intermediadas pelas associações e cooperativas, sendo estas últimas responsáveis pela intermediação do leite desde o produtor até o consumidor final, na maioria das vezes públicos do Programa do Leite do Estado de Alagoas, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Na maioria dos casos, as cooperativas terceirizam o beneficiamento do leite junto a indústrias de médio porte localizadas dentro e fora do território, as quais se tornam responsáveis pela logística entre os agricultores, a indústria e os consumidores.

Forças, fraquezas, oportunidades e ameaças para a subcadeia que envolve a agricultura familiar no Território.

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos a partir dos dados primários, coletados por meio dos questionários respondidos pelos informantes-chave e os dados secundários obtidos por meio dos documentos institucionais e estudos acadêmicos realizados por pesquisadores.

Cabe destacar que a utilização dos termos subcadeia ou subsistema, quando surgirem neste trabalho, não têm sentido pejorativo ou de menosprezo à importância de determinados grupos ou agentes envolvidos na cadeia, e sim de isolar um dos subsistemas que compõe a cadeia produtiva do leite no território, para, a partir daí, aprofundar as análises.

Isso não significa que todos os problemas aqui discutidos sejam específicos ou exclusivos da subcadeia que envolve a agricultura familiar, pelo contrário. É possível perceber que, em muitos aspectos, tanto a subcadeia mais estruturada quanto a menos estruturada compartilham ou disputam determinados agentes da cadeia e, em alguns casos, os mesmos espaços no mercado.

Um ponto de partida considera uma compilação dos dados coletados na pesquisa utilizando a matriz SWOT. Essa compilação pode ser observada no Quadro 2, no qual é possível identificar as Forças (STRENGTHS), as Fraquezas (WEAKNESSES), as Oportunidades (OPPORTUNITIES) e as Ameaças (THREATS).

Quadro 2 - Matriz SWOT da subcadeia que envolve a agricultura familiar no território da Bacia Leiteira de Alagoas.

| | FORÇAS (STRENGTHS) | FRAQUEZAS (WEAKNESSES) |
|-------------------------|---|---|
| AMBIENTE INTERNO | <ul style="list-style-type: none"> • Genética do rebanho direcionada para a produção leiteira na maioria das propriedades da agricultura familiar. • Tecnologia na alimentação animal adequada à produção leiteira para a maioria das propriedades familiares. • Existência de estrutura de armazenamento de leite resfriado nas comunidades (tanques de resfriamento). • Estrutura básica associativista atualmente relacionando-se apenas com o armazenamento do leite. • Experiência dos agricultores com a atividade a partir de uma construção histórica. • Mão de obra familiar. | <ul style="list-style-type: none"> • Baixa tecnologia na obtenção da matéria-prima (ordenha higiênica). • Baixa tecnologia industrial para obtenção de derivados do leite. • Relações oportunistas dos fornecedores em relação aos agricultores. • Relação de oportunismo das indústrias em relação aos agricultores. • Desorganização dos agricultores diante do seu posicionamento na cadeia. • Desorganização dos agentes envolvidos. • Existência de uma nova modalidade de atravessadores (cooperativas). • Degradação de estruturas públicas como a do Polo Agroalimentar. • Fragilidade na oferta de assistência técnica pública direcionada para a produção leiteira. • Estrutura inadequada de criação e ordenha. • Falta de visão de cadeia pelos agentes. |
| | OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES) | AMEAÇAS (THREATS) |
| AMBIENTE EXTERNO | <ul style="list-style-type: none"> • Políticas públicas de comercialização (PAA, PNAE). • Política estadual de distribuição do leite. • Polo Agroalimentar existente no território com laboratório de análise, ambiente de difusão de tecnologia. • Fábrica escola de laticínio construída no território para atender à necessidade dos agricultores familiares. • Instituições públicas em funcionamento no território (Emater, IFAL, Adeal, BNB, BB, CEF, Dnocs). • Atuação do Instituto Federal, Universidades públicas e privadas realizando pesquisa e extensão no território. • Estratégia de resgate da Camila (antiga indústria de laticínio do território fechada nos anos 2000). | <ul style="list-style-type: none"> • Entrada no mercado local de produtos lácteos vindos das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste do país, assim como de outros países da América Latina com maior qualidade e preços compatíveis. • Mudanças políticas atuais e futuras. • Redução dos recursos públicos para programas sociais de distribuição de leite. • Sucessão da atividade (envelhecimento e migração juvenil). • Oscilações climáticas (irregularidades das chuvas). • Escassez de água para as atividades cotidianas. • Desarticulação do ambiente organizacional. • Pouca atenção ao ambiente institucional (educação, cultura, saúde, assistência social). • Gestão pública conservadora com traços de coronelismo na maioria dos municípios. |

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de informações coletadas junto aos informantes chave (2019).

Um processo de análise ideal seria aquele que pudesse refletir sobre cada um dos agentes envolvidos em suas inter-relações e transações, assim como as influências dos ambientes organizacional e institucional em toda a extensão da cadeia. No entanto, o que se busca obter neste estudo é uma análise geral sobre as quatro forças que compõem a análise SWOT, as quais serão detalhadas a seguir.

Análise do ambiente interno

Forças (STRENGTHS)

Como principais forças, foram identificados, principalmente, os aspectos que envolvem os agricultores familiares, como a genética do rebanho direcionada para a produção leiteira na maioria das propriedades. Trata-se de um aspecto caracterizado pela predominância da raça Girolando, originada após longo processo de cruzamentos e melhoramento genético a partir das raças gir e holandesa, dando origem a animais bem aclimatados à região com elevada média de produção, quando comparada à média da região e do país (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2005).

Outra força identificada foi a indicação de que a alimentação e nutrição dos animais estavam adequadas à produção leiteira na maioria das propriedades da agricultura familiar. Essa nutrição, à base de palma forrageira, concentrados e silagem, constitui as principais estratégias alimentares para esses agricultores, sendo a produção de silagem nas propriedades inviabilizada em anos de pluviosidade reduzida.

O armazenamento do leite na propriedade é um fator importante na produção leiteira, principalmente por dois aspectos. Primeiro, garante que o leite seja resfriado imediatamente após à ordenha, reduzindo as possibilidades de deterioração microbiana e enzimática. Isso faz com que a integridade microbiológica e enzimática do leite seja mantida. O segundo aspecto diz respeito à organização da logística da comunidade até a indústria, sendo que o transporte do leite não necessita ser realizado diariamente, reduzindo-se os custos.

Esse armazenamento é realizado por meio de tanques de resfriamento coletivos gerenciados pelas associações comunitárias, as quais são responsáveis por controlar as entradas de leite de cada produtor, assim como o controle das saídas do leite para a indústria. A implantação desses tanques nas comunidades foi possível por meio de parcerias público-privadas, intermediadas pelas cooperativas que têm atuação no território. Essa estratégia tornou-se um marco nas transações entre agricultores e indústria.

A organização de associações nas comunidades rurais foi indicada pelos informantes-chave como uma força importante. Isso é justificado pela dinâmica construída em torno dos tanques de resfriamento. No entanto, o papel do associativismo é reduzido a esta iniciativa, quando o seu potencial como órgão de representação política e organização em torno dos diversos desafios para inserção competitiva dos agricultores nas cadeias produtivas não é explorado.

Outros aspectos relacionados às fortalezas dizem respeito à experiência desses agricultores com a atividade leiteira, sendo que sua construção histórica foi importante para caracterizar o território, que tem na bovinocultura leiteira não só aspectos econômicos, como

também a constituição do imaginário popular como atividade símbolo do homem sertanejo. Estes fenômenos garantiram a reprodução da atividade mesmo em tempos difíceis.

Outro aspecto apresentado foi a mão de obra familiar na condução da atividade. Por um lado, esta pode garantir a diminuição nos custos de produção; por outro, a atividade é responsável pela ocupação de diversos membros da família, o que não significa que sua remuneração seja compatível com os valores pagos à mão de obra assalariada.

Fraquezas (WEAKNESSES)

As informações levantadas, tanto no âmbito dos informantes-chave quanto das pesquisas bibliográficas e documentais, apontam que as fraquezas podem ser de origem tecnológica, envolvendo os produtores e a indústria; de origem na deficiência organizativa, principalmente dos agricultores, mas envolvendo também a articulação entre os agentes da cadeia; e, em um terceiro conjunto, relacionadas ao ambiente organizacional.

No que diz respeito aos aspectos tecnológicos, existe uma deficiência na tecnologia de obtenção de matéria-prima, considerando a ordenha com padrões higiênicos satisfatórios nas propriedades familiares. Isso possibilita que o leite entre na indústria com baixo padrão de qualidade, podendo comprometer inclusive a competitividade dos produtos finais. Esta fragilidade pode estar relacionada à inadequação da infraestrutura desses agricultores às boas práticas para obtenção do leite, incluindo as limitações hídricas na maioria das propriedades.

Acrescentam-se a este problema os baixos níveis tecnológicos e a baixa capacidade inovativa dos laticínios, que não aproveitam todo o potencial derivativo do leite. Outro aspecto tecnológico ligado às agroindústrias diz respeito às defasagens dos processos gerenciais, nos quais o conservadorismo administrativo é predominante.

Muitos problemas da cadeia produtiva poderiam ser solucionados ou pelo menos reduzidos se houvesse uma organização mais proativa dos agricultores familiares. Estes agricultores estão dispersos nas comunidades rurais dos municípios do território e ainda não despertaram para a importância da organização. Na maioria das vezes, são agrupados em associações que só existem para dar suporte ao funcionamento dos tanques de resfriamento. Isolados, estes agricultores, com sua pequena produção, não apresentam poder de barganha, ficando à mercê das relações oportunistas em que os interesses dos fornecedores de insumos e os laticínios se sobrepõem a suas fragilidades.

Estas relações oportunistas podem ser percebidas por algumas cooperativas que atuam no território, que se utilizam da desorganização dos agricultores e passam a atuar como atravessadores, representando mais os interesses da indústria do que dos próprios agricultores.

Essa fragilidade na organização pode ser percebida também entre os agentes envolvidos, os quais não conseguem visualizar a influência negativa de uma ação oportunista no desenvolvimento da cadeia. Parece não existir uma governança que promova o desenvolvimento equilibrado das relações. As transações entre os agentes são pautadas pela relação de domínio do mais forte sobre os mais fracos. Outro aspecto diz respeito à desarticulação no ambiente organizacional, no qual instituições públicas e privadas que deveriam atuar harmonicamente para o fortalecimento da competitividade da cadeia passam

a atuar de forma isolada, gerando resultados fragmentados, que nem sempre se somam em benefício da cadeia.

Quando o assunto é o ambiente organizacional, torna-se importante destacar como fraquezas as limitações dos serviços de assistência técnica. Apesar da atuação da Emater em todos os municípios do território, o quantitativo de técnicos torna-se insignificante levando-se em consideração as mais de 2.600 propriedades rurais existentes nos municípios.

Ressalta-se ainda o descaso do Governo do Estado em relação às estruturas importantes, como o Polo Tecnológico Agroalimentar, estrutura implantada no território que dispõe de diversos laboratórios de análises, assim como espaços para capacitações que têm como finalidade fomentar o desenvolvimento e difusão de tecnologias voltadas à cadeia produtiva do leite no território.

Ambiente externo

Oportunidades (OPPORTUNITIES)

Como principais oportunidades, foram indicadas as políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsáveis pela absorção da maior parte do leite produzido pela agricultura familiar.

Outra política importante e que é responsável pela absorção da maior parte do leite produzido pelos agricultores familiares é o Programa do Leite. Este programa está articulado ao PAA, desenvolvido pelo governo do estado de Alagoas e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no qual o leite dos agricultores é captado pelas cooperativas, pasteurizado e embalado pela indústria e distribuído pelas cooperativas e/ou pela própria indústria para famílias carentes do estado. De acordo com os dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, em 2017, o programa foi responsável pela produção e distribuição de 80.000 litros por dia, beneficiando em torno de 40.000 pessoas no estado, envolvendo produtores rurais e famílias carentes (ALAGOAS, 2017).

O programa do Leite se soma ao conjunto de políticas de incentivo ao setor lácteo desenvolvido pelo governo do estado de Alagoas, afetando positivamente o setor. As principais iniciativas são a desoneração do ICMS e o Programa de Melhoramento Genético. A desoneração do ICMS para o setor lácteo vem contribuindo para a maior procura por produtos locais pelo mercado varejista, que consegue, com isso, garantir melhores preços ao consumidor (ALAGOAS, 2017).

O programa de melhoramento genético de bovinos é realizado em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa (SEBRAE) e algumas empresas de biotecnologias reprodutivas. A iniciativa possibilita incentivar o aumento da produção leiteira a partir da adoção de biotecnologias reprodutivas, como inseminação artificial, fertilização *in vitro* e transferência de embriões. De acordo com a SEPLAG-AL, a iniciativa beneficiou 600 pequenos produtores em 20 comunidades dos territórios da Bacia Leiteira, Baixo São Francisco, Médio Sertão e Agreste do estado (ALAGOAS, 2017).

Outras oportunidades estão relacionadas à existência de instituições públicas no território, que podem compor o ambiente organizacional da cadeia, dando suporte através do

desenvolvimento, disseminação e adoção de tecnologias. Estas organizações são a EMATER, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil (BB), a Caixa Econômica Federal (CEF), a Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas (ADEAL) e o Departamento de Obras Contra a Seca (DENOCS).

Além disso, instituições de ensino superior, técnico e tecnológico, como a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL) atuam diretamente no território, por meio da realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Três estruturas existentes no território se apresentam como oportunidades importantes: O Polo Tecnológico Agroalimentar, a fábrica escola de laticínio e a antiga fábrica CAMILA. O Polo Tecnológico Agroalimentar está implantado no município de Batalha, constituído de laboratórios parcialmente equipados para realização de análises do leite e de seus derivados, análises bromatológica de alimentos, análises de solo, análises biológicas de material reprodutivo, entre outras. Além disso, a estrutura está organizada para realizar atividades de capacitação de técnicos e agricultores em tecnologias de manejo animal, processamento de leite e derivados e demais tecnologias inerentes à cadeia.

A fábrica escola de laticínios foi construída no município de Belo Monte, com a utilização de recursos federais direcionados ao Programa de Desenvolvimento Territorial, tendo a capacidade de beneficiamento de pelo menos 10.000 litros de leite por dia. O empreendimento tem por finalidade beneficiar a produção de leite dos agricultores familiares. Apesar de já estar completamente construída e cumprir as exigências sanitárias estabelecidas pelas leis e normas, enfrenta problemas de legalização devido aos aspectos burocráticos do estado.

Outra estrutura que está em processo de reestruturação é a fábrica CAMILA. Este empreendimento teve um papel importante na dinamização da cadeia produtiva no estado até a década de 1990. A crise estrutural do setor e também outros aspectos administrativos contribuíram para a sua falência no início dos anos 2000. Atualmente, existe uma articulação público-privada para reativar o empreendimento, no entanto não se sabem os impactos e se, de fato, este estabelecimento será reestruturado.

Ameaças (THREATS)

Uma das grandes ameaças identificada foi a entrada de produtos lácteos no mercado local, vindos de outras regiões do país, como Sul, Sudeste e Centro-Oeste, assim como de outros países da América Latina. Estes produtos chegam ao mercado com preços equiparáveis àqueles pagos pelos produtos locais e com maior competitividade mercadológica.

Outra ameaça diz respeito às mudanças recentes no cenário político e econômico do país. São transformações estruturais que podem interferir nas políticas públicas de comercialização através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Crédito Rural, entre outros. Essas mudanças podem transformar oportunidades em ameaças, caso elas deixem de existir ou se as normas de acesso venham a ser modificadas, dificultando a inclusão dos agricultores familiares.

O impacto, nesse sentido, pode ser percebido na redução dos recursos para o Programa do Leite do Estado, para o qual os valores vêm sendo reduzidos a cada ano. De acordo com

Vasconcelos Junior (2017), no período de 2011 a 2015, o programa distribuía 80.000 litros de leite por dia. Com a recessão econômica, o governo de Alagoas reduziu seus investimentos a partir de 2016, quando passou a distribuir apenas 45.000 litros de leite por dia.

A sucessão da atividade pode ser caracterizada como uma ameaça. Seguindo uma tendência nacional, é possível perceber uma redução no número de jovens no campo. Esse fenômeno está relacionado a fatores como o planejamento familiar, que reduz o tamanho das famílias; o maior acesso à educação pelos jovens, contribuindo para que estes busquem oportunidades em atividades não agrícolas; e a falta de incentivos públicos, especialmente aqueles relacionados à melhoria das condições de permanência digna no campo.

As oscilações climáticas e pluviométricas têm se tornado verdadeiras ameaças, sendo cada vez mais intensas, interferindo de forma significativa no planejamento da atividade, especialmente no que diz respeito à alimentação com forrageiras e ao abastecimento e fornecimento de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, neste trabalho, identificar os fatores que interferem na competitividade dos agricultores familiares na cadeia produtiva do leite. Partiu-se da utilização da matriz SWOT para analisar as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças. Com a finalidade de se evitar redundância, nessas considerações serão apresentadas algumas estratégias que podem ser consideradas como fundamentais para o desencadeamento de uma série de iniciativas, direcionadas não só os agricultores como também os atores que representam os agentes envolvidos, assim como o ambiente organizacional.

Um primeiro aspecto diz respeito à importância da organização dos agricultores. Esta organização deverá ir além da mera formalidade em torno da gestão dos tanques de resfriamento. Deve proporcionar o desenvolvimento de habilidades coletivas, como formação de capital social e cooperação, e ser determinante como representatividade política e de mobilização social. Isso inclui a apropriação e o protagonismo desses agricultores diante da gestão das cooperativas, que, por sua vez, devem atuar no sentido de priorizar os benefícios aos seus cooperados, criando poder de barganha para uma relação mais justa com fornecedores e com a indústria.

Outra estratégia diz respeito à criação ou ao resgate de fóruns inerentes ao desenvolvimento e fortalecimento da cadeia. Estes fóruns deverão envolver a maior parte dos agentes da cadeia, assim como instituições que representam o ambiente organizacional. A realização de diagnósticos e a definição de agendas participativas podem direcionar a dinâmica desses fóruns, os quais também devem discutir estratégias de gestão, funcionamento e manutenção do Polo Tecnológico Agroalimentar e da Fábrica Escola, para que suas estruturas sejam direcionadas ao atendimento das reais demandas que envolvem a cadeia produtiva do leite e, especialmente, os agricultores familiares.

Por fim, torna-se importante destacar que os resultados apresentados neste estudo não tiveram a pretensão de ser conclusivos. No entanto, buscou-se fugir dos padrões das pesquisas produzidas de forma generalizada sobre a cadeia produtiva do leite no território. Padrões estes que não separam os dilemas vivenciados pelos agricultores familiares ligados à subcadeia menos estruturada daqueles experimentados pelos agricultores com

maior desempenho tecnológico. Apesar de, em alguns momentos, estes se relacionarem e compartilharem dos mesmos desafios, as condições de enfrentamento são desiguais. Isso se torna complicado quando as ações políticas não conduzem de forma diferenciada as suas estratégias, que terminam beneficiando sempre o lado mais forte.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela oportunidade de poder refletir sobre os processos de desenvolvimento regional e territorial. Ao professor A. P. A., pelas orientações e subsídios relacionados aos métodos de análises de cadeias produtivas agroalimentares. Aos informantes-chave, que foram fundamentais para a realização deste estudo.

REFERÊNCIAS

1. AGUIAR, Danilo R. D. Leite: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. In: BATALHA, Mário Otávio; SOUZA FILHO, Hildo Meireles de (org.). *Agronegócio no Mercosul: uma agenda para o desenvolvimento*. São Paulo: Atlas, 2009, p. 263-300.
2. ALMEIDA, Eraldo Saturnino. *Diagnóstico da Pecuária Leiteira dos municípios de Batalha, Major Izidoro e Craíbas, do Estado de Alagoas*. 2012. 64 p. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2012.
3. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Perfil dos Estados – Alagoas: Polo de Desenvolvimento Integrado – Bacia Leiteira de Alagoas*. Fortaleza: BNB, 2005.
4. BATALHA, Mário Otávio. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (org.). *Gestão Agroindustrial*, v. 1, São Paulo: Atlas, 1997, p. 23-48.
5. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Anuário Leite 2018: indicadores, tendências e oportunidades para quem vive no setor leiteiro*. São Paulo: Embrapa, 2018. 116 p.
6. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017#pecuaria>. Acesso em: 22 de novembro de 2019.
7. LEITE, Maycon Stanley Ribeiro; GASPAROTTO, Angelita Moutin Segoria. Análise SWOT e suas funcionalidades: o autoconhecimento da empresa e sua importância. *Revista Interface Tecnológica*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 184-195, dez. 2018. DOI: 10.31510/infa.v15i2.450 . Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/450-Arquivo%20do%20artigo%20em%20formato%20DOCX-2121-1-10-20181230%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/450-Arquivo%20do%20artigo%20em%20formato%20DOCX-2121-1-10-20181230%20(1).pdf). Acesso em: 18 fevereiro 2020.

8. LIMA, C.M.D.; SILVA, E.S.; OLIVEIRA, A.R.N.; SILVA, J.C.S.; MOURA, D.M.F. A pecuária leiteira no estado de Alagoas. *Diversitas Journal*. Maceió, v. 2, n. 2, p. 203-211, mai./ago.2017. DOI: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v2i2.539>. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/539. Acesso em: 10 novembro 2019.
9. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Perfil Territorial da Bacia Leiteira - AL*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2015. 8 p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_036_%20Da%20Bacia%20Leiteira%20-%20AL.pdf. Acesso em: 10 janeiro 2020.
10. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia Leiteira*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Desenvolvimento Territorial; Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano, 2011, 113 p. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio036.pdf. Acesso em: 22 novembro 2019.
11. ALAGOAS. Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio. *Estudo sobre a pecuária leiteira em Alagoas*. Maceió: Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2017. 37 p. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/2af937be-0676-4880-aaef-3bb641c2deb7/download/pecuaria.pdf>. Acesso em: 22 março 2020.
12. SCHULTZ, G.; COPETTI, L. D.; WAQUIL, P. D. Análise SWOT das cadeias produtivas agroindustriais. In: SCHULTZ, Glauco; WAQUIL, Paulo Dabdad (org.). *Políticas Públicas e Privadas e Competitividade das Cadeias Produtivas Agroindustriais*. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 45-56.
13. VASCONCELOS JUNIOR, Madson Alexandre. *Organização espacial da Bacia Leiteira no semiárido de Alagoas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.
14. ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava (org.). *Economia e gestão de negócios agroalimentares, indústrias de insumos, produção agropecuária, distribuição*. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 1-21.

Metamorfoses da paisagem no centro histórico de Penedo/AL - Brasil: análises fotográficas¹

Landscape metamorphoses in the historic center of Penedo/AL - Brazil: photographic analyzes

Edielson Xavier Ferreira⁽¹⁾; Esmeraldo Victor Cavalcante Guimarães⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6383-1536>, Graduado em licenciatura em Geografia, Membro do Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sociedade-Educação (NEISE), Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Brasil. E-mail: edyelson2009@gmail.com

⁽²⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4877-4975>, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe- UFS; Pesquisador Associado ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares Sociedade-Educação- NEISE/ UNEAL, Brasil. E-mail: professorvictorguimaraes@gmail.com

ABSTRACT: Photography is a way to interpret the landscape, it arouses curiosity and has the power to register the elements present in the photographed scenarios while establishing an intimate relationship with the photographer. The objective was to make an investigation of the geographic space - which is an interlacing of past and present times - representing Largo de São Gonçalo Garcia in the historic site of the city of Penedo Alagoas, not only as a photo-document, but as an object of sentimental demonstration, through the author's lived space with the landscape. We sought to understand through the new meanings and functions that objects acquire in geographic space over time, if they tolerate the person's topophilia with the place. The research methodology uses phenomenology and dialectical historical materialism, which seek to break with paradoxes and understand the subject's relationship with the world, and as an auxiliary method to the Photovoice technique, giving voice to the represented landscapes. Consequently, changes in the landscapes of the analysis area and how the São Francisco River was significant for the materiality of the objects of the historic site were noticeable. With this, in the flanking exercise awakened by Benjamin Walter, it was noticed the changes and permanences of the cultural landscape registered by photographic lenses from past times to the present, consequently there is the possibility of the sentimental deviation of the man with the place of experience stuck only in the memory and in the portrait.

KEYWORDS: Cultural heritage, identity, photography.

INTRODUÇÃO

A geografia e a fotografia elas se completam. Fazê-las dialogarem nada mais é que juntar o útil ao agradável. De acordo com Pidner (2017) “a fotografia é pensada articulada ao espaço, consequentemente na geografia das paisagens que estão no sujeito”. A fotografia na geografia pode contribuir no processo de imagens do espaço, representando-lhe e refletindo-o.

Torna-se importante ressaltar que este trabalho é fruto de um olhar individual, de um elo topofílico entre o autor do mesmo e a cidade natal Penedo/AL. Vendo na fotografia a

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap9

possibilidade de mostrar os vários vestígios espaços-temporais da cidade, que adquiriu uma dimensão simbólica passível de uma leitura.

Objetivou-se assim analisar as metamorfoses da paisagem no centro histórico de Penedo-AL, com ênfase no Largo de São Gonçalo o qual divide espaço com a Avenida Floriano Peixoto, tal perímetro se encontra tombados em três níveis: municipal, estadual e federal, coincidindo com tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional- IPHAN em 1995, um ano depois do nascimento do autor deste artigo. Tais paisagens culturais foram tidas como simbólicas na infância do autor, tendo aqui o fio condutor para analisá-las não só através da foto-documento, mas também dos espaços vividos, que também são memórias vivas.

Buscou-se o entendimento da categoria geográfica paisagem em uma tentativa de decodificar em valores simbólicos, economicamente materializados às práticas espaciais da humanidade. Entendeu-se, que nós seres humanos somos privilegiados ao nos referirmos à percepção do lugar em que vivemos, pois somente nossa visão tem a capacidade de capturar uma porção do espaço e nela uma amplitude de símbolos e signos. Ligeiramente, o simbólico ganha maior significado quando tal paisagem é capturada pelo olhar do cidadão que nasceu e viveu em tal localidade, pois “ as paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significado” (COSGROVE, 2014, p.113)

A cidade penedense foi palco de importantes acontecimentos do Brasil colonial, deixando impressas na paisagem ao longo do tempo marcas de diferentes culturas que aqui prevaleceram: indígenas, portugueses, africanos, holandeses e dos missionários franciscanos. Tais paisagens apesar de tombadas, muitas sofreram modificações, abandono e mudanças de funções, tolhendo as paisagens vividas, ou seja, as paisagens lembradas e congeladas na fotografia, as quais vão se desfazendo aos poucos nas mudanças e desaparecimento dos artefatos da paisagem cultural.

Desse modo, esta pesquisa busca ser uma contribuição às ciências humanas e a geografia cultural no Brasil, fortificando-as, além de abordar um olhar investigativo e geopoético para a paisagem cultural da cidade de Penedo Alagoas, com a esperança de compreender as múltiplas possibilidades e enfoques que a paisagem permite em uma tentativa de leitura do espaço através de fotografias, nostalgia, identidade, andanças e topofilia.

REFERENCIAL TEÓRICO

Parte-se com a ideia de identidade cultural em Bossé (2004) o qual acredita que no lugar fica evidente um vínculo subjetivo, que é chamado por Eric Dardel de geograficidade. Logo foi imprescindível para entender o espaço em análise e os objetos distribuídos no mesmo, aporte na bibliografia de Santos (2008). Sobre a historicidade de Alagoas houve uma leitura em Carvalho (2016) e em uma escala mas reduzida Silva (2016) e Sales (2013) para compreendermos as paisagens pretéritas de Penedo-AL.

Em uma pretensão de revelar a paisagem e apresentar seu conceito, apoia-se na bibliografia de Tuan (2012) com a historicidade do termo paisagem, Berque (2004) expandindo o conceito de paisagem para os demais sentidos corporais além da visão e Cosgrove (2014) na identificação do simbólico nas paisagens culturais.

Por conseguinte, ao saber a imensidão da categoria paisagem, é fundamental entendermos como é que funciona a sua captura pelo olhar e pelas lentes das câmeras fotográficas, buscou-se então explicar sobre a fotografia e a técnica *Photovoice* utilizada neste trabalho para dar voz as imagens, em Roillé (2009), Wang e Marrys Ann Burris (2017), percebendo-se que a fotografia é um instrumento poderoso tanto para denunciar quando para guardar laços afetivos.

Por fim, inspirado na figura do *flanêur* dos contos de Baudelaire, foi feito um passeio pelo centro histórico, observando e fotografando o cotidiano, com um ar investigativo, perambulando pelas avenidas penedenses, percebendo as paisagens metamorfoseadas ao compara-las com os registros pretéritos. Neste interim o aporte teórico se constitui em Santos (2008) analisando o espaço através das categorias estrutura, função e forma, Tuan (1983) aprofundando-se no abstrato da paisagem e no descortinar da topofilia e Claval (2004) com a paisagem cultural.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Tomou-se como principal referencial teórico-metodológico a fenomenologia e a dialética para a compreensão dos processos de produção do espaço. De acordo com Ângelo Serpa, autor do livro *Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações*, a fenomenologia não exclui a contradição da dialética, justamente porque busca romper com a familiaridade com o mundo” (SERPA, 2013, p.169).

Milton Santos tem influências de abordagens dialéticas e fenomenológicas, sobretudo em sua obra “A natureza do espaço” (SANTOS, 2002). Para tal autor, a intencionalidade não é apenas válida para rever a produção do conhecimento. Essa noção é igualmente eficaz na contemporaneidade do processo de produção de coisas, considerado como resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno.

Deste então, no primeiro momento dos resultados e discussões, o texto estará em primeira pessoa, descrevendo a paisagem dos espaços vividos em um relato geopoético, o olhar antes e depois do autor ter iniciado a graduação em geografia e ter uma leitura científica. Por conseguinte, houve um aprofundamento no conceito de paisagem para entendê-la como uma produção simbólica, logo refletida na identidade e cultura.

Neste viés, a fotografia como documento convida ao diálogo com a Geografia, sendo aqui uma “representação do espaço: destacando a ação dos processos espaciais e a intersubjetividade construída espacial e temporalmente, que, sendo partes integrantes do próprio espaço, levam a pensar e a sentir o espaço” (PIDNER, 2017, p.59). A Geografia, assim, tem muito a refletir sobre a fotografia e sobre o que esta pode lhe conceder em um diálogo.

RESULTADOS E DICUSSÕES

Eu próprio- retrato paisagem²

Figura 1 – Paisagem e poder, fragmento do sítio histórico de Penedo (2019)³



O lugar é considerado como suporte essencial da identidade cultural, não mais em um sentido estritamente naturalista, mas porque fica evidenciado o vínculo fenomenológico e ontológico fundamental que ancora a pessoa humana na geograficidade. (Mathias Le Bossé)⁴

A fotografia (fig.1) que inicia estas discussões é do ano de 2019, quando estou me formando no curso de geografia e entendo seus significados além dela como espetáculo. Então, tal paisagem retratada nesse enquadramento é uma bela representação do que meus olhos abarcaram em todos os anos da minha no limite da lembrança. Na fig.1 estão alguns dos objetos materializados que eu via com frequência: casarões de três andares, o hotel São Francisco, os traços, relógio e o tom cinza ríspido da Associação Comercial além do Rio São Francisco que se encontra em ângulo que a fragmento fotográfico não embarcou.

Desde sempre, andar e observar sempre foram exercícios por mim praticados e incentivados por minha mãe, desde a infância. Ela acreditava que, ao observar, aprenderíamos muito sobre o objeto observado, ao mesmo tempo que teríamos a curiosidade, a qual, conseqüentemente, geraria uma pergunta, mesmo ela não sabendo responder todas as interrogações. Aquele ser pequeno amparado pela mão de um adulto, já observava as formas, a grandiosidade dos sobrados do Centro Histórico de sua cidade natal, da paisagem urbana desamparada, abandonada e que era diferente do que ele entendia como um meio ambiente urbano, quando comparava a já vivenciada com as que via, quando seu único parâmetro era a televisão.

² Título inspirado e uma obra do pintor francês Henri Rousseau;

³ Arquivo pessoal; Autor: FERREIRA, Edielson Xavier. 2019.

⁴ As questões de Identidade em Geografia Cultural – Algumas Concepções Contemporâneas, em Paisagem, textos e Identidades, (Corrêa; Rosendahl, 2004, p.167).

Aquele prédio em forma de cubo, com vários outros quadrados gigantes, que fazem parte de sua arquitetura, sempre prendeu muito de minha atenção. Nunca o achei bonito, mas ele se destaca em todos os ângulos quando você caminha pelo Centro Histórico, o Hotel São Francisco. Sempre o achei antigo comparado aos hotéis que via nas novelas da televisão aberta e nos filmes da Sessão da Tarde. No mesmo sítio de casarões históricos de Penedo, a imensidão da Igreja de São Gonçalo Garcia com todos aqueles detalhes do barroco impregnado na sua fachada, sempre foi alvo de curiosidade, ao olhar para ela vinha o porquê, na minha mente, das pessoas detalharem tanto uma igreja e colocarem nela torres tão altas e pontiagudas, com esferas sobre as suas pontas, como se estivessem equilibradas.

Neste ínterim de perguntas e respostas, os anos passaram, lembranças ficaram, transformei-me um fanático em paisagens e observador do espaço geográfico, tornei-me logo discente do curso de geografia. A geografia sempre satisfez minha curiosidade, na escola as paisagens se revelavam através das fotografias dos livros didáticos, tais me aproximavam de lugares plurais ao redor do mundo. As imagens no livro de geografia iam além de belas paisagens, elas mostravam os contrastes entre os lugares, a realidade por detrás dos belos centros urbanos, com grandes edifícios modernos, a segregação da cidade, os fatos sociais que regem nosso dia-a-dia. Assim sendo a ciência despiu a realidade diante dos meus olhos e mostrou que atrás das formas existirá sempre uma outra verdade.

Ao caminhar pelas ruas do Centro Histórico, após o curso de geografia, tais paisagens revelam-se mais plurais e significativas. O patrimônio aqui identificado não é apenas aquele institucionalizado, o qual reconheço sua importância histórica e valor arquitetônico, mas vejo além, representando a memória do lugar através da sua paisagem cultural. Ao caminhar por ali reconheço que a arquitetura, que era diferente na minha infância, ao compara-la aos filmes estadunidenses e europeus que passavam no canal aberto da televisão, que pertenciam a outra cultura, a outro povo, com crenças e ideologias diferentes, fundadas sobre outras perspectivas.

Em Penedo – Alagoas, a dimensão do Hotel São Francisco, em estilo neoclássico junto ao prédio da Associação Comercial, que contém a torre do relógio, os adornos e detalhes das fachadas das casas, teatro e sobrados, presentes nas figuras 2, representam que aquela paisagem foi construída por uma classe dominante, que queriam se comunicar através de sua forma e da sua função. A paisagem é composta por camadas de significados imposta pela sociedade que ali convive e transforma, uma junção de cultura e poder. “Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas” (COSGROVE, 2014, p.130), onde tais construções impõem poder, perceptível nos detalhes das construções, no estilo arquitetônico, onde um grupo estabelece suas regras e sua hegemonia. Esse poder, de acordo com Cosgrove (2014):

É expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é as vezes chamado de hegemonia cultural. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. (COSGROVE, 2014, p.104-105)

Na geografia humanística, encontrei a explicação do que significa essa paisagem familiar, vivenciada durante a minha vida. Uma leitura a partir do símbolo. Na concepção de Tuan (1983), “a amplitude da experiência ou conhecimento pode ser direta e íntima, ou pode ser indireta e conceitual, mediada por símbolos”, assim sendo e fazendo uma mediação entre o mundo interior e o mundo exterior, presente

4.2 Entre Opara e Penedos: o registro das paisagens conta uma história

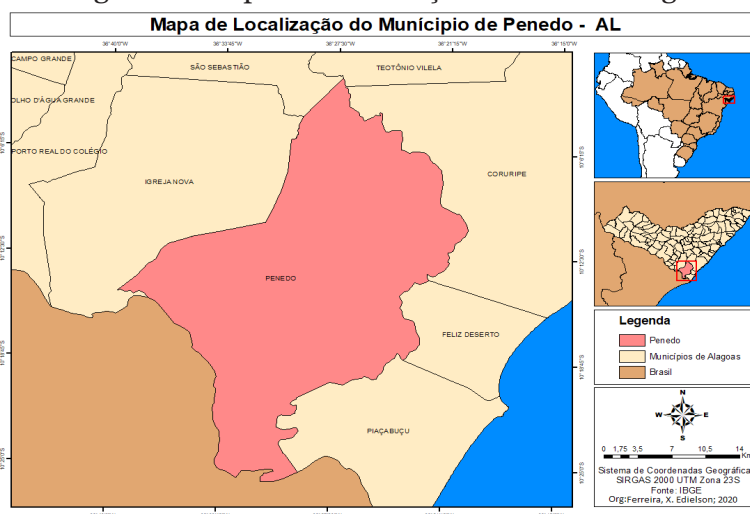
A área de estudo corresponde a um complexo paisagístico, localizado no município de Penedo-AL. O nome da cidade condiz com o seu terreno, do qual parte a origem do seu núcleo urbano, que significa “rocha”. Começou a ser difundida sobre uma rocha de grande altura, bem às margens do rio São Francisco.

O município se encontra ao sul do estado de Alagoas. Segundo o IBGE⁵, ocupa uma área de 670 km² e uma estimativa de 63.516 mil habitantes, em 2018. De acordo com o mesmo censo, contava com o PIB per capita de 13.202,44. O acesso, partindo de Maceió, é feito por meio das rodovias pavimentadas BR-101, numa distância de 170,5km; AL-101–vislumbrando toda beleza do litoral sul do estado– com uma distância de 166,6km e via AL-220km, que passa pelo município de Arapiraca, distância de 198,6km.

Penedo limita-se ao norte com os municípios de São Sebastião, Teotônio Vilela e Coruripe, ao sul com o Rio São Francisco e a leste com Feliz Deserto, Piaçabuçu e Coruripe, a Oeste, com Igreja Nova, como se pode observar na figura 03.

A cidade de Penedo, assim como outras cidades históricas, no Brasil e no mundo, apresenta no seu traçado urbano o velho casario e o novo, onde os objetos na paisagem coexistem confirmando diversos tempos pretéritos.

Figura 2 - Mapa de Localização de Penedo Alagoas⁶



⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, estimativa baseada no último censo (2010).

⁶ Fonte: IBGE; Autor: FERREIRA, Edilson Xavier. 2020.

O geógrafo Milton Santos (2008) diz que “o espaço tem a capacidade de determinar a vida, ele é dinâmico e unitário, nele se reúnem materialidade e ação humana, tornando-se indissociável no sistema de objetos e de ações”. Assim, parte histórica da cidade, aquela construída em base dos valores de outras épocas, a mais antiga do núcleo urbano e banhada pelo Rio São Francisco, é tombada em três níveis: Federal, Estadual e Municipal.

Diante disso, tem-se como objeto de estudo a rua que se encontram no Centro Histórico tombado de Penedo-AL a Avenida Floriano Peixoto, a qual hoje se encontra anexado o Largo de São Gonçalo Garcia. Para entender como um patrimônio se constitui é imprescindível que conheçamos a sua história. Alagoas, estado brasileiro localizado na região Nordeste, com sol na maior parte do ano, é conhecida através da mídia pelo tom de suas águas azuladas e quentes e por lembrar as praias caribenhas, sendo deixado de lado, muitas vezes, a história da formação do seu território.

O Rio São Francisco, ou Opara, foi a veia aberta, a porta de entrada para a ocupação das terras nordestinas da colônia, por meio das expedições do donatário Duarte Coelho Pereira. No século XVI e XVII, antes de se emancipar da capitania de Pernambuco, o atual território alagoano foi alvo de movimentos e disputas de ocupação. De acordo com o cientista social Carvalho (2016, p.54), no seu livro denominado História de Alagoas, “fez parte dessa realidade a luta contra a presença francesa no litoral, o extermínio dos indígenas, a resistência aos holandeses e a mobilização contra o Quilombo dos Palmares”. Na figura 16 do pintor holandês Frans Jansz Post podemos ver a representação do Forte Maurício e Nassau e a atual localização do centro histórico de Penedo-AL.

Figura 3 – Pintura do Forte Maurício e Vila do Penedo – *Castrum Maurity ad Ripam Fluminis S. Francisci* (1637)⁷



Iniciou-se em setembro de 1645, as batalhas dos portugueses contra os holandeses na cidade de Penedo. A expulsão dos holandeses foi liderada por João Fernandes Vieira. O objetivo dos portugueses era a destruição das fortalezas de Porto Calvo e Penedo. Como era o último ponto fortificado ao sul da capitania, os holandeses tentaram sustentá-lo, apesar disso foram expulsos após a derrota contra os lusitanos que ficou conhecida como “Openeda”.

⁷ Fonte: <http://carlosmoro-blog.blogspot.com>. Autor: Frans Jansz Post – 1637; Acesso em: 25 de outubro de 2019.

Ademais, a presença do catolicismo foi determinante na formação mental e cultural do penedense, embora atualmente não possua a mesma influência, dada a expansão das religiões evangélicas e de outras doutrinas e seitas. “Foi em meados do século XVII que começaram a chegar os primeiros jesuítas, beneditinos e franciscanos aos povoados de Alagoas e Penedo” (SILVA, 2016, p.75). Logo assumiram a função de catequizar os índios, substituíram as precárias moradias que existiam por outras mais adequadas e começaram a erigir as primeiras igrejas que passariam a ser as sedes espirituais destes lugarejos. Os conventos vieram em seguida e, por meio deles, começou a se delinear uma paisagem marcada não apenas pelas suas construções materiais, mas também simbólicas ao se introduzir “[...] práticas coletivas religiosas, como procissões, cerimônias de sepultamento entre outras que ocorrem balizadas pelas edificações cristãs” (SILVA, 2016 p. 123).

Assim, o núcleo vai ganhando formas, localizada em ponto estratégico, às margens do Rio São Francisco. Começou a ser ocupada no início do processo de colonização do Brasil era, portanto, uma vila antiga no raiar do século XIX. Ao longo dos oitocentos anos, consolidou-se como a segunda maior praça comercial da Província de Alagoas e principal entreposto comercial da região, que ligava o interior do São Francisco às rotas nacionais de cabotagem (SALES, 2013, p.52).

Deste modo, podemos perceber através da imagem 04, que a fotografia ainda se fazia ausente, entretanto foi no século XVIII, com a Revolução Industrial e conseqüentemente com os avanços nos conhecimentos químicos e físicos fizeram existir a primeira fotografia, desde então mudando a realidade técnica de registrar a realidade. “Fato dessa técnica ter um aspecto mecânico era particularmente apropriado” (JANSON, Horst Waldemar, 1996, p.425), apropriado a época por assim tratar com fidedignidade, mostrando como “documento adaptado ao primeiro estágio da sociedade industrial”. (ROUILLÉ, 2009, p.50).

Neste viés, o século XVIII foi sinônimo de prosperidade para os habitantes de Penedo. O vai e vem das grandes embarcações, porto e a alfandega que ali se instalou, trouxe consigo o apogeu do comércio, viabilizando a multiplicação de construções como templos, prédios públicos e particulares. A cidade foi citada por diversos viajantes estrangeiros em seu relatos e também recebeu a visita do imperador D. Pedro II em sua viagem às províncias do norte, que relatou no seu diário: “Há muitas casas boas e algumas de três Andares (...). O local é muito bonito e creio que deverá estar aqui a capital da província” (IPHAN, 1999), o imperador se referia a cogitada criação da província do São Francisco, que não chegou a existir e aos inúmeros sobrados que ainda se fazem presentes no sítio histórico.

Em meio a essas viagens a fotografia vinha fazendo sua história no Brasil, ela surgia em território nacional em 1832 com Hercules Romuld Florence que descobre, de forma isolada, na vila de São Carlos (Campinas) um processo de gravação por meio da luz dando-lhe o nome de *Photografie*, antes dos seus contemporâneos europeus, o que o torna o “pai da fotografia”.

A fotografia está ligada a dois fenômenos da modernidade: a urbanização e o expansionismo, “de que ela é produto e instrumento” (ROUILLÉ, 2009, p.43). Segundo esse autor a fotografia é urbana por ser fruto dela e por registrar seus conteúdos. Kossoy (1941) afirma que antes e após o advento da fotografia, “o homem buscou destacar fragmentos do mundo que se expõe diante de nós, inicialmente com a imagem da câmera obscura, seja como

desenho ou fotografia”. De acordo com esse autor, “o homem, o tema, e a técnica específica (esta, por mais avançada que seja) são em essências os componentes fundamentais de todos os processos destinados a produção de imagens de qualquer espécie” (KOSSOY, 1941, p. 36). Assim as imagens produzidas e articuladas neste trabalho são testemunhos visuais dos elementos do espaço geográfico.

Desse modo, as formas simbólicas arquitetônicas da Penedo/AL, as quais muitas se encontram em território tombado no seu centro histórico, já vinham se erguendo nesse período, produto de uma cultura, de um estilo de vida e de como essas pessoas percebiam e modificavam a natureza. Ao mesmo tempo em que apresenta e reflete elementos da (s) vida(s) de quem a habita. Cada cultura, segundo os valores nela construídos no decorrer do tempo, apropria-se da natureza e dos elementos presentes no espaço geográfico, transformando-os no que é expresso na paisagem. Ao refletir uma cultura, a paisagem deve ser entendida como um receptáculo de símbolos. Para Cosgrove (2004, p.108), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”.

4.3- Revelando a paisagem

Natureza, paisagem e cenário são muitas vezes utilizados como sinônimas. Dentre as três palavras, o termo “natureza” foi o que perdeu mais significado no uso popular, “deixou de ser uma palavra com vários significados, resumindo-se o seu significado praticamente no campo, e no selvagem” (TUAN, 2012, p.92). A palavra “cenário” se diferencia de paisagem por esta indicar um mundo de ilusão, que é o teatro, enquanto “paisagem”, em seu sentido original, referia-se ao mundo real. Para chegar-se na etimologia da palavra “paisagem”, ocorreu um processo histórico, em diferentes línguas e culturas, as quais, conseqüentemente, tinham uma visão diferente do que viam, do que enquadravam o seu olhar. De acordo com Tuan (2012):

A palavra *landschap*, originária do holandês, designava alguns lugares como “um conjunto de fazendas ou campos cercados”. Somente quando foi transplantada para Inglaterra, em fins do século XVI, é que a palavra perdeu suas raízes terrenas e adquiriu o significado valioso de arte. (TUAN, 2012, p. 188)

Entende-se que a paisagem, na sua materialidade, surge juntamente com a formação de nosso planeta, podendo ser estudada desde a pré-história. Segundo Mendonça e Venturi (1998, p.65), “as premissas históricas do conceito de paisagem, para a geografia, surgem por volta do século XV no renascimento, momento em que o homem, ao mesmo tempo em que começa a distanciar-se da natureza, adquire técnica suficiente para vê-la como algo passível de ser apropriado e transformado”. O êxodo rural, o surgimento de cidades, fez com que as pessoas se distanciassem do meio ambiente bucólico e as pessoas começaram a ver esses locais como passível de mudança.

Posteriormente, a chegada da Revolução Industrial marcou uma nova fase na história da humanidade, não apenas pelas transformações espaciais desencadeadas por ela, como o êxodo rural ou o modo de vida urbano que se intensificou e expande-se a cada dia, mas

também pela gama de paisagens que, conseqüentemente, surgiram. Fatos históricos como esse determinaram mudanças no ritmo de vida da humanidade, marcando também alterações na organização do espaço.

Cada paisagem traz em si valores erigidos no decorrer do tempo. Uma pessoa que vive muitos anos numa mesma casa cria laços afetivos com o lugar e com os moradores vizinhos. Para Tuan (1983, p.114), “uma pessoa no transcurso do tempo, investe parte de sua vida emocional em seu lar e além do lar, em seu bairro”. Essa afetividade é expressa na paisagem tanto nas formas físicas - casas, cores, jardins etc.- como também nas relações e significados presentes na paisagem, o que comprova uma dinâmica constante existente: a paisagem percebida não será mais a mesma num momento posterior, mas manterá elementos dos quais foram percebidos anteriormente, enquanto outros já terão sido alterados.

Berque (2004, p.86), explica que a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial etc.) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe. Esse autor explica também que a paisagem e o sujeito são integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se autor-reproduz. Nesse sentido, fica claro que a análise da paisagem não deve valer-se apenas do aspecto visual, pois a visão não é suficiente para captar e explicar todos os elementos físicos e simbólicos presentes na paisagem. “De fato, o que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; não somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo, ” (BERQUE, 2004, p. 87).

Assim, o centro histórico penedense contém uma variedade de elementos de ordem natural e cultural associados a uma prática cultural que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar, o Rio São Francisco é um elemento importante para toda disseminação simbólica presente. Enquanto para alguns o rio é somente um elemento da paisagem materializada, para outros ele é divino, fonte de alimento, local de boas lembranças afetivas. De acordo com Costa e Gastal (2010) “essa relação entre o homem e a paisagem é comunicada através de uma rede simbólica materializada e imaterializada, algo visível que mostra o invisível, um gesto que significa um valor”. O Rio São Francisco é o molde da essência do lugar e da cultura de seu povo, o elemento de interligação do “eu” com a paisagem cultural, o qual se encontra preso por várias barragens ao longo do seu curso, provando através das enchentes o seu potencial fluvial e de diversidade, porém que não é capaz de restringir o seu significado simbólico de quem o vivencia.

4.4- *Photovoice*: mudanças e permanências nas paisagens

Anos passaram, as paisagens se metamorfozaram, e o Rio São Francisco deixou seus rastros na paisagem cultural de sua época de glória. A paisagem moldada pelo “Velho Chico” - com o verbo no passado, refere-se ao potencial que tal corpo hídrico já possuiu no Brasil colonial e imperial, antes da evolução técnico-científica restringir seu potencial navegável no baixo São Francisco, consequência das barragens, hidrelétricas e da transposição que se faz presente em sua bacia hidrográfica. Com a criação da hidrelétrica houve diretamente a inviabilidade fluvial do baixo São Francisco que afetou diretamente a pesca e a exportação de algodão fazendo a Companhia Industrial Penedense fechar as portas. A fartura era presente, porém com as intervenções na bacia do Rio São Francisco para a construção da hidrelétrica de Paulo Afonso os peixes ficaram escassos. De acordo com Valente (1957, p.85) “o volume

do pescado de 142.857 t em 1950 quando começa a obra do conjunto de Paulo Afonso, para 40.748t em 1954, ano em que a obra foi acabada”.

A malha ferroviária de início ajudou a economia penedense, entretanto a sua ampliação pontou como ponto negativo, quando essa se expandiu para outros municípios como Porto Real do Colégio (AL), Propriá (AL) e Palmeira dos Índios, essa última, segundo Mero (1991) “por estar em um ponto estratégico próximo ao sul de Pernambuco e ser considerada a capital do agreste e porta do sertão” recebeu todo o impulso urbanista, competindo acirradamente com o porto de Penedo, o qual já entrava em desvantagem.

Cada cultura, segundo os valores nela construídos no decorrer do tempo, apropria-se da natureza e dos elementos presentes no espaço geográfico, transforma-os no que é expresso na paisagem. Ao refletir uma cultura, a paisagem deve ser entendida como um receptáculo de símbolos. Para Cosgrove (2004, p.108), “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”.

Penedo-AL, ao longo de todos esses anos, passou por diversos processos urbanos e históricos. O Rio São Francisco continua banhando a cidade, entretanto perdeu a importância que tinha nos séculos passados; está nas telas pintadas, nas fotografias tiradas, na memória de quem visita a cidade e de quem ainda vivenciou seus dias mais glorificados. Navios que vinham do oceano Atlântico adentravam sua foz e tinha como ponto de embarque e desembarque um dos portos mais importantes do Brasil instalado em Penedo-AL. Hoje somente barquinhos e lanchas vão e vem fazendo a centenária rota Penedo-Neópolis. Seu volume d’água não permite navios de grande porte e lençóis de areia já são obstáculos por quem aqui navega.

Assim, apoiando-se além de uma leitura interpretativa das imagens, o uso da técnica *Photovoice* enquanto método participativo serve como uma alternativa ao registo escrito, que, por si só, promove a inclusão do participante não somente como informante, mas também como pesquisador. “O *Photovoice* foi um método criado nos anos 90 por Caroline Wang e Mary Ann Burris” (WANG; BURRIS, 2017, p.262). Assim, a fotografia passa a ser um suporte e ferramenta de trabalho “que serve como instrumento para criar relações, informar e organizar indivíduos de uma comunidade, permitindo-lhes dar prioridade às suas preocupações e discutir seus problemas e soluções coletivamente, através dos enquadramentos visuais, decisões de suas próprias políticas” (WANG; BURRIS, 2017, p. 264). Dessa maneira as fotografias nesta análise mesclam entre fotografia-documento antigas e atuais (autorais), fazendo o autor refletir suas experiências e compartilhá-las, identificando a problemática à luz da sua própria autorrepresentação.

Com base na mobilização dessas reflexões, além da pesquisa documental textual e fotográfica, houve uma análise a partir da produção fotográfica autoral. Acionar e propor através do *flâneur-autor* um jogo de olhares que faça aflorar novas cenas investigativas para a compreensão do objeto paisagístico “Largo de São Gonçalo Garcia, Avenida Comendador Peixoto e Travessa Batista Aciole”. De acordo com Besse (2014), “a fotografia é um dispositivo e suporte concreto que provoca questionamentos sobre a relação entre perceber e produzir imagens do mundo”.

Flanar é passear ociosamente, sem objetivo ou direção certa: “saiu sem rumo, flanando”; é ter a distinção de perambular com inteligência. Estando esse observador em

companhia de sua câmera fotográfica ou mesmo sem ela, ele sempre observa, como se fotografasse mesmo sem nenhum suporte, somente com a retina. É um exercício do olhar.

Em seus estudos sobre Baudelaire e a modernidade, Walter Benjamin mostrou como a cidade criou, como tipo, o *flâneur*. Ele é o detetive da cidade, “detentor de todas as significações urbanas, do saber integral da cidade, do seu perto e do seu longe, do seu presente e do seu passado” (BENJAMIN, 1994, p.38). Ainda segundo o criador do personagem, a cidade que o *flâneur* percorre é a das transformações urbanas que ocorrem no século XIX. Se a cidade é a paisagem dessa figura, a rua é sua moradia. É ela que conduz o flanador a um tempo desaparecido. Este não se alimenta apenas daquilo que lhe atinge o olhar, “com frequência também se apossa do simples saber, ou seja, de dados mortos” (BENJAMIN, 1994, p. 42). Dessa maneira as fotografias seguintes, mesclam entre fotografia-documento antigas e atuais (autorais), fazendo o autor refletir suas experiências e compartilhá-las, identificando a problemática à luz da sua própria autorrepresentação. A fotografia-documento em um conjunto de “informações escritas e visuais, associadas umas às outras, nos permitem datar, localizar geograficamente, identificar, recuperar enfim, micro-histórias de diferentes naturezas implícitas no documento”. (KOSSOY, 1941, p.41)

Neste sentido, Santos (2008, p. 89) afirma que o espaço deve ser analisado a partir das categorias estrutura, função e forma. De acordo com autor a forma é o aspecto visível, exterior de um objeto e a função implica uma tarefa, atividade ou papel a ser desempenhado pelo objeto criado, a forma. Vivenciar o cotidiano em suas múltiplas dimensões, não sendo possível assim separar a forma da função do objeto. O processo será a estrutura em seu movimento de transformação, implicando tempo e mudança.

Por conseguinte, a paisagem urbana permite múltiplas leituras, a partir de diversos contextos histórico-culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crença e valores. A paisagem urbana pode conduzir, conforme apontam, a uma pluralidade de significados, havendo a inversão e a reciclagem dos signos e símbolos. Em Tuan (1983, p.98), “o lugar ou o meio ambiente são produtores de imagem para a topofilia, pois esta é mais que um sentimento difuso, sem nenhuma ligação emocional”. Assim, o meio ambiente fornece o estímulo sensorial que, ao agir com a paisagem, os cheiros e as imagens percebidas, dá significado às nossas alegrias e sentimentos naquele ambiente.

Assim, corroborando com a ideia de Milton Santos sobre estrutura, função e forma, as refuncionalizações modificam o sistema de valores e o sistema de objetos, produzindo um novo contexto material e social, permeado por conservações e mudanças, correspondendo as novas exigências sociais e culturais.

Nesta vertente, entre metamorfoses e funções, nas fotografias seguintes, 05 a 10, encontra-se o Largo de São Gonçalo, oras somente Av. Floriano Peixoto, a qual sofreu uma mudança radical com o passar dos séculos, tanto na sua forma, quanto na sua função. Ao analisar as fotografias, o Largo de São Gonçalo passa por uma série de mudanças. Nota-se que na fotografia 40 tal lugar era um local com pouca infraestrutura e com calçamento em pedras grandes típicas de cidades colônias portuguesas, o lado direito da fotografia casebres se faz presentes.

Na figura 05, percebe-se que há formas espaciais adicionadas, como é o caso da presença de um coreto com frente à igreja e situado ao ar livre para abrigar manifestações

culturais diversas como concertos, palco para festas, discursos políticos, entre outros, a iluminação também já é uma realidade em Penedo-AL.

Na figura 06, o Largo dá espaço exclusivo a Av. Floriano Peixoto, os postes no meio da avenida foram deslocados, a arborização já se encontra rarefeita por priorizar as calçadas, as lojas comerciais começam a aparecer e já o mercado municipal se faz presente no espaço. A localização deste é estratégica, já que “o processo produtivo reúne aspectos técnicos e aspectos políticos” (SANTOS, 2006, p. 94).

Na figura 07 e 08, nota-se a volta do Largo de São Gonçalo Garcia, compartilhando o espaço com a avenida Floriano Peixoto, o mesmo cenário é novamente modificado quando analisamos as outras imagens, ganhando uma forma mais padronizada: com arborização e bustos simbólicos de personalidades nacionais e municipais. A Igreja de São Gonçalo dos Homens Pardos sempre ao fundo compõe a paisagem, deixando claro o grande papel das religiões de um modo geral para a construção do espaço simbólico de um dado lugar, simbologia essa refletida em formas espaciais que, por sua vez, fazem parte deste grande mosaico de formas que é o espaço geográfico; é datada do século XVIII e de acordo com Sales (2013), “primitivamente ela foi uma capela construída por ermitões que convocavam o povo para as festas, sendo que em 1758 formou-se uma confraria que deu início à construção da igreja.

O Barroco é um estilo multireferencial, que dominou a Europa do século XVII, ou seja, grupos beneficiados pelas riquezas da colonização. No Brasil foi introduzido por intermédio dos jesuítas, no fim do século XVI. Só a partir do século XVII, generaliza-se nos grandes centros de produção açucareira, especialmente na Bahia, através das igrejas.

Figura 4 - Largo de São Gonçalo Garcia (1902)⁸ Figura 7- Largo de São Gonçalo Garcia (1920)⁹



⁸ Fonte: Arquivo da Casa do Penedo, 2017.

⁹ Fonte: Arquivo da Casa do Penedo, 2018.

Figura 8- Largo de São Gonçalo (1940)¹⁰Figura 9- Largo de São Gonçalo (1954)¹¹Figura 10 – Largo de São Gonçalo (1960)¹²Figura 11 – Largo de São Gonçalo (2019)¹³

Sobre o largo, ele tem a mesma função da praça, porém tem uma delimitação menor. “A praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (DE ANGELIS, 2005, p.1453).

Importante salientar que nas fotografias seguintes, foram tiradas no mesmo lugar, sendo que as fig: 6, 7 e 8 o fotógrafo estava com a câmera com frente a Igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos- Penedo/AL, e nas fig: 9, 10 e 11 o fotógrafo está virado de costas para a igreja de São Gonçalo Garcia dos Homens Pardos e tendo no fundo da perspectiva fotográfica o Hotel São Francisco, o prédio mais alto presente nas fotografias.

Portanto, as atribuições do estado são sentidas e notadas pelas pessoas, pois são elas refletidas em formas tocáveis e visíveis, ou como diz Corrêa (2014, p. 180) que: [...] é através da implantação de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo corrente e esperado. Nas figuras 11 e 12, observa-se o resultado da requalificação do Largo de São Gonçalo e Av. Floriano Peixoto através do programa PAC Cidades Históricas, que tinha como intuito estimular o turismo

¹⁰ Fonte: Arquivo da Casa do Penedo, 2017.

¹¹ Fonte: Arquivo da Casa do Penedo, 2017.

¹² <https://www.historiadealagoas.com.br/>. Acesso em: 02 de set. de 2019.

¹³ Fonte: Arquivo pessoal; Autor: FERREIRA, Edilson Xavier . 2019.

das cidades históricas dando uma nova função ao centro histórico das cidades brasileiras. Podemos assim perceber na paisagem a iluminação padronizada, faixas de pedestres, estacionamento organizado, calçadão (à direita), iluminação nas janelas da igreja de São Gonçalo, placas de trânsito, mostrando assim como o estado através dos serviços públicos, pode modificar e transformar a paisagem.

Figura 12 - Largo de São Gonçalo, requalificado (2019)¹⁴



Figura 13 – Largo de São Gonçalo - Via Batista Aciole (2019)¹⁵



Consequência dessas manifestações culturais é que são criados momentos de pura vivência com o espaço urbano presente desde então no mundo emocional. Os parques infantis, os blocos carnavalescos, as cavalgadas, os blocos carnavalescos, um desfile de moda, o ponto de encontro para assistir a uma orquestra, a Chegança ou o grupo de pastoril. Tais coisas que nos fazem remeter o espaço como um lugar de boas vivências e lembranças. Observa-se nas figuras 14 e 15 abaixo, o parquinho infantil no Largo de São Gonçalo Garcia, na década 1980 e na fotografia e concentração do bloco carnavalesco “Ovo da Madrugada”, no ano de 2017, no mesmo local, em síntese, um lugar que foi cenário de acontecimentos para diversas gerações, tornando-o simbólico ao passo que lembre as vivências no ambiente. Claval (2004) considera que “o espaço acolhe as características de um determinado tempo, assimilando-as, transformando-as sem cessar” (CLAVAL, 2004, p. 50). Cada rua, bairro e cidade traz a marca de milhões de histórias que compuseram a realidade de seus habitantes, independentemente da época em que viveram.

¹⁴ <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/> Acesso em: 04 de set. de 2019

¹⁵ <https://minutoarapiraca.cadaminuto.com.br/> Acesso em: 04 de set. de 2019

Figura 14- Parquinho, no Lago de São Gonçalo, (1980)¹⁶



Figura 15- Bloco carnavalesco, Ovo da Madrugada, (2017)¹⁷



Hoje, o Largo de São Gonçalo tem em si essas múltiplas marcas, inclusive as nossas. O caráter político do espaço público na cidade contemporânea foi substituído demasiadamente pelo caráter social, regido pela lógica de comportamento e consumo das sociedades de massa. Os usos e comportamentos no espaço público se transformaram, afetados por novas e intensas formas de comunicação e interação na realização da esfera pública, além de outros espaços que concorrem para o uso público.

Assim “os calçadões, ainda que a intenção principal seja chamar a atenção do consumidor a qualquer custo, predomina uma arquitetura comercial de transição” (VARGAS, 2001, p. 45). No Brasil, os calçadões começaram a serem implementados durante a década de 1970. “Seguindo a influência norte-americana, muitas ruas foram fechadas ao trânsito de veículos, buscando dar mais espaço e conforto aos pedestres, solucionando problemas de trânsito e atuando como uma ação no sentido de revitalização de centros decadentes” (VARGAS, 2001, p.70). Assim aconteceu com Penedo/AL, conforto e trânsito solucionado, porém descaracterizando o complexo histórico.

Entretanto no mesmo sentido que estes podem solucionar problemas e dar mais conforto aos pedestres, mutualmente descaracteriza o sítio histórico. Alguns autores acreditam que podem funcionar como forma de preservação em centros históricos de cidades coloniais, mas é importante ressaltar que haja algumas ressalvas como: a proibição do tráfego de veículos pesados e um projeto urbanístico que tente ao máximo manter o modelo original da paisagem, duas objeções importantes e que ainda não é realidade em Penedo Alagoas, o qual o seu calçamento original foi compilado pelos paralelepípedos e placas de granito polido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os lugares desempenham um papel na formação de consciências individuais e coletivas. As pessoas percebem, constroem, vivenciam as representações dos lugares e dão para elas um sentido. É nítido como, ao andarmos nas ruas da Penedo alagoana, o poder

¹⁶ Fonte: Arquivo da Casa do Penedo, 2018.

¹⁷ <https://boainformacao.com.br/>. Acesso em: 12 de set. de 2019.

que ela tem de nos levar à imersão ao passado, através de suas ruelas e sua arquitetura colonial. Também é perceptível que por mais que esse sítio histórico seja tão rico em detalhes e simbolismo, remetendo-os a anos áureos pretéritos, parte do mesmo ficou somente na fotografia, pois muitas das formas materiais foram perdidas e algumas funções das formas foram ampliadas ou modificadas.

Essas são vivências de quem acompanha a paisagem desde os últimos vinte e quatro anos e conseqüentemente acompanhou e acompanha a metamorfose irônica de um centro histórico tombado. Torna-se importante ressaltar que este estudo é fruto de uma vivência particular e não coletiva. Com isso, as paisagens percebidas, interpretadas e tidas como simbólicas são frutos das minhas percepções.

Ter o centro histórico penedense patrimonializado como símbolo identitário, tendo aqui a identidade como sentido de similaridade, faz do habitante que vivencia as paisagens na vida cotidiana tomada como sua, desenvolvendo um sentimento de pertencimento. Neste sentido, a Avenida Floriano Peixoto - Largo de São Gonçalo Garcia foi e continua sendo palco de várias manifestações culturais. As formas que ali se encontram tem uma relação direta com o cidadão que desfruta o lugar de algum modo, uma relação de vivência com o espaço geográfico, gerando um sentimentalismo involuntário.

“A identidade se exprime e se comunica de maneira interna e externa através de práticas simbólicas e discursivas” (LE BOSSÉ, 2013, p.173), seguindo essa lógica não será apenas o fato de perceber a cidade apenas como cidade natal, mas das práticas sociais que me fizeram tê-la como minha, as que ganharam significados, práticas ditas simbólicas.

Assim percebe-se que paisagem cultural é um cenário de vivência efetivamente humana, lembrando-nos da nossa última posição no esquema de modelagem da natureza. As paisagens que foram tidas por mim como topofílicas, aquelas que foi estabelecido um laço sentimental, um dos objetos de estudo neste trabalho, muitas delas apesar de tombadas continuaram ironicamente sendo metamorfoseadas entre 1995 a 2019, ano do meu nascimento até o ano desta pesquisa. Tais paisagens ampliaram suas funções e algumas foram modificadas, como é o caso do Mercado Municipal o qual preserva somente a sua fachada e a avenida Floriano Peixoto que ganhou um calçadão. As que não foram modificadas, caso do mirante da Rocheira partes da Orla preserva ainda o sentimento entre eu e o lugar, os demais que foram modificados são apenas memoráveis.

Assim a fotografia ganha uma credibilidade, é uma pausa no tempo impressa, ou guardada na memória do telefone ou do computador, um momento único e que não volta mais. As fotos são além de tudo documento, provas de acontecimentos existentes, de objetos que constitui o espaço geográfico, tendo o poder de ser também uma memória enquadrada, subjetiva para a quem a registrou e para aqueles que se identificam com a imagem. Neste sentido, a cultura está expressa na paisagem, muitas vezes reproduzida inconscientemente, marcando um período temporal, nas novas técnicas da arquitetura, nas novas personalidades que marcam uma história local, nos topônimos de logradouros, nas festividades e usufruto do espaço geográfico.

REFERÊNCIAS

1. BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p.84-91.
2. BOSSÉ, Mathias Le. As questões de Identidade na Geografia Cultural – Algumas concepções contemporâneas. In: ROSENDAHL, Zeny.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Geografia Cultural: Uma antologia.v.2*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p.294.
3. BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Obras escolhidas, 1).
4. CARVALHO, Cícero Péricles. *Formação Histórica de Alagoas*. 4.ed. Maceió-AL: EDUFAL, 2016.
5. CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p.13-74.
6. CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: A geografia e o Urbano. *Introdução à geografia cultural*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 168-186.
7. COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.p.92- 122.
8. COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: problemas da teoria. Espaço e Cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à geografia cultural*. 6.ed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.103-135.
9. COSTA. Luciana de Castro Neves.; GASTAL. Susana de Araújo. Paisagem Cultural: diálogos entre o Natural e o Cultural. In: Semintur. 6. ed. Caxias do Sul- RS. *Anais do VI Seminário de Pesquisa do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul: ISSN: 1806-0447, julho, 2010.
10. DE ANGELIS. Bruno Luiz Domingos.; ANGELIS, Neto de. Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR. *Acta Scientiarum*, v.22, n5. P. 1445-1454, abril, 2000.
11. FABRIS, Annateresa. O circuito social da fotografia: estudo de caso – I. In: FABRIS, A. (Org.). *Fotografia: usos e funções no século XIX*. 2 .ed. 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo,2008. p. 39-57.
12. JANSON, Horst Waldemar. *Iniciação à História da Arte*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

13. KOSSOY, Boris. *Fotografia & História*. 2. Ed. rev. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
14. MENDONÇA, Francisco Assis de.; VENTURI, Luís Antonio Bittar. Geografia e metodologia científica: da problemática geral á especificidades da geografia física. *Geosul, Florianópolis, Santa Catarina*, v.11, n.21, p.63-70, Florianópolis. ed. Especial, p.63-70, 1996.
15. MÉRO, Ernani Otacílio. *Templos, ordens e confrarias: história religiosa de Penedo*. Maceió: SERGASA, 1991.
16. PIDNER, Flora Sousa. *Geo-foto-grafia das paisagens: narrativas espaciais nas imagens de Sebastião Salgado*.1. ed. Salvador: EDUFBA, 2019.
17. ROUILLÉ, André. *A fotografia: entre documento e arte contemporânea*. São Paulo: SENAC, 2009.
18. SALES, Francisco Alberto. *Arruando para o forte*.v.2. Recife: Bagaço, 2013.
19. SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: EDUSP, 2002.
20. SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008.
21. SERPA, Ângelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, v.17, n.1, p.168- 185, abril, 2013.
22. SILVA, Daniella Pereira de Souza. “Arruando” vejo rio, homens, pedra & cal: a des-repatrimonialização do sítio histórico tombado de Penedo-AL. 2016. 352 f. Tese (doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
23. TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
24. TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente*. Tradução: Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.
25. VALENTE, Aminadab. *Penedo: sua história*. Maceió: Imprensa Oficial, 1957.
26. VARGAS, Heliana Comin. *Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio*. São Paulo: SENAC, 2011.
27. WANG, Caroline .; BURRIS, Mary Ann. Photovoice: Concept, methodology, and use for participatory needs assessment. *Health Education and Behavior*, Thousand Oaks, CA, v. 24, p. 369–387, 1997. In: MEIRINHO, Daniel. O olhar por diferentes lentes: o *photovoice* enquanto método científico participativo (Org.). *Discursos Fotográficos*. Londrina: v.13, n.23. 2017. p.261-290.

Dinâmicas culturais e territoriais: festa junina e etnografia em São Luís do Maranhão- noite de São João¹

Cultural and territorial dynamics: esta junina and ethnography in São Luís do Maranhão- São João night

Fábia Holanda de Brito⁽¹⁾

⁽¹⁾ORCID: <http://orcid.org/0000-000164322752>. Doutoranda em Processos e Manifestações Culturais. Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais. Professora de História do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA).Brasil. E-mail: fabiaholanda@ifma.edu.br

ABSTRACT: The June festivities are popular festivals that take place in much of the country, however, in the Northeast there is a greater predominance and characteristics that mark the imagination and construction of the Northeast. The cities are decorated with colors and props that trace back the imaginary of the country, of the simple life of the man and woman of the country in a stylized way. This work, using the ethnographic method, discusses the cultural and territorial dynamics of the June festivities in São Luís do Maranhão, with its variety of cultural manifestations, rites and rituals shared by the natives in an arraial, where the spectacles of the June games of Maranhão take place. It also demonstrates the cultural behaviors of Maranhão, not only from the June festivals spectacles, but also clothing, ornaments, opinions, games, foods, smells and sounds that unite the natives in a multifaceted territory that is the camp, symbol of São João and encounter of games, playful, public and tourists. In Maranhão, precisely in the capital São Luís, the month of June is awaited with anticipation by the presentations of cultural groups called games. The observation, the ethnography took place on June 24, 2019, the wiretaps made this work possible, at night, of São João, a party-goer and celebrated in the four corners of the state, confirming that the Ludovicenses leave home, at night, to experience this date, delivered to the pleasures of typical foods, shows by singers, singers and regional groups. The proposal is the ethnographic narration of wiretaps from this cultural space - to the camp, so we will discuss how the June festivities are shared and shared by the natives and the imagery produced by them are the representations of behaviors and meanings that they share.

KEY-WORD: Maranhão, Listening, Ethnography

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu de escutas que foram realizadas em um arraial, ou seja, local que se realiza as festas juninas, em 24 de junho de 2019 - São João. Consistiu através de estudo etnográfico em silenciar, observar para escutar e, desta forma, escrever as “escutas de ouvido”, estranhar o conhecido, como também, ao mesmo tempo, realizar uma observação participante ativa.

E o que seria uma festa sem os seus sons característicos, produzidos por instrumentos, pelas falas dos nativos, pela brincadeira de imitação das crianças, juntando a tudo isso

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap10

cores e cheiros? Assim, fui sendo guiada, através dos sons e impressões que foram captados por observação, análise e reflexão dos dados coletados no arraial do IPEM (Associação dos Servidores do Maranhão), que fica localizado no bairro do Calhau no Jardim Renascença e próximo a praia do Calhau. Por possuir um espaço amplo, decoração junina que chama atenção e uma vasta programação, este espaço é um dos que mais recebe público no período junino.

A proposta artigo é a narração etnográfica de escutas de um arraial para demonstrar como os festejos juninos são compartilhados e comungados pelos maranhenses, que vai além da reunião em um local para apreciar as manifestações culturais, esses sujeitos são uma construção sócia histórica cultural e o imaginário por eles produzido são as representações de comportamentos, como também significados que comungam. Coloco-me, também, como nativa a fazer parte dessa dinâmica.

Os festejos juninos são festas populares que acontecem em grande parte do país, entretanto, no Nordeste, tem maior predominância e características que marcam o imaginário e construção do nordestino. As cidades se enfeitam com cores e adereços que remontam o imaginário da roça, estilizado, da vida simples do homem e mulher do campo. Para discutir a cidade, urbano e a Antropologia, em sociedades complexas, trago o arcabouço teórico de Gilberto Velho (2003). Para articular os ritos e rituais que o nativo maranhense faz ao se dirigir ao arraial, compartilhando símbolos construídos ao longo do tempo que ressoa até a contemporaneidade, mesmo com novas nuances, conto com o pensamento de Pesavento (1995).

As festas juninas trazem toda uma preparação da cidade que vai do íntimo das famílias em usar adereços, roupas parecidas ou iguais à toda uma programação de setores culturais públicos e privados para que a população sinta e experimente o prazer da festa, sinta-se em um momento singular, de feriado, final de semana, ou seja, algo excepcional. Desta forma, Da Matta (1997) contribuirá para entender a sociedade ludovicense no momento aqui descrito. Ainda, contamos com Hall (2009) e Thompson (2011) para entender cultura e identidade na modernidade.

No atual contexto urbano-industrial da cidade, parar, observar e escutar parece tarefa difícil ou desafiadora. Para escrever este trabalho, recorri aos sentidos de ver, escutar e perceber, além, da etnografia como metodologia capaz de demonstrar comportamentos culturais dos maranhenses, com sua variedade de manifestações culturais, ritos e rituais compartilhados pelos nativos em um arraial.

Desta forma, retratamos a sociedade ludovicense urbana, sua relação com os atores sociais, deslocamentos e comportamentos em territórios de manifestação cultural. Não pretendemos, com isso, uniformizar ou fazer críticas acerca de tais comportamentos, e sim fazer um panorama geral de ritos forjados ao longo do tempo que, mesmo no olhar rápido na metrópole, os encontramos na tradição como é o de participar de um arraial na noite de São João.

FESTAS JUNINAS – SÃO JOÃO NO MARANHÃO

Na fogueira de São João
Eu quero brincar
Quero soltar meu balão
E fogueiros queimar
(Luiz Gonzaga – Fogueira de São João)

O imaginário, a cultura e suas relações, ao longo da História, vêm ganhando arcabouço entre os estudiosos que não veem mais a crença nas verdades absolutas que definiam a ordem social. Em vista disso, outros paradigmas, objetos e problemas buscam caminhos para situar e analisar a organização da sociedade, com mudanças profundas como o crescimento das cidades em detrimento do campo, caso, São Luís, que repercute tais mudanças na cultura e imaginário popular.

Indubitavelmente, as representações sociais e o imaginário, de acordo com Pesavento (1995, p.16) “o imaginário, enquanto representação revela um sentido ou envolve uma significação para além do aparente”. Assim, comportamentos, ritos e sentimentos compartilhados pelos ludovicenses, nas festas juninas, são construções produzidas ao longo da história. Baseamos o método e olhar etnográfico nas produções de Rocha & Eckert (2008, 2010, 2013).

No Maranhão, precisamente na capital São Luís, o mês de junho é aguardado com ansiedade expectativa pelas diversas brincadeiras, como são chamados os grupos que se apresentam na temporada junina, e não é exagero ouvir e afirmar que as festas juninas são mais festejadas ou equivalem ao carnaval, também apreciado. São meses de ensaios para que tudo esteja pronto para o santo festeiro, São João. Além das comunidades, o público, comerciantes, hoteleiros e turistas.

A cultura pulsante e diversificada que há na localidade é mais que mola propulsora para escrever e descrever ritos, sutilezas e características da sociedade ludovicense², o qual Thompson (2011, p.165) afirma que “o estudo dos fenômenos culturais pode ser pensado como o estudo do mundo sócio histórico constituído como um campo de significados”.

Os grupos folclóricos ou de cultura popular iniciam seus ensaios após o carnaval e os intensificam no mês de maio. É comum nos bairros, praças e associações de moradores ouvirem sons dos ensaios, falas, vozes que vão se entendendo e marcando ao passe para eu tudo fique pronto para o mês de junho, o tão aguardo período junino. A rotina, nos fins de semana, é de preparação, danças e brincadeiras. Geralmente, a comunidade participa ativamente dos preparativos ou torce por seu grupo que representa a localidade.

Os papéis desempenhados pelos fazedores da cultura popular são inúmeros: diretoria, bordadores, coreógrafos, compositores, personagens, músicos, motorista, roteirista, artesãos e assim por diante. A realidade de cada sujeito e sua trajetória social dentro e fora da comunidade também é diversa, como também a confluência entre o plural é a singularidade

² Quem nasce em São Luís é conhecido por ludovicense, mas também é considerado são-luisense, mas quase ninguém usa a segunda terminologia. Para chegar ao gentílico “ludovicense”, de acordo com estudiosos, recorreu-se ao nome próprio latino *Ludovicus*, derivado do germânico Hlodoviko – que vem a ser a origem remota do português Luís.

de fazer parte de uma brincadeira que faça parte do construto cultural do maranhense, de acordo com Velho (2013, p. 29) “o repertório de papéis sociais não está situado em um único plano, mas a sua própria existência está condicionada e essas múltiplas realidades”.

A cidade de São Luís enfeita-se, fica mais colorida, o comércio se diversifica para atender à tendência do período como roupas e adereços com motivos juninos, camisetas, chapéus bordados de vaqueiros, brincos e tudo que lembre fogueira, boi, bandeiras e os santos festejados. As escolas também da educação básica pública e privada que não sejam de cunho religioso evangélico, iniciam seus ensaios e a preparação da sua festa que acontece na própria escola, ou em um clube, onde tem participação de outras brincadeiras como atração principal. Este panorama que mostrei foi para demonstrar como a festa junina move, transforma e é aguardada no Maranhão.

A sociedade ludovicense, ao logo da história, vai construindo uma lógica dos festejos juninos e vivenciando, mesmo que não seja em uma perspectiva real, palpável, mas de representação e simbologia que as festas juninas, os sons, cheiros e cores transmitem ao maranhense. A impressão é que o clima da cidade muda, as pessoas mudam, a festa e sua preparação contagiam este imaginário, como afirma Pesavento (1995, p.16) “é a representação do real, logo o real é, ao mesmo tempo, concretude e representação”.

Seria isto uma construção de identidade? A identidade do ludovicense, as formas de comportamento e sensações produzidas por uma festa familiar? De fato, a resposta é afirmativa. A cultura e toda a sua dinâmica se manifesta em territórios, fruição da cidade e de seus diversos espaços.

Como pesquisadora e nativa, coloco-me em xeque mate na produção desta narrativa, buscando um estranhamento e percepção do Eu e do Outro como completude e complexidade. O atípico, singular dentro do universalismo humano, dá-nos arcabouço para o processo de construção do saber, assim afirmam Rocha & Eckert (2010, p. 01) “do qual se inscreve o próprio trabalho de campo do antropólogo em sua intenção de compreender as formas de viver e de pensar de indivíduos e/ou grupos nas modernas sociedades complexas urbano-industriais”.

Desta maneira, para Hall (2009), as identidades nunca são unificadas em si construídas, como o caso das festas juninas em São Luís e toda uma preparação dos grupos e de do público que se arruma de uma forma especial para ir assistir as apresentações e interagir com a festa e está produzindo sentidos, como também, ao mesmo tempo, transformações de acordo com o tempo de quem a vive ou viveu.

A festa junina tem seus primórdios do final do século XIX, era algo mais rural, familiar e envolvia comunidade, de certa forma, simplista, e não os grandes espetáculos atuais as quais são do seu tempo. Os sons hoje produzidos, com certeza, eram outros e em menor escala, mesmo assim produziam e ressoam sentidos, aproximando os maranhenses que celebravam as festas juninas, um misto de religioso e profano, o que ainda hoje acontece. A festa cresceu, propagou-se e está inserida no mercado cultural.

As sociedades produzem suas histórias, representações, imaginárias e tudo que possa lhe atribuir uma identidade. Por exemplo, o bumba-meu-boi e seus sons característicos, como o bater de uma matraca, uma zabumba, um instrumento de sopro, remete aos maranhenses sons familiares que comungam, estabelecendo uma conexão.

A rigor, todas as sociedades, ao longo de sua história, produzem suas próprias representações globais: trata-se da elaboração de um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros. Seriam, pois, representações coletivas da realidade, e não reflexos da mesma. (PESAVENTO, 1995, p.16)

O fazer etnográfico se consolidou, progressivamente, com procedimentos técnicos que permitiram produção de saber imprescindível, principalmente, às ciências sociais. A partir de processos interativos vividos no arraial, pude perceber e analisar as formas dos habitantes, suas experiências que se aglutinam na noite junina, estabelecendo territorialidade e identidades.

ETNOGRAFANDO: ESCUTAS E DINÂMICAS NA FESTA

As festas juninas possuem símbolos que representam este período, sendo a fogueira, as quadrilhas, os santos juninos, o bumba-meu-boi, as comidas típicas e, apresentações de grupos folclóricos, espetáculos e cenários que representam as relações sociais que proporcionam valores simbólicos concebidos no espaço social e cultural na cidade de São Luís.

Para a realização deste trabalho, recorri à etnográfica que proporcionou aproximação com os meus iguais, fazer parte do texto etnográfico, descrever imagens, sentidos, saber onde procurar e olhar, além da observação participativa direta, para coleta de dados e informações pertinentes sobre a dinâmica cultural, significativa na contextualização social, dentre as quais são produzidas, recebidas e compartilhados símbolos que permeiam o imaginário do que é identitário “ludovicense/maranhense”.

Com uma abordagem qualitativa, baseada em registros áudio visual, utilizando-se de relatos dos transeuntes e impressões. Esses dados serviram para a compreensão da dinâmica espacial e cultural da festa de São João. Com a observação direta, tenho o privilégio de investigar os saberes e práticas na vida social, como também cultural dos ludovicenses, o qual me inclui. Assim, inicio a etnografia.

É noite, por volta das 22h00, sábado, o arraial, local das diversas apresentações de manifestações culturais, o local está lotado de pessoas, cores e sons. A lua está cheia e com ela as cores brilham mais, as pessoas parecem felizes transitando, uma profusão de sons que enchem o local. Eles parecem uma confusão a primeira vista, coloco-me a aguçar a escuta e esse exercício vai me possibilitar identificar e interagir. Neste momento me senti Malinowski (1976) estar junto ao objeto, caso aqui, pessoas, mesmo sendo nativa, fui “aprendendo-fazendo”, estranhando o conhecido, me reconhecendo no outro.

Começo minha jornada com o olhar, a observação do local e das pessoas em volta. A inspiração teórica e metodológica vem de Rocha & Eckert (2013) que descreve a cidade e seus transeuntes e relação do ser eu com o Outro. Quero registrar o máximo de informações e em um impulso natural ou condicionado, pego o celular e gravo os sons, depois um pequeno vídeo e finalizo com fotos. Guardo o celular e começo a caminhar entre a multidão que só cresce e com ela, os sons aumentam, se diversificam. Identifico crianças, músicas regionais, cheiros de bombinhas juninas e muitas vozes.

Os sons, as pessoas, os signos que percebo me traz significados e ao mesmo tempo me passa uma sensação de estranhamento e de singularidade, com os gestos, rituais que fazemos para chegar até um local de apresentação de brincadeira juninas imbricado de identidades que foram construídas ao longo do tempo e com as culturas que tivemos contato. As festas juninas requerem um planejamento que vai desde a escolha, compras de roupa e adereço característicos deste período ao local (arraial) à programação das manifestações que ali se apresentarão.

Daí por que os rituais servem, sobretudo na sociedade complexa, para promover a identidade social e construir seu caráter. É como se o domínio do ritual fosse uma região privilegiada para se penetrar no coração cultural de uma sociedade, na sua ideologia dominante e no seu sistema de valor. (DA MATTA, 1997, p. 29).

Observo, em volta, percebo cabelos enfeitadas com adereços típicos do período juninos, chapéus ricamente bordados, laços e mini chapéu na cabeça de mulheres e crianças, com suas roupas coloridas com motivos juninos, geralmente, remetendo ao bumba-meu-boi. As pessoas caracterizadas já não me chamam atenção, as que não estão no clima de São João, sim, no sentido de não estão vestidas a caráter, seja uma camisa quadriculada ou um adereço nas mãos como uma matraca. Percebo que estou categorizando as pessoas e volto para os sujeitos indumentarizados.

Por um instante, pensei nessas pessoas que escolheram as roupas, adereços, agenda para ver o que e em qual local determinada brincadeira vai se apresentar, arrumaram da mesma forma as crianças para se parecerem com os adultos. Olho para mim mesmo e sorrio, pois eu fiz todas as etapas descritas para estar ali e ser mais uma na multidão, vivenciando a noite de São João, ritos e rituais compartilhados, naturalizados.

Em um local estratégico, está um grande palco que recebe as brincadeiras, como são chamados os grupos folclóricos, que vão das quadrilhas juninas, cacuriá (nasceu do tambor de crioula e só existe em terra maranhense), dança portuguesa e outras, mas sem dúvida, o bumba-meu-boi é a atração mais aguardada nos locais que ocorrem à festa junina. Na programação, esses grupos aparecem em maior quantidade e arrasta uma multidão que vem apreciá-los.

Direciono, novamente, para o palco e o apresentador, locutor ou animador usa expressões corporais para animar o público, sua roupa se confunde ou mescla-se de um palhaço de circo com uma pitada de bom humor com tecidos coloridos, chapéu que remete à familiaridade das brincadeiras juninas. No intervalo de uma apresentação e outra, ele chama a criançada, faz perguntas, interage com o público e anuncia que tal brincadeira já está no terreiro ou arraial, conta sobre algumas curiosidades da cultura local para os turistas, pergunta quem é turista para levantar a mão e apresentarem, assim, o locutor animador de público faz todas as noites juninas.

Quando o grupo chega a subir no palco, a voz do locutor muda, vai anunciar um espetáculo: “respeitável público, agora, no nosso palco, nosso arraial, encontra-se o grupo”. E, assim, com aplausos se inicia mais uma apresentação de um grupo. Essa performance é revelada a cada nova apresentação, um verdadeiro espetáculo encenado.

Assisto a brincadeira que está se apresentando, após o término volto a percorrer o local. Os sons que ouço próximo de mim são de pessoas conversando, às vezes falando alto, esta tocando um som de um boi muito conhecido, algumas pessoas cantam, outras dançam e crianças por todos os lados se divertindo. Neste território tão conhecido, me reconheço como pesquisadora, nativa, como afirma Rocha & Eckert (2008, p. 8) “o momento de descoberta do Outro, mas onde o pesquisador faz sempre um retorno a si mesmo porque ele também se redescobre no Outro”.

São Luís, centro urbano cresce em número de pessoas carros, empresas e tudo gera uma área urbana industrializada, mesmo assim, a tradição ligada aos festejos juninos e outros momentos festivos, religiosos se sobressaem ao individualismo, demonstrando, a força da cultura popular e de uma identidade constituída no imaginário coletivo, onde os ritos, sons e sensações são compartilhados. Os grupos, a comunidade se junta para prestigiar sua brincadeira que representa um território, o seu lugar.

O individualismo moderno, metropolitano, não exclui, por conseguinte, a vivência e o englobamento por unidades abrangentes e experiências comunitárias. Permite e sustenta maiores possibilidades de trânsito e circulação, não só em termos sociológicos, mas entre dimensões e esferas simbólicas. (VELHO, 2013, p.27).

A partir da etnografia vou traçando características, comportamentos sociais e análise das interpretações colhidas a partir das ações humanas sem, contudo, inferir valores, conceitos abrangentes ou categorizações. Quero demonstrar uma perspectiva da sociedade ludovicense em movimento e de certa forma, uma coesão em um espaço cultural. E desta forma “descrever a cidade, sob ponto de vista, é conhecê-la como *locus* de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende” (ROCHA & ECKERT, 2013, p.2). E assim, continuo.

O locutor/apresentador anuncia a próxima atração que está chegando ao arraial e há certo alvoroço, pois se trata de um bumba-meu-boi de matraca, conhecido, que arrasta multidões vai se apresentar dentro de alguns instantes. As pessoas vão se aproximando do palco, outras se levantam das cadeiras para visualizar o grupo no palco. Algumas pegam suas matracas³, as batem, como se estivessem afinados, testando ou ansiosas para se unir a percussão do grupo. Parecem que foram ensaiados e só percebo essas ações por estar “de fora”, focalizando os eventos, padrões e processos complexos sociais.

A preparação de um grupo adentrar o palco e iniciar o espetáculo geralmente demora, faz parte do ritual, mas ninguém tem pressa, a noite tem muitas outras apresentações, além do mais, é São João. Os grupos podem chegar uns cedo, outros não, assim, um atrasa o outro e já virou certa “tradição”. A noite prossegue.

Percebo que os sons mudam, percebo um som de euforia, certo corre-corre, olhares se voltam para o mesmo campo de visão. Isso só pode significar uma coisa: chegou o grupo de bumba-meu-boi. Um batalhão pesado⁴, um grupo de matraca. O arraial fica mais lotado

³ As matracas são dois pedaços de madeiras de tamanhos que variam que dá nome ao sotaque de bumba-meu-boi, matraca ou ilha e o que motiva os fãs de cada boi a engrossarem a massa sonora de cada “Batalhão” ou grupo.

⁴ A expressão “batalhão pesado” no bumba-meu-boi, significa que são aguerridos, estão sempre prontos para a batalha. Sua linguagem expressa valentia e poder. Consideram-se fortes e destemidos, são verdadeiras fortalezas. Possui muitos seguidores por onde passa com suas matracas, arrasta uma multidão.

com os seguidores do boi e o público se junta a eles, sem dúvida, a cena me é familiar. Com a etnografia colho informações sobre as pessoas e o lugar, tornando-as disponíveis a outros pesquisadores de uma forma prática. Faço anotações no diário de campo e prossigo.

Com a chegada do bumba-meu-boi de matraca⁵, os olhares se voltam para a brincadeira que inicia seu ritual de entrada, lenta, se posicionando sem muita pressa e o público também, chegam mais próximo do placo, seguram seus celulares para registrar mais este momento. E acima de tudo, seguram suas matracas, de tamanhos variados. Agora os sons do público e do boi faz lembrar-me babel, mas aqui os sons serão abafados pelos sons do grupo que irá se apresentar. O público sabe a hora de calar e apreciar o espetáculo. As incursões e impressões continuam.

Enquanto o grupo se organiza para iniciar sua apresentação, volto-me para os cheiros das bombinhas, de estalo ou que explodem foguetinhos e outros artifícios que estão por todos os lados com a criançada, lembranças são acordadas com o cheiro da pólvora, a fumaça, as crianças rindo, correndo e brincando. Essa imagem se repete a cada ano nos arraiais espalhados pela cidade de São Luís, as crianças são um espetáculo a mais nas noites juninas, seja apenas brincando ou sendo brincante⁶.

Os sons das crianças me chamam atenção, mas um apito, um maracá me faz desviar os olhares e minha escuta tão familiar. O apito do cantador inicia. Vai começar o espetáculo popular de uma apresentação de um boi, de matraca ou da ilha, tudo parece orquestrado. Parece que os sons diversos sumiram ou ficam abafados, os olhares se voltam para o grupo que esta no chão, não ocupa todo o palco, apenas os cantadores e uns percursionistas, índias e caboclo de pena, como o batalhão pesado que seja deveras grande média de 200 pessoas.

A escuta no arraial continuam, mas o bumba-meu-boi toma de conta de quase tudo, o cheiro e o calor da fogueira ardendo em chamas para afinar os instrumentos, os pandeirões, crianças correndo no palco ou seus pais as levantando para ver a apresentação, alguns do público trazem sua matracas que são pedaço de madeira, parecem ansioso para começar a entoar o som tão característico e familiar. Esse ritual de quando vai iniciar uma nova apresentação, artistas populares e o público, sabe bem desempenhar o seu papel.

O grupo de bumba-meu-boi encerra a noite no arraial. As pessoas tem pouca pressa em ir embora. As barracas ainda estão lotadas do público, mas consigo finalmente uma mesa e cadeiras, a qual me senta e fica a observar o fim de mais uma festividade junina daquela noite. O clima de festividade ainda paira no local, o som de músicas regionais de bumba-meu-boi ainda insiste em tocar. O rito de falar, sorrir, fazer pose para fotos persiste. Os cidadãos aproveitam até o último minuto.

Os brincantes da ultima apresentação, ou seja, o boi de matraca ainda está no local e o público ainda aproveita para tirar fotos com os adereços dos brincantes, como chapéus, cocais. Crianças cansadas, dormindo ou ainda brincando. A lua no alto, as bandeirinhas ao

⁵ O sotaque de matraca ou da ilha possui este nome por ter surgido na Ilha de São Luís. É também chamado de matraca por seus integrantes usarem as duas peças de madeira conhecidas como matraca. É considerado o sotaque mais aglutinador de pessoas sem distinção de localidade, o que importa é bater “matracas” e por algumas horas, todos são iguais, são matraqueiros.

⁶ A expressão brincante refere-se ao indivíduo que brinca, participam de algum grupo cultural, principalmente os que se apresentam no período junino.

sabor do vento. Sinto uma espécie de cartase não da tragédia, mas da alegria e das sensações ali vivenciadas.

À noite no arraial esta se findando, são 02h45m, o último grupo se apresentou, o público se juntou a ele, o bumba-meu-boi foi aplaudido, reverenciado e se despediu. A multidão aos poucos vai se dispersando, mas sem pressa. As famílias com crianças são as primeiras a irem embora. Os jovens continuam a encher o local de risos, conversa e a música continua tocando em algumas barracas. A sensação é de que muitos ali não querem que a noite, a festa acabe. Contrariamente do que pretendiam a noite no arraial se finda. Vou embora e levo a experiência etnográfica e registros sonoros e visuais.

Portanto, as experiências humanas cotidianas que relatei e refleti no universo das manifestações culturais da cidade de São Luís, percebi como a festa junina traz não somente aos brincantes e brincadeiras um ritual, um comportamento e o uso de indumentárias, mas como público, nativo que vive a experiência de noites juninas como se tivéssemos ensaiado e cada um sabe seu papel a desempenhar. Ao etnografar essa dinâmica urbana/cultural conseguiu produzir a “realidade” com a experiência de campo, reflexos do “Eu” e do “Outro”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O São João no Nordeste é considerado um fato social. Em São Luís, este período é planejado, promovido e aguardado pelos fazedores de cultura e comunidade em geral. Propus uma análise etnográfica dos nativos maranhenses que de uma forma “inconsciente” quase “orquestrada” se organizam e compartilham o espaço social - o arraial.

Muitos pesquisadores se debruçam sobre a cultura popular maranhense, principalmente o que tange a participação do público nas apresentações dos grupos de bumba-meu-boi, a construção simbólica e os sentidos dos espetáculos. Assim, este artigo adentra no espaço das brincadeiras e do público, interagindo com o familiar partir da etnografia, inovando olhares sobre sujeitos e comportamentos.

O olhar e a escuta propiciaram ver gestos, hábitos de natureza social coletiva. O visível que não é percebido. E se o é, não há reflexões ou busca dessa formação que caracteriza pessoas, cidades e regiões. E assim, temos a intenção, de contribuir para a compreensão das práticas sociais.

As festas juninas possuem símbolos que representam este período, como a fogueira, as quadrilhas, os santos juninos, o bumba-meu-boi, as comidas típicas e, apresentações de grupos folclóricos, espetáculos e cenários que representam as relações sociais que proporcionam valores simbólicos concebidos no espaço social e cultural na cidade de São Luís.

Para a realização deste trabalho, recorri à etnografia que proporcionou observação participativa direta, para coleta de dados e informações pertinentes sobre a dinâmica cultural, significativa na contextualização social, dentre as quais são produzidas, recebidas e compartilhados símbolos que permeiam o imaginário do que é identitário “ludovicense/maranhense”.

Com uma abordagem qualitativa, baseada em registros áudio visual, utilizando-se de relatos dos transeuntes e impressões. Esses dados serviram para a compreensão da

dinâmica espacial e cultural da festa de São João. Com a observação direta tenho o privilégio de investigar os saberes e práticas na vida social e cultural de meus pares - ludovicenses.

Espero que o presente trabalho possa contribuir para uma análise sobre cultura popular, construção de representações da sociedade e diálogo da História com a Antropologia produzindo novos olhares na produção de conhecimento. Dessa maneira, demonstrei o momento de festa, a sociabilidade e familiaridade sem, contudo, sem pretensões de escrita rebuscada e intenções cientificista, mas uma proposta de representatividade de uma “realidade” de ações sociais rituais.

Com as inserções realizadas em campo constatamos o universo sócio cultural e simbólico que remete a identidades e territórios que se sobrepõe nas festas juninas. A partir da festa junina, foi possível descrever sons, cheiros e percepções que a festa causa nos ludovicenses. As descobertas do outro refletiram em mim, pois também fui afetada no estudo, algumas vezes me vi refletida nas experiências e tive que manter um estranhamento que fosse possível transmitir e repassar as festividades locais.

Diante da dinâmica das festas e dos espaços transformados, para tal finalidade adquirir formato de espetáculos, atraindo grande número de público. Nas incursões, no local, percebi as barracas lotadas, famílias, amigos, desconhecidos se aglomeram, sons, conversas que giravam em torno das festas juninas, dos grupos que irão se apresentar e da expectativa de ver esse ou aquele grupo de preferência. Conheço e compartilho as experiências relatadas, com a pesquisa junto aos meus iguais posso desvendar e situar o meu “Eu” em relação ao “Outro” no espaço citadino.

Ao observar a cidade, as pessoas e situações constata sua ambiguidade, territorialidade definida, tensões e pontos de coesão. “Assim, o ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com a população com as quais cruzamos nas ruas” (ROCHA & ECKERT, 2013, p.5). Os sentidos foram aguçados, não só a escuta, mas o olfato.

Os cheiros... As comidas típicas deste período festivo como o arroz de cuxá, torta de camarão, de caranguejo, peixe frito e outras delicias culinárias que atraem as pessoas para as barraquinhas, estabelecendo um ponto de encontro. Sentidos que nos remetem a memória, sistemas de pensar e de agir de sociedades.

Os resultados da pesquisa foram uma experiência única enriquecedora no sentido que a sociedade ludovicense se traduz em uma gama de processos históricos refletivos na cultura. Com padrões e sujeitos sociais de consequências políticas, arranjos e obstáculos que impõem estratégias de aproximação, caso as festas juninas. Finalizando, o objetivo foi alcançado, a objetividade tanto quanto da subjetividade, foram pautados e presentes. Espero que sirva para outros pesquisadores aprofundarem nas lacunas e discussões.

CONCLUSÕES FINAIS - A NOITE ACABA NO ARRAIAL

É sabido que a humanidade celebra há centenas de anos os seus ritos de passagem, relembra as suas datas festivas sagradas, profanas e de agradecimento. As narrativas, em sociedades complexas e suas celebrações, permanecem e renovam-se, como também são incorporadas, fazendo parte da formação da sociedade, caso, as festas juninas em São Luís.

A proposta deste artigo foi à narração etnográfica de escutas em um arraial para discutir como os festejos juninos são compartilhados e comungados pelos nativos maranhenses, desta forma consegui me deslocar da e na cidade que vivo para observar as representações dos sujeitos em sociabilidade, territorialidade e cultura. Diante do universo territorial do arraial, foi constada a imagem compartilhada “Eu” no “Outro”.

A pesquisa refletiu também as datas comemorativas, a festa tem significados no imaginário e na vida em sociedade. Como nativa, tive a oportunidade de aproximação do objeto e interagir na multidão, identificando nela registrando esta experiência em fotos, áudios e impressões. Como exemplo, ao adentrar em uma barraca experimentando a ambiência e multi situações ali existentes.

Embora pesquisadora familiarizada com este deslocamento na cidade – o arraial encontrou diálogos, cumplicidade, interação entre a antropóloga e a nativa. Todavia, o trabalho se limitou a narrar os acontecimentos, sem julgamentos e análise mais profundos acerca de seguimentos e segregações sociais dentro do espaço pesquisado.

As construções do imaginário, da representação podem surgir manipulações das tradições, do cotidiano e forjar mitos, crenças e símbolos não diminuem a importância agregadora de sentidos e identidades. Também códigos compartilhados em “palcos e papéis sociais” que dinamiza o sistema chamado sociedade.

No geral, conclui-se que o objetivo deste trabalho que foi alcançado porque ele conseguiu mostrar a sociabilidade e ritos compartilhados nas festividades do São João do Maranhão. Além de ilustrar acontecimentos cotidianos com a objetividade científica, refletindo sobre a cultura e sociedade humana. Consegui transformar meu status de nativa, alterando a relação de sujeitos para transformar a incursão realizada, inseri-la no jogo social dando-lhe sentido.

Portanto, o espaço do arraial configura-se pela representação simbólica e as relações de sons coma apropriação dos espaços/arraial e as práticas sociais ali compartilhadas. No entanto, não afirmamos que os sujeitos que compartilham comportamentos e gostos parecidos, operem coerência e unidade. O que torna essa etnografia rica é justamente o universo complexo de possibilidades.

Por fim, espera-se que a presente análise possa oferecer novos paradigmas para reinterpretar indivíduos e suas formas de sociabilidades. E que a arte e ouvir, escutar forneçam diálogos de conhecimento da vida de sujeitos modernos e suas experiências culturais.

REFERÊNCIAS

1. ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Dinâmicas do Bumba meu boi maranhense: classificação em “sotaques” e participação do público. *Revista Olhares Sociais – PPGCS – UFRB*. Vol. 02, nº 02, 2013.
2. AZEVEDO NETO, Américo. *Bumba-meu-boi no Maranhão*. São Luís, ALUMAR, 1999.
3. DA MATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociedade um dilema brasileiro*, 6ª edição, Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

4. HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade?* In Silva, Tadeu Tomaz da (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009, 9^o edição, p.103-133.
5. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTISTICO NACIONAL. *Complexo Cultural do Bumba-Meu-Boi do Maranhão: Dossiê do Registro como Patrimônio Cultural do Brasil*. SÃO LUIS: IPHAN. 2011. p.15 – 110.
6. MALINOWSKI, Bronislaw C. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Tradução Anton P. Carr. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
7. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginado o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo. v 15, n^o19, p. 9-27, 1995.
8. ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. *Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre: Marcavisual, 2013.
9. _____. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. *RUA*, v. 16, n. 1, p. 121-145, 10 jun. 2010.
10. _____. Etnografia: saberes e práticas. *Revista Iluminuras*, v. 9, n. 21, 2008.
11. THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, 9^o edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
12. VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologias das sociedades complexas*, 3^a edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

Cocoicultura brasileira: relevância socioeconômica do óleo de coco na área alimentícia, cosmética e farmacológica¹

razilian coconut culture: socioeconomic relevance of coconut oil in the food, cosmetic and pharmacological areas

Simone Regina Alves de Freitas Barros⁽¹⁾ ; Ana Lídia Soares Cota⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0353-8546>, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes. E-mail: simone.barros@souunit.com.br

⁽²⁾ ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8220-7846>, Professora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas Centro Universitário Tiradentes. E-mail: ana.cota@uol.com.br

ABSTRACT: The coconut tree is considered a multi-functional plant, virtuous by the range of products that can be explored. This fact led to its worldwide recognition as a vital plant resource for all of humanity. The present work aims to carry out an informative cut on coconut farming and, from an approach with a global and, occasionally, national approach, to highlight the socioeconomic importance arising from the coconut oil by-product in the food, cosmetic and pharmacological areas. In the course of the analysis, the recent National Policy to Encourage Brazilian Quality Coconut Culture stands out, which aims to raise the quality, productivity, competitiveness and sustainability of the national product. Method: This is a narrative review of the literature without a time frame. The material collection process was carried out in a non-systematic way from May 2020 to July 2020. Scientific databases were searched, such as: Scielo and Google Scholar. Results: Studies reveal that, as a cosmetic, it is considered one of the most noble beauty oils. In the food industry, it is a bioactive component that, together with several foods, acts to maintain health and reduce the risk of diseases. While in the pharmacological area it has an action that helps to increase energy levels and reduce abdominal fat, it focuses on the prevention of obesity, increases the general antioxidant capacity of the body, reduces cholesterol and triglyceride levels and also acts as an excellent modulator. of the immune system. Conclusion: Thus, the importance of the coconut oil by-product in the socioeconomic and cultural interface of Brazilians is remarkable.

KEYWORDS: Economy. Society. Culture. Coconut tree.

INTRODUÇÃO

O coqueiro tem sua origem no sudeste asiático, em ilhas que se localizam entre os oceanos Índico e Pacífico. É uma monocotiledônea das regiões tropicais pertencente à família Palmae e à subfamília Cocoidae. Possui mais de 300 ecótipos e duas variedades principais: a Typica (coqueiro-gigante) e a Nana (coqueiro-anão) (ALVES et al., 2018; PASSOS et al., 2007; FARIAS NETO et al, 2009; MARTINS, 2011). O coqueiro chegou ao

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap11

Brasil vindo do Arquipélago de Cabo Verde nos anos 1550 e seguintes. É chamado algumas vezes por coco-da-baía por ter sido o estado da Bahia o pioneiro na cocoicultura brasileira. O país possui cerca de 280 mil hectares cultivados com coqueiro distribuídos em quase todo o território nacional, apresentando uma produção próxima de dois bilhões de frutos (SILVA, 2014).

A Indonésia, as Filipinas e a Índia, principais produtores mundiais, detêm 72,4% da área e 72,5% da produção mundial. O Brasil encontra-se na quarta colocação com apenas 2,6% de área cultivada, mas, em contrapartida, participa com 15,3% da produção mundial em virtude de sua elevada produtividade em comparação aos três principais produtores (BRAINER, 2018).

Na última década, o cultivo mundial do coqueiro registrou acréscimo na produção. Atualmente, a área mundial colhida com coco alcança cerca de 12 milhões de hectares, produzindo aproximadamente 61,1 milhões de toneladas. O maior produtor mundial de coco é a Indonésia, seguida pelas Filipinas, que possui a maior área plantada, e, depois, pela Índia, terceiro país em produção e em área plantada. Essas três nações são responsáveis por 72,6% da área plantada e por 72,8% da produção mundial (BRAINER, 2018).

Dentre os maiores produtores mundiais, o Brasil é o país que possui a maior produtividade (cerca de 10.863 kg/ha). Esse índice decorre da tecnologia empregada na cultura, a exemplo da condução e do manejo dos coqueirais, sistemas intensivos de cultivo e variedades melhoradas do tipo anão e híbrido. Essas variantes da planta não apenas promoveram o aumento da produtividade como, também, propiciaram a expansão do cultivo para lugares onde não havia essa tradição (MARTINS; JESUS JÚNIOR, 2014).

O aumento da produção mundial no período (2010 a 2017) foi mais em função do aumento de área nos principais produtores mundiais, visto que houve decréscimo dos seus rendimentos, com destaque para as Filipinas que, em 2014, teve vários coqueirais devastados por um tufão, acarretando a queda de produção e produtividade (BRAINER, 2018).

A Região Nordeste é a principal produtora nacional de coco, cuja posição foi conquistada desde a introdução do coqueiro no País e que ainda vem se mantendo, devido às condições edafoclimáticas favoráveis nas zonas litorâneas. Nessa Região concentram-se 82,9% da área colhida de coco do Brasil e 74,0% de sua produção.

Vale salientar que, na década de 1990, a Região Nordeste participava com 92,6% da área colhida de coco no Brasil, percentual que foi caindo à medida que o cultivo de coco foi se expandindo para outras regiões sem tradição de cultivo e com características de produção diferenciadas daquelas empregadas nos primeiros plantios, nas regiões litorâneas do Nordeste (BRAINER, 2018).

A expansão do coqueiro para outras regiões se deu em função de uma crescente demanda por água de coco e conseqüente elevação de seu preço. Esse fato gerou uma grande mudança na cultura do coqueiro no Brasil, a partir da modernização do seu processo produtivo, com utilização intensiva de insumos, de tecnologia, implantação de grandes projetos em perímetros irrigados e utilização da variedade de coqueiro Anão Verde, ampliando a produção e a produtividade por área plantada (BRAINER, 2018).

Atualmente, a área brasileira ocupada pela cultura é de 215,7 mil hectares, com a produção alcançando o total de 1.562 milhões de frutos anuais. Nos últimos anos, a produção

brasileira vinha se mantendo em torno de 1.900 milhões de frutos, vindo a cair a partir de 2015, principalmente em função do déficit hídrico ocasionado pelas frequentes secas ocorridas na Região Nordeste. Entre 2016 e 2017, a queda de produção foi de 11,6%, perda equivalente a 205 milhões de frutos (BRAINER, 2018).

Embora a expansão da cocoicultura no Brasil venha surpreendendo com os plantios em regiões não tradicionais, a exemplo do semiárido nordestino, do Centro-Oeste e até do norte do Paraná, observa-se o seu predomínio na região litorânea nordestina. Dentre os 10 maiores estados produtores de coco do Brasil, 7 estão da região Nordeste. A liderança da produção é do estado da Bahia (MARTINS; JESUS JÚNIOR, 2011).

Entre os anos de 2016 e 2017, todas as regiões tiveram suas áreas de colheita reduzidas. Esse fato foi observado, sobretudo a Região Nordeste, onde a perda foi seis vezes maior que as demais regiões conjuntas. O decréscimo atingiu 16 mil hectares a menos, e grande parte dessa área decorreu da escassez hídrica que ainda perdura na Região. O rendimento da cultura também caiu de 6.962 para 6.463 frutos/ha (-7,2%), gerando um prejuízo de 200 milhões de frutos em apenas um ano (BRAINER, 2018).

Além dos problemas climáticos, a baixa produtividade dos coqueiros na Região Nordeste é conseqüência de fatores relacionados à variedade de coco explorada e ao nível tecnológico empregado especialmente nas regiões litorâneas. Nessas áreas, ainda predomina o sistema de cultivo semi extrativista, ao que se alia a baixa fertilidade do solo e a ausência de otimização das práticas de manejo cultural. A variedade plantada, em sua maioria, é de coqueiro gigante, que se destina à produção de coco seco, produto com baixos preços no mercado e, por conseguinte, com mínima remuneração ao produtor (MARTINS; JESUS JÚNIOR, 2014).

Vale ressaltar que as importações de coco e seus derivados, além de naturalmente promoverem a evasão de divisas, proporcionam ainda a desestruturação da cocoicultura nacional em razão da queda de preço do produto no mercado interno, remunerando menos o produtor que ora defronta a alta dos custos de produção dada a natural vinculação aos insumos internacionais (BRAINER, 2018).

O coqueiro é considerado uma planta de múltiplas funcionalidades, virtuosa pela gama de produtos que podem ser explorados. Esse fato levou ao seu reconhecimento mundial como um recurso vegetal vital para toda a humanidade. Encontra-se difundida em praticamente todos os continentes e esta distribuído em mais de 200 países diferentes, sendo a sua incidência geográfica predominante entre os paralelos 23°N e 23°S (FOALE; HARRIES, 2009). Os cultivos de coqueiro em muitos países do mundo destinam-se à comercialização da copra (polpa seca) para produção de óleo e coco desidratado. No Brasil, os cultivos destinam-se à produção de coco seco *in natura*, coco ralado, leite de coco, óleo de coco e outros, derivados do coco seco; e água de coco, a partir do coco verde (BRAINER, 2018).

Contudo, o potencial de aproveitamento do fruto coco é de 100% e interessa a diversas áreas, desde a questão energética, aplicáveis à obtenção do biodiesel do coco, perpassando pela utilização da fibra do coco como reforço em compósitos com plástico viável para minimização do impacto ambiental e social e chegando a um dos seus usos mais proeminentes que é a área alimentícia e finalmente aparece com potencial para expansão desenvolvimento de cosméticos (SAMPAIO; FERREIRA; JUIZ, 2019).

Em escala mundial, o cultivo do coco ora apresenta produtividade descendente e estimada numa média de 4.952 kg/ha. Esse fato decorre possivelmente da forma de exploração da cultura, predominante extrativista e realizada por pequenos produtores que não dispõem de muitos recursos para o incremento dos necessários níveis tecnológicos.

No Brasil, o cultivo do coqueiro se destaca da realidade observada em muitos países não só pelos aspectos econômicos que proporciona, mas, e, sobretudo, pelos ganhos sociais e ambientais advindos da exploração sustentável da cultura. O avanço de técnicas e o cultivo adequado vêm possibilitando, principalmente em agroecossistemas frágeis como o das regiões de Mata Atlântica e zonas litorâneas, a inserção de pequenos produtores e uma sensível melhoria das condições de vida (BRAINER, 2018; SIQUEIRA et al., 2002; ARAGÃO et al., 2010). Vale ressaltar que cerca de 90% da produção de coco do mundo advém de pequenos agricultores - assim definidos aqueles que atuam em áreas de até 5 hectares-, sendo que esta produção é praticamente consumida internamente nos países produtores. No Brasil, a situação destoa ligeiramente dessa realidade já que cerca de 70% da exploração de coqueiro ocorre em propriedades com até 10 ha (SIQUEIRA; ARAGÃO; TUPINAMBÁ, 2012).

Avanços significativos perante cocoicultura brasileira foram percebidos nos últimos 30 anos com o crescimento expressivo da produção, passando de aproximadamente 477 mil toneladas em 1990 para um total estimado de 2,8 milhões de toneladas atualmente (ALVES et al., 2018). A exploração do cultivo do coco apresenta uma grande evolução na maioria dos estados brasileiros. Entretanto, a Região Nordeste continua sendo a maior produtora do Brasil, com 82,9% da área e 74,0% da produção nacional (BRAINER, 2018). O valor da produção anual chega a R\$ 1,13 bilhão e, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cada hectare da cultura gera em média três empregos diretos e, por sua vez, cada emprego direto gera outros quatro indiretos, de forma que os 234 mil hectares cultivados empregam diretamente 700 mil pessoas e indiretamente outras 2,8 milhões de pessoas (BRAINER, 2018; CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018). Pela importância socioeconômica da cocoicultura no Brasil e em razão da necessidade de que sejam promovidos novos investimentos – capazes de propiciar os necessários avanços tecnológicos, em 2018 foi instituída a Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade através da apresentação do Projeto de Lei nº 10.778, que tem por objetivo elevar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade da cocoicultura brasileira (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

O presente trabalho tem como objetivo realizar um recorte de caráter informativo sobre a cocoicultura e, a partir de uma abordagem com enfoque mundial e, pontualmente, nacional, sobrelevar a importância socioeconômica advinda do subproduto óleo de coco nas áreas alimentícia, cosmética e farmacológica. Destaca-se, no transcurso da análise, a recente Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura Brasileira de Qualidade. Assim dada à relevância da cocoicultura, o presente estudo justifica-se pela lacuna encontrada na literatura nacional, uma vez que o conhecimento aqui gerado subsidiará o compromisso social do monitoramento da Política Nacional de Incentivo à Cocoicultura de Qualidade.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo é uma revisão narrativa. Para Rother “os artigos de revisão narrativa são publicações amplas apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual”. São textos que constituem a análise da literatura científica na interpretação e análise crítica do autor. A despeito de sua força de evidência científica ser considerada baixa devido à impossibilidade de reprodução de sua metodologia, as revisões narrativas podem contribuir no debate de determinadas temáticas, levantando questões e colaborando na aquisição e atualização do conhecimento em curto espaço de tempo (ROTHER, 2007).

O processo de coleta do material foi realizado de forma não sistemática no período de maio de 2020 a julho de 2020. Foram pesquisadas bases de dados científicas, tais como: *Scielo e Google Acadêmico*. O banco de dados foi sendo complementado com materiais indicados por especialistas na temática. Por fim, estes materiais foram lidos na íntegra, categorizados e analisados criticamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

a) Óleo de coco: na indústria dos cosméticos

No final do século XX, a indústria dos cosméticos apresentou um grande crescimento por conta do perfil de consumidores cada vez mais exigentes com cuidados com a beleza e a saúde (NEVES, 2008; SAMPAIO; FERREIRA; JUIZ, 2019). O Brasil era o terceiro país do ranking do consumo mundial de beleza e higiene, mas caiu para a quarta posição em razão da crise econômica, ficando atrás dos EUA, China e do Japão. Mas o setor avança apesar da queda no ranking mundial, a indústria de higiene e beleza brasileira cresceu mais que a economia do País nos últimos anos. Em 2017, o setor registrou um faturamento de 102 milhões de reais em 2017, uma alta de 3,2% em relação a 2016 (99 milhões de reais). Para 2018, a expectativa é de um aumento de 3,8%, atingindo uma receita 106 milhões de reais. No ano passado, o PIB brasileiro cresceu apenas 1% (REVISTA VEJA, 2018).

O coco possui propriedade altamente hidratante e esse fator propicia o desenvolvimento de produtos cosméticos para o cuidado com a pele, especialmente pela alta concentração de ácido láurico, um tipo de ácido graxo com propriedades antissépticas, eficientes no combate de micro-organismos que causam doenças de pele. Além disso, a polpa é tradicionalmente conhecida por suas propriedades hidratantes e umectantes. Do coco é extraído um óleo que é comumente utilizado para a produção de sabonetes, cremes e sabões (SAMPAIO; FERREIRA; JUIZ, 2019).

O óleo de coco também é considerado um dos óleos de beleza mais nobres e, por ser natural, ainda tem a vantagem de não conter aditivos químicos indesejados como a maioria dos cosméticos convencionais. Não existem números que deem a real dimensão do mercado de cosméticos naturais, orgânicos, veganos e sustentáveis no Brasil, mas alguns estudos reforçam que esse mercado, apesar de ainda pouco expressivo, tem um potencial de crescimento surpreendente. Segundo relatório da Grand View Research, o mercado

global orgânico de cuidados pessoais deverá atingir US\$ 25,11 bilhões até 2025 (REVISTA COMESTIC INNOVATION, 2018; SAMPAIO; FERREIRA; JUIZ, 2019).

b) Óleo de coco: na indústria alimentícia

O óleo de coco ser considerado um alimento tradicional em países tropicais. Estudos com dietas nativas com alto consumo de óleo de coco mostram que a população que o consome geralmente está em boa saúde. O óleo é conhecido por ter efeitos antivirais e antibacterianos e excelentes propriedades curativas. É uma imitação da natureza da gordura do leite materno humano e, portanto, usada em fórmulas infantis (GOPALA et al., 2010; ARAÚJO et al., 2020).

As propriedades do óleo de coco são únicas, como sabor suave, odor agradável, elevada resistência ao ranço, faixa de temperatura estreita de derretimento, digestibilidade simples e absorvível. Em geral, o ponto de fusão é baixo variando de 23° a 26°C. O óleo de coco contém insaturação a um baixo nível, o que o torna estável para a oxidação (ARAÚJO et al., 2020).

De acordo com a técnica utilizada para a extração da gordura, o óleo pode ter diferentes qualidades, tornando-se possível sua utilização em uma ampla gama de alimentos comestíveis como uma importante fonte de energia, e pode ser incluído para cozinhar, ou como óleo de fritura, encurtamento, margarina e para confeitaria e padaria. Devido à sua palatabilidade, pode ser usado como um substituto para o soro de leite coalhado, queijo e sorvete (ARAÚJO et al., 2020)

O óleo de coco possui componentes bioativos com atividade antioxidante protegendo contra o acúmulo de radicais livres que ocasionam o estresse oxidativo. Esse processo pode alterar gravemente as membranas celulares e outras estruturas, induzindo ao desenvolvimento de doenças crônicas e degenerativas. Os antioxidantes são capazes de interromperem os alvos fisiológicos específicos, modulando a defesa antioxidante essencial para a manutenção da saúde. Um fator de grande importância na modulação do estresse oxidativo é a dieta (PHAM-HUY; HE; PHAMHUY, 2008; BARBOSA et al., 2010; OLIVEIRA; BASTOS, 2011; PRAKUTHI et al., 2014).

Atualmente, existe um crescente interesse dos componentes bioativos aliados aos alimentos, por isso, o óleo de coco apresenta-se como um alimento que pode ser utilizado de várias formas, entre elas, na indústria alimentícia. O mercado potencial para o óleo de coco virgem gradualmente vem sendo reconhecido pelos seus benefícios para a saúde e pelo sabor aplicado ao alimento, conforme apontou um estudo em que 94,1% dos participantes expressaram reconhecimento pelos alimentos preparados com óleo de coco virgem (ARAÚJO et al., 2020).

c) Óleo de coco: na indústria farmacológica

O óleo de coco possui ação farmacológica que auxilia no aumento dos níveis de energia e redução de gordura abdominal; ajudam na prevenção da obesidade; aumentam a capacidade antioxidante geral do organismo; reduzem os níveis de colesterol e de triglicérides e é um modulador do sistema imunológico (SILVA et al., 2007).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que o extrato biológico advindo do coco é

benéfico para o tratamento de feridas, suscitando o seu poder cicatrizante e anti-inflamatório (FARMACÊUTICAS, 2017). As aplicações tópicas de óleo de coco virgem são eficazes na promoção da cicatrização através de uma neovascularização aumentada, da proliferação de fibroblastos, da síntese de colágeno solúvel em pepsina e da renovação de colágeno (SACHS; VON; ASSKALI, 2002; TANGWATCHARIN; KHOPAIBOOL, 2012).

O óleo de coco é composto de ácidos graxos livres (AGL), predominantemente triglicerídeos de cadeia média, com 86,5% saturados, 5,8% monoinsaturados e 1,8% poli-insaturados. Dos ácidos graxos saturados, o óleo de coco é composto por 44,6% de ácido láurico (também presente no leite materno), 16,8% de mirístico e 8,2% palmítico. Embora contenha sete ácidos graxos saturados diferentes no total, esses são os principais. O ácido láurico presente no óleo de coco é conhecido por ter atividade antibacteriana e antifúngica (ALMEIDA, et al., 2012; ARLEE; SUANPHAIROCH; PAKDEECHANUAN, 2013).

Ayurveda é o conhecimento médico desenvolvido na Índia, há cerca de 7 mil anos, o que faz dela um dos mais antigos sistemas medicinais da humanidade. Ayurveda significa, em sânscrito, ciência (veda) da vida (ayur). Continua a ser a medicina oficial na Índia e tem-se difundido por todo o mundo como uma técnica eficaz de medicina tradicional. A medicina Ayurvédica também tem o óleo de coco como ingrediente fundamental para inúmeras preparações medicinais (AYURVEDA, 2020). É sabido que o mercado brasileiro de medicamentos naturais tem investido em cápsulas à base de óleo de coco dentre as principais indústrias estão: Farmacotécnica, Ultrafarma, Nissei, Florata Pharma, Dauf, Bifarma, Farma Viva, Puris e Nature Derme.

O mercado mundial desse grupo de drogas atinge vários bilhões de dólares. Estima-se que 40% dos medicamentos disponíveis na terapêutica atual foram desenvolvidos de fontes naturais: 25% de plantas, 13% de microrganismos e 3% de animais. Somente no período entre 1983-1994, as 520 novas drogas aprovadas pela agência americana de controle de medicamentos e alimentos (FDA), 220 (39%) foram desenvolvidas a partir de produtos naturais. Além disso, um terço dos medicamentos mais prescritos e vendidos no mundo foi desenvolvido a partir de produtos naturais (CALIXTO, 2003).

CONCLUSÃO

As leituras e discussões aqui realizadas permitem concluir que é notável a importância do subproduto óleo de coco na interface socioeconômica e cultural dos brasileiros. Esta realidade se observa por grande parte da indústria alimentícia, cosmética e farmacêutica vir utilizando o óleo de coco como insumo básico.

O impacto para economia ocorre devido o país possuir excelentes condições climáticas, edáficas e potencial hídrico, onde é possível adaptar-se as condições básicas para cocoicultura. Mas também, em que pese a importância do uso tradicional e a busca de sustentabilidade no novo cenário da economia, pretende-se afirmar, que ainda há poucos investimentos no segmento do agronegócio, tecnologias e finanças. Isto significa dizer que não é apenas viável, mas necessário, identificar oportunidades de agregação de valores através da organização e desenvolvimento de cadeias produtivas orientadas para o mercado.

Por fim, entendemos que o Brasil pode implementar através de sua recente Política Nacional de Incentivo à cocoicultura uma verdadeira revolução, uma vez que do coqueiro se

aproveita quase tudo. Como também, explorar o subproduto óleo de coco para a utilização em cosméticos, alimentos e saúde, no mercado interno e, pelo tamanho potencial do país na área produtiva, ser um exportador privilegiado que gere ainda mais crescimento econômico para a população brasileira.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, L. C. T *et al.* POTENCIAL ANTIMICROBIANO DO ÓLEO DE COCO NO TRATAMENTO DE FERIDAS. *Rev. Rene*, v.13, n. 4, p.880-887, 2012.
2. ALVES *et al.* Estudo da evolução do cultivo de coco em municípios do estado do Pará e nos principais estados brasileiros produtores. *Agroecosistemas*, v. 10, n. 2, p. 209 – 224, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/simon/Downloads/5144-20725-1-PB.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2020.
3. ARAGÃO, W. M.; RIBEIRO, MELO, M. F. V. Cultivares de coqueiro para a produção de coco seco: coqueiro Gigante vs híbridos. In: CINTRA, F. L. D.; FONTES, H. R.; PASSOS, E. E. M.; FERREIRA, J. M. S. (Ed.). *Fundamentos tecnológicos para a revitalização das áreas cultivadas com coqueiro gigante no nordeste do Brasil*. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010. 232 p. p. 37-60.
4. ARAÚJO, T.F *et al.* Prospecção Científica e Tecnológica do Uso do Óleo de Coco (*Cocos nucifera. L*) na Indústria Alimentícia. *Cadernos de Prospecção – Salvador*, v. 13, n. 3, p. 875-887, 2020.
5. ARLEE, R.; SUANPHAIROCH, S.; PAKDEECHANUAN, P. Diferenças em componentes químicos e substâncias relacionadas com antioxidantes em óleo de coco virgem de híbridos de coco e seus parentes. *Int Food Res J*, v. 20, p. 2103-09, 2013.
6. AYURVEDA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. *Flórida: Wikimedia Foundation*, 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Ayurveda&oldid=57566986>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
7. BARBOSA, K. B. F. *et al.* Estresse oxidativo: conceito, implicações e fatores modulatórios. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 23, n. 4, p. 629-643, jul.-ago., 2010. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732010000400013>. Acesso em: 18 jul. 2020.
8. BRAINER, M.S.C.P. PRODUÇÃO DE COCO: O NORDESTE É DESTAQUE NACIONAL. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE. Fortaleza-CE, v.3, n.61 p.1-25, dez, 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/80223/4296541/61_coco.pdf/c172dd8f-3044-f1db-5doc-a94c5eb735e0>. Acesso em: 25 de jun. 2020.

9. CALIXTO, J. B. Biodiversidade como fonte de medicamentos. *Cienc. Culto*. São Paulo, v. 55, n. 3, p. 37-39, setembro de 2003. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252003000300022&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 de jul. de 2020.
10. CÂMARA DOS DEPUTADOS. PROJETO DE LEI N.º 10.788-A, DE 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C74D340C6729E00C09684F3262FB32ED.proposicoesWebExterno1?codteor=1707176&filename=Avulso+-PL+10788/2018>. Acesso em: 25 de jun. 2020.
11. FARIAS NETO, J. T *et al.* Seleção Genética em Progênes Híbridas de Coqueiro. *Revista Brasileira de Fruticultura*, Jaboticabal - SP, v. 31, n. 1, p. 190-196, mar. 2009.
12. FARMACEUTICAS. O óleo de coco e suas propriedades. 2018. Disponível em: <<http://www.farmaceuticas.com.br/oleo-de-coco-e-suas-propriedades/>>. Acesso em: ago. 2019.
13. FOALE, M.; HARRIES, H. Farm and Forestry Production and Marketing Profile for Coconut (Cocos nucifera). In: ELEVITCH, C. R. (Ed.). *Specialty crops for pacific island agroforestry, Holualoa, Hawaï'i: Permanent Agriculture Resources (PAR)*, 2009. Disponível em: <http://pacificschoolserver.org/content/_public/Local%20Topics/Pacific%20Islands/Agriculture%20for%20Islands/Specialty%20crops/Coconut.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2020.
14. GOPALA, K. A. G. *et al.* Coconut oil: chemistry, production and its applications – a review. *Indiano Coco J.* v. 73, n. 1, p. 15-27, 2010.
15. MARTINS, C. R. Evolução da produção de coco no Brasil e o comércio internacional: panorama 2010 / Carlos Roberto Martins, Luciano Alves de Jesus Júnior – Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2011. 28 p. il.; color. (Documentos / Embrapa Tabuleiros Costeiros, ISSN 1517-1329; 164). Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br/publicacoes_2011/doc_164.pdf>. Acesso em: 29 de jun. 2020.
16. MARTINS, C. R.; JESUS JÚNIOR, L. A. D. Produção e comercialização de coco no Brasil frente ao comércio internacional: panorama 2014. Aracaju. Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2014. 51 p. Disponível em: <<http://www.bdpa.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 01 de jul. 2020.
17. OLIVEIRA, D. M.; BASTOS, D. H. M. Biodisponibilidade de ácidos fenólicos. *Quim. Nova*, [S.l.], v. 34, n. 6, p. 1.051-1.056, 2011.
18. PASSOS, C. D.; ARAGÃO, W. M; PASSOS, E. E. M. Herdabilidade de Caracteres Reprodutivos de Cultivares de Coqueiro Anão. *Revista Brasileira de Biociências*, Porto Alegre, v. 5, supl. 1, p. 336-338, jul. 2007.

19. PHAM-HUY, L. A.; HE, H.; PHAM-HUY, C. Free Radicals, Antioxidants in Disease and Health. *International journal of Biomedical Science*, [S.l.], v. 4, n. 2, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3614697/>>. Acesso em: 20 jul. 2020.
20. PRAKRUTHI, A. *et al.* Composition of Coconut Testa, Coconut Kernel and its Oil. *Journal of the American Oil Chemists Society*, [S.l.], v. 91, 2014. Disponível em: <<https://sci-hub.cc/10.1007/s11746-014-2447-9>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
21. REVISTA COSMETIC INNOVATION. 2018. Crescimento dos cosméticos naturais, orgânicos, veganos e éticos é tendência irreversível. Disponível em: <<http://www.cosmeticinnovation.com.br/crescimento-dos-cosmeticos-naturais-organicos-veganos-e-eticos-e-tendencia-irreversivel>>. Acesso em: jun. 2018.
22. REVISTA VEJA. Brasil perde posição no consumo de cosmético, mas setor avança. 2018.
23. ROTHER, E.T. Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta paul. Enferm*, v.20, n. 2, p. 5-6, 2007.
24. SACHS, M.; VON EICHEL. J.; ASSKALI, F. Controle de feridas com óleo de coco na medicina popular da Indonésia. *Chirurg*. v. 73, p. 387-392, 2002.
25. SAMPAIO, I.; FERREIRA, S.; JUIZ, P. Estudo Prospectivo Relativo ao Uso do Fruto Coco como Matéria-prima para Fabricação de Cosméticos. *Cadernos de Prospecção – Salvador*, v. 12, n. 2, p. 314-326, 2019.
26. SILVA, A. C. Reaproveitamento da casca de coco verde. *Revista Monografias Ambientais. REMOA*, v. 13, n. 5, p. 4077-4086, 2014.
27. SIQUEIRA, L. A.; ARAGÃO, W. M.; TUPINAMBÁ, E. A. A introdução do coqueiro no Brasil: importância histórica e agrônômica. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 24 p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 47). Disponível em: <<http://www.cpatc.embrapa.br/download/Documentos47.pdf>> . Acesso em: 29 de jun. 2020.
28. TANGWATCHARIN, P.; KHOPAIBOOL, P. Actividade de óleo de coco virgem, ácido láurico ou monolaurina em combinação com ácido láctico contra *Staphylococcus aureus*. *J Trop Med, Sudeste Asiático*, v.43, p.969–985, 2012.

Políticas públicas em território quilombola: um olhar sobre a comunidade quilombola Pau D'Arco – Arapiraca-AL¹

Ludmilla Maria Lima Santos⁽¹⁾; Conceição Maria Dias de Lima⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2881-8640>, Mestre em Dinâmicas Territoriais e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e cultura - ProDiC/UNEAL. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. R. Sapotizeiro, 209, Massaranduba, CEP: 57.309-640, Arapiraca-AL, Brasil. Tel.:(+55 82) 9 8147-2900. E-mail: santos.ludmilla@outlook.com.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1527-0727>, Doutora em Sociologia pela UFPE. Professora Titular da Universidade Estadual de Alagoas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e cultura - ProDiC/UNEAL. E-mail: ceicacias@yahoo.com.

ABSTRACT: The text in question represents only part of the research that constituted the Master's Dissertation entitled "A STUDY OF RECEPTION OF PUBLIC POLICIES FOR THE BLACK POPULATION BY THE DUTIES OF THE PAU D'ARCO COMMUNITY - ARAPIRACA / AL", part of the Research Line "Territory, Culture and Local Knowledge" of the Graduate Program in Territorial Dynamics and Culture (ProDiC) of the State University of Alagoas - UNEAL. Its main objective is to identify the implementation of specific public policies for the black population, within the Quilombola Pau d'Arco Community. In general the text has built an overview of these policies showing the counterpoint of the direct relationship with users, where there is a need for the formal text to gain practical character in actions of professionals who deal directly with the population and where it is essential to understand that although if they recognize the needs of the population, often from the formulation to the service directly linked to the user, what was planned does not materialize.

KEYWORDS: Quilombola Community, Social rights, Public policy, Equity.

INTRODUÇÃO

Em consonância com as Políticas Públicas existentes para a população quilombola, tomando-se aqui as políticas de saúde, educação e habitação, buscou-se realizar um estudo que pudesse visualizar como tais políticas a partir de seu texto formal, estão postas na realidade cotidiana de moradores de uma comunidade quilombola localizada na cidade de Arapiraca, agreste alagoano, a Comunidade Quilombola Pau d'Arco.

Este estudo representa apenas uma parte da pesquisa que constituiu a Dissertação de Mestrado intitulada "UM ESTUDO DE RECEPÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO NEGRA PELOS MORADORES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA PAU D'ARCO – ARAPIRACA/AL", integrante da Linha de Pesquisa "Território, Cultura e Saberes Locais" do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura (ProDiC) da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap12

Tendo sido realizado levantamento prévio das principais Políticas Públicas para população negra e de modo particular para a população quilombola, entre tais Políticas, como acima mencionado, descreveu-se de modo específico as Políticas de Saúde, Educação e Habitação, por se tratarem de Políticas presentes na Comunidade Quilombola objeto da pesquisa.

A partir do domínio do conteúdo dos textos legais de tais políticas, seus projetos e ações foram identificados aspectos de que as necessidades da população aparecem contempladas por um conjunto de orientações e normativas quanto a forma como deve se dá a atenção à população usuária dos serviços vinculados às políticas construídas com um direcionamento específico à população negra, justamente por haver necessidades particulares da mesma, sobretudo, no espaço das comunidades quilombolas.

No entanto, suscita-se a partir deste momento, a necessidade de verificar se no interior das comunidades quilombolas estão presentes as políticas públicas, como expressa o texto legal. Este representa o objetivo principal deste estudo: Identificar a implantação das políticas públicas específicas para a população negra, no interior da Comunidade Quilombola Pau d'Arco.

Para a construção deste trabalho utilizou-se como metodologia inicialmente a pesquisa bibliográfica e documental, analisando-se as obras e legislações que tratam das políticas públicas para a população negra como forma de subsidiar o conhecimento necessário para a pesquisa de campo, onde o primeiro passo foi constituído de observação em uma pesquisa exploratória, conhecendo a comunidade e seus integrantes.

Em seguida foram realizadas visitas institucionais, conhecendo as políticas presentes na comunidade através de três instituições comunitárias vinculadas a cada uma das políticas analisadas, e os projetos e ações vinculadas às mesmas. Durante as visitas às instituições foram realizadas entrevistas aos representantes ou gestores de cada instituição. Todas as entrevistas foram precedidas de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos colaboradores e suas identidades foram devidamente preservadas, sendo utilizados nomes fictícios para identificação das falas que aparecem no curso do texto.

Durante toda a pesquisa o instrumento Diário de Campo foi utilizado contribuindo para o registro das informações e posterior análise das observações. A referida pesquisa em sua integralidade, foi submetida à avaliação da Plataforma Brasil, CAAE: 71709017.5.0000.5641, sendo direcionada para o CEP do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL, sob o Parecer: nº 2.435.741. Obedece em totalidade às normas e resoluções indicadas pelo Conselho Nacional de Saúde para a realização de pesquisas com seres humanos.

A Comunidade Quilombola Pau d'Arco

De acordo com os dados disponibilizados pelas páginas eletrônicas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e da Fundação Cultural Palmares - FCP, a comunidade Pau d'Arco foi certificada no ano de 2007 e segue nos trâmites para Titulação junto ao INCRA sob o Nº de Processo 5436000038/2015-15.

Pau D'Arco é um povoado localizado na zona rural do município agrestino de Arapiraca -AL. Está à aproximadamente 20 minutos do centro da referida cidade. Embora a comunidade

tenha como principal atividade econômica a agricultura, está bem próxima ao perímetro urbano e por parte da prefeitura já fora manifestado o interesse em transformar, legalmente, Pau d'Arco em um bairro do município, realizando a "urbanização" da comunidade, também conhecida como Vila. *"Sabemos do interesse da prefeitura em tornar Pau D'Arco em um bairro de Arapiraca: teremos que pagar IPTU e passar por muitos outros problemas encontrados na cidade"* (DANDARA, 54 anos).

Embora esbanje traços camponeses, já há pontuais intervenções que remetem ao espaço urbano como pequenos comércios de artigos variados, espalhados por todas as estreitas ruas de Pau d' Arco, pontos de ônibus, lanchonetes, e pouco a pouco os paralelepípedos das vielas laterais encontram-se ao asfalto da via principal que liga a comunidade à AL 220.

Na localidade vivem aproximadamente 500 famílias, além da agricultura familiar, o emprego público e o trabalho no comércio de Arapiraca – AL, são bastante comuns, além de ser grande também o número de homens que migram com destino ao corte da cana em outras cidades e mesmo outros estados, em busca de melhores condições de vida quando a safra, proveniente do trabalho agrícola, não rende o suficiente para o sustento da família.

Durante a estiagem e a seca, migrar não é uma opção, é uma exigência para manter a terra e a sua condição camponesa. Tivesse o camponês um pedaço maior de terra e assistência técnica adequada, dificilmente migraria, pois seria impossível viver melhor no semiárido. No entanto, há séculos, camponeses nordestinos são obrigados a migrar periodicamente (ALBUQUERQUE, 2017, p. 115).

A comunidade possui um conjunto de aparelhos sociais que ainda não são suficientes, mas, atende aos moradores em alguns serviços básicos. São eles: uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A história da denominação da UBS que leva o nome da mais importante parteira da comunidade, Amância Jesuíno Santos, também é exemplo da participação da comunidade.

Possui também uma creche surgida na comunidade a partir da intervenção da associação de moradores junto à prefeitura municipal, ainda na década de 1980; uma escola de ensino fundamental; uma sede da associação de quilombolas, onde também está sendo montado o "Ponto de Cultura".

A comunidade, desde os primeiros contatos, revelou-se acolhedora e de um ambiente agradável, um ritmo de vida rural, com pequenas plantações aos fundos de cada residência, onde predominam as hortaliças e leguminosas, mas, também coexistem as raízes como a mandioca e a macaxeira, muito utilizadas na alimentação humana e animal por meio também da produção de bolos e farinha. Para está última, há o que podemos chamar de ritual culturalmente propagado pelas gerações da comunidade, onde nas chamadas "Casas de Farinha", famílias inteiras se reúnem para o preparo da raiz e produção da "Farinha de Mandioca", alimento típico do Nordeste bastante presente na mesa dos paudarquianos.

As "farinhadas" representam muito mais que o processo de produção de um alimento, mas, uma manifestação cultural, uma tradição passada de pais para filhos, de avós para netos repercutindo saberes que não se encontram registrados de forma literal, porém, são lidos nos hábitos, nos costumes da comunidade.

Os moradores sentados às portas no final das tardes fazem da oralidade outro instrumento de manutenção do saber cultural. Nas conversas informais, quando o tema é a comunidade, surgem relatos das lutas para a conquista do próprio espaço enquanto território em uma relação de constante associação entre a comunidade de antes e a comunidade de agora. Espaço de moradia e trabalho; construção das organizações familiares, religiosas e culturais.

Cada característica atual do território Paudarquiano mediante as falas dos moradores antigos que presenciaram e participaram desta construção, ou de jovens integrantes desta comunidade que trazem consigo relatos de seus familiares mais anciãos, revelando em uma memória construída coletivamente.

A UBS que hoje estampa em sua fachada o nome de Dona Amância, para os mais jovens, os recém chegados ou de passagem, remete a uma explícita homenagem, mas, não contém o mesmo significado que para aqueles que participaram da luta para que a Unidade levasse o nome da primeira e mais importante parteira da comunidade a qual conduziu a chegada à vida de boa parte dos moradores paudarquianos, auxiliando independente do dia ou da hora todas as mulheres que entrassem em trabalho de parto com primoroso êxito, pois, os relatos das moradoras sempre advertem que dos muitos partos pouquíssimas foram àquelas crianças que não sobreviveram fortes e saudáveis.

À Dona Amância a comunidade não destinou quantias vultuosas, mas, acumulou uma dívida valiosa a ser paga com a propagação da saúde entre os seus. A comunidade continua de modo mais que simbólico, destinando os cuidados de saúde à Dona Amância.

Conta-nos moradores, que dias antes da inauguração da UBS a comunidade representada pela Associação lançou a proposta da denominação homenageando a ilustre parteira, no entanto, concomitantemente havia indicação de uma figura de influência política. A comunidade então resolveu aclamar publicamente e unida para que familiares de Dona Amância comparecessem à inauguração para a homenagem e que fosse seu o nome cravado na placa de inauguração; o clamor pelo nome de indicação da comunidade ganhava cada vez mais força sendo ouvidas diretamente pela gestão municipal as contribuições de Dona Amância para Pau d'Arco.

Tal conquista é lembrada como uma das mais importantes na trajetória da Associação de Moradores. O associativismo é um traço também evidente no contexto de Pau D'Arco.

Logo no primeiro contato com a comunidade foram identificadas duas associações, a primeira delas que em análise inicial, parecia a mais fortalecida e atuante como associação de moradores, na verdade foi a segunda associação a ser criada na comunidade e intitula-se Associação dos Quilombolas de Pau d'Arco, esta foi fundada com o intuito de reconhecer junto à FCP, Pau D'Arco como comunidade remanescente de quilombo.

Enquanto que a outra associação comunitária de moradores foi criada ainda na década de 1980, buscando melhorias para a comunidade. As primeiras lutas travadas foram para a construção da creche, já que as mães que precisavam trabalhar não tinham onde deixar os filhos e em seguida por ampliação da escola municipal que à época possuía poucas e pequenas salas.

Mais adiante, com a construção da UBS, a associação conseguiu que a mesma recebesse o nome de “Dona Amância” (como já fora elucidado).

Embora a adesão dos moradores à associação fosse positiva, esta acabou perdendo força e cedendo lugar a interesses políticos. Alguns dos membros da equipe de diretoria acabaram desassociando-se e fundaram junto a outros moradores a associação de quilombolas e então buscaram o reconhecimento enquanto remanescentes.

Ambas as associações convivem no interior da comunidade, uma atuando coletivamente e voltada para programas e políticas de apoio à população quilombola, outra com ações mais pontuais, vinculando-se a projetos da Prefeitura Municipal, como por exemplo, a produção de bolos para comercialização por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cursos de capacitação profissional para mulheres da comunidade etc., no entanto, o contato com representantes desta comunidade até o momento não logrou êxito e as informações obtidas sobre ela advêm apenas de moradores e alguns associados.

Sabe-se no mais, que estas são ações desenvolvidas em curtos períodos de tempo atendendo a demandas pontuais da prefeitura municipal e de moradores da comunidade. Percebe-se que o território de Pau d'Arco muito tem de influência destas associações, que desde o início do desenvolvimento da comunidade, contribuíram para as conquistas coletivas, no entanto, muito ainda há que ser feito. Moradores ressaltam as dificuldades ainda enfrentadas e evidenciam questões que ensejam luta da associação que representa a comunidade.

A participação da coletividade não necessariamente estará vinculada ao interesse produtivo tendo como intuito gerar recursos financeiros, outras ações podem repercutir de modo tão favorável quanto.

Quando se fala em desenvolvimento local se refere não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas (LEONELLO, 2010, p.60).

Em consonância com Zapata (2001), o conceito de desenvolvimento local tem como substrato o fato de que os territórios possuem além de recursos econômicos, recursos humanos, institucionais, ambientais e culturais, que contribuem na construção de suas possibilidades de desenvolvimento.

A atuação da Associação de quilombolas para a certificação da Comunidade é um exemplo de ação que impactou de forma positiva no desenvolvimento do território de Pau d'Arco. A certificação é lembrada no discurso de moradores como um momento ímpar, de forte emoção: “O sentimento era de como se estivesse sendo registrada naquele momento” (NADIRA, 43 ANOS).

O processo do desenvolvimento local trás em seu bojo a participação como condição imprescindível para que possa se efetivar. A participação dos atores locais se configura, então, no elemento articulador do processo. Os diversos atores sociais, a partir dessas considerações, devem desenvolver um trabalho de concentração, o que significa uma forma de cooperação entre os diversos setores sociais em busca de mesmo fim (LIMA, 2015, p. 238-239).

Muito embora, a cooperação em atividades produtivas tenha tido destaque no cenário atual de consumo e produção, onde, diante das exigências de mercado produzir de modo cooperado tem sido uma alternativa e, a existência de determinada associação pode ser o caminho inicial para o empreendimento, e assim, para o desenvolvimento territorial também em outros aspectos.

O associativismo se estabelece não apenas com o intuito econômico, mas, por diversos outros fatores que reclamem a união de determinados indivíduos compactuando de um interesse em comum, no geral em benefício também coletivo, mas, o aspecto econômico não se desvincula por completo.

Associação, em um sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. Associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. A associação então é a forma mais básica para se organizar juridicamente um grupo de pessoas – físicas ou jurídicas – para a realização de objetivos comuns (SEBRAE, 2009, p. 08).

Pau d’Arco já chegou a possuir uma feira local realizada para a venda dos produtos comunitários. A Vila é rica não apenas em produtividade agrícola: macaxeira, feijão, milho, batata-doce, frutas, verduras e leguminosas, mas também pela produção de outros artigos como balaios e cestos de cipó e, panelas de barro.

No entanto, a feira não permaneceu, e as atividades são desenvolvidas individualmente, sem grande destaque de comercialização ou mesmo de reconhecimento dentro da própria comunidade, a produção individualizada acaba enfraquecida e muitas das técnicas artesanais e outros saberes populares de moradores mais antigos, acabam se perdendo com o tempo. “Muito da nossa história tem se perdido, não temos um registro, um lugar onde guardar coisas que lembrem as pessoas mais velhas de nossa comunidade, muitas que já morreram. [Por exemplo] nenhuma das filhas de Dona Amância, a parteira, seguiram com a profissão da mãe.” (NADIRA, 43 anos).

Em primeiro lugar, o desenvolvimento alternativo é formado com base em uma crítica de fundo à estrita racionalidade econômica que inspirou o pensamento e as políticas de desenvolvimento dominantes. Contra a ideia de que a economia é uma esfera independente da vida social, cujo funcionamento requer sacrifício de bens e valores não econômicos – sociais, políticos, culturais e naturais –, o desenvolvimento alternativo sublinha a necessidade de tratar a economia como parte integrante e dependente da sociedade de subordinar os fins econômicos à proteção destes bens e valores (SANTOS, 2002, p. 46).

A organização da comunidade em prol de produzir coletivamente representa um caminho para seu desenvolvimento de uma forma alternativa à posta pelo mercado convencional. Partindo da própria comunidade, este desenvolvimento de acordo com Santos (2002) configuraria um “desenvolvimento de base” onde os sujeitos coletivos seriam

os propositores do desenvolvimento o que, ainda segundo o autor, gera um processo de “construção de poder comunitário”.

Contudo, a responsabilidade de desenvolvimento, ou não, de determinada comunidade não deve ser atribuída meramente a seus sujeitos, uma vez que estes estão inseridos na lógica capitalista e sob os ditames do Estado, portanto, devem-se somar à iniciativa dos sujeitos coletivos, políticas públicas eficazes que contemplem as reais necessidades das comunidades rurais, permitindo-as vivenciar alternativas, e não submetê-las ao caminho unívoco do capital.

De fato, existe, no Brasil, em particular no nordeste, uma tendência em reduzir as políticas públicas de apoio à agricultura familiar a medidas de assistência social (aposentadorias, bolsas, etc.). Por outra parte esta deriva é associada, à medida que tornam os agricultores pobres e pouco monetarizados, cada vez mais, dependentes do mercado de troca capitalista. Com isso, sua integração ao mercado capitalista se opera, cada vez mais como consumidor, e não tanto como produtor (SABOURIN, 2009, p. 167).

Ou seja, o indivíduo não deve ser culpabilizado em virtude do não desenvolvimento de seu território ou da não propositura para práticas cooperativas, uma vez que este faz parte de uma conjuntura econômica, política e **sócio**cultural e muitas das vezes as condições necessárias para que se enxerguem alternativas possíveis não lhes são dadas pelo Estado, restando-lhe as práticas convencionais que advindas do capital não visam favorecer ao pequeno produtor, mas, explorá-lo.

Assim como também, diante de sujeitos coletivos propositores de práticas cooperativas, fazem-se necessárias ações de incentivo e produção de conhecimentos sobre quais as possibilidades para os pequenos produtores, ou mesmo consumidores, de práticas cooperativas que buscam o desenvolvimento local e coletivo.

Não sendo interesse do capital que práticas de economia solidária sejam fomentadas, é cada vez mais urgente a criação de estratégias que possibilitem a sobrevivência destas práticas na atual sociedade, sendo a união dos pequenos produtores, agentes coletivos e pequenas organizações para o trabalho cooperado, a melhor delas.

É preciso ainda atentar para que as práticas alternativas não recaiam sobre as estratégias do capital transformando-se em mais um mecanismo de *marketing* por sua originalidade e cuidado com o meio ambiente, assim como se rotulou os “produtos sustentáveis”.

Trazendo a baila a percepção a partir das falas dos moradores, a presença das associações na comunidade contribuiu também no processo de auto-reconhecimento dos moradores enquanto quilombolas. Ações que trabalham a cultura negra sob um olhar de pertencimento e de valorização das tradições são desenvolvidas pelas associações dentro de Pau d’Arco envolvendo moradores e principalmente a comunidade escolar.

Como toda identidade, a identidade negra é uma construção pessoal e social e é elaborada individual e socialmente de forma diversa. No caso brasileiro, essa tarefa torna-se ainda mais complexa, pois se realiza na articulação entre classe, gênero e raça no contexto da ambiguidade do racismo brasileiro e da crescente desigualdade social (GOMES, 2011, p. 110).

A valorização dos moradores a partir do desenvolvimento de suas potencialidades, da quebra de estereótipos e da construção de uma identidade com a cultura negra alçada no enfrentamento ao preconceito racial contribui para o fortalecimento dos sujeitos e de todo o Território de Pau d'Arco. Nestes aspectos, as práticas associativas no interior da comunidade têm contribuído continuamente.

Não obstante, com o desenvolvimento da pesquisa e a observação da comunidade tem sido possível perceber o quanto conflitante tem se tornado a coexistência de duas associações que se dizem com finalidades opostas, enquanto teoricamente visualiza-se que ambas procuram o desenvolvimento comunitário.

A luta por espaços e Direitos fundamentais dos moradores tem sido fragmentada e assim, enfraquecida, diante da divisão de forças quando na verdade deveriam estar aglutinadas em prol da Comunidade como uma unidade. Cada uma das associações busca constantemente apoio de moradores e este deve ser unívoco e excludente, ou seja, apoiar associação "A", automaticamente significa ser contrário à associação "B". Essa configuração torna a comunidade dispersa quanto a seus ideais.

Identifica-se também na comunidade a presença de uma ONG (apresentada adiante), vinculada a projetos de habitação rural e que tem sediado ações em Pau d'Arco, e que de acordo com relatos de moradores, tem confrontado espaço com as duas associações formando uma tríade de influências conflitantes no território Paudarquiano.

AS POLÍTICAS PRESENTES NA COMUNIDADE

A partir das políticas de saúde, educação e habitação rural, conforme elencadas anteriormente, identificaremos dentro da comunidade Pau D'Arco ações que remetem a estas políticas estando diretamente, ou não, nelas inseridas.

A partir do breve relato sobre a comunidade, descrito logo acima, identifica-se três atores locais aos quais voltaremos atenção: a UBS Dona Amância, a Escola de Ensino Fundamental Professor Luiz Alberto de Melo e a ONG João de Barro.

Unidade Básica de Saúde dona Amância
A Unidade Básica de Saúde Amância Jesuíno Santos, foi inaugurada no ano de 2012 e sua construção partiu das necessidades de saúde da comunidade cuja demanda crescente não sucumbia apenas com o antigo Posto de Saúde comunitário, prédio pequeno, cuja estrutura e atividade profissional não contemplavam às necessidades de Pau d'Arco.

Desta forma em atendimento às solicitações e reivindicações comunitárias, a prefeitura municipal inaugura o prédio da nova Unidade de Saúde, cujo nome homenageia Dona Amância, prestigiada parteira da comunidade, conforme já narramos anteriormente.

Atualmente a Unidade conta com a assistência de 2 equipes de saúde da família atuando como profissionais fixos da unidade e tendo como apoio uma a equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família de um povoado vizinho, Batingas. O referido núcleo conta com equipes multiprofissionais que atendem de forma itinerante diversas comunidade circunvizinhas à localidade onde está implantado o núcleo, os atendimentos ocorrem de forma rotativa, estando o núcleo durante um dia da semana em cada localidade. Como Pau d'Arco não possui um núcleo próprio, recebe assistência do núcleo mais próximo.

O referido serviço é mencionado como de fundamental importância para as comunidades uma vez que complementa a atuação das unidades de saúde que nem sempre contam com todos os profissionais (assistentes sociais, psicólogos e educadores físicos, por exemplo, compõem apenas os NASFs e não o quadro fixo de profissionais das unidades). Este esclarecimento se faz importante uma vez que, a existência e efetivação do atendimento multiprofissional podem contribuir para a execução da Política de Saúde.

Durante a pesquisa, algumas observações se tornaram cruciais para o conhecimento das instituições comunitárias e suas relações com os moradores e usuários dos serviços prestados pelas mesmas. Ao conversarmos com a pessoa responsável pela unidade, a colaboradora e entrevistada relata que os objetivos iniciais da construção da UBS foram alcançados e que hoje a mesma atende as demandas comunitárias, tanto quanto à estrutura física como profissional, embora as equipes de saúde da família não estejam completas.

No quadro atual de profissionais a instituição possui 34 funcionários municipais, destes, 6 são de nível superior e compõem o corpo técnico de atendimentos e os outros 28 distribuem-se nos cargos de nível fundamental, médio e técnico. Deste quadro apenas 10 profissionais são moradores da própria comunidade e entre os profissionais de nível superior, não há nascidos ou residentes em Pau d'Arco.

Conversando com profissionais da UBS (entre os quais profissionais que estão desde a fundação e, portanto, conhecem a história de funcionamento da unidade), identificamos que não há capacitações específicas para os profissionais no ato da contratação, não havendo, desta forma esclarecimentos sobre a unidade estar localizada e atender a população de uma comunidade quilombola, onde a população é predominantemente negra, com especificidades de saúde e de práticas socioculturais próprias de uma comunidade tradicional no ambiente rural.

Os profissionais relatam que já chegou-se a discutir a atuação com base na PNSIPN, no entanto, até o momento a unidade não trabalha a partir de suas recomendações e a unidade segue o padrão de funcionamento das demais UBSs do município, quer em ambiente urbano ou rural sem considerar suas particularidades. Tais informações elevam a necessidade de discussões acerca da implantação da PNSIPN em comunidades negras, uma vez que suas recomendações são imprescindíveis para o cuidado de saúde desta população de forma a responder satisfatoriamente suas demandas, elevando não só a qualidade dos serviços, mas, sobretudo, a condição de saúde e qualidade de vida da população.

O texto legal da PNSINPN deixa explicitas as responsabilidades das esferas de gestão, cabendo aos gestores municipais:

- I - Implementação desta Política em âmbito municipal; II - Definição e gestão dos recursos orçamentários e financeiros para a implementação desta Política, pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite (CIB); III - Coordenação, monitoramento e avaliação da implementação desta Política, em consonância com o Pacto pela Saúde; IV - Garantia da inclusão desta Política no Plano Municipal de Saúde e no PPA setorial, em consonância com as realidades e necessidades locais; () 26 V - Identificação das necessidades de saúde da população negra no âmbito municipal, considerando as oportunidades e os recursos; VI - Implantação e implementação de instância municipal de promoção da equidade em saúde da população negra; VII -

Estabelecimento de estruturas e instrumentos de gestão e indicadores para monitoramento e avaliação do impacto da implementação desta Política; VIII - Garantia da inserção dos objetivos desta Política nos processos de formação profissional e educação permanente de trabalhadores da saúde, em articulação com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, instituída pela Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007 (BRASIL, 2007); IX - Articulação intersetorial, incluindo parcerias com instituições governamentais e não governamentais, com vistas a contribuir no processo de implementação desta Política; X - Fortalecimento da gestão participativa, com incentivo à participação popular e ao controle social; XI - Elaboração de materiais de divulgação visando à socialização da informação e das ações de promoção da saúde integral da população negra; XII - Apoio aos processos de educação popular em saúde pertinentes às ações de promoção da saúde integral da população negra; XIII - Instituição de mecanismos de fomento à produção de conhecimentos sobre racismo e saúde da população negra; XIV - Garantia da inclusão do quesito cor nos instrumentos de coleta de dados nos sistemas de informação do SUS (BRASIL, 2010, p. 25-26).

Destarte, analisando o referido texto legal em paralelo ao observado na UBS Dona Amância fica evidente a disparidade entre as duas dimensões. Uma experiência interessante identificada na UBS é a existência de um conselho comunitário de saúde que se reúne quinzenalmente no prédio da unidade e conta com a participação popular. A presidente do conselho é a gestora da UBS e a mesma leva às demandas comunitárias ao Conselho Municipal de Saúde da qual também é integrante.

Atualmente a unidade possui dois grupos de trabalho contínuo: um grupo de idosos e um grupo de gestantes, mas, como já mencionado, ambos não trabalham particularidades da população negra, suas atividades são pautadas no acompanhamento das necessidades de saúde de ambos os públicos. Das gestantes para realização do pré-natal e aconselhamento sobre os cuidados para com a gestação e futuro nascimento do bebê. Os idosos, para o acompanhamento das doenças crônicas (hipertensão, diabetes, principalmente) e de atividades de fomento à qualidade de vida.

Quanto à presença das demais instituições comunitárias, os profissionais da UBS relatam parcerias contínuas, principalmente com a escola Professor Carlos Alberto. As ações, frutos da parceria, centram-se em atividades educativas realizadas no geral, em forma de palestras e aulas expositivas sobre cuidados básicos de saúde.

Escola de Ensino Fundamental Professor Luiz Alberto de Melo

Em conversa com moradores da comunidade e com a atual direção da escola identificamos que a preocupação com a educação em Pau d'Arco é antiga e muito antecede à construção do prédio escolar. As primeiras salas de aula foram formadas nos salões de fumo dos fumicultores locais que preocupados com a escolarização de seus filhos e das demais crianças da comunidade sediam os espaços dos salões para que algum membro da comunidade pudesse instruir as crianças nas primeiras lições.

A comunidade geralmente escolhia alguém mais letrado da comunidade para ensinar as crianças. Geralmente os próprios moradores pagavam uma quantia simbólica a essa pessoa como recompensa pelo trabalho com as crianças (ZULU, 55 ANOS).

A escola municipal de Pau d'Arco tem trajetória de muita luta e sua história se confunde com a história de desenvolvimento da própria comunidade. As primeiras professoras, ainda nos salões de fumo, eram jovens mulheres, geralmente tidas pela comunidade como mais instruídas e muitas vindas de outras regiões e lá alfabetizadas, vindas para a comunidade através do casamento com os jovens rapazes naturais de Pau d'Arco.

aquela época os rapazes de Pau d'Arco já arranjavam suas mulheres fora da comunidade e geralmente eram moças brancas também por isso nossa comunidade não é inteiramente negra, negra, mas, tem essa mistura (ZULU, 55 ANOS).

Com o aumento do número de crianças, alguns moradores com maior influência política acompanhados das lideranças da Associação Comunitária, conseguiram junto à Prefeitura Municipal, a construção de um pequeno prédio, com apenas duas salas de aula, tendo início a história da escola municipal da comunidade, neste primeiro momento, em 1968, nomeada de Escola Professor Deraldo Campos.

Rapidamente as duas pequenas salas já não comportavam as necessidades da comunidade que engajada através de jovens professores e mais uma vez da associação de moradores conquistaram a reforma e ampliação do prédio e desta vez decidiram por homenagear um professor que representou muito para a história da educação na comunidade, pois, foi aluno e posteriormente professor da escola. Assim, após anos de funcionamento e formando (Ensino Fundamental) inúmeras crianças, a escola tornou-se, Escola de Ensino Fundamental Professor Luis Alberto de Melo.

Atualmente a escola possui 403 alunos matriculados do 1º ao 9º ano, destes alunos boa parte reside em comunidades rurais circunvizinhas à Pau d'Arco e que dependem de um ônibus que realiza o transporte escolar nos dois turnos de funcionamento da escola (matutino e vespertino). As comunidades rurais que compõem a comunidade escolar são: Sítio Sapucaia, Sítio Narciso, Sítio Poço de Baixo, Sítio Taquara e Sítio Furna.

A escola possui 48 profissionais, destes 38 são professores (alguns atualmente no exercício de outras funções como a própria diretoria, coordenação e trabalhos de secretaria) e os outros 10 funcionários ocupam cargos de nível fundamental e médio (merendeiras, auxiliares de serviços gerais e portaria).

Sobre ações específicas e planos de aula a direção da escola relata que há certa resistência por parte do corpo docente em aderir um planejamento específico da escola e que trabalhe diretamente com as questões rurais e quilombolas. Não há também por parte da secretaria municipal de educação, incentivo ou capacitações que remetam à temática. No geral as particularidades das populações quilombolas são trabalhadas apenas durante o mês de novembro fazendo alusão ao dia da Consciência Negra, assim como qualquer outra escola municipal.

Não, não trabalhamos, ainda, com essas questões de forma específica, existe até uma resistência, sabe, dos nossos professores que maioria vem de fora e não aceitam muito trabalhar as questões da comunidade, a própria secretaria não incentiva, sabe (DIREÇÃO DA ESCOLA).

A direção da escola nos relata ainda sobre a relação entre a comunidade Quilombola Pau d'Arco e a Comunidade Quilombola Carrasco, como as duas únicas comunidades remanescentes de quilombo do município de Arapiraca, no entanto, menciona que não há parcerias para a realização de atividades e troca de experiência. Inicialmente houve a proposição por parte da Secretaria Municipal de Educação a criação de uma coordenação específica para as escolas localizadas nas comunidades quilombolas buscando integrar as ações e reforçar os aspectos culturais próprios de suas populações, no entanto, até o momento se tem ainda resultados ou estruturação da proposta.

Desta forma, mesmo conhecendo a trajetória da comunidade e a importância de trabalhar, sobretudo, a partir dos aspectos educacionais, a cultura negra, a escola de Pau d'Arco ainda não contempla ações para uma educação voltada à comunidade tradicional e rural, seguindo um padrão de planejamento municipal executado em todas as escolas quer da zona rural ou da zona urbana.

Levar em consideração os aspectos da comunidade não se torna uma forma de discriminação, mas, de inclusão de suas práticas como integrantes do processo de ensino aprendizagem, fazendo com que as populações excluídas historicamente se vejam parte integrante de seus próprios contextos. Que sua aprendizagem não parta de modelos hegemônicos que exclua o próprio sujeito de interesse.

Merece destaque a resposta dada por uma das professoras da escola Carlos Alberto, quando indagada sobre o que pensa acerca da educação em comunidades tradicionais e sobre a educação pública, baseada nas experiências vividas:

Que toda esta [educação] deva acontecer de forma diversificada, priorizando fatos relevantes e coerentes com as origens tradicionais. [educação pública] uma realidade exitosa, já que a aprendizagem dos alunos torna-se mais significativa quando acontece a partir das experiências vivenciadas, sobre tudo, quando há conexão com fatos reais e práticas interativas, investigando e promovendo a vivência da cultura (PROFESSORA, 40 ANOS).

A resposta apresentada pela professora nos remete a questões estruturais, relacionadas à implantação das políticas públicas na comunidade. A implementação e execução da política de educação não deve ser entendida como responsabilidade meramente dos sujeitos que lidam na prática com a educação, mas, devem ser pensadas pelo próprio Estado que por sua vez deve promover condições adequadas para que os profissionais possam ampliar suas experiências na criação de estratégias para a produção do conhecimento e da prática educativa considerando os espaços ocupados por ambos, docentes e discentes.

Não se exige aqui o educador da possibilidade investigativa e auto reflexiva quanto ao processo educativo, no entanto, ao ser apresentada determinada realidade aos mesmos devem ser propiciadas condições para desenvolvimento de tais capacidades.

Instituto de Desenvolvimento Socioambiental João de Barro

O Instituto de Desenvolvimento Socioambiental João de Barro foi fundado em 2015, por uma Assistente Social, nascida na comunidade que após ter deixado a mesma para concluir os estudos, retornou buscando com sua formação contribuir para

o desenvolvimento de seu território. Segundo entrevista realizada com a fundadora do instituto e outros membros, o objetivo inicial do projeto era o de trabalhar o contexto familiar permitindo que os jovens da comunidade trilhassem um caminho que não os enveredasse pela violência, álcool e drogas ilícitas.

O instituto surge na comunidade como uma terceira figura, já havendo duas Associações Comunitárias presentes e atuantes no território de Pau d'Arco. Essa relação entre as três instituições não tem sido gerida de forma harmoniosa e cooperativa. Há na realidade uma disputa de espaço e apoio dos moradores. Os conflitos estabelecidos a partir deste cenário serão discutidos na seção seguinte para que se possam compreender os impactos destes conflitos para a comunidade.

Essa necessidade partiu da vivência dos fundadores junto à comunidade em grupos e movimentos vinculados a Igreja Católica, fortemente presente entre os habitantes de Pau d'Arco. Surgiu então, o interesse de criar um grupo que pudesse atuar com ações sócio-educativas, a partir de ações individuais, não apoiadas, inicialmente, a outros órgãos ou instituições.

A primeira destas ações foi a criação de um grupo de Caratê, com a participação voluntária de um professor carateca que aderiu a iniciativa do projeto. Desde então, o grupo está aberto a todas as crianças e adolescentes da comunidade, devendo ser realizado um cadastro junto ao instituto, mas, sem nenhum custo financeiro para as famílias.

Em consonância com a participação das crianças e adolescentes, os demais integrantes da família, com foco nos genitores, ou responsáveis, participam de ações sócio-educativas por meio de palestras e eventos que promovem a discussão de temas pertinentes e relevantes para desenvolvimento dos jovens e bem estar da família como um todo, elencados pelos profissionais membros do instituto.

Estas ações contam, não apenas com instrumentos de caráter social, mas, adentram em outras áreas do conhecimento, contando com a expertise de profissionais que conforme conheciam o trabalho do instituto tornaram-se voluntários como, por exemplo, educador físico, enfermeira e nutricionista atuando cada um dentro de seus conhecimentos técnicos e de acordo com as demandas que se apresentam no cotidiano da comunidade.

Há em desenvolvimento uma parceria do instituto com uma escola de Balé da cidade, que fornecerá o espaço e os profissionais para que sejam ministradas aulas para crianças e adolescentes da comunidade. O curso ainda não teve início, pois, o instituto aguarda a aquisição dos materiais necessários de uso individual de cada aluno (a). No geral o formato das ações é de grupos que oferecem aos jovens da comunidade um determinado conhecimento e prática do mesmo.

Como Organização Não Governamental, o Instituto não possui fins lucrativos e depende exclusivamente de doações e parcerias para viabilizar as ações desenvolvidas na comunidade e em regiões circunvizinhas.

Dentre as iniciativas do instituto ressaltar-se-á ao longo deste texto a parceria com o Instituto Recriar, localizado na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas. O Recriar, Instituto Recriar de Reflorestamento, Desenvolvimento Social, Técnico, com Educação, Capacitação e Cultura Diversificada na área Urbana e Rural, é responsável pelo assessoramento na execução do Projeto de construção de casas na comunidade Pau d'Arco

e regiões da zona rural circunvizinha por meio do Programa de Habitação Rural, cuja formatação e bases legais já foram mencionadas na seção anterior deste estudo.

Embora o Instituto João de Barro não esteja diretamente à frente do projeto de construção das moradias, a equipe técnica contratada pelo Instituto Recriar para o acompanhamento das obras e realização do trabalho social com as famílias até o momento da habitação dessas moradias, é formada pelos membros da diretoria do Instituto João de Barro. A relação entre as duas instituições é, portanto, de parceria e complementariedade. De acordo com a fala dos próprios integrantes o instituto João de Barro é, na verdade, uma ponte entre Pau d'Arco e o Instituto Recriar.

O Projeto de implantação de 41 moradias na Comunidade contempla também regiões rurais circunvizinhas, sendo elas os sítios: Taboquinha, Sapucaia e Bálsamo, situados no município de Arapiraca - AL. No entanto, 90 % das unidades habitacionais serão construídas em Pau d'Arco e os demais sítios contemplados dependem dos equipamentos implantados em Pau d'Arco, sendo este o povoado o de maior destaque no projeto.

A maioria das famílias que serão contempladas com o projeto de construção das 41 unidades habitacionais do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR, 27 delas localizadas em Pau d'Arco, através do Instituto Recriar, possui uma renda mensal de até um salário mínimo, contando com o auxílio financeiro do Programa Bolsa Família, mas outra parte dos beneficiários não tem a agricultura apenas como subsistência, produzem seus produtos e vendem nas feiras livres de Arapiraca de alguns outros municípios alagoanos, como: Maceió, Coruripe e São Miguel dos Campos.

Com base na análise da ficha de cadastro para o projeto, cujo resultado fora disponibilizado pela Diretoria do Instituto João de Barro, a população beneficiária direta apresenta algumas características que merecem destaque:

Pode-se observar a herança da profissão dos pais agricultores aos seus filhos, havendo também aqueles que buscam melhores condições de vida, através da educação escolar, mas, manifestam o intuito de retornar a comunidade e contribuir com seu desenvolvimento.

Para a construção das unidades habitacionais a supervisão e acompanhamento de todas as etapas são realizados pela diretoria do Instituto João de Barro, enquanto profissionais contratados pelo Instituto Recriar para assistência ao projeto.

A compra de materiais e contratação de profissionais prioriza a valorização do local, adquirindo materiais de construção de armazéns da própria região e mão de obra de pedreiros e serventes da própria comunidade, sendo muitas vezes contratados profissionais da própria família do beneficiário.

As construções seguem um padrão pré-estabelecido avaliado pelo engenheiro responsável pelas construções. Cada unidade possui 6 cômodos: 1 sala, 1 cozinha, 1 banheiro social, 2 quartos e 1 área de serviços. A construção inclui piso cerâmico em todos os cômodos, banheiro forrado e caixa de água de 500 litros. Em entrevista um dos responsáveis por acompanhar a construção das unidades habitacionais, durante visita realizada às obras, o mesmo relata que a comunidade tem sido beneficiada com o projeto, não só, em virtude dos moradores que serão contemplados com as habitações, mas, com a geração de empregos diretos e indiretos e a subsequente movimentação da economia local.

Entre as condicionalidades do projeto em Pau d'Arco, o beneficiário tem que possuir um terreno onde possa ser efetuada a construção da moradia e que por meio da observação ficou reluzente que na maioria das construções o terreno é parte da propriedade da família, geralmente cedido pelos pais ou avós dos beneficiários que pretendem constituir família e permanecer nos arredores.

Foi observado que o beneficiário não necessariamente precisa já ter constituído família, pois, de acordo com a fala de um dos profissionais do projeto, os beneficiários que ainda não constituem família o pretendem fazer assim que a residência estiver pronta.

Aqui na região é um costume muito comum que os homens queiram arrumar casamento quando já têm casa própria para colocar a mulher, nesse caso ele é solteiro, mas, tinha esse terreno no quintal da mãe, estava dentro das condicionalidades de renda e tudo mais, e pretende arrumar a mulher assim que a casa ficar pronta (ADJOA, 32 ANOS).

Atualmente o Governo Federal arca com o valor de R\$ 34.200 (trinta e quatro mil reais) por cada imóvel, porém, além do terreno para construção da habitação, o beneficiário deve arcar com o pagamento de uma quantia financeira à Caixa Econômica Federal, entidade financiadora do Programa, correspondente a 4% do valor total, ou seja, R\$1.400,00 (mil e quatrocentos reais), quantia que pode ser dividida em até 4 parcelas fixas anuais no valor de R\$ 342,00 (trezentos e quarenta e dois reais). Caso o beneficiário deseje, o valor pode ser quitado em parcela única, ficando o mesmo quite com as estipuladas pelo programa e definitivamente proprietário do imóvel.

Alguns aspectos devem ser pertinentemente discutidos quanto ao formato geral das construções como, por exemplo, a padronização. Embora se trate de um projeto vinculado ao PNHR, não se pode deixar de mencionar a inércia posta aos beneficiários uma vez que não se pode opinar na disposição dos cômodos, ou, no melhor aproveitamento dos espaços de acordo com as necessidades familiares.

Como apontou Marques (2017), observar as especificidades de cada família será levar em consideração a satisfação de suas necessidades que podem não ser as mesmas de uma comunidade para outra, assim como podem diferir entre famílias de uma mesma comunidade.

De acordo com o observado, nas visitas às obras de construção das unidades habitacionais e em entrevista aos envolvidos no projeto, questões como um espaço adequado para guardar a colheita proveniente da agricultura familiar; local apropriado para instalação de fogão à lenha ou carvão (instrumentos de cocção ainda muito utilizados na comunidade); ambiente para um possível meio de transporte e de carga, seja ele bicicleta, ciclomotor, carroça de burro, muito presentes entre os moradores da comunidade, que, embora tenham acesso ao transporte público que faz a interligação de Pau d'Arco ao centro da cidade, utilizam-se também de outros meios de transporte para circular no entorno rural.

Serão observadas questões referentes à acessibilidade, possibilitando o acesso e a permanência de qualquer deficiente físico nas unidades habitacionais, assim como de acordo com os responsáveis pelas obras, estão sendo resguardadas as condições adequadas quanto à qualidade dos materiais e segurança das edificações para que durante a habitação não ocorram problemas estruturais que causem danos ou transtornos aos moradores no período

que sucede a garantia do imóvel, estipulado em 5 anos. Ficando acordado que, diante de qualquer modificação que seja realizada pelo proprietário do imóvel, automaticamente, a garantia é suspensa. “Quase sempre a garantia é quebrada porque eles modificam. Sempre mechem na estrutura da casa assim que começam a morar e qualquer coisa que altere já perde a garantia” (ADJOA, 32 ANOS).

Se há modificações constantes, as mesmas decorrem da insatisfação dos moradores ou de necessidades de habitação diferentes das planejadas em uma planta única para todos os arranjos familiares. Isso causa prejuízos aos proprietários e a própria segurança das moradias uma vez que as modificações podem não atender às condições da estrutura inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar as Políticas Públicas de saúde, educação e habitação o texto legal apresenta a formalidade comum às legislações e expõem um conteúdo pensado para atender às necessidades da população para a qual foram construídas. Um conjunto de aspectos que contemplam as mais diversas necessidades dos usuários das políticas e com perfeição o funcionamento das instituições que executam os programas a elas vinculados.

No entanto, o texto aqui apresentado construiu um panorama acerca dessas políticas mostrando o contraponto da relação direta com os usuários, onde o texto formal ganha caráter prático em ações de profissionais que lidam diretamente com a população.

Compreender e observar de perto este processo dentro de uma comunidade quilombola, onde o texto das políticas estabelecem condições específicas para se trabalhar com a população usuária, por suas particularidades, aproxima-nos de uma crítica necessária às distorções sofridas entre a construção teórica e a execução prática. É fundamental compreender que embora se reconheçam às necessidades da população, muitas vezes, da formulação ao serviço diretamente ligado ao usuário, o que foi planejado não ganha concretude.

Não obstante, o reconhecimento das necessidades inicialmente no texto formal, repercutem uma grandiosa luta na qual os próprios usuários das políticas estabeleceram as prioridades e conquistaram tudo o que até agora fora galgado. Não se pode desta forma desconsiderar todo o percurso construído, sendo este um dos resultados deste estudo, apontar elementos contributivos para a superação dos empecilhos da concretização do texto literal das políticas e enaltecer os pontos positivos deste elo.

Em consonância com tudo o que fora exposto, há ainda que se destacar o papel dos usuários enquanto indivíduos ativos e participantes enquanto sujeitos protagonistas neste processo e não apenas coadjuvantes recebendo inquestionavelmente as ações estatais. É a partir dos mesmos que se faz possível discutir novas formulações e construir e ampliar outros espaços de produção de conhecimento para pensar e dialogar a realidade a partir da fundamental relação entre a seara do planejamento e da formulação e em sua continuidade, o espaço de execução e concretização.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Campesinato e migração em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2017.

2. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 1988.
3. _____. *Estatuto da Igualdade Racial – Lei 12.288 de 20 de julho de 2010*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm >. Acesso em: Abril/2018.
4. _____. FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/>>.
5. _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Política Quilombola*. Brasil, 2018.
6. _____. *Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 31/05/2018.
7. _____. *Lei nº 9.475, de 22.7.1997*. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9475.htm#art1>. Acesso em:31/05/2018.
8. _____. *Lei nº 11.645, de 2008*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1>. Acesso em: 31/05/2018.
9. _____. *Lei Nº 12.960, de 2014*. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12960.htm#art1>. Acesso em: 31/05/2018.
10. _____. Ministério do Desenvolvimento Social. [2015]. *Povos e Comunidade Tradicionais*. Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais/povos-e-comunidades-tradicionais>>. Acesso em: maio de 2018.
11. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. *Manual da anemia falciforme para a população [2007]*. Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/cidadao/orientacao/manual_da_anemia_falciforme_para_a_populacao.pdf. Acesso em: Abril/2018.
12. _____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, 2012.
13. _____. Ministério da Saúde. *Política Nacional Integral de Saúde da População Negra*. Brasília, 2010.
14. _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012*. Disponível em:< <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares> >. Acesso em: 31/05/2018.
15. _____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *GUIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: Programa Brasil Quilombola*. Brasil, 2013.

16. CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. In.: *Revista Brasileira de Educação*. v. 22 n. 69. Sorocaba – SP: Universidade Federal de São Carlos, 2017.
17. GOMES. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. In.: *RBPAAE* – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.
18. LEONELLO, João Carlos. *O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca, 2010.
19. LIMA, Conceição Maria Dias de. *Comunicação e desenvolvimento local: estudo de recepção das propostas da incubadora tecnológica de cooperativas populares – INCUBA-COOP, pelas mulheres da cooperativa de costura de Abreu e Lima – COOPECAL-PE*. Arapiraca: Eduneal, 2015.
20. MARQUES, Amar Sergio. *Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Território Quilombola de Bom Jardim da Prata*. [2017]. IV Fórum Habitar. Disponível em: < <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/64758.pdf> >. Acesso em 24/05/2018.
21. RIBEIRO, Matilde. *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
22. RISCADO, Jorge Luís de Souza; OLIVEIRA, Maria Aparecida Batista de. [Orgs.]. *Quilombolas, Guerreiros Alagoanos: AIDS, prevenção e Vulnerabilidades*. Maceió: Edufal, 2011.
23. SABOURIN, Eric. Dinâmicas Territoriais e acesso aos mercados: uma leitura para reciprocidade. In.: SILVA, Antenor Gomes da. *et al (org.)*. *Diversificação dos Espaços Rurais e Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Brasil*. João Pessoa: Zarinha Centro de Cultura, 2009.
24. SANTOS, Boaventura de Souza; RODRIGUES, César. (2002) Introdução: para ampliar o cânone da produção. In.: Boaventura de Souza Santos (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, vol. 2, p. 23–74.
25. SEBRAE. *Associação: Série Empreendimentos Coletivos*. Brasília: Unidade de Capacitação Empresarial – UCE, 2009.
26. SILVA, Cecília Milanez Graziano da. *Habitação Rural: uma luta por cidadania*. [Dissertação]. FAUUSP: São Paulo, 2014.

Rio São Francisco: Navegando em um rio de Múltiplos Territórios, paisagens e diversidade étnica¹²

Igor Luiz Rodrigues da Silva⁽¹⁾

⁽¹⁾ ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1411-612X>. Antropólogo. Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSC, membro do grupo de pesquisa CANOA- PPGAS/UFSC e do INCT Brasil Plural- PPGAS/UFSC. É ribeirinho e sertanejo, escreve este artigo trazendo elementos teóricos imbricados pelas suas próprias experiências junto ao rio São Francisco.

Gostaria de iniciar esse momento, pedindo a todas e todos que embarquem comigo em uma canoa. Vamos nos imaginar navegando pelo rio São Francisco, a bordo de uma canoa de tolda, com suas velas que mais se parecem com as asas de uma borboleta, pode ser a canoa Lusitânia, a última canoa remanescente dos tempos áureos da navegação na região do baixo São Francisco. Ela, atualmente, é um patrimônio imaterial do país.

Ou podemos também navegar a bordo da canoa Geórgia, referência nas corridas de canoas que acontecem durante todo o ano ao longo do rio, da foz até a hidroelétrica de Xingó. A canoa Geórgia é um bem tradicional da minha família materna e, por isso, carrega histórias, memórias e afetos, produzindo senso de pertencimento, de identidade, de relações ecológicas com a própria maneira de enxergar o rio.

Ainda podemos navegar também a bordo da lancha “Porto Alegre”, que já está na minha família paterna a três gerações e, hoje está sob o comando do meu pai e do meu tio, legítimos homens do rio e da navegação. Navegação esta, que ao longo dos séculos tem imprimido técnicas e habilidades que correspondem ao período pré-invasão, técnicas e modos de saber-fazer que pertenceram aos povos originários, e que mesclado a outros elementos, contribuem para o ser canoeiro, barqueiro e pescador nos dias de hoje, atrelados às mudanças significativas, comportamentais e ambientais pelas quais passa o rio.

Esses tipos de embarcações por si só, já denotam para temporalidades distintas e que se imbricam na contemporaneidade como elementos fundamentais para a compreensão e descrição da história, e ou histórias que foram e são tecidas pelo rio São Francisco e no rio. As canoas são embarcações anteriores aos primórdios da colonização, feitas por povos indígenas a partir do tronco de uma única árvore.

As canoas de tolda eram feiras através dessas misturas indígenas com elementos de embarcações portuguesas, e até mesmo asiáticas. Já as lanchas são construções que se

¹ DOI: 10.48016/GT6prodiccap13

² Para navegar pelas águas do Velho Chico e acompanhar as transformações das paisagens, práticas e habilidades, acessar @antropologia_do_velhochico.

assemelham aos grandes navios e barcarolas que deslizavam e adentravam rio acima, e que tiveram que se adaptar, como fazem até hoje, às condições de navegabilidade do rio.

Navegando podemos refazer nossas nascentes, podemos e devemos transitar por territórios e paisagens que, séculos após séculos continuam sendo moldados por relações multiespécies, chamando atenção para como humanos e outros modos de vida, os não humanos, se relacionam e se relacionaram, construíam e constroem paisagens e territórios. Nos chamando a atenção para os desastres e catástrofes dos nossos dias, dos perigos que corremos para a manutenção das nossas próprias existências, se o rio tiver de fato, sua morte decretada, como tem sido anunciado, já faz algum tempo, pelos ambientalistas e muitos ribeirinhos.

Navegando é possível observar e acompanhar corridas de canoas, procissões de Bom Jesus dos Navegantes, de São Pedro Pescador, do jogar flores para Oxum discretamente e sincronicamente. É possível compreender modos distintos que os ribeirinhos têm de se relacionar com o rio, de tecer suas próprias narrativas e trajetórias, sempre interativas, processuais, práticas, experienciando continuamente modos de se fazer e de se refazer enquanto caminham, nadam, pescam, jogam bola, lavam suas roupas, namoram, brincam e também aprendem, ao mesmo tempo em que modificam e reorganizam as paisagens e os territórios.

Neste sentido, já adianto que as paisagens as quais estou me referindo, não são meros pano de fundo para contemplação humana, ao contrário, as minhas paisagens, as paisagens que estão diante de nós ao longo do “Velho Chico”, são e foram preenchidas por histórias, por representações, por memórias e sonhos. São paisagens que foram transformadas ao longo das conquistas humanas, das transformações coloniais, das barbaridades do imperialismo industrial e cultural. Como nos diz a antropóloga Anna Tsing (2019):

Paisagem, na minha escrita, é construída por padrões de atividade humana e não humana. A paisagem é um ponto de encontro para os atos humanos e não humanos e um arquivo de atividades humanas e não humanas do passado. (TSING, 2019, p. 16-17).

Então, para compreendermos as dinâmicas, os fluxos e contra fluxos, as teias relacionais que são produzidas na contemporaneidade nas margens e dentro do rio e com o rio, é preciso seguir os rastros da história, incorporando entre outras coisas, o componente não humano como fator intrínseco e colaborativo nas construções de mundos, de paisagens e territórios do rio e no rio.

Aqui eu vou identificar dois modos distintos para demarcar as paisagens do baixo São Francisco. Paisagens de *perturbação lenta*, são paisagens que não são intocadas pelo componente humano, mas sobre as quais não há tanta interferência, e cuja a biodiversidade é muito elevada. São florestas, rios, mares, perturbados, mas que mantinham ainda seus ecossistemas apropriados para a vida de outras espécies.

Esse tipo de paisagem, pode ser acessado no passado, através do nosso conhecimento sobre os povos originários que viveram nas margens, nos leitos do rio (embora sejam conhecimentos escassos). Os rastros do passado, estão inscritos nos sítios arqueológicos, nas pinturas rupestres, que nos ligam a uma diversidade cultural e biológica que colaboravam

mutualmente para fazer a vida do rio e seus próprios caminhos. Ao mesmo tempo, de como ainda hoje vivem muitas comunidades tradicionais ao longo de toda a bacia hidrográfica do Velho Chico. Elas podem nos oferecer meios de construir um mundo diferente do que temos feito até hoje.

Há inúmeros e consistentes indícios de ocupações humanas sistemáticas no baixo São Francisco antigas de 12000 anos em relação ao tempo atual. São constatações que resultaram das pesquisas executas pelo então PAX – Projeto de Arqueologia de Xingó, hoje MAX – Museu de Arqueologia de Xingó, localizado em Canindé do São Francisco, SE, na corrida contra o tempo anterior ao enchimento do reservatório a barragem da UHE Xingó, nos meados dos anos 90. (CANOA DE TOLDA, 2020).³

Água em abundância, clima, alimentos de fácil acesso e obtenção, possibilitavam as trilhas e travessias de projeções animadas, realizadas pelos grupos distintos e seus projetos de sobrevivência, sem contar ainda com a produção de grandes tecnologias, desbravavam a caatinga e seus solos arenosos, com a presença de animais de médio e pequeno porte, caçadores, pescadores e coletores estão dispersos ao longo das margens do baixo São Francisco, o que vai interferir diretamente na demarcação do território, dos territórios, dialogando com a abundância e escassez ao mesmo tempo.

A delimitação do território implica em locais preferências de coleta, caça, abastecimento material e abrigo. Os sítios ocupam os topos ou flancos dos terraços e alguns abrigos em riachos afluentes, onde foram localizados, em sua maioria, os sítios de registro rupestre. (Idem, 2020).

A caça disponível é caracterizada por espécies de animais de médio e pequeno porte que vivem dispersas na caatinga e requerem muito tempo para serem apanhadas. A maior parte vive em nichos específicos e aparece mais abundantemente em certas estações do ano. Os animais caçados pelos bandos xingoanos e que compunham a sua dieta alimentar são conhecidos pelos resíduos deixados em restos de banquetes ou, raramente, em pinturas nas paredes das rochas. São veados, capivaras, macacos, tatus, lagartos, tamanduás, tartarugas, peixes e um grande número de aves. Na região não havia (pelo que até então as pesquisas apontam) grandes animais gregários, sobre os quais se poderia criar uma economia de caça especializada e coleta generalizada, que parece constituir a sua identidade. (Ibidem, 2020).

Assim, a exploração dos territórios estava intrinsecamente vinculada e entrelaçada com a dispersão e encontro de outras espécies. A vida dos grupos humanos que percorriam as linhas das necessidades, estavam também sendo criadas por microecologias da caatinga e as pinturas rupestres detectam esses encontros, essas simbioses e sinergias que contam um pouco das camadas que vão sendo produzidas ao longo da história das paisagens do rio, por isso mesmo, a conformação do território são-franciscano nesse tempo anterior ao aparecimento das populações indígenas e também junto delas, [...] *pode oferecer modelos de conscientização ambiental para nossos tempos.* (TSING, 2019, p. 41).

³ A ONG Canoa de Tolda, é uma organização social e ambiental que vem construindo desde muito tempo, um acervo e discussões científicas e culturais acerca da realidade do rio São Francisco. Acessado em: <https://canoadetolda.org.br/o-baixo-sao-francisco/antes-do-europeu/> no dia 30 de agosto de 2020.

Não havia o estabelecimento de um território fixo, os grupos percorriam, deixando seus rastros através das produções de artefatos, urnas funerárias, pinturas rupestres, peixes e pequenos mamíferos representavam os principais objetos de desejo na dieta alimentar. Esse mesmo comportamento pode ser também estendido para as populações indígenas, que começam a se fixar de forma mais temporária nos leitos e margens do baixo São Francisco, com especial destaque para o tronco tupi-guarani.

A presença Tupi-guarani no Nordeste brasileiro dá-se no período médio dos anos 900-1300 DC, com as primeiras ondas migratórias que introduziram a subtradição pintada na cerâmica. A segunda onda migratória deu-se no período entre 1300 a 1500, responsável pela introdução da subtradição corrugada na cerâmica pré-histórica nordestina Tupi-guarani. A hipótese mais aceita para a migração corresponde a deslocamentos do Sul para o Norte, a partir da bacia do Paraná – Paraguai, onde os Tupis e os Guaranis se separaram. (CANOA DE TOLDA, 2020).

São as tradições tupi-guarani que vão povoar o extenso território são-fraciscano, Kariris, os Pankararus, Tapuias, Tupinambás, Caetés, Xokós, e tantos outros povos, vão se estabelecendo próximos aos leitos e fugindo de regiões mais frias e mais úmidas, encontrado nas proximidades do Opará, como eles denominavam o grande rio, condições favoráveis para estabelecerem seus acampamentos e territórios, transformando esses grupos em exímios guerreiros e canoieiros. Eram recorrentes os confrontos entre tribos rivais, com especial atenção para os confrontos entre os Tupinambás que estavam localizados na margem direita do rio, no atual estado de Sergipe, com os Caetés, que estavam situados na margem esquerda, mais próximos a foz do rio, onde hoje é o atual estado de Alagoas.

As disputas territoriais, tornavam dinâmicas as modificações das paisagens, com abertura de trilhas, clareiras, ao mesmo tempo em que a caça de pequenos animais, o rodizio de pequenas roças, com destaque para a mandioca, em sistema de roças itinerantes que também possibilitava a reposição de material técnico e de produção de habilidades. Ainda assim, as populações indígenas estavam situadas para o que eu venho denominando de paisagens de perturbações lentas (TSING, 2019), pois elas faziam de forma seletiva e dinâmica as tentativas de promover seus próprios modos de bem viver. Promovendo ao mesmo tempo, o tipo de floresta e caatinga que eles próprios estavam empenhados em fazer e sobreviver.

Com a exploração prolongada de uma determinada área, também escasseavam outros recursos naturais importantes (animais, peixes, aves que forneciam penas para os enfeites, materiais para construção de malocas, etc) o que levava o grupo a deslocar-se para outra parte do território sob seu domínio. O controle sobre um dado território mais ou menos extenso permitia o funcionamento dessa sociedade, na qual a terra se constituía no bem maior. Não havia, contudo, propriedade privada da terra. Ela pertencia à comunidade e todas as pessoas do grupo podiam utiliza-la para caça, pesca, coleta e agricultura. Essas eram as atividades econômicas básicas entre os tupinambás. – Beatriz Dantas (1991). (CANOA DE TOLDA, 2020).

Bem como os constantes processos de perturbações que se vinculavam ao rio, já que enchentes regulares forçavam a remoção de muitas populações indígenas para territórios

mais afastados, porém muitos deles, já tendo um conhecimento sobre os períodos de cheias e secas, se abrigavam em ambientes mais localizados nos platôs e nas encostas das serras.

Como grandes navegadores, as populações indígenas, produziam e aprimoravam as técnicas de construção das canoas, usadas tanto para o fortalecimento da pesca, como para serem usadas nos confrontos e batalhas com outras tribos. Assim, os territórios indígenas estavam para além dos limites terrestres, estavam situados para além das margens, eram também estendidas para o próprio rio, na qual o Opará, atuava também como um elemento situado na esfera da relação cosmológica e ritual dessas próprias comunidades.

Embora houvesse algum tipo de controle por parte das comunidades indígenas sobre a caatinga e os tipos de vegetações que compõem os demais sistemas ecológicos, bem como sobre o rio, a indeterminação é o que se sobrepõe nesse período histórico e da própria história da humanidade, pois não há de fato uma maior interferência dessas populações sobre o curso do rio, sobre os animais e sobre os próprios ecossistemas. Não existem políticas de domesticação, como será verificado a partir dos intensos processos coloniais a partir do século XVI.

Então, são processos de perturbações lentas, porquê há nesses encontros entre humanos e não humanos, poucas relações de controle multiespecies, não há sobreposições de forças, entre humanos e os animais, e entre os humanos para com o rio. As populações indígenas que viviam as margens, não necessitavam mudar o curso do rio, não sentiam a necessidade de construir muros, ou conter o avanço das águas em determinados períodos do ano, elas respeitavam seus ciclos e sua capacidade de florescer e ampliar a biodiversidade.

Em paisagens multiespecies, pessoas sociais de muitas espécies interagem, moldando a vida uns dos outros de formas variadas. A descrição critica aborda como ocorre a criação de um mundo no oximoro do “*design* não intencional”, como espécies com modos de vida tão distintos se juntam com ou sem intencionalidade, boa vontade, inimizade, e ou mesmo percebendo um ao outro. Quais formas bióticas e abióticas se juntam em um mundo multiespécie? A criação do mundo ocorre quando organismos encontram nichos dentro dos quais vivem uns com os outros; [...]. (TSING, 2019, p. 66).

Destacamos essa citação, para demarcar os próximos passos dados em direção a um rio cada vez mais plural, mais diverso, marcado pelas profundas mudanças paisagísticas e territoriais, que vão ter início com o que os livros de história vão chamar “descoberta do rio São Francisco”, a partir das grandes navegações e dos processos coloniais que provocaram profundas rupturas não só na região do rio São Francisco, bem como no Brasil e em outros territórios ao redor do mundo.

A antropóloga Anna Tsing (2019), com quem eu tenho dialogado desde o início dessa minha conferência, confere, em partes, a essa nova era, demarcada pelo avanço do colonialismo, das ações imperialistas europeias (Portugal, Espanha, França, Holanda e Inglaterra, para citar os mais poderosos, entre outros), o termo Antropoceno.

Para ela, o Antropoceno é o momento histórico, temporal e geológico em que as conquistas humanas em larga escala, se espalham e criam infraestruturas industriais capazes de modificações estruturais e ambientais, comportamentais nunca antes vistos através do desprendimento humano. E aqui, destaco o segundo tipo de paisagem, que consigo descrever em relação ao rio São Francisco.

Nosso tempo é o “Antropoceno”, a era da perturbação humana. O Antropoceno é uma era de extinção em massa, não devemos esquecer. Mas o Antropoceno também é uma era da emergência. O que emergiu? Eu uso o termo “diversidade contaminada” para referir-me a modos culturais e biológicos de vida que se desenvolveram em relação aos últimos milhares de anos de difusão da perturbação humana. Emerge como os detritos da destruição ambiental, da conquista imperial, dos fins lucrativos, do racismo e da norma autoritária – assim como o devir criativo. (Idem, 2019, p. 23).

Seguindo então essa argumentação, do encontro com os colonizadores e invasores dos territórios são-franciscanos, emergiram ainda dos primeiros contatos, a negação do nome originário do próprio rio, ao rebatizar o Opará, de São Francisco, estabelecendo as marcas de longos processos violentos que viriam a se desenvolver ao passo que as naus e navios iam se afastando da foz, subindo o rio, em direção a um mundo desconhecido, mas povoado por histórias, vidas entrelaçadas e modo próprios de apropriação e habilidades multiespecies. Então já de início, aparecem os primeiros sinais da era da extinção, tribos indígenas, tanto nas margens alagoanas e sergipanas, começam a serem dizimadas, exploradas.

Amparados em hipóteses e teorias baseadas nos processos civilizatórios e de diferenciação e evolução cultural, a igreja católica conjuntamente com o projeto colonial europeu, demarcam como marco inicial dos seus anseios políticos e econômicos de dominação, a educação e catequização dos povos que eram desprovidos de leis, de reis e de fé, ao mesmo tempo que necessitam dos conhecimentos dessas populações sobre navegação, sobre localização e sobre a realidade da fauna e flora nas margens do rio para verificação da extensão do rio que acabaram de “descobrir”.

Os primeiros sinais de desarticulação entre os conhecimentos dos povos originários e dos colonizadores, é a retirada massiva de pau-brasil e outras árvores e espécies nativas como forma de compensar a falta de sorte ao não encontrarem metais preciosos, destacando o segundo grande ponto que denota para a compreensão que, de fato, naquele momento uma maneira outra de refazer mundos estava em curso. Sistemas de classificação estavam em curso, como forma de diferenciar o mundo bárbaro do mundo civilizatório. As paisagens ao longo do rio assumem um caráter mais fragmentário, mais político e cultural. Um novo projeto identitário está sendo colocado em evidência.

Se antes existiam relações desordenadas, não hierarquizadas, ao passo que os processos coloniais vão se sobrepondo, a força do poder ideológico cristão empregada pelos jesuítas vai moldando forçadamente a escravidão de índios e domínio sobre seus territórios. O rio São Francisco, o Velho Opará, está depositando em suas águas, o sangue oriundo dos corpos sacrificados em nome do poder de Deus e da coroa portuguesa. Nos territórios onde antes se fixavam as populações indígenas, ao longo dos processos de invasão e exploração, vão dando lugar, em larga escala, a construções dos primeiros núcleos habitacionais, vão sendo erguidas as primeiras torres das capelas e igrejas jesuíticas.

As missões se constituem como primeiro grande projeto civilizatório, e como nos diz Tsing (2019), em uma das citações que acabei de ler aqui, constituem um projeto intencional, de transformação da paisagem, dos modos de vida, tendo como base a sustentação racial e incorporando elementos das diferenças e inimizades. Igrejas, conventos e hospícios, estabelecem os confrontos entre visões de mundo e realidades distintas.

O principal inimigo precisava ser varrido das margens do grande rio para que os proprietários pudessem se estabelecer e os sesmeiros usufruir das concessões reais. Penedo, principalmente, e as outras povoações que iam sendo construídas, foram feitas com o alicerce vermelho do barro da terra, da água do rio e do sangue indígena. (TENORIO, 2011, p. 30).

Cada vez mais o projeto colonizador se consolidava e a posse da terra já estava nas mãos dos colonos portugueses, mais povoados e vilas iam surgindo, ao mesmo tempo em que as paisagens são-franciscanas iam sendo transformadas com a chegada da cana-de-açúcar, de animais de grande porte, como cavalos, bois e vacas, ovelhas e carneiros, cabras e bodes, ao mesmo tempo em que africanos escravizados também eram trazidos como mercadorias de pequeno valor, valendo até menos do que seus companheiros de viagem (os próprios animais), para desempenhar atividades nas plantações de cana-de-açúcar.

Com os jesuítas também vieram as primeiras mudas de arroz. Foram eles que incentivaram e fizeram as primeiras plantações. Dessa forma, as populações indígenas e africanas que não tinham contato com nenhuma dessas espécies, ao mesmo tempo que eram catequizadas, dizimadas e escravizadas, tinham que aprender também a domesticar esses animais e plantas. Por isso, há a identificação nos variados livros de história de que os índios eram preguiçosos, não estavam aptos para o trabalho nas plantações de cana. Como trabalhar e desenvolver habilidades e técnicas sobre coisas que eles não conheciam?

Como então forçar tais populações a realizarem um trabalho sobre o qual, não se tinha nenhum conhecimento e domínio? A alimentação dessas populações se baseava na caça e pesca e na produção de pequenas roças de mandioca, feijão e milho. Do mesmo modo acontece com os povos africanos que, provenientes de lugares e regiões diferentes do grande continente africano, não conheciam e não se reconheciam nesses novos projetos de vida e de produção alimentar. Assim, a ocupação dos territórios e a domesticação destes, não passa tão somente pelas ações e projetos humanos, mas se intensifica e sobre eles são exercidos controles e posses através dos elementos não humanos, produzindo também sociabilidades e interações, construindo assembleias que vão modificar as paisagens.

Assembleia são reuniões entre elementos humanos e não humanos, que podem ser encontrados juntos e agrupados em um mesmo ambiente e que, por conseguinte constroem seus próprios mundos, modificando paisagens anteriores e transformando em paisagens históricas. *A colonização e as habilidades de espécies se fizeram mutuamente. Habilidades de espécies se desenvolvem por meio de discursos de poder e diferença- não uma humanidade universal.* (TSING, 2019, p. 167).

Neste sentido, nos territórios são franciscanos, para além das perturbações humanas, é importante destacar a presença destes elementos não humanos, seja a cana-de-açúcar, seja através do arroz, ou ainda da criação de gado, cavalos, ovinos e caprinos, como ferramentas de dominação de territórios e de expansão sobre a natureza ainda intocada, dividindo e fragmentando a diversidade, ao mesmo tempo que demarcar com estacas, com muros os territórios recém descobertos e invadidos. A cana-de-açúcar durante os processos coloniais se constituía como uma “economia de escala” (Tsing, 2019), pois visava o lucro a partir de um sistema de produção em larga escala, se utilizando da mão de obra escrava, desumana e violenta, vinculado ao plantio de uma única cultura.

A cultura portuguesa de cana-de-açúcar juntou-se ao seu poder recém-adquirido de arrancar pessoas escravizadas de África. Como trabalhadores da cana no Novo Mundo, os africanos escravizados traziam grandes vantagens do ponto de vista dos produtores: os escravos não tinham relações sociais locais e, portanto, não tinham facilidade de se movimentar. Como a própria estaca de cana, eles foram transplantados, e agora estavam isolados. Eles estavam a caminho de se tornarem independentes. Além disso, as *plantations* foram organizadas para promover a alienação e, assim, aumentar o controle. (TSING, 2019: 184).

Nas margens do rio São Francisco, a cultura de cana-de-açúcar não logrou tanto êxito assim, porém as paisagens foram sendo transformadas através de outros elementos, erguendo em meio ao sertão processos disciplinares e que culminaram em paisagens agroindustriais, principalmente na proliferação das fazendas de gado e plantações de arroz. Neste contexto em que territórios antes ocupados por populações indígenas, estão agora sendo ocupados por cabeças de gado, ao mesmo tempo em que começam outras ondas de resistências, de enfrentamento e de combate às atrocidades. Vilas, cidades, comércio, intensificação da navegação, rotas comerciais e desbravamento se alimentam dos progressos da expansão dos extensos currais.

Bois, cavalos, carneiros, éguas, até mesmo o jegue, correndo soltos e livres, povoam mundos antes habitados pelos índios, fazem os colonos chegarem a terras distantes, pois abrem rotas, trilhas e desbravam o sertão mais logico das margens. A exportação de carne e couro, dinamizou e potencializou a economia ribeirinha, a carne de boi era o principal concorrente do peixe na tentativa de se tornar a principal proteína consumida pelas populações ao longo do curso do rio e povoamentos próximos.

Muitas cidades nasceram a partir dos currais, como é o caso de Pão de Açúcar em Alagoas, que antes sendo um território indígena dividido entre os Urumaris, povo já extinto e dizimado, e entre os Xokós que hoje vivem no território da Ilha de São Pedro, na margem sergipana do rio, conhecida como *Jaciobá (espelho da lua)*, foi transformada em uma enorme fazenda de gado. No século XVIII, Pão de Açúcar era um dos principais exportadores e porto, escoando não só a sua própria produção local, bem como da região circunvizinha, exportando para outros estados, mas inclusive para a própria coroa, em Lisboa.

As primeiras fazendas eram centros políticos, religiosos, econômicos e culturais, nelas eram possíveis encontrar capelas, igrejas, trabalhos missionários, o que se constitui como elementos centrais para o entendimento da cultura política e social que se perpetuam nos dias atuais. O arroz e o algodão também produzem riquezas, mas é o gado e seus imensos rebanhos que trazem dinamismo e desenvolvimento para as margens.

Um grande passo para garantir o desenvolvimento do vale só foi dado tempos depois com a assinatura dos decretos 3749, de 7 de dezembro de 1866, e 3920, de 31 de julho de 1867, pelo imperador D. Pedro II, autorizando a abertura do curso do rio São Francisco a navios mercantis de todas as nacionalidades. (DANTAS, 2011, p. 126).

Se por um lado, os processos coloniais e imperialistas têm como força motriz a homogeneização das culturas e dos territórios, através da transformação do que é impuro em

puro, há sem sombra de dúvidas, a união de elementos que dispersos no tempo e nos vastos ambientes, se mesclam, ora forçadamente, ora por processos de identificação e aversão ao projeto colonial, fazendo da mistura forçada (em muitos casos) e das misturas por afinidades, o surgimento de uma população conectada com os fatores naturais, ambientais e cujos os movimentos culturais, incorporam os elementos do catolicismo português, mas sobretudo se reveste de práticas, técnicas, habilidades, alimentação e comportamentos dos povos africanos e indígenas, que mesmo diante das inúmeras e incontáveis opressões e batalhas sangrentas conseguiram permanecer resistindo, mesmo tantas dificuldades.

Dessas uniões nascem o povo sertanejo, ribeirinho, cujas figuras centrais dos pescadores (as), vaqueiros e plantadores (as) de arroz, se destacam em paisagens já modificadas, transformadas pelos processos do antropoceno. Eles vão compor o tecido contra hegemônico revestidos de ligações quase que ontológicas com o rio e com seus territórios. Ao mesmo tempo que assistimos o despertar das comunidades tradicionais, tanto negras (quilombolas), como da retomada da identidade indígena e lutas constantes pela posse definitiva de seus territórios, como fundamentais para a continuação de seus particulares e seculares modos de vida.

Se nos primórdios dos processos coloniais, tanto em solo são-franciscano, como além-mar, no continente africano, tais grupos étnicos tiveram que resistir e lutar contra os colonizadores. Atualmente, os remanescentes que são descendentes diretos desses violentos projetos de dominação, continuam se articulando politicamente na defesa de suas terras. São recentes os casos de retomada dos territórios indígenas e quilombolas nas margens do rio São Francisco.

Podemos destacar, com especial atenção para a comunidade indígena Xokó, que ano passado, no mês de setembro comemorou 40 anos da retomada do seu lugar ancestral. Bem como a comunidade quilombola do Mocambo, que anualmente celebra a posse definitiva de suas terras desde o ano 2000. São duas comunidades que, habitando territórios vizinhos, construíram ao longo dos séculos, movimentos de solidariedade, de estratégias políticas de enfrentamento as desigualdades conjuntamente.

O Quilombo Mocambo é vizinho dos indígenas Xocó e estabelece com eles laços de parentesco e solidariedade, compartilhando uma longa trajetória de resistências. Eles viveram os mesmos processos de expropriação violenta dos seus territórios, envolvendo as mesmas famílias de fazendeiros. Durante décadas, usaram o mesmo cemitério na Ilha de São Pedro e até hoje guardam memórias em comum. (CARVALHO, 2016, p. 03).

De certo é que, no bojo dos processos sociais, econômicos e políticos que se desenvolvem na contemporaneidade, a oralidade e as transmissões de saberes e fazeres dessas comunidades, me ajuda a pensar, assim como pescadores, lavadeiras de roupas, barqueiros, vaqueiros, mestres fazedores de canoas, os próprios canoeiros, a tecer uma descrição sobre o rio São Francisco do presente, que enfrenta os mais assombrosos problemas ambientais frutos de longas jornadas de investidas, modernização, desenvolvimento que teve início em 1500 e que se espalham através de ideias e conceitos hegemônicos de gênero, raça, religião, propriedade privada.

Para Anna Tsing (2019), vivemos em um mundo, ou mundos, cujos pilares do seu desenvolvimento foram pensados e construídos a partir de uma perspectiva do homem branco, relevando os terrores de seus tentáculos de destruição por todo o planeta, fazendo generalizações e se apropriando das diferenças, exterminando vidas humanas e não humanas, provocando rupturas, extinção de espécies da fauna e flora, poluindo rios, mares, ar e terra, em escalas globais, mas sobretudo em níveis locais, como é o caso de toda região do baixo São Francisco.

Um exemplo bem plausível dessas interferências e modos de controle prejudiciais do homem sobre a natureza, se dá, no caso do rio São Francisco, através das construções das hidroelétricas, das barragens, dos sistemas de irrigação das grandes indústrias agropecuárias e mais recente, da transposição. Que ao longo de todo século XX e início do século XXI, tem provocado contingências, conflitos, represamento de água, estabelecendo de forma abrupta os ciclos de vida de espécies de peixes e outros seres aquáticos, como plantas e crustáceos. *Nos centros desses projetos modernos encontram-se uma combinação de ecologias de plantations, tecnologias industriais, projetos de governança estatais e imperiais, modos capitalistas de acumulação.* (Idem, 2019, p. 228). Fazendo com que, espécies das mais variadas possíveis, inclusive a própria sobrevivência humana passasse a ser ameaçada.

. Do mesmo modo, interferindo nos saberes e técnicas da pesca artesanal, nos modos distintos e ao mesmo tempo particulares de se navegar sobre e com as águas, tendo em vista que baixa vazão combinada à falta de chuvas e acelerados processos de evaporação, mudanças climáticas (a níveis mais globais), (elementos abióticos), reduzem os níveis do rio e seus afluentes, ficando cada vez mais incertos os períodos de cheias (o que era comum até meados do século XX).

A cultura do arroz que necessitava dos períodos de cheias para se desenvolver, passaram a não mais acontecer e se acontece em alguns lugares hoje, é frutos desses outros arranjos tecnológicos, acelerando ainda mais as desigualdades oriundas dos processos escravocratas, já que a maioria das famílias que trabalhavam na plantação e colheita do arroz eram em sua grande maioria, compostas por homens e mulheres negras.

As plantações não se destacavam apenas pelo seu valor econômico e de subsistência, mas também por ser polo irradiador de manifestações culturais, cantigas, versos, danças, sambas de roda eram criados e reproduzidos continuamente nos arrozais, mostrando que a sustentabilidade e as dinâmicas culturais de determinados territórios está intrinsecamente sendo elaboradas em relações multiespécies.

Rio, arroz e indivíduos, produzem seus próprios mecanismos de interação, de apropriação de mundos e suas formas de habitabilidade, comprovando que sem o rio, nossos próprios projetos de habitar e habitabilidade, qualquer que seja a margem que estejamos situados, estão cada vez mais inoperantes e sendo ameaçados pelas nossas próprias maneiras de se comportar no mundo.

O Antropoceno avançou e continua avançando nos dias de hoje porque ele se usa das armas das desigualdades, das opressões, dos compromissos políticos, e nos impõe viver sobre e com ruínas. As ruínas do colonialismo, das desapropriações dos territórios ancestrais, das cidades que foram crescendo desordenadamente e cujas famílias ao longo dos séculos foram se perpetuando no poder, fazendo de suas grandes propriedades privadas, seus

currais eleitorais e projetos políticos de alienação, cujas criaturas do império (cavalos, bois) interromperam histórias, interromperam formas de habitar os territórios e as paisagens.

Neste sentido, chegando à conclusão deste momento, não uma conclusão com o fim em si mesma, já que ainda estou trabalhando mais amplamente com essas questões na minha tese, mas à conclusão do que eu trago aqui, de forma fragmentada. *Paisagens são históricas e nos permitem pensar através de uma variedade de escalas, de tempos distantes e eventos atuais.* (TSING, 2019, p. 248).

Ao mesmo tempo em que, paisagens também são marcadas pelas tradições, pelos sons e pelos cheiros, pelas transformações dos corpos performando em andanças, em mergulhos, entrelaçando vidas e processos de negociações de suas próprias existências. Os processos contínuos também alimentam memórias, reativam lembranças e fazem emergir novos confrontos com a realidade, imprimindo tipos de valorização sobre o rio, que podem desencadear relações sustentáveis em contato direto com as práticas ancestrais, adaptadas e resinificadas aos nossos dias.

Por conseguinte, temos que nos atentar também para as construções mais que humanas que estão emergindo em um rio São Francisco em ruínas. Dos modos como, por exemplo, as macrofitas aquáticas (lodo para os ribeirinhos), estão ocupando as margens e para além delas, dentro do próprio rio, elaborando suas redes de ação e interação, não somente com o Velho Chico, mas também com outras espécies, com peixes, com caramujos, com os próprios humanos, na tentativa de fazer seus próprios mundos, e reinventando, modos distintos de continuar existindo, capazes de contribuir para outras vidas prosperarem e a nos ajudar também, a compor as nossas próprias guinadas e interações com o rio e com os mundos dos quais fazemos parte e, mais do que isso habitamos. *Repensar a nós mesmos como trajetórias interativas pode nos fazer refletir sobre como nós agimos conjuntamente com outras espécies para fazer o mundo.* (TSING, 2019, p. 76).

Mudança climática excessivamente rápida, extinções em massa, acidificação do oceano, poluentes de decaimento lento; contaminação da água doce, transições críticas do ecossistema: a industrialização provou ser muito mais letal para a vida na Terra do que seus criadores jamais sonharam. (Idem, 2019, p. 203).

Então, é tempo de criticarmos a nós mesmos, de que forma queremos continuar nossos processos de habitabilidade sobre a terra, sobre o nosso país, sobre e com o rio São Francisco. Estou ansioso e esperançoso para contar e narrar histórias sobre como vamos trilhar e escrever através das linhas do devir, as nossas próximas interações com e no rio São Francisco, pois como afirma Anna Tsing (2019, p. 51): ***Quanto mais aprendo sobre as grandes transformações paisagísticas do Antropoceno, mais empenhada me torno a contar as más notícias ao lado dos esperançosos.***

Muito obrigado a todas e todos... até a nossa próxima navegação pelas águas do Opará!!!

REFERÊNCIAS

1. ANTES DO EUROPEU. *Canoa de Tolda, 2020*. Disponível em: <https://canoadetolda.org.br/o-baixo-sao-francisco/antes-do-europeu/> no dia 30 de agosto de 2020.
2. CARVALHO, Maria Leticia de Alvarenga. *Quilombo do Mocambo*. - Belo Horizonte: FAFICH, 2016.
3. DANTAS, Carmem Lúcia. O Baixo São Francisco. In: *Rio São Francisco das Alagoas-Memórias*. – Douglas Apratto Tenório [et al], Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
4. TENÓRIO, Douglas Apratto [et al.]. *Rio São Francisco das Alagoas- Memórias*. - Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.
5. TSING, Anna Lowenhaupt. *Viver nas ruínas: paisagens multiespecies no antropoceno*; edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. - Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.



ISBN 978-65-86680-30-0



9 786586 168030